

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

GESSIONE ALVES DA CUNHA

PROCESSOS FORMATIVOS DE JOVENS CONSERVADORES: DISCURSIVIDADE
POLÍTICA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)

GOIÂNIA
2021

GESSIONE ALVES DA CUNHA

PROCESSOS FORMATIVOS DE JOVENS CONSERVADORES: DISCURSIVIDADE
POLÍTICA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Linha de pesquisa Educação Sociedade e Cultura, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante

GOIÂNIA
2021

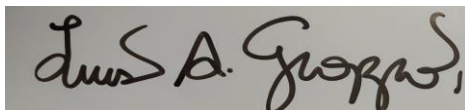
**PROCESSOS FORMATIVOS DE JOVENS CONSERVADORES:
DISCURSIVIDADE POLÍTICA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 31 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante / PUC Goiás



Prof. Dr. Luís Antonio Groppo / UNIFAL-MG



Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte / PUC Goiás

Profa. Dra. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto / PUC Goiás

Profa. Dra. Maria Aurora Neta / UEG

C972p Cunha, Gessione Alves da
Processos formativos de jovens conservadores: discursividade política do
Movimento Brasil Livre (MBL) / Gessione Alves da Cunha.- 2021.

206 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês Dissertação (mestrado) - Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades,
Goiânia, 2021.

Inclui referências: f. 179-189

1. Política. 2. Campo político. Juventude 3.Conservadorismo 4.(Neo)liberalismo
5. MBL.

2021. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -329.79(043)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, José Corsino da Cunha e Vilma Magalhães da Cunha. Eles mudaram suas trajetórias de vida para que meu caminho acadêmico fosse possível. Aprendi, com eles, o interesse e o amor à política e pelas causas sociais. Com eles, entrei, pela primeira vez, em um sindicato, o dos trabalhadores rurais de Pirenópolis-GO. Apesar da simplicidade e escassa formação acadêmicas, eles foram os primeiros cientistas políticos que eu li. Foi uma leitura empírica! Assim, com esta dissertação, estou fundamentando a leitura de mundo que eles me ensinaram a fazer. Gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

À querida orientadora e amiga, Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante, por toda a jornada acadêmica, pela exigência bondosa e motivadora.

Aos professores da banca, que tomaram parte do seu precioso tempo para contribuírem com esta pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE - e à CAPES pela bolsa concedida, o que viabilizou meu estudo.

Sincera gratidão e reconhecimento à Pontifícia Universidade Católica de Goiás e a todos os profissionais da educação da Escola de Formação de Professores e Humanidades.

Gratidão à minha Paróquia São Pedro e São Paulo – Anápolis-GO, local que me acolheu durante o mestrado, que me favoreceu tantos meios para estudar. Agradeço a paciência e a bondade em compreenderem minhas ausências e a falta de tempo por estar dedicado aos estudos. Tudo será para o bem de uma sociedade mais justa e fraterna!

Obrigado ao Paco, pelas longas horas de companhia, deitado aos meus pés ou debaixo da mesa do escritório, dando-me seu apoio amigável e silencioso!

Agradeço aos meus padrinhos, Osvaldo Abraham (*In Meroriam*) e Lúcia Spagnol Abraham, pois são incentivadores e apoiadores dos meus estudos há mais de 24 anos. Que sejam recompensados por tanta bondade e generosidade.

“O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. O neoliberalismo reproduz-se sempre igual a si mesmo, recorrendo à mágica teoria do «derrame» ou do «gotejamento» – sem a nomear – como única via para resolver os problemas sociais. Não se dá conta de que a suposta redistribuição não resolve a desigualdade, sendo, esta, fonte de novas formas de violência que ameaçam o tecido social. Por um lado, é indispensável uma política econômica ativa, visando «promover uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial», para ser possível aumentar os postos de trabalho em vez de os reduzir. A especulação financeira, tendo a ganância de lucro fácil como objetivo fundamental, continua a fazer estragos. Por outro lado, «sem formas internas de solidariedade e de confiança mútua, o mercado não pode cumprir plenamente a própria função econômica. E, hoje, foi precisamente esta confiança que veio a faltar». O fim da história não foi como previsto, tendo as receitas dogmáticas da teoria econômica imperante demonstrado que elas mesmas não são infalíveis. A fragilidade dos sistemas mundiais perante a pandemia evidenciou que nem tudo se resolve com a liberdade de mercado e que, além de reabilitar uma política saudável que não esteja sujeita aos ditames das finanças, devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos. ”

(FRANCISCO, PAPA, 2020, p.89).

RESUMO

O objeto da presente investigação, vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE da PUC Goiás), foi a juventude conservadora do Movimento Brasil Livre, em interface com o campo político. Teve como objetivo geral analisar e compreender os processos formativos, *on-line* e *off-line*, dos jovens conservadores do MBL e a constituição de sua discursividade política em relação à educação e outras pautas conservadoras presentes na sociedade brasileira contemporânea. Desdobram-se como objetivos específicos: observar e descrever crenças, valores e atitudes, estruturas sociais e comportamento dos jovens pesquisados, compreender conceitos e fontes inspiradoras da (re)produção da discursividade política do coletivo juvenil pesquisado. Por fim, procurou-se interpretar a disputa do campo político e a hegemonia do discurso por parte desse coletivo juvenil conservador. Compreende-se a política, conceito complexo, através do pensamento arendtiano, como ação e liberdade, com suas características de coragem e publicidade. O campo político, no pensamento bourdieusiano, é um microcosmo, relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Ele possui regras próprias do jogo de pertença, relações, ações e processos. O conservadorismo e o liberalismo são percebidos como teorias e práticas sociopolíticas pragmáticas e imediatistas. Acerca do neoliberalismo teve-se a compreensão da ideologia de uma forma histórica particular, assumida pela acumulação do capital. Quanto à juventude entendeu-se como uma categoria social na sua pluralidade. Sua percepção da política e participação nela são igualmente heterogêneas e expressam a diversidade de possibilidades de se vivenciar as juventudes. A juventude é um elemento estruturante das sociedades modernas que classifica indivíduos, regulamenta comportamentos e estabelece direitos e deveres. É uma representação simbólica constituída por grupos sociais ou indivíduos considerados jovens. Ela não é apenas uma característica natural e individual, mas uma situação vivida em comum por certos sujeitos. Uma manifestação de participação juvenil política observada na contemporaneidade é a de manifestações conservadoras de coletivos juvenis. Assim, o processo metodológico constituiu-se de uma revisão da literatura sobre política, juventudes e participação política, (neo)liberalismo e conservadorismo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa netnográfica de observação parcialmente aberta em grupos de *WhatsApp*, páginas do *Instagram* e *Facebook* e o canal no *Youtube* do Movimento Brasil Livre. A pesquisa empírica serviu-se também de cinquenta questionários *on-line* enviados aos jovens pertencentes aos grupos de mensagem acompanhados e finalizou-se com a entrevista semiestruturada de cinco jovens, um de cada região geográfica do país, e a análise textual discursiva dessas entrevistas. No que se refere aos resultados, os dados da pesquisa demonstraram que os jovens, participantes da pesquisa, possuem um engajamento político ativo e uma clara consciência de pertencimento ao MBL, do qual absorvem suas concepções sociopolíticas através de um processo formativo previamente projetado. Se por um lado apresentam disparidades e heterogeneidade no perfil socioeconômico cultural, por outro expõem um discurso canalizado para a liberdade individual e uma visão de sociedade bastante homogênea: propõem uma sociedade liberal na economia e um Estado reduzido no campo social com diversas propostas conservadoras.

Palavras-chave: Política; Campo Político; Juventude; Conservadorismo; (Neo)liberalismo; MBL.

ABSTRACT

The object of this research, linked to the Education, Society, and Culture research line of the Postgraduate Program in Education (PPGE of PUC Goiás), was the conservative youth of the Free Brazil Movement, in interface with the political field. The general objective was to analyze and understand the online and offline formative processes of the MBL's conservative youth and the constitution of their political discourse in relation to education and other conservative agendas present in contemporary Brazilian society. The specific objectives were: to observe and describe beliefs, values and attitudes, social structures and behavior of the young people researched, understand concepts and sources that inspire the (re)production of the political discourse of the youth collective researched. Finally, we sought to interpret the dispute in the political field and the hegemony of the discourse on the part of this conservative juvenile collective. Through the Arendtian thought, politics is understood as a complex concept, as action and freedom, with its characteristics of courage and publicity. The political field, in Bourdieu's thought, is a microcosm, relatively autonomous within the great social world. It has its own rules of the game of belonging, relations, actions, and processes. Conservatism and liberalism are perceived as pragmatic and immediatist sociopolitical theories and practices. Neoliberalism was understood as the ideology of a particular historical form, assumed by the accumulation of capital. As for youth, it was understood as a social category in its plurality. Its perception of politics and participation in it are equally heterogeneous and express the diversity of possibilities to experience youth. Youth is a structuring element in modern societies that classifies individuals, regulates behavior, and establishes rights and duties. It is a symbolic representation constituted by social groups or individuals considered to be young. It is not just a natural and individual characteristic, but a situation experienced in common by certain subjects. One manifestation of juvenile political participation observed in contemporaneity is the conservative manifestations of juvenile collectives. Thus, the methodological process consisted of a literature review on politics, youth and political participation, (neo)liberalism, and conservatism. To this end, a netnographic research of partially open observation was carried out in WhatsApp groups, Instagram and Facebook pages, and the YouTube channel of the Movimento Brasil Livre. The empirical research also made use of fifty online questionnaires sent to young people belonging to the monitored message groups and ended with semi-structured interviews with five young people, one from each geographical region of the country, and the textual discourse analysis of these interviews. Regarding the results, the research data showed that the young people, participants of the research, have an active political engagement and a clear awareness of belonging to the MBL, from which they absorb its sociopolitical conceptions through a previously designed formative process. If on the one hand they present disparities and heterogeneity in the socioeconomic cultural profile, on the other they expose a discourse channeled towards individual freedom and a rather homogeneous vision of society: they propose a liberal society in the economy and a reduced state in the social field with several conservative proposals.

Keywords: Politics; Political Field; Youth; Conservatism; (Neo)liberalism; MBL.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MANIFESTO MBL, 2014	93
FIGURA 2 - “MARCHA PELA LIBERDADE”	100
FIGURA 3 - RENUNCIA, TEMER!	102
FIGURA 4 - MICHEL TEMER PRESENTE NO V CONGRESSO NACIONAL DO MBL.....	103
FIGURA 5 - MANIFESTO DO NOVO MBL. AFINAL, O QUE É MBL 3.0?.....	105
FIGURA 6 - PARABÉNS A TODOS OS MEMBROS E COORDENADORES DO MBL QUE FORAM ELEITOS EM TODO O PAÍS. CONTINUAMOS NOSSA LUTA POR UM BRASIL MAIS LIVRE!	107
FIGURA 7 - TRIAGEM E PROCESSO SELETIVO NOS GRUPOS DE <i>WHATSAPP</i> DO MBL.....	113
FIGURA 8 - DESCRIÇÃO DE GRUPOS DO MBL NO <i>WHATSAPP</i>	114
FIGURA 9 - NOTÍCIAS PUBLICADAS NO <i>INSTAGRAM</i> DO MBL.....	118
FIGURA 10 - NOTÍCIAS REFERENTES A DESAFETOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DO MBL.....	118
FIGURA 11 - CRÍTICAS AO GOVERNO FEDERAL	119
FIGURA 12- ANTIFEMINISMO DO MBL	125
FIGURA 13 -FERNANDO HOLIDAY E MEDIDAS ANTICOTAS RACIAIS.....	126
FIGURA 14 - PERFIL DO <i>INSTAGRAM</i> GUTO ZACARIAS MBL	127
FIGURA 15 - FORMAÇÃO TEÓRICA DOS MEMBROS DO MBL	133
FIGURA 16 - MBL E ESCOLA SEM PARTIDO	136
FIGURA 17 ESCOLA SEM PARTIDO JÁ!.....	138
FIGURA 18 - ENQUETE DO MBL SOBRE A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS ...	139
FIGURA 19 - PRETENDENTES A CANDIDATURAS EM 2022.....	147

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	A POLÍTICA E O CAMPO POLÍTICO	21
1.1	A FILOSOFIA POLÍTICA EM HANNAH ARENDT	21
1.2	O CAMPO POLÍTICO EM PIERRE BOURDIEU.....	31
1.3	POLÍTICAS LIBERAL, CONSERVADORA E NEOLIBERAL	37
1.4	JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: TRANSFORMAÇÃO OU CONSERVAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO?	50
2	JUVENTUDES CONSERVADORAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	58
2.1	JUVENTUDE E OS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS	58
2.2	TRAJETÓRIA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE CONSERVADORA BRASILEIRA.....	71
2.3	MOVIMENTOS JUVENIS CONSERVADORES.....	82
3	JUVENTUDE CONSERVADORA: VELHOS RÓTULOS COM NOVAS ROUPAGENS	89
3.1	O CASO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL).....	91
3.2	JOVENS EM REDE.....	109
3.3	OS JOVENS DO MBL: PERFIL SOCIOECONÔMICO CULTURAL, FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS E EDUCAÇÃO	121
3.3.1	<i>Perfil socioeconômico cultural do jovem do MBL</i>	122
3.3.2	<i>Fundamentos políticos dos jovens do MBL</i>	131
3.3.3	<i>Sobre a formação teórica dos membros do MBL</i>	132
3.3.4	<i>Concepções dos jovens do MBL sobre Projetos de Leis para a Educação</i> ..	134
3.3.5	<i>Princípios Liberais e Educação</i>	139
3.3.6	<i>O que os jovens do MBL pensam sobre a Educação</i>	144
3.3.7	<i>Perspectivas do MBL</i>	146
4	JOVENS DO MBL ENTREVISTADOS E CONCEPÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS	149
4.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	150
4.2	FUNDAMENTOS DA DISCURSIVIDADE POLÍTICA DOS JOVENS DO MBL	154
4.3	ALGUMAS PAUTAS CONSERVADORAS DOS JOVENS DO MBL.....	159
4.4	CONCEPÇÕES DOS JOVENS ENTREVISTADOS SOBRE A EDUCAÇÃO	168
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	173

REFERÊNCIAS	178
APÊNDICES	190
APÊNDICE A - LISTA DE DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O MOVIMENTO BRASIL LIVRE	190
APÊNDICE B - GRUPOS DE <i>WHATSAPP</i> DO MBL (PRIMEIRA TENTATIVA DE PERTENÇA)	193
APÊNDICE C - GRUPOS DE <i>WHATSAPP</i> DO MBL (SEGUNDA TENTATIVA DE PERTENÇA)	195
APÊNDICE D - GRUPOS DO MBL NO <i>TELEGRAM</i>	197
APÊNDICE E - MODELO DE UM DIA DE ANOTAÇÕES DAS POSTAGENS DO <i>INSTAGRAM</i> MBL	198
ANEXOS	199
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO <i>ON-LINE</i>	199
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	201

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Assim, está vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE da PUC Goiás) e ao projeto Diversidade Cultural nas Políticas e Diretrizes Educacionais, Nacionais e Internacionais, que estuda os processos formativos de jovens conservadores e a constituição de sua discursividade política nas redes sociais. O objeto de estudo foi o jovem conservador do Movimento Brasil Livre. Dessa forma, teve-se a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em 15 de outubro de 2020, com o protocolo de número 38951820.5.0000.0037.

Considerando que a política é a interação dos seres humanos entre si, a juventude foi investigada em interface com as teorias do campo político, para compreender as relações mantidas pelos jovens com seus pares dentro do Movimento de pertença.

Portanto, compreendeu-se campo como um espaço simbólico na organização social dentro do qual as lutas dos agentes pertencentes determinam, validam e legitimam as representações. O campo político é um microcosmo, um pequeno mundo social, relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Ele possui regras próprias do jogo de pertença, das relações, das ações e dos processos.

Assim, o conteúdo político, teórico, intelectual e social do conservadorismo, uma corrente de pensamento e de ação presente ao longo de toda a história moderna e contemporânea, frequentemente, une-se ao pensamento liberal, pois, conservadorismo e liberalismo são categorias tomadas com frequência como sendo correlatas. Contudo, o conservadorismo possui sua própria trajetória histórica e suas propostas teórico-políticas. Em determinado momento histórico foram pensamentos antagônicos, noutros, apresentam-se como duas faces da mesma moeda. O conservadorismo, aqui entendido, tanto clássico como contemporâneo, renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, vendo neles apenas niveladores sociais.

O liberalismo clássico, nesta pesquisa, foi diferenciado do neoliberalismo contemporâneo. O primeiro é entendido como um sistema de ideias elaborado por franceses e ingleses durante as lutas de classe da burguesia contra a aristocracia

(Séculos XVII e XVIII). Há diversidade entre liberalismo econômico e político. Já, do neoliberalismo, de origem marcadamente econômica, tem-se a compreensão da ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital. Trata-se, ademais, de um movimento ideológico, em escala mundial, com um corpo de doutrina coerente, autoconsciente e militante. Tal ideologia visa transformar todo o mundo à sua imagem.

Acerca da juventude, tem-se a compreensão de um elemento estruturante das sociedades modernas. Ela classifica indivíduos, regulamenta comportamentos e estabelece direitos e deveres e pode ser concebida como uma representação simbólica constituída por grupos sociais ou indivíduos definidos como jovens.

A juventude é considerada uma categoria social na sua pluralidade e não apenas uma característica natural e individual, apesar de ser uma situação vivida em comum por certos sujeitos. Sua percepção da política e participação nela são, igualmente, heterogêneas e expressam a diversidade de possibilidades de se vivenciar as juventudes.

Ressalta-se que este trabalho, no que se refere aos procedimentos, teve cunho bibliográfico e empírico, com abordagens quantitativa e qualitativa. Isto posto, a bibliografia baseou-se nas temáticas: Filosofia Política, Campo Político, Conservadorismo e (Neo)liberalismo, Sociologia e trajetória de participação política da juventude brasileira.

Os principais autores, que serviram de referencial teórico, foram: Hannah Arendt, Pierre Bourdieu, Helena Abramo, José Machado Pais, Luís Antônio Groppo e outros clássicos pesquisadores da sociologia da juventude. Através das leituras, buscou-se uma aproximação e uma observação das manifestações em rede do pensamento político conservador de coletivos juvenis brasileiros, mais especificamente, os processos formativos do Movimento Brasil Livre (MBL), presentes na política brasileira do cenário contemporâneo.

Conseqüentemente, propôs-se a problematização sobre qual a novidade e qual a reprodução na história do conservadorismo juvenil brasileiro, bem como o processo formativo empregado pelo Movimento Brasil Livre na constituição de um discurso conservador replicado pelos seus membros.

À vista disso, os objetivos, primário e geral, da pesquisa, foram analisar e compreender os processos formativos, *on-line* e *off-line*, dos jovens conservadores do

MBL e a constituição de sua discursividade política, em relação à educação e outras pautas conservadoras presentes na sociedade brasileira contemporânea. Já nos objetivos específicos e secundários, visou-se observar e descrever crenças, valores e atitudes, estruturas sociais e o comportamento desses jovens e compreender os conceitos (teóricos, ideológicos, doutrinários) e as fontes inspiradoras da (re)produção da discursividade política do coletivo juvenil pesquisado. Por fim, procurou-se interpretar a disputa do campo político e a hegemonia do discurso por parte desse coletivo juvenil conservador.

A pesquisa empírica serviu-se da netnografia. Tal metodologia foi desenvolvida na área da pesquisa de *marketing* e consumo, um campo interdisciplinar aplicado que está aberto ao rápido desenvolvimento e à adoção de novas técnicas. Essa metodologia observa e estuda as agregações sociais. O uso deste termo deixa claro que a netnografia não é uma abordagem individualista, que analisa a publicação pessoal de mensagens na *internet* ou seu agregado, o seu tópico focal é coletivo, pois ela analisa agrupamentos, reuniões ou coleções de pessoas e seu nível de análise é, portanto, o que os sociólogos chamariam de nível meso: não o micro dos indivíduos, nem o macro de sistemas sociais inteiros, mas o grupo intermediário menor. Define-se, portanto, a netnografia como a etnografia de grupos eletrônicos, estudando suas práticas culturais complexas em ação, atraindo a atenção para uma multiplicidade de ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos (KOZINETS, 2014).

Uma das características da netnografia é a observação das redes de relacionamentos pessoais formadas em rede. Essa característica sugere que existe um enredamento social entre os integrantes do grupo, bem como a criação de um senso do grupo como uma coleção distinta desses relacionamentos. Esses relacionamentos podem, e com frequência o fazem, estender-se para além do contexto *on-line*, a fim de formarem outros aspectos das vidas sociais das pessoas (KOZINETS, 2014).

Usou-se, nesta pesquisa, o termo “redes sociais” ou “comunidades virtuais”, a partir da definição encontrada no livro “Netnografia: realizando pesquisa etnográfica *on-line*”:

O termo útil 'comunidade virtual' foi desenvolvido por Howard Rheingold que definiu as comunidades virtuais como 'agregações sociais que emergem da rede quando um número suficiente de pessoas empreende [...] discussões públicas por tempo suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar redes de relacionamentos pessoais no ciberespaço' (RHEINGOLD, 1993, p.5, *apud* KOZINETTS, 2014, p.16).

A pesquisa empírica, sobre os jovens (neo)liberais conservadores, consta-se de quatro etapas:

- primeira: tentativa de pertença por parte desse pesquisador aos grupos de *WhatsApp* disponíveis em rede e, a partir dessa aceitação, passou-se à observação parcialmente aberta *on-line* de cinco grupos do aplicativo de mensagens de *WhatsApp* do Movimento Brasil Livre (um grupo para cada região geográfica do Brasil) e das páginas do *Instagram* e *Facebook*, bem como do canal no *Youtube* do movimento pesquisado. Para a observação parcialmente aberta, analisaram-se as seguintes categorias: educação, políticas educacionais, conservadorismo, (neo)liberalismo, democracia e política;
- segunda: após um convívio e interação quinzenal nos grupos de *WhatsApp*, os jovens receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido *On-line*. Com a anuência dos jovens, foi enviado um questionário aberto, através do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*. Participaram da pesquisa 50 jovens presentes nos grupos *on-line* observados, 10 jovens para cada região geográfica do Brasil. Ressalta-se que foi obtido um resultado satisfatório nessa segunda etapa da pesquisa empírica, pois, 46 jovens responderam ao questionário *on-line*. Tal sucesso deveu-se à participação e aos interesses ativos dos jovens presentes nesses grupos de trocas de mensagens diárias. O questionário objetivou traçar um perfil socioeconômico dos jovens pesquisados e coletar informações sobre opiniões políticas relacionadas ao tema da educação e das políticas educacionais, concepção da política e da democracia;
- terceira: realização de entrevistas semiestruturadas *on-line*, por meio de vídeo conferência, através do aplicativo *Google Meet*, com cinco jovens

escolhidos entre os administradores dos grupos observados. Nessa entrevista, buscou-se aprofundar o questionário enviado na etapa anterior através de perguntas semiestruturadas. A entrevista usou, como roteiro da conversa, as propostas do MBL, aprovadas no I Congresso Nacional do MBL (2015) para os campos da educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. Procurou-se, ainda, para essa etapa, um jovem para cada região geográfica do país, dentre os interessados em continuarem os passos da pesquisa;

- quarta: realizou-se a interpretação das falas dos jovens, utilizando como metodologia a análise textual discursiva.

Destaca-se que, atualmente, assiste-se a um turbilhão de acontecimentos sociopolíticos, que revelam que o cenário brasileiro não é o de calmaria. A conjuntura social, política e econômica acirrou-se desde as jornadas de manifestações de junho de 2013. Este contexto parece ser o resultado de anos de aprofundamento do neoliberalismo. Nos anos subsequentes, às manifestações citadas, observou-se o crescimento de camadas juvenis aderindo a um discurso político conservador. Nesse período, alguns coletivos agruparam-se em movimentos apartidários que resultaram em suprapartidários e caminham a passos largos para tornarem-se partidários. Tal mobilização resultou no lançamento e na eleição de um expressivo número de jovens parlamentares ditos liberais conservadores. A educação é um campo estratégico para aplicar as teorias liberais conservadoras, assim, ela será o principal campo de análise na pesquisa.

A educação e as políticas educacionais refletem os conflitos entre grupos culturais, políticos e econômicos, em cenários de luta pela hegemonia na condução do Estado e da sociedade brasileira. Pesquisar sobre a onda conservadora, que sobreveio ao país, nos últimos anos, contribui para a análise de possíveis ameaças que pairam sobre o direito à educação pública, gratuita, laica, de qualidade e fomentadora da cidadania ativa e progressista, mas também para orientar a ação política em sua defesa.

Historicamente, a esquerda destacou-se em relação aos movimentos sociais e às manifestações militantes de cunho político. Contudo, o atual momento de crise política, vivido no Brasil, evidenciou, no palco nacional, um segmento de sujeitos sociais e coletivos que atuam na formação e na educação não formal dos jovens, que são identificados ou autoidentificados segundo o perfil ideológico como de direita ou, mais precisamente, liberal-conservadores (MARTINS; GROppo; BARBOSA, 2018).

A relevância da pesquisa, para a educação, consistiu no fato de tratar, analisar e compreender os processos formativos pelos quais passam os jovens conservadores, além de elucidar ideias e (pré)conceitos que fundamentam pautas liberal-conservadoras e reacionárias na educação, a gênese das organizações e dos projetos que as sustentam, como também as táticas de convencimento e transmissão dos valores.

Faz-se necessária uma compreensão da construção do discurso do jovem engajado em grupos conservadores por afinidade, visto que entender esse jovem, que tem se mobilizado nas redes sociais e que influencia consideravelmente outros jovens no campo político, é de grande relevância para o papel da escola e dos educadores. A formação política também acontece. Não a política pensada apenas como aquela promovida por instituições estatais, que supostamente detém o monopólio da força legítima ou luta para ocupar os cargos de mando nestas instituições (partidos).

Portanto, a pesquisa justificou-se pela necessidade de compreensão dos processos formativos, que acontecem dentro dos Movimentos conservadores, constituídos por e para jovens.

Há um discurso conservador (re)produzido e propalado nas redes sociais, que desvela as concepções neoliberais conservadoras apropriadas por uma juventude que está militando pela redução de direitos sociais conquistados ao longo do tempo, aliando-se, assim, ao que há de mais perverso no capitalismo. Trata-se de uma formação distinta, à princípio, daquela preconizada pelos estudos clássicos de socialização política, pois se dá por meio de processos participativos, em que os jovens são atores centrais e que incidem diretamente na chamada esfera pública, por vezes tornando públicas questões outrora restritas ao mundo privado (CASTRO, 2008 e 2009; MESQUITA, 2001).

Ao focar os processos educativos não formais, a pesquisa pôde contribuir com uma maior consciência dos agentes educacionais, sobre o valor destas práticas e sua

capacidade interventiva, não apenas nos casos em questão, mas em outros ambientes em que se repetem a riqueza e a diversidade das práticas juvenis autoformativas, bem como seus riscos e perigos para a formação da autonomia dos jovens. Para Pessoa (2004), as lutas, no campo dos movimentos sociais, acontecem através de sujeitos coletivos, que são ao mesmo tempo aprendizes e ensinantes através das interações estabelecidas entre eles.

O Movimento Brasil Livre tornou-se um fenômeno a ser estudado. As práticas de engajamento político e o uso das redes sociais, para alcançar seus fins, chamam a atenção. Foram encontradas 28 pesquisas específicas relacionadas a esse coletivo juvenil (Apêndice A). No catálogo de teses e dissertações da CAPES, em busca realizada entre 2013 e 2021, encontram-se pesquisas realizadas, principalmente, nas áreas de comunicação e mídias digitais, ciência da informação e *marketing*, 11 trabalhos que estudam as estratégias utilizadas nas redes sociais pelos membros do MBL. Na área da Sociologia e Ciência Política, dez pesquisas. O MBL também é pesquisado no campo da História, uma dissertação; do Serviço Social, duas dissertações; da Linguística e Teoria Literária, cinco dissertações e, por fim; um trabalho na área de Diversidade e Inclusão social. No campo da Educação não foi encontrado nenhum trabalho.

Diversos artigos científicos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) foram escritos a respeito do Movimento Brasil Livre, desde sua fundação em 2014. Não se percebeu clareza e sistematização desses artigos. Encontram-se desde colocações em eventos universitários, a trabalhos científicos publicados em revistas de nível de classificação alto, escritos por intelectuais e estudantes. Vários foram utilizados ao longo da pesquisa, através de amostras intencionais e não probabilística. Porém, poucos trabalhos de dissertação foram encontrados e nenhuma tese, no período pesquisado (2013-2021). Os trabalhos partem, majoritariamente, da análise conjuntural das manifestações das “jornadas de junho” de 2013 e apresentam o MBL como um dos Movimentos de direita surgidos a partir daquele período, tendo como limite de recorte temporal o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff¹, com protagonismo do MBL no acontecimento.

¹ Dilma Vana Rousseff (Belo Horizonte-MG, 1947-) é uma política brasileira. Foi a 36ª Presidente da República do Brasil, a primeira mulher eleita para presidir o país. Foi ministra da Casa Civil do governo de Lula no período de 2005 a 2010.

As dissertações encontradas versam, predominantemente, sobre o fenômeno do MBL nas redes sociais, o *ciberativismo* (ativismo digital), seus enquadramentos de ação coletiva, a participação nas manifestações que se seguiram às das jornadas de junho de 2013, sua atuação em rede e nas ruas durante o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Há pesquisas que associam o MBL a uma “nova direita” e outras que se perguntam como a bandeira do combate à corrupção foi transformada numa agenda moralista pelo MBL, relacionando-o a um Movimento Liberal na economia e conservador nos costumes.

Os pesquisadores, em geral, dissertam sobre o processo discursivo e a mobilidade política *on-line* do MBL. As metodologias mais empregadas nas análises dos dados das pesquisas empíricas são: as análises de discurso e conteúdo, análise textual discursiva e análise crítica de conteúdo (BARDIN, 2011; FOUCAULT, 2000). Apenas um trabalho apresenta a netnografia como metodologia de análise. Na maior parte deles, encontram-se autores em comum para referenciar o tema dos Movimentos Sociais, cibercultura e manifestações políticas de rua, principalmente as ocorridas em 2013: Bringel (2008), Castells (2013), Gohn (2012; 2013; 2014), Melucci (2001), Singer (2013), Tarrow (2009). Outras pesquisas trazem a noção de campo político em Bourdieu (1989).

Logo, encontrou-se uma lacuna que justificou esta pesquisa. Não foi relatado trabalho algum na área da Educação até o ano de 2021, tampouco trabalhos que dissertassem, especificamente, sobre os processos formativos que acontecem no e através do Movimento Brasil Livre.

Para a exposição dos dados, a dissertação dividiu-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado à reflexão sobre a política e o campo político, com o objetivo de discutir a Filosofia Política de Hannah Arendt, o conceito bourdieusiano de campo, mais especificamente sobre o campo político, articulado com a participação política juvenil. Ocupou-se, ainda, de diferenciar os conceitos políticos e econômicos de conservadorismo, liberalismo e neoliberalismo, apresentando suas aproximações e distanciamentos teórico-ideológicos. Por fim, discutiu-se a categoria de participação política imbricada com a juventude.

No segundo capítulo, foram trazidas as discussões da construção histórica, na Sociologia, da categoria juventude. Os conceitos de geração, dialética, moratória social e cultura juvenil colaboraram para a compreensão do sujeito jovem nas suas

mais diversas facetas. Assim, traçou-se a trajetória histórica da participação sociopolítica da juventude no Brasil Republicano, especialmente o percurso dos jovens conservadores.

O terceiro capítulo apresentou o caso do Movimento Brasil Livre, suas origens e suas pautas políticas. Objetivou-se, nesse capítulo, compreender e analisar os processos formativos e a discursividade sobre política e educação da juventude militante *on-line* e *off-line* do Movimento Brasil Livre, resultado de diversos discursos contraditórios. Apresentou-se, também, o fenômeno do jovem militante político nas redes sociais e os dados analisados do MBL, coletados na pesquisa netnográfica e no questionário *on-line*. Descreveu-se, ainda, o perfil socioeconômico cultural dos jovens pesquisados.

Fez-se, portanto, a análise textual discursiva das entrevistas semiestruturadas, no quarto capítulo, apresentando o perfil dos entrevistados e, através da entrevista aprofundada, apreendendo os fundamentos da discursividade política dos jovens pertencentes ao MBL, principalmente no que se relaciona a pautas conservadoras defendidas por eles. Buscou-se, portanto, uma maior compreensão dos dados coletados no questionário *on-line*, para comparar as porcentagens com os discursos constituídos pelos entrevistados, enfatizando as concepções sobre a educação.

1 A POLÍTICA E O CAMPO POLÍTICO

Os rumos que a política brasileira tomou, a partir das manifestações sociopolíticas, ocorridas em junho de 2013, passando pelo *impeachment* da presidente reeleita em 2014, Dilma Rousseff, e os resultados das urnas em 2018, levam a uma profunda necessidade de pensar em política e sua ligação com os conceitos de liberdade, diálogo e ação. Faz parte da política, como aponta a filósofa Hannah Arendt (2014), a coragem, uma das atitudes políticas mais elementares. Em tempos de políticas sombrias e autoritárias é preciso traduzir o pensamento arendtiano em práticas concretas:

A coragem é a mais antiga das virtudes políticas e ainda hoje pertence às poucas virtudes cardeais da política, porque só podemos chegar no mundo público comum a todos nós — que, no fundo, é o espaço político — se nos distanciarmos de nossa existência privada e da conexão familiar com a qual nossa vida está ligada (ARENDR, 2014, p.16).

Dessa maneira, este capítulo teve como objetivo discutir a filosofia política de Hannah Arendt, o conceito bourdieusiano de campo, mais especificamente sobre o campo político, articulado com a participação política juvenil de visão ideológica conservadora na contemporaneidade brasileira.

2.1 A FILOSOFIA POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

Desde a aurora do pensamento filosófico ocidental, na Grécia Clássica, vários pensadores debruçaram-se sobre o conceito política e sua relação com a pessoa humana e toda a vida social. Na contemporaneidade, destacam-se Hannah Arendt (1906-1975), Filósofa e expoente da reflexão sobre o pensamento político e Pierre Bourdieu (1930-2002), Filósofo, Sociólogo e pesquisador do campo político.

Além desses dois teóricos, escolhidos para referenciar a política e o campo político, foram selecionados, para contribuir com a discussão, em uma seara ampla de opções, o Sociólogo inglês Anthony Giddens (1938-), o Sociólogo francês Patrick Champagne (1945-) e o Linguista francês Patrick Charaudeau (1939-), que trabalha a análise do discurso político. Também, foram consultadas as obras dos brasileiros Octavio Ianni (1926-2004) e o Cientista político Francisco Itami Campos. Diversos

outros estudiosos, do pensamento político conservador, liberal e neoliberal contemporâneos, foram citados ao longo da pesquisa.

Em seu artigo “Política: conceito bastante complexo”, Iria Brzezinski afirma ser a política um tema complexo, sempre atual, presente em todos os tempos históricos, colocando, como pressuposto de uma pesquisa, sobre o significado da política, o fato de que ela seja uma ação transformadora da história. Aponta como eixo da trajetória do pensamento político, traçado pelos intelectuais políticos, a filosofia aristotélica e platônica, de tradição grega, até o cristianismo, tradição romana, desembocando no Estado, com a constituição da ideia na Idade Moderna. A autora assegura que a política permanece um objeto de pesquisa intrigante. O que realmente é importante, tratando-se da coisa e do campo político, é que os direitos de todos os cidadãos sejam conquistados com consciência política coletiva (BRZEZINSKI, 2019).

Para Arendt, a política é baseada na pluralidade das pessoas e trata da convivência entre os diferentes. Ela será a mediadora entre os diversos interesses particulares e individuais: “a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” (ARENDR, 2014, p.3).

O que torna o ser humano um ser político é a sua faculdade de agir². Para a autora supracitada, sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política, já que é o discurso que torna o homem um ser político. Sem o discurso, a ação inexistiria, pois desapareceria o ator, o agente do ato e ao mesmo tempo das palavras (ARENDR, 2007).

Os discursos e os gestos constituem os modos da ação política. Hannah Arendt recorre à tradição grega para explicar o que vem a ser o discurso. Para os gregos, o falar (*lexis*) era compreendido como maneira de agir (*práxis*). Para haver discurso político era necessária a presença de outros com os quais eram debatidos assuntos políticos na ágora. Pela sua condição dialógica, a política distingue-se de outras formas de conhecimento e até mesmo de outras ações. “Para a autora a política ocorre no diálogo do eu com os outros, com o fito de comunicarem e chegarem a um acordo” (TELES, 2019, p.99).

² A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição [...] de toda vida política (ARENDR, 2007, p.15).

Charaudeau (2018) dá igual relevância ao discurso no campo político. As palavras ditas nesse campo devem ser compreendidas pelo que entendem dizer e pelo que pretendem calar, jamais ao pé da letra. O discurso político é o resultado de uma estratégia, cujo agente nem sempre é soberano. A linguagem e a ação compõem a troca que se dá na sociedade. Portanto, conclui-se que: “pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2018, p.17).

Na obra “A Condição Humana” (2007), Arendt afirma ser o discurso a realidade que torna a pessoa um ser político. Nessa obra, a autora propõe-se a refletir sobre o que as pessoas fazem. O período atual exige de todos uma profunda reflexão sobre o que se faz e qual o rumo tomar-se como nação. Deve-se ter, conforme a sociologia de Bachelard (2000), uma contínua vigilância epistemológica, já que no discurso as pessoas constituem-se seres políticos. Também, faz-se necessária uma atenção redobrada aos discursos políticos. Impreterivelmente, todo cidadão deve atentar-se para a urgência de um juízo crítico sobre esses discursos. É constitutivo do pensamento político o saber ir além do que foi dito no discurso político. Urge um juízo crítico capaz de ler, nas entrelinhas, aquilo que não está sendo dito, as intenções e as contradições da maneira de se exercer a política na contemporaneidade:

Se a função do âmbito público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer, as sombras chegam quando essa luz se extingue por ‘fossos de credibilidade’ e ‘governos invisíveis’, pelo discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete, com exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido (ARENDR, 2000, s.p.).

A ação e o discurso deram à política uma dignidade. Segundo o pensamento arendtiano, quando um povo perde sua liberdade estatal, desaparece igualmente sua realidade política, ainda que consiga sobreviver fisicamente (ARENDR, 2014). Edson Teles, em sua obra “Ação Política em Hannah Arendt” explana a relação entre a ação e o discurso:

Uma das principais características da ação é sua ocorrência juntamente com o discurso. Ação e discurso não são a mesma coisa e cada uma dessas marcas do agir político revelam um lado da pluralidade humana. O discurso

é particularmente importante ao revelar o agente da ação, por meio de suas histórias, e ao dar o consentimento necessário para as realizações coletivas, enquanto a ação está diretamente ligada à questão da natalidade, do novo começo. A revelação do eu, autor e ator da ação, por intermédio do agir e do discurso, expressa a existência por meio do verbo e permite ao agente que se comunique sobre si mesmo, se mostre aos outros, com o fito de revelar a singularidade. Para Hannah Arendt, a ação é essencialmente interação, estar e dialogar com os outros, situação na qual a comunicação por meio do discurso torna-se fundamental (TELES, 2019, p.27).

Arendt (2007) aprofunda a ideia de que, de todas as atividades necessárias e presentes na sociedade, somente duas eram consideradas políticas: a ação e o discurso: “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência” (ARENDR, 2007, p.35).

A força e o imperativo, sem persuasão, eram considerados, pelos gregos, atitudes pré-políticas, próprias da vida fora da *polis*. O espaço público exige um modo de agir político diferente daquele que se atua no espaço privado. O público, aspecto essencial de uma política republicana e democrática, significa tudo o que vem a público e pode ser visto e ouvido por todos e é amplamente divulgado. Arendt (1993) aponta para o triste estado atual da ciência política, a qual, em sua terminologia, não faz distinção semântica entre palavras-chave como: poder, força, autoridade e violência.

Longe de um discurso político público estão todas as manobras políticas na calada da noite, as manobras regimentais parlamentares, os arranjos paroquiais de corredores e os subterfúgios, que tornam a coisa pública e a política alheias à sua essência.

A política pode, ao contrário, desembocar em sistemas de governos totalitários e autoritários. Arendt alertava, em seu tempo, que, em face aos totalitarismos, as revoluções populares vinham fazendo contraponto, muitas vezes aparentemente derrotadas. Contudo, se, a despeito das derrotas, essas contrarrevoluções populares tiverem como fim manter o elã político vivo, todos os sacrifícios para resistir a políticas totalitárias e autoritárias terão sido válidos (ARENDR, 2007).

Portanto, é preciso, aqui, esclarecer uma aparente contradição do pensamento de Arendt: se por um lado certas políticas podem desembocar em sistemas totalitários, por outro, é preciso afirmar que ela também engendra sistemas democráticos, já que estão em disputa visões antagônicas de Estado Democrático. Isso faz parte do universo político.

Segundo o pensamento político de Arendt, o ser humano – na visão filosófica e teológica – existe na política apenas no que se refere aos direitos iguais que os mais diferentes garantem a si próprios. Numa visão política equilibrada, levam-se em conta a diversidade e a igualdade dos cidadãos. As pessoas são diversas em suas necessidades e iguais em seus direitos perante a lei oriunda das políticas de um país. Para os gregos, o espaço público e político é a coisa comum, onde todos se reúnem (a Ágora). Esse espaço comum, a coisa política, é o campo onde todas as coisas se revelam em sua universalidade. Para a autora, a esfera pública, onde se dá a política, enquanto mundo comum, congrega os homens na presença uns dos outros e evita que se esbarrem entre si (ARENDR, 2007; 2014).

Arendt, em uma grande ousadia intelectual, questiona a interpretação dada à clássica definição aristotélica do *zoon politikon*³. Para ela, “o homem é a-político. A política não pertence à essência do indivíduo humano. Ela se dá e se faz presente na relação entre os homens” (ARENDR, 2014, p.3). Em outras palavras, não existe uma substância política que subsista por si própria. Ela é um atributo das relações humanas, sendo, segundo as categorias filosóficas aristotélicas, um acidente do ser.

Para Arendt, a política não era algo inerente ao homem e não se encontrava em toda parte onde havia convivência humana. A política não diz respeito tanto aos indivíduos, mas sim ao mundo surgido entre eles e que sobreviverá a eles. A autora, ainda, faz uma diferenciação terminológica a respeito do pensamento aristotélico:

Essa relação especial entre a ação e a vida em comum parece justificar plenamente a antiga tradução do *zoon politikon* de Aristóteles como animal *socialis*, que já encontramos em Sêneca e que, até Tomás de Aquino, foi aceita como tradução consagrada: *homo est naturaliter politicus, id est, socialis* (‘o homem é, por natureza, político, isto é social’). Melhor que qualquer teoria complicada, esta substituição inconsciente do social pelo político revela até que ponto a concepção original grega de política havia sido esquecida [...] não que Aristóteles ou Platão ignorassem ou não dessem importância ao fato de que o homem não pode viver fora da companhia dos homens; simplesmente não incluíam tal condição entre as características especificamente humanas [...] segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, ‘além da sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*’ (ARENDR, 2007, p. 32-33).

³ “Animal político”, em grego. Segundo o pensamento aristotélico o homem é um ser que necessita de coisas e dos outros, sendo, por isso, um ser carente e imperfeito, buscando a comunidade para alcançar a completude e, a partir disso, ele deduz que o homem é naturalmente político.

Ao explicar o conceito aristotélico de política, Campos (2005) lembra que ela é uma dimensão do ser humano. Faz-se necessária a vivência na *polis* para que indivíduo se constitua como tal. A finalidade da política, de modo diverso das outras atividades humanas, é a vida social considerada em sua totalidade, isso é o seu objeto. Nesse sentido, nem todas as atividades humanas são consideradas políticas. Para que sejam, é preciso que se cumpram alguns requisitos, a saber: que tenham no poder a sua expressão e que se refiram à totalidade da sociedade. O cientista político propõe uma definição de política: “[...] são as atividades, fenômenos e decisões que abrangem relações de poder e que afetam, de alguma maneira, a coletividade, a sociedade global” (CAMPOS, 2005, p.16).

Arendt, ao conceituar a política, menciona os preconceitos que dela se tem quando não se é político profissional. O desinteresse e a aversão à política, historicamente, nunca foram bons companheiros de uma nação. Arendt discorre sobre os conceitos anteriores à ideia propriamente de política, os preconceitos, usados por todos sem a necessidade de embasá-los. Ela considera isso, também, uma forma de política (ARENDR, 2014). Contudo, é preciso esclarecer que o preconceito, acerca da política, não é necessariamente rejeição a ela, mas aos políticos profissionais ou a um grupo político específico.

Anterior ao tempo de Arendt, um teórico político conservador fez apologia ao preconceito, conceito esse abraçado por conservadores na atualidade:

[...] em vez de prescindir de nossos velhos preconceitos, nós os cultivamos em um grau muito considerável e, para nossa maior vergonha, nós os cultivamos porque são preconceitos, de modo que quanto mais tenham durado e mais tenham prevalecido, tanto mais os cultivamos. [...] Muitos de nossos filósofos, em vez de desacreditarem os preconceitos gerais, empregam sua sagacidade em descobrir a sabedoria latente que eles encerram. Se encontram o que buscam (e raramente falham), consideram mais sensato continuar com o preconceito, juntamente com razão que o envolve, do que, prescindindo desta capa, deixar a razão nua; porque o preconceito torna a razão ativa; e pela afeição que lhe inspira, confere-lhe permanência. O preconceito é de aplicação imediata em casos de emergência; dispõe previamente a mente a um curso constante de sabedoria e de virtude, não permitindo que o homem, no momento da decisão, fique hesitante, cético, confuso e indeciso (BURKE, 2014, p. 106, *apud* SOUZA, 2016, p.373).

Os preconceitos referidos por Arendt, em nada têm a ver com os juízos. A filósofa alerta para o perigo de substituir, no âmbito da política, o juízo pelo preconceito. No ambiente da política não há possibilidade de atuação sem a formação de juízos, já que o pensamento político é essencialmente cioso da formação de

opinião. A política deve ocupar-se com o esclarecimento e com a extinção de preconceitos. Ela não é um ente abstrato, pois concretiza-se em indivíduos que se agrupam e praticam intencionalmente ações políticas.

Os eventos políticos levam à tentativa de justificar ou de definir a política, que desemboca quase sempre na classificação dessa “como um meio para se atingir um fim muito mais elevado” (ARENDR, 2014, p.28). A determinação de sua finalidade sofreu variações ao longo da história dos povos. Em suma, a política deve possibilitar e facilitar a sobrevivência do indivíduo na sociedade. O Estado, em cuja figura se concretiza a política, deve, com suas políticas estatais, evitar a guerra de seus cidadãos, possibilitar a subsistência dos povos e ainda garantir um pouco de felicidade para todos (ARENDR, 2014).

Arendt continuou traçando, em sua reflexão, uma relação de causa-efeito entre o conceito de política e o de liberdade entendido no sentido grego da coisa política: “[...] política e liberdade são idênticas e onde não existe essa espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido” (ARENDR, 2014, p.21). Difícil, em todo caso, será sempre chegar a um consenso na definição de liberdade.

O que diferenciava a convivência dos cidadãos na *polis*, das outras formas de convivência humana conhecidas pelos gregos era a liberdade. A coisa política era, para Aristóteles e para os gregos, antes de mais nada, um objetivo e não um meio. O objetivo era a libertação pré-política para exercer a liberdade na *polis*. A tirania e o autoritarismo são as piores expressões de todas as formas de Estado. Na relação entre política e liberdade, nos tempos modernos, entende-se a primeira como um meio e a segunda seu objetivo mais elevado. A persuasão e o convencimento eram o modo verdadeiro do trato político dos cidadãos livres da *polis* grega e supunha liberdade, que não estava atrelada imutavelmente ao ponto de vista ou a posições pessoais (ARENDR, 2014).

O pensamento político popularizou-se ao longo da história. Contudo, muitos se distanciam desse ou daquele lado político, mantendo-se à margem da política, ao menos em sua reflexão, já que a vida está toda ela permeada dessa.

Arendt (2014) apontava, em seu tempo de pós-guerra, um descrédito em relação à política devido às políticas estatais totalitárias e autoritárias. Sua interpelação toma eco nos dias atuais:

A crise reside em que o âmbito político ameaça aquilo por cuja causa ele parecia justificado. Nessa situação modifica-se a pergunta sobre o sentido da política. A pergunta hoje quase não é: qual é o sentido da política? É muito mais natural ao sentimento dos povos que por toda parte se sentem ameaçados pela política e nos quais os melhores se distanciam da política de maneira consciente que a pergunta seja: tem a política ainda algum sentido? (ARENDR, 2014, p.36).

A antiga desconfiança, em relação à política, tornou-se, na modernidade, um preconceito contra a própria política. Nela, a concepção política aponta o Estado como função da sociedade, um mal necessário para a liberdade social. Isto quer dizer que a desconfiança política, algo que não é injustificável, não é juízo formulado, mas um preconceito fabricado e dado por descontado sem ser ajuizado. Haverá sempre que distinguir entre os preconceitos presentes nas falas cotidianas e os disparates, os meros boatos, para facilitar a comunicação e o pensar humano. A coisa política, na sua relação meio-objetivos, tomou como conteúdos, na atualidade, a força e o domínio. A causa da desconfiança como preconceito contra a política está justamente no seu conteúdo, na mudança de paradigma dos meios empregados para se atingirem os objetivos dela (ARENDR, 2014).

A ação em conjunto constitui a esfera política, que é o resultado da participação conjunta de palavras e atos. Por parte dos “políticos profissionais” há uma intencionalidade de monopolizar a coisa política ou o campo político. Para Arendt,

A uniformidade estatística não é de modo algum um ideal científico inócuo, e sim o ideal político, já agora não mais secreto, de uma sociedade que, inteiramente submersa na rotina do cotidiano, aceita pacificamente a concepção científica inerente à sua própria existência (ARENDR, 2007, p.53).

A pluralidade de ideias, de visões de mundo, torna esse um lugar mais rico. Quanto mais pontos de vista houver em uma nação, mais importante e aberta essa será para o mundo. A participação política, o debate, o interesse pela coisa pública e o maior número possível de pontos de vista do mesmo mundo fazem com que esse mundo cresça: “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDR, 2007, p.16).

Pelo contrário, o aniquilamento do ponto de vista antagônico, o cerceamento da liberdade de expressão e de manifestação política e a unanimidade de visão e de pensamento constituem a ruína do mundo no sentido histórico-político. A liberdade de

verbalizar a própria opinião, o direito a ouvir as opiniões alheias e também de ser ouvido, constituem uma parte indispensável da liberdade política. Acabar com o pensamento político contrário por parte de tiranos significará o fim do pensamento humano, incluindo o pensamento do tirano:

Em outras palavras, só pode haver homem na verdadeira acepção onde existe mundo, e só pode haver mundo no verdadeiro sentido onde a pluralidade do gênero humano seja mais do que a simples multiplicação de uma espécie (ARENDR, 2014, p.55).

Arendt (2007) conclui que a atividade por excelência do ser humano é o pensar. O que ela caracteriza como *vita activa*⁴ é possível e ocorre em todos os lugares onde homens e mulheres vivam em condições de liberdade política. Isso aplica-se às principais atividades da *vita activa*: labor, trabalho e ação. Nenhuma outra capacidade humana fica tão vulnerável quanto a ação de pensar. Quando há um governo tirano é mais fácil agir do que pensar. Não é privilégio de poucos o pensar, é condição para o progresso do próprio ser humano. A tradição filosófica desviou o conceito *vita activa* da contraposição ao modo de vida contemplativa e terminou por definir todas as ações humanas, incluindo a política, como um movimento direcionado para a necessidade e a utilidade (TELES, 2019).

Todo o esforço de análise da autora sobre a condição humana tem como único escopo a democracia. Ela alerta sobre a necessidade de se construir e se manter o espaço público. Pensamento e ação políticos devem, necessariamente, no mundo contemporâneo, lutar por uma liberdade política e por derrotar todas e quaisquer formas de autoritarismos.

Na obra “Homens em Tempos Sombrios”, escrita em 1968, Arendt se propõe a traçar o perfil biográfico de diversos homens e mulheres que viveram catástrofes políticas e tempos socioculturais sombrios na primeira metade do século XX. Suas análises, dos erros e acertos desses personagens, possuem um grande valor para

⁴ A expressão *vita activa* é perpassada e sobrecarregada de tradição. É tão velha quanto a nossa tradição de pensamento político, mas não mais velha que ela. E essa tradição, longe de abranger e conceitualizar todas as experiências políticas da humanidade ocidental, é produto de uma constelação histórica específica: o julgamento de Sócrates e o conflito entre o filósofo e a *polis*. Depois de haver eliminado muitas das experiências de um passado anterior que eram irrelevantes para suas finalidades políticas, prosseguiu até o fim, na obra de Karl Marx, de modo altamente seletivo. A própria expressão que, na filosofia medieval, é a tradução consagrada do *bios politikos* de Aristóteles, já ocorre em Agostinho onde, como *vita negotiosa* ou *actuosa*, reflete ainda o seu significado original: uma vida dedicada aos assuntos públicos e políticos (ARENDR, 2007, p.20).

este estudo da ação política nas diversas conjecturas históricas. Já no prefácio, a autora chama atenção ao fato de que os tempos sombrios não sejam novos, como tampouco raros (ARENDDT, 2008). Para a filósofa, tempos sombrios são aqueles aos quais lhes faltam um espaço público e um lugar de fala, onde as pessoas possam revelar-se através do discurso e da ação prática.

O interesse de Arendt, pela filosofia política, resume-se às relações sociais, entendidas como espaço comum construído por homens e mulheres, onde se comunicam e interagem, objetivando a reconciliação de suas existências. Sua obra confrontou o pensamento político com o mundo dos assuntos humanos e foi marcada pela implantação dos regimes totalitários do seu tempo. Isso a levou a refletir sobre a perda de sentido nas ações humanas e a dificuldade de compreender o presente (problematização desenvolvida principalmente em sua obra “Entre o Passado e o Futuro”, escrita em 1954). A questão principal do pensamento arendtiano foi a crise gerada pela decadência da tradição advinda do fenômeno totalitário, “estado máximo de deformação da condição humana” (TELES, 2019, p.45).

Para Arendt, as ideias de durabilidade, estabilidade e permanência, próprias da filosofia política moderna, foram gradualmente deterioradas pela dinâmica inesperada da vida. Os homens e as mulheres modernos, por sobrevivência, sujeitaram-se aos processos de produção abundante e consumo do que foi produzido. As atividades públicas, como a política, privatizaram-se. Os homens políticos, diretamente implicados no jogo político, exercem uma dominação simbólica através do discurso (Arendt apontava o corporativismo dos interesses comuns) frequentemente desassociado da prática: “Numa sociedade dominada pela submissão à produção, as proposições das classes dominantes se confundem com os temas de domínio público, levando os interesses privados a dominarem a esfera pública” (TELES, 2019, p.53).

O *zoon politikon*, autor e ator de cada ação humana, possui como finalidade de sua existência estar entre os outros. Na comunicação, entre os humanos, acontece a política tal como é compreendida por Hannah Arendt. Nessa ação, as pessoas estabelecem os contratos e os negócios humanos, a coisa política. “A ação tem uma temporalidade imediata, existe somente enquanto o ator age e tem como produto efêmero a política, que se extingue assim que deixa de ser exercida” (TELES, 2019, p.90).

Até aqui foram feitas algumas reflexões e pressupostos, com o auxílio do pensamento arendtiano, sobre o conceito política. Esse conceito, “bastante complexo” (BRZEZINSKI, 2019, p.1), necessita de ulteriores reflexões e aprofundamentos. Mas, para o intuito da presente pesquisa é suficiente para dar continuidade às seguintes observações. Faz-se necessária a luta por uma política republicana e democrática. É preciso retomar o interesse e a confiança na política. Quando e onde o povo afastar-se da coisa pública e desinteressar-se das políticas de sua nação haverá o risco de uma tirania totalitária apoderar-se do espaço público. No Brasil, do tempo presente, há uma aproximação significativa da população à temática política, ainda que se encontrem assimilações equivocadas do sentido de política democrática.

Os pressupostos teóricos do pensamento político de Hannah Arendt encontram-se na filosofia grega clássica. O campo ou espaço público é formado pelo conceito de ação, encontrando significado na interação dos homens organizados em grupo, a partir do exercício da retórica e do discurso. “A ação, portanto, performa a ideia de política, constituindo-se como ferramenta hábil à solução dos conflitos engendrados pelo convívio entre seres dotados de linguagem complexa” (MONTIEL, 2018, s.p.). Coube, portanto, a seguir, aprofundar o conceito de campo político.

1.2 O CAMPO POLÍTICO EM PIERRE BOURDIEU

Apoiando-se na literatura do sociólogo francês Pierre Bourdieu, compreende-se o campo e suas propriedades como um microcosmo social, com suas regras (*nomos*) e consensos (*doxas*), em que os agentes localizados no espaço social disputam objetos de interesse. Os pressupostos e os fundamentos teóricos do autor, em relação à política, auxiliam na reflexão sobre a conjuntura contemporânea da política brasileira e dos coletivos juvenis conservadores.

Compreende-se campo, de acordo com o pensamento bourdieusiano, como um espaço simbólico na organização social, dentro do qual as lutas dos agentes pertencentes determinam, validam e legitimam as representações. O campo político é um microcosmo, um pequeno mundo social, relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Ele possui regras próprias do jogo de pertença, de relações, de ações e de processos (BOURDIEU, 1989).

O campo político está repleto de disputas e de interesses que necessitam de um olhar arguto para sua compreensão. Por isso, faz-se necessária uma percepção

do mundo social e da luta política. Esta é, ao mesmo tempo, teórica e prática. Trata-se de uma disputa pelo poder de conservar ou transformar o mundo social (BOURDIEU, 1989). O espaço público-político transformou-se em um lugar de força.

Num estado do campo em que se vê o poder por toda parte [...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: o poder simbólico é, com efeito esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p.7).

O social para Bourdieu é constituído por campos ou espaços de relações objetivas que possuem uma lógica própria. É, portanto, um campo de forças e de lutas; é uma estrutura que constrange os agentes envolvidos, que atuam de acordo com suas posições relativas no espaço social, conservando ou modificando sua estrutura. Os campos são produtos históricos e flexíveis. Seus limites são demarcados por interesses específicos, em que os investimentos econômicos e psicológicos são essenciais para a atuação dos agentes, dotados de determinado *habitus*, no campo (CAVALCANTE, 2014, 2017).

Bourdieu diz que “um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social” (BOURDIEU, 1999, p. 195). Sua autonomia consiste em reger-se por leis próprias que valem para o seu campo e não para o campo vizinho. O agente pertencente a esse campo precisa de uma mudança de pensamento e uma adaptação para jogar as regras do jogo sob pena de exclusão, fracasso ou escândalo.

As estratégias, que os agentes lançam para conservação ou transformação do campo social, relacionam-se ao conhecimento da história das disputas de um campo específico, bem como das ações práticas diante de situações que requerem, do jogador, conhecimento das regras e dos consensos do campo. As relações são contínuas, dinâmicas e parciais e não são perfeitamente encaixáveis, pois cada um tem sua lógica interna e sua história (GRENFELL, 2018).

Nos distintos campos sociais, diferentes agentes disputam seus espaços em uma luta concorrencial pela posse dos capitais. Esse jogo é competitivo e as estratégias utilizadas, pelos agentes, têm as formas mais variadas possíveis, a fim de conservarem ou transformarem as regras do campo. Esses agentes buscam permanecer ou melhorar suas posições. A acumulação de *capitais* (econômico, cultural, social e simbólico) é o que está em jogo nessa disputa. Esses são tanto o

processo num campo, quanto o produto dele. Os campos moldam-se distintamente de acordo com o jogo que é jogado neles (GRENFELL, 2018).

Cada campo é hierarquizado, contudo há ação e mudança dentro dele. Diferentemente do campo da força física, com leis imutáveis, no campo social os agentes que atuam e conhecem, são dotados de senso prático, há um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão e de esquemas de ação (GRENFELL, 2018).

Um campo social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no inteiro desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, *apud* GRENFELL, 2018, p. 104).

Dentre os diversos campos dentro do espaço social, destaca-se o campo político, com narrativa discursiva e disputas próprias. Charaudeau, aproximando-se do pensamento de Hannah Arendt, afirma sobre o discurso:

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano (CHARAUDEAU, 2018, p.8).

Para Bourdieu (1989), o que está em jogo na política é o conhecimento do mundo social, a luta teórica e a prática pelo poder de conservar ou de transformá-lo e as categorias de percepção desse mundo. Para Charaudeau (2018, p. 23, grifo do autor), a política deve ser debatida entre “uma *verdade do dizer* e uma *verdade do fazer*, uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão e uma verdade de discussão que se manifesta mediante uma palavra de persuasão”.

Os agentes políticos ocupam posições determinadas no espaço social e estão igualmente em posições dominadas no campo de produção simbólica. Eles possuem o “poder de nomear” (BOURDIEU, 1989). A política torna-se, dado o desejo de organizar a vida dos indivíduos em comunidade, um campo de ação que dependerá dos espaços de discussão e de persuasão. Esses, para serem validados devem ser separados em domínios, já que a sociedade necessita de reconhecimento e de classificação das trocas realizadas (CHARAUDEAU, 2018).

Os responsáveis políticos devem, constantemente, enfrentar os imperativos práticos, contraditórios, que surgem na luta no seio do campo político. Eles precisam provar sua representatividade e mobilizarem grande número de votos ou de mandatos em relação a outros mandatários. Resolvem, também, o problema que se põe a qualquer grupo preocupado em conhecer e a fazer reconhecer sua força (BOURDIEU, 1989).

A estrutura do campo político – as relações com os ocupantes das outras posições e com as tomadas de posição concorrentes – determina as tomadas de posição e a oferta de produtos políticos. No campo político há uma certa relação de oferta-demanda. As tomadas de decisão dos votantes são produtos de todas as lutas anteriores. A política constitui-se no lugar da “eficácia simbólica”, é uma ação que produz coisas e grupos sociais (BOURDIEU, 1989).

A análise da luta política fundamenta-se nos determinantes econômicos e sociais da divisão do trabalho político. O campo político é um campo de forças e de lutas. É o lugar onde se gera, na concorrência entre os agentes, produtos políticos. Ao cidadão comum, reduzido a consumidor, resta apenas escolher, com alta probabilidade de erro, já que pode estar mais ou menos afastado do lugar de produção (BOURDIEU, 1989).

É preciso apontar, no campo político, o que Bourdieu chama de monopólio dos profissionais da política. A falta de tempo livre e de capital cultural dos simples aderentes faz com que a concentração do capital político fique restrito nas mãos de um pequeno grupo. Os produtos oferecidos, pelo campo político, dependem dos instrumentos de percepção e de expressão do mundo social, bem como o seu acesso por parte dos diferentes grupos (BOURDIEU, 1989). O microcosmo do campo político está separado do resto do mundo. Nele distinguem-se, claramente, os que são profissionais dos que são profanos. Há uma tendência da concentração política nas mãos de poucos profissionais, criando-se as oligarquias.

Segundo Charaudeau (2018), o discurso político não esgota todo o conceito político. Contudo, não há política sem discurso. Bourdieu aponta igualmente os limites desse discurso:

[...] O campo político exerce de facto (*sic*) um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da *problemática* política como espaço

das tomadas de posição efetivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo. A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política lhe assegura (BOURDIEU, 1989, p. 165, grifo do autor).

O mercado da política, denuncia Bourdieu, é o menos livre que existe. Há um grande oligopólio e monopólio dos políticos profissionais. O monopólio da oferta de produtos políticos fica nas mãos de um corpo de profissionais, ou seja, uma pequena unidade de produção controlada pelos próprios profissionais. Nessas condições do jogo, no campo político, as opções dos consumidores são limitadas e ficam condenadas à “*fidelidade* indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos” (BOURDIEU, 1989, p. 166, grifo do autor).

Entram no jogo político os profissionais que possuem competência específica. O *habitus* do político exige (ou deveria) uma preparação especial. Consiste na apropriação do *corpus* de saberes específicos produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado. Bourdieu (1989) cita os principais saberes de um agente político: teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, capacidade de debater. “A primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz”. (BOURDIEU, 1989, p. 196).

Os agentes que atuam no campo político precisam dominar o sentido do jogo político para preverem as posições tomadas pelos outros políticos. O político avisado é o que consegue dominar o sentido objetivo e o efeito social das suas decisões atuais e potenciais. Isso permite-lhe escolher decisões convenientes e convencionadas e evitar aquelas comprometedoras (BOURDIEU, 1989). Um político previsível seria, então, aquele competente, sério, digno de confiança, preparado para assumir “com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço do jogo” (BOURDIEU, 1989, p. 172).

A adesão ao próprio jogo político é exigência *sine qua non* para participar do jogo. Este jogo é produto do jogo, ao mesmo tempo, é a condição de funcionamento desse. Aqueles que possuem o privilégio de investirem no jogo aceitam o contrato tácito que implica a participação nele, reconhecem que vale a pena ser jogado e estão unidos a todos os outros participantes por uma espécie de “*conluio originário*” mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos (BOURDIEU, 1989, p. 173). Charandeau esclarece que:

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Consequentemente o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade [...] e o segundo a uma do verossímil [...] (CHARANDEAU, 2018, p. 46).

As lutas travadas dentro do campo político são disputas pela conservação ou transformação do mundo social, conservando ou transformando a própria visão do mundo social e os princípios que dividem esse mundo. Os agentes políticos disputam, entre si, por manterem ou mudarem as divisões estabelecidas entre as classes, o sistema que estabelece a classificação. Eles legitimam ou contestam as instituições que contribuem para a classificação da sociedade (BOURDIEU, 1989). Neste jogo político há um combate pelo “monopólio da elaboração e difusão do princípio de divisão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados” (BOURDIEU, 1989, p. 174).

Para Bourdieu (1989), os principais agentes desta luta política são os partidos. São organizações combatentes que mobilizam o maior número possível de agentes dotados da mesma visão de mundo social e do seu futuro. Os partidos elaboram e impõem sua representação de mundo social, no intuito de adquirirem adesão da maior quantidade possível de cidadãos e conquistarem postos para garantir o poder. Nesse sentido, percebe-se a manutenção dos privilégios de uma classe e fração de classe dominante no campo político, não somente brasileiro, mas de ordem mundial, em que o protagonismo juvenil na política, que historicamente busca romper com práticas políticas hegemônicas, alinha-se aos discursos dominantes conservadores e neoliberais.

1.3 POLÍTICAS LIBERAL, CONSERVADORA E NEOLIBERAL

Para evitar o risco do uso indiscriminado dos termos liberal e conservador, com suas variantes de sufixo *neo*, faz-se necessária uma diferenciação dos conceitos aplicados à política, à economia e aos costumes.

Ao longo da história, essas formas político-ideológicas trilharam caminhos distintos, ora distanciando-se, ora aproximando-se. Em alguns períodos históricos o liberalismo e o conservadorismo fundiram-se. Observa-se, por exemplo, na atualidade brasileira, essa fusão, resultando em políticas econômicas neoliberais. Contudo, o conservadorismo esteve sempre presente no cenário político. Para Souza (2016), os conteúdos político, teórico e social do pensamento conservador amiúde fundem-se ao pensamento liberal, ao ponto de serem tomados como sinônimos. No entanto, em seus primórdios, tiveram fundamentos diferentes em disputa.

A partir das manifestações sociopolíticas de 2013 e sobretudo nas eleições gerais de 2018, passou-se a observar, com maior frequência, no mundo acadêmico e na mídia, os termos neoconservador, neoliberal, reacionário, progressista, “nova direita” e derivados. Alguns políticos apresentaram-se como ‘conservadores nos costumes e liberais na economia’. Assim, esta pesquisa procura esclarecer os termos usados, antagônicos por vezes, e conciliados entre si noutras conjunturas, na política brasileira contemporânea.

De acordo com Scruton (2020), o conservadorismo é uma fonte de reflexão sobre a ordem política. Surgiu durante as três grandes revoluções acontecidas entre os séculos XVII e XVIII: Revoluções Gloriosa, Estadunidense e Francesa. Esses acontecimentos marcaram os movimentos ditos conservadores. A partir de então, políticos e partidos usam o termo “conservador” para promoverem suas bandeiras. Pode-se dizer que o conservadorismo moderno e clássico é fruto do Iluminismo, ao contrapor-se a ele. O surgimento do conservadorismo tratou-se da tentativa de preservar determinados valores familiares e religiosos em sociedades organizadas apenas pela política.

O berço do conservadorismo é a Europa, principalmente a Inglaterra do século XVIII. Nasceu como uma qualificação do individualismo liberal. Tal corrente de pensamento influenciou diversos países europeus e americanos de maneira diversa. No Brasil chegou, de modo mais contundente, a versão conservadora de Edmund

Burke⁵, considerado o pai do conservadorismo moderno e clássico. Outros autores conservadores como Russell Kirk (1918-1994), Michael Oakeshott (1901-1990) e Roger Scruton (1944-2020) também são conhecidos pelos brasileiros, divulgados sobretudo por institutos liberais e conservadores como o Instituto Mises (SOUZA, 2016).

No pensamento conservador de Burke, a revolução não significa transformação da sociedade. Burke pretendia preservar as instituições políticas britânicas. Ele era monarquista, o que evidencia seu pouco apreço pela democracia republicana. Portanto, considerava os momentos revolucionários como decadentes e degradantes, destruindo, assim, a ordem estabelecida e rebaixando as tradições. Na interpretação de um de seus pesquisadores:

O conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como niveladores sociais. Ou seja, utópicos desejos meramente subjetivos de igualdade. Tais utopias seriam inaceitáveis sob o ponto de vista conservador, uma vez que a desigualdade social seria natural e positivamente constituída (SOUZA, 2016, p.364).

Kinzo (2006) resume o pensamento conservador de Burke nos seguintes traços: concepção de uma sociedade natural, hierárquica e desigual. Ele era hostil às abstrações – de fato, o irracionalismo é outra marca do seu pensamento – e, no seu esquema explicativo, a religião joga um papel proeminente. Sua concepção de sociedade era essencialmente moral, formada por direitos e deveres. Para o conservador irlandês, a igualdade vai contra a natureza. Ele venerava o Estado, como um legado divino. Em suma, defendia a continuidade, a reverência à tradição social e constitucional. Foi chamado de liberal conservador por defender a economia de mercado, a tolerância religiosa e princípios liberais.

Para Scruton (2020), as disputas e diferenças ideológicas, entre conservadores e liberais, começaram no século XVII e se deram no campo das ideias sobre soberania popular, liberdade individual e direitos constitucionais. Em sua análise,

⁵ Edmund Burke (1729- 1797) foi um filósofo e político irlandês, fiel do Protestantismo Britânico. Crítico da Revolução Francesa, escreveu “Reflexões sobre a Revolução em França”. Apoiou causas como a Revolução Americana e a Emancipação Católica. No século XIX Burke inspirou tanto conservadores quanto liberais. No Século XX, Burke foi reconhecido como o fundador do conservadorismo moderno.

Depois de Locke, a fronteira entre a posição liberal e a conservadora se tornou uma fronteira *interna* ao domínio da soberania popular, e entendemos o conservadorismo moderno como movimento político apenas se percebermos que alguns elementos de individualismo liberal foram programados nele desde o início. Em particular, conservadores e liberais concordavam sobre a necessidade de governo limitado, instituições representativas e separação de poderes, além de acreditarem nos direitos básicos do cidadão, que deviam ser defendidos contra a administração de cima para baixo do Estado coletivista moderno (SCRUTON, 2020, p.21, grifo do autor).

É preciso atenção para não se confundir o termo “liberal”. Por um lado, tem-se o liberal como qualificativo de política e filosofia da liberdade individual e, por outro, as ideias e políticas progressistas – que lutam por uma igualdade cada vez maior, promovida pelo Estado – surgidas no socialismo moderno (SCRUTON, 2020).

O liberalismo clássico diz respeito ao aumento da liberdade individual contra o poder do soberano. O conservadorismo moderno foi uma resposta ao liberalismo dito clássico, que assumia ideias tais como os direitos naturais e o direito à propriedade privada. Os liberais enxergavam o ordenamento político como derivação da liberdade individual, já os conservadores viam a liberdade individual como resultado da ordem política:

O que torna uma ordem política legítima, na visão conservadora, não são as escolhas livres que as criaram, mas sim as escolhas livres que ela cria. A questão sobre o que vem antes, liberdade ou ordem, dividiria liberais e conservadores durante os duzentos anos seguintes. Mas, no devido tempo, novas ameaças surgiriam para uni-los, sendo uma das mais importantes o crescimento do Estado moderno (SCRUTON, 2020, p.28).

Cavalcante (2015) indica um quadro, de contornos indefinidos, de um conservadorismo liberal que repercute nas práticas da classe média brasileira: uma combinação singular de ideais meritocráticos com uma histórica dificuldade ou aversão à inclusão social e política de amplo alcance. Tal conservadorismo liberal “à brasileira” surge da combinação de rechaço ao que seriam os experimentos utópicos de “justiça social” com a defesa do livre mercado. Seria algo como o encontro entre a “filosofia política de Edmund Burke com a teoria econômica de Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek” (CAVALCANTE, 2015, p.192).

Como é observado nas últimas décadas brasileiras, existe uma fusão entre conservadorismo e liberalismo, resultando na ideologia neoliberal. Portanto, faz-se necessário um aprofundamento mais acurado em relação a essa categoria.

Considerando tais perspectivas acerca da política, a presente pesquisa move-se no âmbito político-social, buscando compreender as relações sociais existentes no contexto brasileiro contemporâneo no que tange, sobretudo, à ideologia neoliberal, que tem tido bastante influência nas ações governamentais. Ao estudar a ideologia neoliberal, busca-se compreender o que está em jogo e quais são as perdas que os direitos sociais vêm amargando nas últimas décadas e, especificamente, no governo atual⁶.

A doutrina neoliberal, ideologia econômico-política, foi, de tal modo, imposta universal e unanimemente que, nos dias atuais, está quase fora de discussão e de contestação. Contudo, ela não foi o resultado de um acontecimento espontâneo, mas o “produto de trabalho prolongado e constante de uma imensa força de trabalho intelectual, concentrado e organizado em verdadeiras empresas de produção, difusão e intervenção” (BOURDIEU, 2001, p. 7).

Para Chauí (2014), o que hoje é denominado de neoliberalismo nasceu de uma reunião de economistas, cientistas políticos e filósofos, reunidos em Mont Pèlerin, Suíça, em 1947. Os principais expoentes desse grupo foram o austríaco Friedrich Hayek (1899-1992) e o estadunidense Milton Friedman (1912-2006). Hayek é considerado o mais importante representante da Escola Austríaca do pensamento econômico, enquanto Friedman foi um dos líderes mais importantes da escola de economia de Chicago.

No seleto grupo, presente na reunião convocada por Hayek, encontravam-se, ainda, outros ilustres representantes das ideias neoliberais: Karl Popper (1902-1994), Lionel Robbins (1898-1984), Ludwig Von Mises (1881-1973), Walter Eucken (1891-1950), Wallter Lippmann (1889-1974), Michael Polanyi (1891-1976), Salvador Madariaga (1886-1978). Pertencia, também, à Sociedade de Mont Pélerin, Donald Stewart Jr (1931-1999), fundador do Instituto Liberal, o primeiro *Think Tank*⁷ brasileiro, nascido em 1983. Essa instituição atualmente articula e apoia no Brasil movimentos liberais como o Movimento Brasil Livre. Todos eles tinham em comum o fato de serem

⁶ O governo de Jair Messias Bolsonaro, que foi eleito em outubro de 2018 para o mandato presidencial de 2019-2022.

⁷ Instituições que se dedicam a produzir e difundir informações sobre temas específicos, objetivando influenciar ideias na sociedade e decisões na política.

adversários do Estado de Bem-Estar⁸ europeu e inimigos férreos do New Deal⁹ americano.

Embora o combate aos movimentos sindicalistas e de esquerda sejam marcas do neoliberalismo, no campo econômico essa ideologia combatia a concepção liberal do Estado de Bem-Estar Social. Eles pretendiam combater as ideias de esquerda no mundo acadêmico e defender a sociedade de livre mercado.

Na concepção de Anderson (1995, p. 9):

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek (1999-1992), escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.

O neoliberalismo pretendeu, em sua origem, substituir o *status quo* reinante do capitalismo até meados dos anos de 1970. Antes, a sociedade era guiada por dois princípios: primeiro, o keyesiano, de intervenção do Estado na economia, por meio de investimentos e endividamento para distribuição da renda e promoção de bem-estar social, procurando, com isso, diminuir as desigualdades. O segundo princípio, que balizava a sociedade capitalista, era o fordismo, organização industrial planejada, funcional, trabalho industrial a longo prazo, com centralização e verticalização das plantas industriais e grandes montagens concentradas em único espaço, com grandes estoques e uma política de aumento da capacidade de consumo dos trabalhadores (CHAUÍ, 2014).

⁸ “Tendo origem na Grã-Bretanha e sendo usada em geral de maneira livre, esta expressão tornou-se amplamente difundida tanto nos círculos jornalísticos quanto acadêmicos depois da Segunda Guerra Mundial. Visava descrever um estado que, em contraste com o ‘estado do vigia noturno’ do século XIX, preocupado basicamente com a proteção da propriedade, ou com o ‘estado-potência’ do século XX, preocupado basicamente, durante a Segunda Guerra Mundial, com a vitória total, utilizaria o aparato do governo para conceber, implementar e financiar programas e planos de ação destinados a promover os interesses sociais coletivos de seus membros. Destruiria [...] os cinco males gigantes: a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade” (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996, p. 260-261).

⁹ “Conjunto de medidas de política econômica tomadas nos Estados Unidos entre 1933 e 1940, sob a liderança do presidente Franklin Roosevelt, com a finalidade de produzir a recuperação da Grande Depressão e Corrigir defeitos no sistema que se acreditava terem sido por ela revelados. Não há uma teoria única subjacente nas medidas tomadas. Todas as espécies de coisas foram experimentadas. Muitas medidas foram descartadas porque as condições a que se destinavam tinham sido ultrapassadas, por terem fracassado ou por se revelarem inconstitucionais” (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996, p. 522).

Para Marilena Chauí (2014), as propostas dos neoliberais foram as seguintes: fortalecimento do Estado, no sentido de fazer frente ao poder dos sindicatos e dos movimentos operários; controle do dinheiro público e cortes nos encargos sociais, com a finalidade de estabilizar a moeda e restaurar a taxa de desemprego necessária para formar uma massa de reserva; reforma fiscal, para incentivar os investimentos privados, reduzindo os impostos sobre capital e fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual (o que se observa no Brasil atual: os ricos pagam menos impostos que os pobres), os impostos incidem sobre o trabalho, o consumo e o comércio; afastamento do Estado na regulação da economia, deixando o mercado à *mercê* de sua própria (ir)racionalidade.

Retornando à discussão sobre a trajetória do neoliberalismo, salienta-se o que Anderson (1995) descreveu minuciosamente ao traçar seu percurso histórico, expondo que, depois de um período de incubação nas décadas de 1950 e 1960, as ideias neoliberais vieram à baila no início dos anos de 1970, com uma crise econômica cíclica própria do capitalismo. As propostas neoliberais para a crise foram as de enxugar o Estado nos seus investimentos sociais e estabilizar a economia, sobretudo, baixando as taxas de inflação. Os grandes expoentes desse período áureo neoliberal, da década de 1980, foram Margareth Thatcher (1925-2013) na Inglaterra e Ronald Reagan (1911-2004) nos Estados Unidos da América (ANDERSON, 1995).

A prioridade neoliberal era deter a grande inflação dos anos de 1970. Nesse sentido, o neoliberalismo teve aparente sucesso. Cresceu também nesse período a taxa de desemprego, considerada como “mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente” (ANDERSON, 1995, p. 15). Igualmente, teve crescimento o grau de desigualdade.

Tanto na análise de Chauí (2014), quanto na de Anderson (1995), no que tange à reanimação do capitalismo avançado mundial, o neoliberalismo fracassou. A desregulamentação financeira criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Houve, nos anos de 1980, um enorme crescimento dos mercados de câmbio internacionais. As transações monetárias diminuíram o comércio mundial de mercadorias reais. Igualmente pífio foi o resultado do enxugamento do Estado, apesar de todas as medidas para conter os gastos sociais.

O capitalismo avançado entrou em recessão novamente em 1991. Contudo, nesse período, o neoliberalismo ganhou um novo impulso. A queda do comunismo,

na Europa Oriental e na União Soviética, constituiu um segundo alento para o neoliberalismo. Para Anderson (1995), a vitória do Ocidente na Guerra Fria¹⁰ sobre o comunismo não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas sim a vitória do neoliberalismo liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos de 1980. “Não há neoliberais mais intransigentes no mundo do que os ‘reformadores’ do Leste” (ANDERSON, 1995, p.17). As consequências foram as típicas neoliberais: deflação, desmonte de serviços públicos, privatizações, crescimento da corrupção e desigualdades sociais.

O neoliberalismo chegou também à América Latina. O pioneiro do ciclo neoliberal da história latino-americana foi o Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet (1915-2006). Nesse país, observou-se a concretização de um dos ideais de Hayek: a liberdade e a democracia “podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse” (ANDERSON, 1995, p.19).

No Brasil, houve um neoliberalismo à brasileira (OLIVEIRA, 1995). Apesar de a ditadura¹¹ não ser caracterizada por políticas econômicas liberais, mas no incentivo à acumulação privada (SADER, 1995), durante a ditadura, iniciou-se a dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu no mandato de José Sarney¹²(1930-). Naquele período, a pregação antissocial neoliberal encontrou terreno fértil em solo brasileiro. Fernando Collor¹³ (1949-), com seu discurso de caça aos marajás, deu prosseguimento às políticas neoliberais. Infundiu-se, então, na população, o desespero, que via no Estado desperdiçador a causa da má distribuição de renda e depredação da saúde, da educação e demais políticas sociais.

¹⁰ Período de tensão geopolítica entre a União Soviética e os Estados Unidos e seus respectivos aliados, o Bloco Oriental e o Bloco Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial. Considera-se geralmente que o período abrange a Doutrina Truman de 1947 até a dissolução da União Soviética em 1991.

¹¹ A Ditadura Militar brasileira foi o regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares.

¹² José Sarney de Araújo Costa é um advogado, político e escritor brasileiro, que serviu como o 20.º vice-presidente do Brasil durante 1985 e como o 31.º Presidente do Brasil de 1985 a 1990.

¹³ Fernando Affonso Collor de Mello, mais conhecido como Fernando Collor, é um político brasileiro. Foi o 32º Presidente do Brasil, de 1990 até sua renúncia (antes do termo do processo de *impeachment*) em 1992.

O neoliberalismo à brasileira, “avacalhado e avacalhador” (OLIVEIRA, 1995, p. 26), prosseguiu nos seguintes governos: Itamar Franco¹⁴ (1930-2011) e Fernando Henrique Cardoso¹⁵ (1931-), bem como nos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, com algumas ressalvas a serem analisadas com mais detenção. Contudo, a sociedade civil organizada ainda possui forças para barrar seu avanço. O incipiente neoliberalismo brasileiro não podia contar com a força repressora do Estado, como no caso chileno, pois deparava-se com uma forte burguesia¹⁶ industrial protegida pelo Estado e com um movimento social e político de esquerda com capacidade de resistência. Nisso consiste, segundo Sader (1995), a especificidade do neoliberalismo brasileiro.

No governo ponte de Itamar Franco, a hiperinflação foi administrada, paulatinamente, para ser lançada em seguida a ideologia neoliberal como solução. “O receituário do Plano Real possuía letalidade entre nós por duas facetas: enquanto a economia se recuperava, o social piorava” (OLIVEIRA, 1995, p.26).

Consoante com Oliveira (1995), o grande mal que o neoliberalismo provocou, no Brasil dos anos de 1990, foi o ataque à esperança. Confrontou os movimentos populares e enfraqueceu os sindicatos e movimentos operários. Ao destruir o princípio da esperança dos progressistas abriu caminho para aumentar, ainda mais, a força da onda conservadora de que o Brasil sempre teve memória.

Jorge Mattoso (2013), ao fazer um balanço dos primeiros dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores - PT (2003-2013), relata que, no início do primeiro governo Lula (2003-2006), houve a necessidade de combater a especulação, com medidas que buscassem recuperar o controle da macroeconomia. Foram feitas, assim, as minirreformas tributária e previdenciária, elevação dos juros e controle fiscal. Contudo, não foi só isso que o PT fez, o que o diferenciou das políticas estabelecidas no pós-1994, controlando a inflação, mas com escasso crescimento. Mesmo que

¹⁴ Itamar Augusto Cautiero Franco foi um engenheiro, militar e político brasileiro. Foi o 21.º Vice-presidente do Brasil durante o governo de Fernando Collor e, após o titular ter sido afastado da presidência por um processo de impeachment, assumiu como o 33.º presidente do Brasil, tendo governado entre 1992 e 1995.

¹⁵ Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, é um sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro. Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi o 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003.

¹⁶ Em uma nota à edição inglesa do “Manifesto do Partido Comunista” de 1888, no capítulo denominado “Burgueses e Proletários”. Engels (2011, p. 45), assim define a burguesia: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado”. Esclarece-se que este é o sentido de burguesia que se adota no presente texto.

flertando com as políticas econômicas neoliberais (por exemplo, as privatizações), o governo do Partido dos Trabalhadores lançou uma série de ações políticas no campo social, sobretudo na redistribuição de rendas, no combate à pobreza, à fome, ao acesso às universidades, etc. Sader (2013) caracteriza os governos Lula e Dilma de pós-neoliberais, por priorizarem as políticas sociais e não o ajuste fiscal, os processos de integração regional e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos e a priorização do papel do Estado como promotor do crescimento econômico e da distribuição de rendas, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado.

Contudo, houve um surgimento de um fenômeno alertado por Chauí (2013), que se trata do paradoxo de se dizer, no Brasil, depois de dez anos de políticas contrárias ao neoliberalismo, que os trabalhadores ascenderam à classe média, quando na verdade o que cresceu foi a classe trabalhadora. Houve, de fato, uma transformação na composição da sociedade brasileira. Isso em decorrência dos programas de transferência de renda, inclusão social, garantia do emprego e aumento do salário mínimo. No entanto, encontram-se elementos trazidos do neoliberalismo: fragmentação, terceirização e precarização do trabalho. Conclui, Marilena Chauí, relatando o que ocorreu nos anos de governo petista:

O crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento da classe média, e sim de uma nova classe trabalhadora heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência (CHAUÍ, 2013, p.129).

Apesar de ser nítido o crescimento econômico e social no Brasil, o neoliberalismo determinou a difusão em toda a sociedade da ideologia da competência, traduzida em meritocracia, da racionalidade do mercado, prometendo sucesso através do consumo de bens e serviços que indicam autoridade. A nova classe trabalhadora, surgida desse período, é fragmentada e dispersa, pois adere facilmente ao individualismo agressivo e competitivo (CHAUÍ, 2013).

A ideia de inclusão social, promovida pelo governo petista, não é suficiente. Marilena Chauí apresenta o que falta ainda às políticas de Estado para avançarem no processo democrático no país:

Uma reforma tributária que opere sobre a vergonhosa concentração da renda e faça o Estado passar da política de transferência de renda para a da distribuição e redistribuição da renda; uma reforma política, que dê uma

dimensão republicana às instituições públicas; uma reforma social, que consolide o Estado do bem-estar social como política do Estado e não apenas como programa de governo; e uma política de cidadania cultural capaz de desmontar o imaginário autoritário, quebrando o monopólio da classe dominante sobre a esfera dos bens simbólicos e sua difusão e conservação por meio da classe média (CHAUÍ, 2013, p.133).

A partir de 2013, uma onda conservadora neoliberal voltou a subir e observa-se sua ressaca nas mais diversas esferas da sociedade brasileira. Constata-se um avanço sistemático no governo de Jair Messias Bolsonaro, que se elegeu em 2018 com um discurso conservador neoliberal: “conservador nos costumes, neoliberal na economia” (DOMBROWSKI, 2020). Não se sabe, ao certo, o que os conservadores atuais querem, de fato, conservar, nem mesmo são observadas congruências em suas ações (neo)liberais. Para Arendt (2004), a inconsistência tem sido sempre o calcanhar de Aquiles do pensamento liberal.

Seguindo o percurso histórico do capitalismo, em sua versão neoliberal atual, pode-se afirmar, com Salama (1995), que o futuro do capitalismo é o próprio capitalismo, podendo ser um capitalismo neoliberal mais selvagem ainda ou um capitalismo liberal ou social democrata. “O neoliberalismo fracassa e, quando o faz, as razões não são atribuídas ao próprio programa de ajuste, mas à aparente ausência do mercado e à onipresença do Estado” (SALAMA, 1995, p. 51). Os êxitos aparentes e efêmeros do neoliberalismo se fizeram à custa das políticas sociais. A dominação absoluta do mercado, como única alternativa oferecida pelos neoliberais para a crise, consiste em uma das suas debilidades.

No Brasil contemporâneo, a hegemonia neoliberal, e sua expressão política por meio do neoconservadorismo, é observada com mais nitidez conforme enxergava Borón (1995). O resultado mais visível foi o enfraquecimento do Estado e dos direitos trabalhistas. O Estado está cada vez mais submisso aos interesses das classes dominantes e aos pés das instituições guardiãs da grande burguesia internacional: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o regime econômico em torno do dólar. “O Banco Mundial e o FMI se converteram em um gigantesco *think tank* do neoliberalismo” (BORÓN, 1995, p. 95).

Pode-se fazer uma tentativa de conclusão desta primeira parte tomando como empréstimo a análise da filósofa Marilena Chauí:

O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica, nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica

particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam, e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas (CHAUÍ, 2014, p.111).

Os primeiros passos do neoliberalismo é um fato histórico conhecido, assim como seu local, seus autores e sua propagação. Contudo, o percurso histórico não está acabado. As políticas neoliberais estão em curso e faz-se necessária uma contínua observação e ulteriores pesquisas para acompanhar os seus desdobramentos.

A visão política e social do neoliberalismo, segundo Bourdieu (2011), reveste, em sua essência, como racionalizações econômicas, os pressupostos mais clássicos do pensamento conservador de todos os tempos e de todos os países. Baseando-se em muita propaganda midiática, o neoliberalismo apresenta-se sob as aparências de “inevitabilidade” (BOURDIEU, 2011, p.44). Demonstra-se, na contemporaneidade, como uma ideologia hegemônica.

Bourdieu (2011) aponta alguns pressupostos que são impostos como óbvios pelo neoliberalismo: admite-se que o crescimento máximo é o fim último único das relações humanas, faz-se um corte radical entre os campos econômico e social, deixando esse último de lado, e, abandonado aos sociólogos, propaga-se um léxico comum, composto em sua essência por eufemismos que, à força da propaganda, entram no inconsciente coletivo sem ser ajuizado: flexibilização, desregulamentação, competitividade, eficiência, gestão, reformas, etc.

Contudo, o neoliberalismo não consiste só na fé no mercado e sua racionalidade e nem mesmo no enxugamento do Estado e no desaparecimento do fundo público, mas na decisão deliberada de investir o dinheiro público no que é exigido pelo capital (normalmente, como se observa no Brasil atual, nos grandes bancos e nas grandes empresas). “O neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado” (CHAUÍ, 2014, p. 88).

O neoliberalismo é um construto da sociedade capitalista pós-moderna¹⁷. A sociedade capitalista contemporânea é construção da ideologia neoliberal e vice-versa. Chauí (2014) elenca as características do capitalismo atual. Observa-se, no

¹⁷ O pós-modernismo corresponde a uma forma de vida determinada pela insegurança e violência institucionalizada pelo mercado. Essa forma de vida possui quatro características: insegurança, dispersão, medo e sentimento do efêmero (CHAUÍ, 2014).

cenário atual, que: o desemprego e a terceirização tornaram-se estruturais; o monetarismo e o capital financeiro constituem “o coração e o centro nervoso do capitalismo” (CHAUÍ, 2014, p. 89); a ciência e a tecnologia converteram-se em agentes de acumulação do capital; os direitos vão se tornando serviços privados regulados pelo mercado; o centro político, jurídico e econômico já não é em cada país, mas no FMI e no Banco Mundial, que ditam inclusive as políticas educacionais dos países.

Assim, como as características universais do capitalismo são um reflexo do neoliberalismo, observa-se, na configuração da sociedade brasileira, os traços da ideologia neoliberal ou o resultado de anos de propaganda e políticas neoliberais. Chauí (2014) aponta os seguintes traços em relação à cultura brasileira: relações sociais hierárquicas ou verticais; relações sociais e políticas baseadas em contatos pessoais, tendo como resultado a tutela, o clientelismo, o paternalismo, o populismo e o mandonismo; desigualdades sociais e econômicas abismais; leis percebidas como inócuas e inúteis, abrindo espaço privilegiado para a corrupção. Em suma, “a sociedade brasileira é violenta e sua violência tende a aumentar com o avanço neoliberal, que fortifica carências e privilégios” (CHAUÍ, 2014, p. 103).

Quanto à perspectiva de Anderson (1995), o neoliberalismo é um movimento ideológico. Sua escala é mundial, um fenômeno jamais produzido pelo capitalismo em outras épocas históricas. “Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 1995, p. 22).

Nos campos da economia e da política, que vêm andando de mãos dadas na contemporaneidade, verifica-se o abismo social que o neoliberalismo vai abrindo. O jogo que se joga no liberalismo não possui regras iguais para todos. Bourdieu (1989, p. 204) explica como acontece esse movimento: “Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais”.

Em suma, o panorama mais realista e visível das consequências da doutrina neoliberal é o Estado à deriva, cada vez mais, de suas incumbências sociais. Assim, há a depreciação da coisa pública, há a exaltação da eficiência da iniciativa privada em detrimento do serviço público, como se o empreendedorismo – palavra cara aos neoliberais – só fosse possível nas empresas privadas. Consoante, o indivíduo torna-

se o único responsável por sua infelicidade e, subjacente a esse discurso, há um outro elegante de meritocracia (BOURDIEU, 1998).

Na contemporaneidade do Brasil, contata-se uma movimentação peculiar que Bourdieu já descrevia há mais de 20 anos: “de forma geral, o neoliberalismo faz voltar, sob as aparências de uma mensagem muito chique e muito moderna, as ideias mais arcaicas do patronato mais arcaico” (BOURDIEU, 1998, p. 49).

A nova revolução conservadora tem como bandeiras o progresso, a razão e a ciência (que no caso se trata da economia). O neoliberalismo conservador, ainda segundo Bourdieu (1998), exalta a lei do mercado, que consiste na lei do mais forte, da concorrência desigual, glorifica a volta a um capitalismo radical, sem freio, com novas técnicas de manipulação, como podem ser o *marketing*, a publicidade comercial, as pesquisas de mercado, etc.

Há, no neoliberalismo, uma espécie de “neodarwinismo social” (BOURDIEU, 1998, p. 58), pois é apresentada uma sociedade em que os melhores e mais brilhantes são os que triunfam. Não há nada de mais conservador e arcaico nessa visão. A inevitabilidade histórica fundava-se no primado das forças produtivas, sem outra regulação, a não ser as vontades concorrentes dos produtores individuais. O programa neoliberal encontra sua força político-econômica naqueles cujo os interesses ele representa: acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou social-democratas, etc. (BOURDIEU, 1998).

Enfim, trata-se de um discurso e de uma prática centrada, principalmente, na redução do custo da mão de obra, cortes das despesas públicas (veja-se no Brasil o Projeto de Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos em 2016, congelados por 20 anos, sendo tão bem nomeada pela oposição de “PEC da morte”), flexibilização do trabalho (reforma trabalhista do governo Temer¹⁸ de 2017). Em sua maioria, essas políticas vêm ditadas pelo FMI e outros organismos internacionais. Um programa que destrói metodicamente os coletivos e a visão coletiva da sociedade, visando lidar apenas com o indivíduo, ainda que se trate de empresa, sindicato ou família (BOURDIEU, 1998).

A fé dos liberais no crescimento econômico, irracional à primeira vista, e tão característica das atuais teorias políticas e econômicas, depende da noção de

¹⁸ Michel Miguel Elias Temer Lulia é um político, advogado e escritor brasileiro, que serviu como o 37.º Presidente do Brasil de 31 de agosto de 2016, empossado após o *impeachment* da titular, Dilma Rousseff, a 1 de janeiro de 2019.

crescimento contida na ideologia neoliberal. A função de toda ação, entendida por Arendt como política, diferente do simples comportamento, é interromper aquilo que, de outra maneira, prosseguirá automaticamente, de forma previsível (ARENDR, 1993. Não há verdadeira democracia sem verdadeiro contrapoder crítico. “O que está em jogo hoje é a reconquista da democracia contra a tecnocracia: é preciso acabar com a tirania dos especialistas, estilo Banco Mundial ou FMI” (BOURDIEU, 2011, p.39).

1.4 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: TRANSFORMAÇÃO OU CONSERVAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO?

A partir das jornadas de manifestações de junho de 2013, ocorridas em todo o território brasileiro, o tema da participação política da juventude ganhou um novo interesse na discussão e no debate acadêmico. Juventude, política e participação tornaram-se temas na agenda acadêmica. As novas formas de participação política, em tempos de redes sociais, constituem um objeto de bastante interesse e necessária observação científica. Diversos autores apontam para o fato de que, apesar de os jovens negarem a política, eles se servem dos espaços e das formas convencionais ou não convencionais de participação, ocupando ambos os locais.

Participação política refere-se a processos e formas, através dos quais os membros de uma sociedade são envolvidos em seu sistema político. Essa participação decorre de processos sociais, históricos e conjunturais, capazes de integrarem e condicionarem o indivíduo como membro de uma comunidade. Nesse envolvimento, ele pode simplesmente votar ou ter atividades políticas informais (discutir política, ir a eventos) ou até mesmo ser dirigente político e ligar-se a grupos políticos, a movimentos ou a partidos, etc. Não é fácil discutir participação política, pois não há um claro entendimento, entre os estudiosos, quanto à causalidade estabelecida na relação entre o comportamento do indivíduo e o funcionamento das instituições (CAMPOS, 2005).

O tempo da juventude é um momento da vida interessante para se observar a construção da identidade política. É um tempo de tensão entre a herança familiar, escolar e a influência de novas experiências e novos contatos interpessoais. Essa crise de mediações políticas provoca, no sujeito jovem, posicionamentos frente a tudo o que diz respeito à sociedade na qual está inserido. A juventude é tempo de transição na constituição da identidade política dos indivíduos. Apesar do engajamento e

participação juvenil em causas políticas, a juventude é caracterizada por sua grande mobilidade, fluidez e flexibilidade da própria identidade política. Os jovens não são despolitizados. É preciso, contudo, identificar os modos como eles recompõem sua relação e participação com e na política (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Houve protagonismo juvenil na participação política, em diferentes períodos históricos do Brasil. Para percorrer a trajetória dessa participação, foi necessária uma compreensão dos diversos modos pelos quais ela pode acontecer. Abramo (1997) apontou para a dificuldade generalizada de se perceber e de tratar os jovens como sujeitos significativos nos processos sociais e políticos no país. Essa dificuldade vai desde a desqualificação como interlocutores a serem tomados como alvo de intervenções formuladas por diferentes atores sociais. Descrevendo, principalmente, as décadas de 1980 e 1990, a autora afirma que os partidos políticos, principalmente os de esquerda, “colaram-se exclusivamente e de um modo sufocantes às entidades estudantis, mas sem conseguir apostar ao mesmo tempo em sua capacidade de representação e mobilização” (ABRAMO, 1997, p.9).

Há uma significativa parcela de estudos que traz o debate em torno das categorias juventude e política, sendo possível perceber a prevalência de discussões que associam juventude, mais precisamente à temática da participação (ABRAMO; VENTURI, 2000; MELUCCI, 2001; BAQUERO, 2004a, 2004b, 2004c; KRISCHKE, 2005; CASTRO, 2008, 2009).

Grande parte da literatura da sociologia da juventude, principalmente os trabalhos sobre a juventude em interface com a política, coincide em relatar a grande dificuldade de se considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando essa é a intenção. Tal obstáculo manifesta-se na incapacidade, de parte de agentes públicos, de superar a visão da juventude como “problema social”. Dificuldade igualmente percebida no intento de

Incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a enunciação e solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los (ABRAMO, 1997, p.10).

A participação política da juventude é entendida como um espaço de construção e de questionamento dos modelos políticos consolidados pelas gerações anteriores. Isso nem sempre resulta em uma avaliação positiva da sua intervenção

política, em grande medida porque ocorre à margem dos mecanismos institucionais do sistema democrático. Tratar da participação da juventude, na atualidade, é ter a clareza de que existem diferentes espaços de participação e que são distintos das formas tradicionais de participação política. Os modos de se ocupar o espaço no debate público variaram ao longo da história. A participação formal tem uma ligação direta com a democracia, porém não é exclusiva (OLIVEIRA, 2015).

Para Castro (2008), a participação política juvenil não acontece em um vazio cultural e histórico, mas em sociedades concretas, que carregam as marcas singulares de sua história e as dificuldades específicas de seu presente. “Não pode ser desvinculada das condições subjetivantes que darão forma ao sentimento de pertencimento à coletividade por parte de jovens e como essa coletividade é representada por eles” (CASTRO, 2008, p.253).

Os caminhos constituídos pela juventude brasileira, para pertencer e responsabilizar-se diante dos fatos históricos e sociais do país, revelam as mais variadas possibilidades de participação política, que se deram no passado e se dão na contemporaneidade. Para compreender a participação e o envolvimento político dos jovens, seu sentido e significado, foi preciso compreender o fenômeno sociopolítico no qual acontece tal participação. Também são necessárias uma compreensão e descrição do modo como “as questões por eles trabalhadas provocaram impacto e significação na deflagração de outros comportamentos juvenis” (ABRAMO, 1994, p.85).

Para Foracchi (1972), a participação política é uma canalização da insatisfação dos jovens, das muitas possíveis. Quando institucionalmente a discussão política e ideológica é favorecida a grupos juvenis, tais ajuntamentos complementam, de forma extracurricular, a formação política da juventude. Quando isso não é permitido, dar-se-á na clandestinidade, realizando as mesmas funções do grupo permitido.

Castro (2008) discute a participação como uma demanda subjetiva, isto é, como o reposicionamento que os indivíduos fazem frente à sociedade mais ampla. Essa participação expressa-se pela maneira como cada indivíduo busca vincular-se à coletividade e lançar-se em espaços de discurso e de ação com o objetivo de afirmar-se como seu membro. A autora supracitada ainda questiona a noção de “participação política”, entendida apenas como ação engajada por meio dos mecanismos instituídos de pressão e reivindicação.

A busca pelo bem comum, nos mais variados modos de engajamento político, vai além da militância nas organizações partidárias. As mais diversas gerações de juventudes brasileiras, igualmente a nível mundial, participaram no cenário político de modos diversos, segundo as conjecturas sociais do período histórico: “a questão da participação dos jovens abre novos horizontes para compreender como em cada contexto histórico e cultural a própria política (entendida como a forma de refundar a convivência social) pode ser reinventada” (CASTRO, 2008, p.254). Compreender a participação dos jovens abre novos horizontes para se entender como, em cada contexto histórico e cultural, a própria política pode ser reinventada.

O processo de internalização política é feito através das experiências que levam os jovens a se perguntarem sobre as contradições observadas no seu entorno. Isso faz com que eles procurem por outros que possam ajudá-los a buscarem respostas e ações frente às demandas de sua geração e de seu tempo. Na contemporaneidade, as novas gerações não se identificam tanto com organizações hierarquizadas e burocratizadas e preferem experiências políticas não-convencionais, “expressivas” e informais (CASTRO, 2008). A ação de militar, no movimento estudantil ou no partido, confere, aos jovens, reconhecimento social e pertencimento. Ressalta-se que militar politicamente, em época de redes sociais, confere visibilidade, engajamento, seguidores, curtidas e, inclusive, monetização.

Há experiências reais de participação política durante a juventude, quando os sujeitos jovens protagonizam situações de construção de espaços comuns de negociação e de luta (CASTRO, 2008). Tal participação pode ter um alcance local, o bairro, a própria comunidade ou a escola, bem como pode chegar a ter uma abrangência nacional. Dos vários exemplos recentes no Brasil, de participação juvenil protagonizando negociação e luta por direitos juvenis, pode ser citado o movimento dos e das ocupas¹⁹ secundaristas no ano de 2016.

Compreender a participação política e social da juventude contemporânea traz consigo uma importância social relevante na pesquisa científica, já que parece que os jovens não se interessam mais por política, como apontam alguns estudiosos (CASTRO, 2008).

¹⁹ Em outubro de 2016, estudantes secundaristas de 22 estados do Brasil protestaram contra a Medida Provisória nº 746 (MP 746), conhecida como a Reforma do Ensino Médio, e o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 241) que, mesmo sobre as manifestações foi aprovada no congresso e congelou investimentos públicos e políticas sociais. Entre as mobilizações contrárias à MP 746 e à PEC 241, mais de 1.000 escolas foram ocupadas por estudantes em todo o país (ZALUSKI, 2019, p.262).

Caberia perguntar-se a qual tipo de política e a que tipo de desinteresse se referem. Constata-se que, a partir de junho de 2013, houve, no Brasil, uma transformação nesse cenário de desinteresse e ausência de participação no debate político. Observam-se, na história do Brasil, períodos de intensa participação política seguidos por períodos “pós-conquistas” de uma aparente letargia da juventude e de um arrefecimento da militância no cenário nacional (período pós redemocratização a partir de 1985 e décadas depois do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello a partir de 1992, são exemplos claros).

Castro (2008) apresenta algumas causas desse aparente desinteresse pela política e escasso engajamento da juventude na política tradicional. As novas gerações já não se identificam tanto com organizações hierarquizadas e burocratizadas, como podem ser os partidos políticos, os sindicatos e até mesmo as agremiações estudantis. Privilegiam-se experiências políticas não-convencionais e informais. As reuniões dos diretórios acadêmicos, as reuniões na sede do partido, as assembleias e outros encontros clássicos de pertencimento e participação políticos são substituídos hoje por *lives* no *Instagram*, postagens em redes sociais, vídeos no *Youtube*, ações sociais ou ecológicas de voluntariado nas mais variadas Organizações não Governamentais (ONGs), etc.

Nas duas últimas décadas (2000-2020), a nível nacional e internacional, diversos autores apontaram a relação da juventude com a política institucionalizada como sendo uma relação de suspeitas. As ações tradicionais, ocorridas no interno de um partido político, são consideradas como fatores que atrasam e impedem uma ação engajada. Há uma recusa, por parte dos jovens, à institucionalização política de suas ações. Isso acontece devido à visão que a juventude tem dos partidos políticos. De acordo com essa visão, as ações dos partidos estão mais a serviço da própria máquina partidária, do que no empenho da transformação social. Essa crítica estende-se às associações estudantis “por elas serem partidárias e não tolerarem a não-partidarização das lutas” (CASTRO, 2008, p.264). Contudo, observa-se que a juventude (neo)liberal conservadora, pesquisada na atualidade, volta a ter aspirações políticas partidárias, tanto de modo individual como grupal. Porém, ao entrar no campo político, elas têm mais conservado do que transformado esse mesmo campo.

Identifica-se que os jovens contemporâneos encontraram uma nova forma de participação política, com um novo alcance de difusão de ideias e novas formas de discussão através das plataformas digitais:

As redes sociais permitem, aos jovens, novas formas de participação cívica e protagonismo político que tomam lugar num terreno manifestamente cultural. É evidente que o acesso às redes sociais não se encontra democratizado e, dependendo do uso, as redes sociais também podem favorecer condutas alienantes. Mas é importante pesquisar novas janelas de oportunidade, de participação e de emancipação que se abrem neste domínio relacional dominado pelas novas tecnologias (PAIS; OLIVEIRA; NEDEL, 2017, p.312).

Na atualidade, os jovens, que têm algum interesse pela política, possuem à disposição diversos espaços e formas de atividades, podendo escolher mais de uma delas. Eles não se limitam mais aos espaços convencionais de atuação. Essa mudança nas formas de participação na política reflete as transformações do que significa ser jovem e vivenciar a juventude em um mundo cada vez mais globalizado. “A *internet*, enquanto espaço e forma não convencionais de participação, surge como uma das várias modalidades de participação política presente nas sociedades modernas” (SILVA FILHO, 2017, p.12).

A política é percebida pelos jovens militantes como uma forma de vida e de compreensão das relações sociais, bem como outorga de reconhecimento social e pertencimento. Situar suas ações no horizonte da política significa, para esses jovens, dar novo sentido às experiências cotidianas à luz de outros entendimentos, que ampliam o raio de determinação dos acontecimentos. O espaço do grupo e das discussões no partido e nas organizações constitui-se como a sustentação objetiva dessa construção coletiva: estar em grupo fazendo ou discutindo realiza, objetivamente, o esforço para “ser político”, ainda que essa experiência esteja pontuada por traições, rachas e conflitos (CASTRO, 2008).

O Estatuto da Juventude²⁰ (2013) garante direitos aos jovens à diversidade, à igualdade, à sustentabilidade e ao meio ambiente. Há um direito garantido a eles que deve ser destacado aqui: o da cidadania, de participação social e política, direito à

²⁰ Lei número 12.852, de 5 de agosto de 2013, promulgada no governo da Presidente Dilma Rousseff. Instituiu o Estatuto da Juventude e dispôs sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.852-2013?OpenDocument. Acesso em: 20 jan. 2020.

representação juvenil, seja ela individual ou coletiva. Esse direito garante a participação desses, por representação ou como indivíduo, na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventudes. Trata-se de uma nova maneira de participação política por parte dos jovens que tem sido observada no Brasil contemporâneo. Nota-se que, sobretudo na primeira década do novo milênio, a juventude brasileira tem passado de protagonista, nas grandes transformações e lutas sociais, ao papel de objeto de políticas sociais e sujeito de direitos.

Contudo, nas últimas duas décadas, o ativismo político da juventude tem aumentado ao invés de diminuir, como foi apontado por vários pesquisadores. Pippa Norris, da Universidade de Harvard (*apud* KRISCHKE, 2005), sustenta que houve, entre a juventude, um salto qualitativo nas modalidades de participação política. A mudança tem acontecido em um movimento de transferência da participação mais formalizada e convencional para uma participação mais espontânea, associativa e não-convencional:

A importância crescente das formas não-convencionais de participação política começou a ser observada a partir de contradições aparentemente inexplicáveis, das atitudes acerca da própria participação convencional, principalmente no caso dos partidos políticos. Alguns autores buscaram encontrar na juventude a origem dessas contradições, em uma mudança geracional supostamente inexorável, de 'desafeição' ou 'desalinhamento' partidário, decorrente da chamada 'pós-modernização' (KRISCHKE, 2005, p.14).

A desconfiança e o afastamento, por parte da juventude em relação à política institucional, não significam alienação. Ao buscar novas formas de participação política, à margem das instituições partidárias, a juventude, talvez, esteja fazendo uma crítica a esse sistema. A política, tal qual a veem, não consegue dar respostas às suas demandas. Os jovens esperam uma reinvenção dela (FLORENTINO, 2008). Os jovens (neo)liberais e conservadores da atualidade atuam na política e possuem um discurso de renovação e crítica à "velha política", como nomeiam as práticas da maioria dos atuais políticos brasileiros. Porém, ao entrarem no campo político, elas têm mais conservado do que transformado esse mesmo campo.

Esta pesquisa, então, optou por compreender e observar especificamente formas não-escolares, não-estudantis, não-convencionais de participação e ação coletiva juvenil. A *internet* e, conseqüentemente, as redes sociais, tornou-se a ferramenta de integração de interesses. A juventude buscou, por esse canal, novas

formas de engajamento político para a transformação da sociedade. Tem havido um aumento do interesse dos jovens em pertencerem a essas comunidades virtuais (BAQUERO; MORAIS, 2018).

Por fim, cabe ressaltar que uma cultura de participação juvenil na política demanda jovens com eficácia política e dispostos a se envolverem nas mais variadas iniciativas políticas, para pressionarem o Estado a proporcionar as demandas sociais para um futuro melhor. Se não houver essa disposição, o que se terá no lugar será desconfiança e apatia. Por outro lado, o desempenho das instituições democráticas é o que ganha ou não a confiança dos jovens, nelas produzindo, ou não, uma cultura política participativa (BAQUERO; MORAIS, 2018). Há ainda outros tipos de ação política, prefigurativas, que na própria ação já acontecem mudanças, ainda que não sejam alcançados os objetivos por parte do Estado.

2 JUVENTUDES CONSERVADORAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Este capítulo objetivou discutir sobre a categoria juventude, a partir da trajetória de sua construção na sociologia, para colocar pressupostos epistemológicos para a análise e descrição dos jovens conservadores (neo)liberais pesquisados, bem como sua participação e discursividade políticas. Para a finalidade da pesquisa, enfatizou-se – entre as várias correntes e perspectivas da sociologia da juventude – a dialética da juventude, a condição juvenil como sujeito social, a problemática geracional, a distinção entre enxergar a juventude como um problema social e um problema sociológico, as diversas possibilidades de vivenciar-se a juventude e, por fim, a trajetória de participação política da juventude brasileira, ressaltando os novos modelos de participação, como os que se dão nas redes sociais, sobretudo por parte de movimentos juvenis conservadores.

2.1 JUVENTUDE E OS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS

Pensar com rigor sociológico a categoria juventude não é tarefa fácil. Pais (1990) e Bourdieu (1984) advertem sobre o perigo de o conceito juventude ter se tornado uma categoria manipulada e manipulável. As relações entre a idade social e a idade biológica são complexas (BOURDIEU, 1984). Falar de juventude, como um conceito unitário, constitui um equívoco de análise recorrente. Nesta pesquisa foi utilizado o termo “juventudes”, já que, dentro do que pareceria um único e monolítico bloco de coletivo juvenil, há aproximações e distanciamentos que devem ser observados e entendidos:

Os brasileiros, nascidos há 15 ou há 29 anos, próximos quanto a data de nascimento, estão socialmente muito distantes entre si. Afastados pela origem de classe; pelas relações subordinadas entre campo e cidade; pelas disparidades regionais; pela geografia das grandes cidades que criminaliza suas favelas e periferias; por múltiplos preconceitos e discriminações, os jovens brasileiros precisam se encontrar e se ouvir mais (NOVAES, 2006a, p. 258).

Empregar a categoria juventude no plural revela a existência, na realidade, de grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes. Nos estudos sociológicos, sobre juventude, aparecem subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada

juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é "ser jovem", contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes (GROPPO, 2016).

Dentro de uma mesma geração, observada como espaço cronológico, percebem-se leituras diferentes de vivência de um mesmo fato histórico por diversos agentes sociais jovens.

Quando eu era jovem, a crença corrente era de que a juventude é progressista por índole. Desde então isto revelou-se falso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem formar organizações juvenis [...] A juventude não é conservadora nem progressista por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade (MANNHEIM, 1961, p. 40-41, *apud* GROPPPO, 2016, p.25).

Os estudos sociológicos, acerca da categoria social juventude, realizados sobretudo no Brasil, versam sobre a condição juvenil (GROPPO, 2000, 2016; 1993; SPOSITO, 2009), o jovem como sujeito social (DAYRELL, 2003), os processos de participação política dos jovens (CASTRO, 2007, 2008; KRISCHKE, 2004) e as variadas manifestações e expressões culturais (FORACCHI, 1972; ABRAMO, 1994, 1997; PERALVA, 1997).

Os autores brasileiros, frequentemente, trazem às discussões, sobre juventude, os pensadores José Machado Pais e Pierre Bourdieu. Como tema de pesquisa e reflexão analítica, a juventude atravessa as ciências humanas, psicológicas e biomédicas. Sua "pré-história" remonta à metade do século XVIII (GROPPO, 2016).

Na presente pesquisa o debate concentrou-se, especialmente, na relação entre as categorias juventudes e política, bem como a participação juvenil no cenário político brasileiro, com ênfase em um coletivo juvenil político conservador (neo)liberal, o Movimento Brasil Livre.

A juventude foi considerada, nesta pesquisa, como elemento estruturante das sociedades modernas e contemporâneas. A relevância da compreensão da categoria juventude levou Regina Novaes a afirmar: "compreender a juventude atual é desvendar o mundo de hoje" (NOVAES, 2006a, p.253).

Há mais de duas décadas, Abramo (1997) alertava para o pouco desenvolvimento da sociologia da juventude. Contudo, esse cenário mudou nas décadas seguintes. O interesse acadêmico pela juventude iniciou nas décadas de

1960 e 1970, quando os estudantes foram analisados, principalmente os universitários. O interesse sempre esteve ligado ao papel da juventude como agente político. Nesse período, a visibilidade da juventude foi reduzida a dos estudantes e a relevância de sua atuação a dos movimentos estudantis, principalmente a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Abramo (1997), apontava que, de modo geral, a tematização da juventude, apresentada nos meios de comunicação, referiam-se aos produtos dirigidos ao público jovem, cultura de comportamento, e quando as matérias se dirigiam ao público adulto, os jovens eram relacionados a problemas sociais.

No final da década de 1990, a autora, citada acima, ressaltou um retorno da tematização da juventude na academia. No entanto, a abordagem ainda priorizava discussões acerca dos sistemas e instituições presentes na vida dos jovens. Os estudos eram voltados para a consideração dos próprios jovens, sua discursividade, representação e atuação social:

De um modo geral, pode-se dizer que a 'juventude' tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura (ABRAMO, 1997, p.29).

Dentro do surgimento de um interesse crescente pelas pesquisas relacionadas à juventude encontra-se, nos vários teóricos, a dificuldade de definição da categoria juventude, sobretudo porque os critérios que a constituem são históricos e culturais (DAYRELL, 2003), variando assim de acordo a circunstâncias de tempos e lugares. Porém, existe a necessidade de falar de juventudes, já que essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais, culturais, geográficas e de gênero.

Entende-se a juventude como parte de um processo. Esse processo é mais amplo que a faixa etária, contendo especificidades que caracterizam a vida do sujeito. Assim, constrói-se uma juventude na perspectiva da diversidade. Ela constitui um momento determinado, mas não é só uma passagem, pois possui uma importância em si mesma.

No trajeto da construção histórica da categoria sociológica juventude, uma das noções apreendidas foi a da promoção do jovem a sujeito social. No Brasil, o expoente principal desse conceito tem sido Juarez Dayrell.

Como sujeitos sociais que são, os jovens constroem e constituem um determinado modo de ser jovem a partir deles mesmos e não pela imposição dos adultos. Duas dificuldades impedem tal compreensão da juventude. A transitoriedade, encara-se a juventude como um devir, um vir a ser, negando assim o jovem de hoje. A segunda dificuldade é a visão romantizada da juventude, aquela plasmada, sobretudo a partir dos anos de 1960 (ABRAMO, 1994; PAIS, 1990), militante, utópica e solidária, e que foi cooptada pela indústria da moda e da cultura, assim como pelo mercado de consumo (DAYRELL, 2003). O jovem termina por ser reduzido à cultura juvenil, como se essa fosse a única expressão da condição juvenil:

Dessa maneira é que se produziu uma espécie de 'fixação' do *modelo ideal* do comportamento juvenil nos movimentos da década de 60, quando as manifestações estudantis e juvenis parecem ter atingido o grau máximo de utopia e de capacidade de interferência nos acontecimentos sociais. A fixação, assim, acabou por cristalizar a 'essência' da condição juvenil como portadora de utopias e de projetos de transformação (ABRAMO, 1997, p.xiii).

Seguindo o modelo de pesquisa de Dayrell, este trabalho buscou compreender como os jovens constroem um determinado modo de ser jovem, baseado em seu cotidiano. Assim, é possível entender a juventude “como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um” (DAYRELL, 2003, p.42).

A juventude é apresentada aqui como uma categoria social e histórica que, como outras categorias sociológicas, serve de compreensão da sociedade. A noção de juventude só adquiriu consistência social quando, entre a infância e a idade adulta, verificou-se um prolongamento, com os consecutivos “problemas sociais” daí derivados (PAIS, 1990). Trata-se de um elemento estruturante das sociedades modernas, análogo a elementos como classes sociais (GROPPO, 2016). Com Abramo (1997), Peralva (1997) e Groppo (2016), define-se a juventude como um produto da interpretação das instituições das sociedades sobre a sua própria dinâmica.

A juventude é uma condição social e ao mesmo tempo um tipo de representação. A divisão por idades da vida, “embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e

histórico, datado e inseparável do lento processo de constituição da modernidade” (PERALVA, 1997, p.15).

Os processos de constituição das idades da vida são múltiplos e convergentes. Esse processo é uma construção histórica, o qual levou Pierre Bourdieu (1984) a afirmar que a “a juventude é apenas uma palavra”. Diversos autores debruçaram-se sobre a categoria juventude, em interface com as gerações, com a finalidade de esclarecer que ela é mais que uma etapa biológica no desenvolvimento do indivíduo; é uma situação vivida em comum por certos indivíduos.

Para Margulis e Urresti (1998), a juventude é mais que uma palavra. Essa categoria social não se reduz apenas a um sinal ou aos atributos juvenis de uma classe. A juventude apresenta diferentes modalidades, de acordo com a ocorrência de uma série de variáveis: idade, geração, crédito vital, classe social, marco institucional e gênero. Não serão idênticas as manifestações das juventudes das classes populares em relação às classes burguesas. A depender do gênero e da classe social a que se pertence haverá uma moratória de tempo de juventude diferente. Essa moratória, segundo Groppo (2016), seria um lapso de tempo para que os sujeitos, em constituição de suas identidades, pudessem ensaiar e errar, experimentando diversos papéis; tempo em que haveria um relaxamento ou uma relativização da aplicação das normas sociais em relação ao comportamento juvenil. Assim, a condição juvenil é “um leque de modalidades culturais que se desdobram com a interação das probabilidades parciais dispostas pela classe, o gênero, a idade, a memória incorporada, as instituições” (MARGULIS; URRESTI, 1998, p.10, tradução nossa).

A juventude refere-se, também, a uma faixa de idade, que está entre os 15 e os 29 anos no Brasil, que, segundo o Estatuto da Juventude (2013), é um período da vida em que se completa o desenvolvimento físico e muitas transformações psicológicas e sociais acontecem. Contudo, a noção de juventude é socialmente variável. A faixa etária, socialmente construída, não tem caráter absoluto e universal. “A realidade da juventude não é tão somente da ordem da ‘natureza’, mas principalmente da ordem do ‘social’ e, portanto, uma criação histórica, não uma invariante universal” (GROPPO, 2016, p.10).

Para Carrano (2011), há elementos objetivos na definição da juventude por idade. Tal conceito favorece a identificação de políticas públicas, contagem de

população e destinação de recursos públicos. Todavia, uma compreensão dos jovens, apenas por esse fator, é uma simplificação de uma realidade mais complexa. A juventude envolve elementos correlacionados a aspectos culturais e econômicos que estruturam as sociedades. Para determinar quando um indivíduo passaria da juventude à vida adulta, seria preciso apontar indicadores relacionados a transformações vividas pelo corpo biológico quanto aos dados sociais objetivos e as representações que cada sociedade elabora acerca do conceito de jovem e juventude.

Apresentada apenas como um problema social, a categoria juventude pode ser apreendida de modo incompleto. Os jovens são, na sociedade, um problema de emprego, de vulnerabilidade às adições, de delinquência, de evasão escolar, de gravidez e de muitos outros problemas.

A tarefa da sociologia é transformar o problema social em sociológico. Pais (1990) apresenta uma possível transformação do problema social da juventude em problema sociológico, ao questionar se os jovens sentirão esses problemas como sendo seus. “A juventude – quando referida a uma fase da vida – pode e deve ser encarada como uma construção social. Como construir, em contrapartida um discurso sociológico a propósito dessa construção social”? (PAIS, 1990, p.144). Assim, baseado nesse e em outros referenciais teóricos, na pesquisa, dissertou-se sobre as possíveis respostas para tal questionamento.

A temática da juventude se complica quando ela não só se refere a um estado, uma condição social, mas também quando significa um produto. Ela é apresentada, então, como valor simbólico associado a características valorizadas pelo mercado de consumo, comercializando seus atributos; como paradigma de tudo o que é desejável, ou seja, ela é transformada em mercadoria (MARGULIS; URRESTI, 1998), visto que os jovens passaram não só a ser vistos como sujeitos de direito, mas também como “sujeitos de consumo” (CARRANO, 2011, p.10).

Como afirma Rezende sobre o que a história e a análise sociológica demonstram, “o que existe efetivamente, são grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta” (REZENDE, 1989, *apud* GROppo, 2016, p.12). Para a análise social e histórica da categoria juventude foi preciso correlacioná-la com outras categorias sociais: classe social, gênero, idade, região, religião, momento histórico, entre outras. Fez-se necessário associar a juventude à multiplicidade de situações sociais nas quais esta etapa da vida se desenvolve:

La juventud, como toda categoría socialmente constituida, que alude a fenómenos existentes, tiene una dimensión simbólica, pero también debe ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos en que toda producción social se desenvuelve (MARGULIS; URRESTI, 1998, p.2).

Postos a aproximação e o distanciamento ao interior das diversas juventudes, Groppo aponta para a existência de uma dialética²¹ das juventudes, de inspiração marxista. Para o sociólogo brasileiro, há elementos de contradição no interior dos diversos grupos juvenis, “elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais em geral” (GROPPO, 2016, p.14).

As sociedades modernas criam diversos grupos juvenis. Há dois tipos de organização desses coletivos: os que são criados pelo mundo adulto e os que nascem das universidades e do mercado de consumo juvenil. Contudo, há a possibilidade do surgimento de práticas autônomas juvenis dentro dos grupos criados e controlados por adultos.

Assim, nasce a dialética entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia. A condição juvenil é dialética porque assenta-se sobre a relação de contradição entre sociedade e juventudes. Groppo identifica a dialética da ação juvenil na política:

Pode-se, deste modo, interpretar que desde o início do «percurso» das juventudes na modernidade houve possibilidades e concretas ações de protagonismo juvenil, criação de identidades diferenciadas, resistências e subculturas (GROPPO, 2004, p.19).

No texto “A Construção Histórica da Juventude”, Angelina Peralva corrobora a ideia de dialética da juventude de Groppo:

Uma vez dotadas de especificidade própria, as fases da vida não se tornam apenas autônomas, umas em relação às outras. Permanecem interdependentes e mesmo hierarquizadas. Tal hierarquia constrói-se sobre a base de uma tensão, intrínseca à modernidade, entre uma orientação definida pela lógica da modernização (portanto, orientação para o futuro, através da afirmação conquistadora da renovação enquanto valor) e o fundamento normativo da ordem moderna, que afirma, ao contrário, a

²¹ “A dialética, no marxismo, busca determinar quais são os elementos constitutivos contraditórios da vida social e quais são os movimentos desencadeados por tais elementos” (MANDEL, 1978, *apud* GROPPO, 2016, p.15).

primazia do passado enquanto elemento de significação do futuro. Cabe ao passado, isto é, à ordem social já constituída, domesticar, sem destruir, os elementos de transformação e modernização inerentes à vida moderna (PERALVA, 1997, p.18).

A sociologia da juventude identificou, igualmente, dois modelos de análise da juventude que se tornaram clássicos na história recente e representam a moderna concepção de juventude. Em primeiro lugar tem-se o modelo funcionalista, assentado no paradigma social. Nesse modelo, as rebeldias juvenis são vistas como disfuncionalidades, tomando a delinquência como a rebeldia mais característica e marcante. As expectativas em relação aos jovens é a de que se integrem à sociedade adulta. A primeira metade do século XX foi marcada por uma visão funcionalista na concepção de juventude. O segundo modelo trata-se da moratória social. Segundo ele, o jovem possui uma reserva de tempo e de vida para experimentar papéis sociais. “A moratória social concebe o tempo da juventude como o de um *lapso temporal*, em que há uma certa condescendência da sociedade para que o jovem experimente papéis até poder definir sua identidade” (GROPPO, 2016, p.384, grifo do autor). O radicalismo é a rebeldia mais característica ressaltada pelo modelo. Os modelos explicativos da juventude, no século XX e início do XXI, partem, passam ou desembocam na tentativa de se entender as resistências dos jovens de seu tempo (GROPPO, 2004).

Por outro lado, Pais (1990) elenca duas tendências, correntes, clássicas da sociologia da juventude: a geracional e a classista. Na primeira, a juventude é vista pelo atributo etário, priorizando, assim, os aspectos uniformes que marcam essa fase da vida. Na segunda, a juventude é analisada a partir da pertença a uma determinada classe social, com suas diversas possibilidades de poder, interesses, ocupações profissionais. Para a corrente classista os indivíduos experimentam seu mundo como membros de uma classe social; já para a corrente geracional as circunstâncias e os problemas da juventude são experimentados pelos jovens como membros de uma geração.

Há falhas a serem observadas nas duas correntes. Na visão de geração existe a tendência de observar-se a juventude como uma realidade homogênea, pois ela é tomada como uma categoria etária. A idade é tida como variável tão ou mais importante que as variáveis socioeconômicas. Dessa forma, corre-se o risco de tomar uma parte da juventude tornando-a universal (PAIS, 1990). “A corrente geracional,

para Pais, inclui também o estrutural-funcionalismo, mas em sua perspectiva crítica tem o reformismo de Karl Mannheim (1982) como principal representante” (GROPPO, 2016, p.384).

A corrente classista tem dificuldade de explicar a convergência de interesses iguais (dinheiro, moda, música, esporte, sexualidade) por parte de jovens de diferentes classes sociais. Cabe ressaltar, observando na realidade social, que, entre os jovens pertencentes a uma mesma classe social, há posicionamentos políticos, gostos e hábitos culturais heterogêneos (PAIS, 1990).

Tal constatação reflete uma lacuna da corrente classista, que não pode ser usada como única variável de análise da juventude. Com Groppo (2000 p.12), deve-se reconhecer que “a sociedade moderna é constituída não apenas sobre as estruturas de classe ou pelas estratificações sociais que lhe são próprias, mas também sobre as faixas etárias e a cronologização do curso da vida”. Os processos históricos que afetam a juventude não podem ser entendidos apenas como consequências de determinações sociais e posições de classe. A participação juvenil, com seu sistema de interação, e as trajetórias individuais, com sua imprevisibilidade, dão igualmente sua contribuição para a compreensão dos processos (PAIS, 1990).

Enquanto fase da vida, a juventude possui uma aparente unidade. Já quando olhada sob diferentes atributos sociais, ela é vista como diversidade, pois não é um fenômeno sociológico que aconteça de modo homogêneo

A juventude pode ser tomada tanto como uma unidade (quando referida a uma fase da vida), como ser tomada no sentido de conjunto social obviamente diversificado. Isto é, no primeiro caso, estamos em presença de um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase de vida, principalmente definida em termos etários; no segundo caso, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em situações sociais diferentes. Quase poderíamos dizer, por outras palavras, que a juventude ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogêneo, ora se nos apresenta como um conjunto heterogêneo: homogêneo se comparamos a geração dos jovens com outras gerações; heterogêneo logo que a geração dos jovens é examinada como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros (PAIS, 1990, p.151).

Aprofundando, ainda, sobre a discussão da teoria geracional, apresenta-se Karl Mannheim (1893-1947), pioneiro da sociologia da juventude. Em sua clássica obra “O problema sociológico da juventude” (1952), ele apresenta o problema das gerações como guia indispensável para se compreender a estrutura dos movimentos

sociais e intelectuais. “O problema geracional se torna, dessa forma, um problema de existência de um tempo interior não mensurável e que só pode ser apreendido qualitativamente (MANNHEIM, 1952, *apud* WELLER, 2010, p. 208).

Mannheim destaca a importância de se compreender a juventude levando em consideração o contexto histórico, político e social no qual ela está inserida e de se perceber a relação entre juventude e sociedade em termos de reciprocidade (WELLER, 2007). Para o autor, as organizações com objetivos específicos, como pode ser a família, fazem parte dos grupos concretos. A geração não seria, então, nem um grupo concreto nem uma associação formada para um objetivo específico.

Mannheim (1952), para definir geração, compara com outra categoria social, a posição de classe do indivíduo em sociedade. Tal posição de classe não se trata de uma filiação a uma comunidade e é um fato objetivo, quer queira ou não o indivíduo. “Além do grupo social concreto, existe também o fenômeno da situação comum de vários indivíduos numa estrutura social – sob cuja classificação caem tanto as classes sociais como as gerações” (MANNHEIM, 1982, p.71).

A situação de geração, segundo o sociólogo húngaro, baseia-se na existência de um ritmo biológico na vida humana. Assim, os indivíduos pertencentes a uma mesma geração, nascidos no mesmo ano, constituem-se numa “situação comum na dimensão histórica do processo social” (MANNHEIM, 1952, p.71). Contudo, o pertencimento a uma geração não pode ser deduzido imediatamente das condições biológicas. A geração é, portanto, um tipo particular de situação social. Pertencer à mesma classe social ou à mesma geração ou grupo etário proporciona, para os indivíduos, uma situação comum no processo histórico e social. “A mera contemporaneidade torna-se significativa sociologicamente apenas quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e sociais” (MANNHEIM, 1952, p.80).

A vida social, marcada pelas gerações, caracteriza-se pelo surgimento de novos participantes do processo cultural, ao mesmo tempo em que antigos participantes do processo estão desaparecendo. Os membros de qualquer geração participam apenas de uma seção temporalmente limitada do processo histórico. Por isso, é necessário transmitir a herança cultural acumulada constantemente. A transição de uma geração para outra acontece em um processo contínuo e ininterrupto (MANNHEIM, 1952).

Para ser participante de uma mesma situação de geração é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural. A geração, enquanto realidade, envolve também a participação no destino comum dessa unidade histórica e social. A participação, na mesma comunidade histórica, é o critério mais amplo de similaridade de situação de uma geração. Apenas pode falar-se de geração como realidade na qual se cria “um vínculo concreto entre os membros de uma geração, através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica” (MANNHEIM, 1982, p.86). Para que exista uma conexão geracional, não é suficiente uma participação potencial de uma comunidade constituída em torno de experiências comuns, pois são necessários vínculos de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual.

Dentro de uma mesma geração podem existir várias unidades diferenciadas e antagônicas. Diferentes grupos etários podem vivenciar tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico. Todos vivem com pessoas da mesma idade e de idades diferentes numa completude de possibilidades contemporâneas. A unidade de uma geração não consiste, necessariamente, em uma adesão voltada para a criação de grupos concretos, visando constituir uma coesão social. Contudo, algumas unidades geracionais podem vir a constituírem grupos concretos, tais como os movimentos juvenis (WELLER, 2010). Essa teoria é apreendida na descrição da trajetória de participação política da juventude brasileira:

As unidades de geração desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema dado. O nascimento em um contexto social idêntico, mas em um período específico, faz surgirem diversidades nas ações dos sujeitos. Uma outra característica é a adoção ou criação de estilos de vida distintos pelos indivíduos, mesmo vivendo em um mesmo meio social. Em outras palavras: a unidade geracional constitui uma adesão mais concreta em relação àquela estabelecida pela conexão geracional. Mas, a forma como grupos, de uma mesma conexão geracional, lidam com os fatos históricos vividos por sua geração (por exemplo, a ditadura militar no Brasil), fará surgir distintas unidades geracionais no âmbito da mesma conexão geracional (WELLER, 2010, p.215).

Enfim, o conceito de gerações de Mannheim e a elaboração sobre a posição, a conexão e a unidade geracional cessam com a ideia de uma unidade de geração concreta e congruente (WELLER, 2010).

Pais (1990) esforçou-se para que a juventude fosse olhada através desses dois eixos semânticos: aparentemente unitária, quando se faz referência à uma faixa etária

e diversa quando entram outros atributos sociais que tornam os jovens distintos uns dos outros. O que definirá a posição geracional não será o acúmulo de experiências comuns, ameadas de fato por um grupo de indivíduos, mas a possibilidade de adquiri-las. Se, de fato, irão conseguir, dependerá de outros fatores sociais. A conexão geracional supõe um vínculo concreto, participação no destino comum dessa unidade histórico-social. É preciso estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual. E, por último, as unidades de geração desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema dado. O nascimento, não em um contexto social idêntico, mas em um período específico, faz surgirem diversidades nas ações dos sujeitos. As unidades de geração podem ser vistas como os elementos que mais se aproximam dos grupos concretos (WELLER, 2007).

No Brasil, alguns autores deram continuidade, interpretando e aprofundando a discussão sobre a categoria geração: Abramo (1994; 1997); Foracchi (1964; 1972); Groppo (2016); Peralva (1997), entre outros. Foracchi (1972) e Abramo (1994), intérpretes brasileiras da teoria geracional de Mannheim, coincidem ao afirmarem que a geração constitui um modo particular de localização social, uma chave importante para examinar o problema da juventude. Os membros de uma geração estão, em virtude da similaridade de locação, igualmente expostos a uma mesma fase do processo coletivo. Para que, entre eles, firmem-se laços sólidos não basta apenas o traço comum da contemporaneidade (FORACCHI, 1972).

O conflito de gerações consiste na luta de uma geração com os valores básicos que não se sabe ou não se quer preservar (FORACCHI, 1972). Para Bourdieu (1984), muitos desses conflitos são entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes. O conceito de geração é uma chave importante para examinar o problema juventude, pois ele tematiza a possibilidade de problematização da herança cultural e a produção de um estilo peculiar de “sentir, pensar e agir” por parte dos jovens de cada contexto histórico particular. “O conceito de geração oferece uma maneira de examinar os vínculos entre determinadas manifestações juvenis, como um grupo geracional específico, e o momento histórico que o produz” (ABRAMO, 1994, p.46).

Para Peralva (1997), a origem da ideia de geração deu-se com a ruptura da problemática fortemente dominada pelos temas da ordem e do desvio: problemas de inserção profissional, de droga, de delinquência, com a escola, com os pais, entre

outros, pois, aqui, focou-se somente em alguns dos problemas socialmente mais reconhecidos como específicos dos jovens (PAIS, 1990), transformando-se, assim, o problema social da juventude em problema sociológico.

Utilizado por Mannheim (1952), o conceito de geração renasce nos anos de 1960, em meio aos debates sobre o engajamento político da juventude. Esse revela o fosso entre as gerações. A noção de geração estará no centro da análise, empreendida por Marialice Foracchi (1968), sobre o papel do estudante na transformação da sociedade brasileira e norteará a busca por compreensão da trajetória da participação política da juventude brasileira.

A geração faz alusão à época em que cada indivíduo se socializa. Cada geração pode, de certa forma, ser considerada pertencente a uma cultura diferente, na medida em que assimila novos códigos, linguagens e formas de perceber, classificar e distinguir. Considerar um sujeito jovem não depende só da idade, nem apenas da classe social à qual pertence. É preciso considerar também a geração: tudo aquilo que diferencia os recém-chegados das gerações mais antigas. Existem gerações dentro de cada classe e classes em cada geração. A geração, para além da coetaneidade, refere-se à história, à conjuntura na qual o sujeito jovem socializou-se. (MARGULIS; URRESTI, 1998).

Com Foracchi (1972), conclui-se que o conceito sociológico de geração não é fundamentado unicamente na definição social de idade, mas, constitui-se no conflito entre o estilo predominante na sociedade e sua redefinição no plano pessoal e individual. Isso causa, na relação jovem-adulto, um comportamento de ruptura. Assim, a juventude é o produto gerado pelas tensões da crise do sistema. “Sociologicamente, ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social” (FORACCHI, 1972, p. 160).

Nesse sentido, pensar sobre a participação política da juventude brasileira reside na articulação entre contexto sociopolítico e o modo como cada geração juvenil posicionou-se ao longo da história. O percurso histórico dessa participação, através do relato de diferentes eventos, apreenderá nos fatos históricos os conceitos anteriormente discutidos.

2.2 TRAJETÓRIA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE CONSERVADORA BRASILEIRA

Os estudantes brasileiros sempre protestaram contra realidades palpáveis e concretas, porém as demais juventudes nem sempre tiveram igual engajamento. Seus motivos de protesto giram em torno da decepção quanto ao governo e seu modo de conduzir o país. O estudante brasileiro é apresentado, por diversos autores, como opositor nato. A crise da universidade brasileira está refletida nas ruas, onde o estudante aprende a realidade brasileira, lição essa que poderia ser chamada de “politização e liderança” (POERNER, 1979, p.33).

Eventos nacionais com a participação da juventude, ocorridos antes da União Nacional dos Estudantes (UNE)²², criada em 1937, demonstram que o movimento estudantil brasileiro é a forma mais conhecida e organizada de rebelião assumida pela juventude. Da fundação das primeiras universidades, às campanhas abolicionistas e republicanas, os jovens estiveram lá protagonizando a realização de suas demandas. Mesmo que não seja de grande registro, é notória a participação estudantil no plano ideológico dos movimentos revolucionários brasileiros ocorridos antes da independência de 1822 (POERNER, 1979).

Ao longo da história da participação da juventude brasileira no cenário político, houve presença de juventudes conservadoras disputando espaço com a juventude dita progressista. Em 1934, ocorreu o Primeiro Congresso da Juventude Operária Estudantil, organizado pelos acadêmicos cariocas de Direito, cuja preparação foi protagonizada pela juventude comunista. A característica marcante do evento foi a luta antifascista e acabou por coincidir com o surgimento do nazismo e a preocupação dos estudantes democratas era, no Brasil, roubar seguidores ao integralismo²³. A principal resolução do congresso estudantil foi a de se criar um instrumento para que os estudantes pudessem colaborar na luta pela alteração da realidade nacional (POERNER, 1979).

²² A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.une.org.br/a-une/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

²³ O integralismo foi um partido e movimento político surgido no Brasil na década de 1930, influenciado pelos ideais e práticas fascistas que se desenvolveram na Europa após o fim da I Guerra Mundial. O movimento de extrema-direita foi fundado com o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, quando o jornalista Plínio Salgado lançou o Manifesto de Outubro. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-integralismo.htm>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Em 1939, a UNE encontrava-se em fase de organização. Já se notava uma juventude em transição da fase de rebeldia insensata, romântica e boêmia para tornar-se construtiva, com visão do momento histórico que atravessava. No 3º Congresso Nacional de Estudantes decidiu-se pela carteira única de estudantes para facilitar as movimentações das caravanas universitárias e para obter vantagens econômicas para o estudante no transporte, compra de livros e diversão. A juventude participou, ativamente, levantando-se contra as correntes totalitárias nacionais na campanha contra o Eixo²⁴ de 1942 a 1945, quando Getúlio Vargas insinuou uma posição favorável ao Eixo. Em 1942, houve a passeata dos estudantes no Rio de Janeiro, pedindo a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. Os estudantes assumiram a vanguarda das manifestações de rua e dos movimentos de massa antifascistas (POERNER, 1979).

Para Groppo (2016), o nazi-fascismo também foi uma espécie de movimento juvenil na década de 1940, com características de inconformismo, voluntarismo, idealismo e ativismo. Seu desfecho ideológico foi muito diverso daquele que se observou, posteriormente, nos movimentos juvenis dos anos 1960. Isso revela que o lado “inconformista” da dialética da juventude pode assumir tons não necessariamente “progressistas” (GROPPO, 2016).

Havia, por parte do Estado Novo, a pretensão de fundar a Juventude Brasileira aos moldes da arregimentada por Benito Mussolini na Itália. A UNE opunha-se por enxergar nisso a tentativa de controle da juventude por parte dos ministros da Guerra e da Educação. Campanema, então ministro da educação, realizou seu propósito em 1º de abril de 1943, instituindo a Juventude Brasileira e instalando-a na sede da UNE. Impressionado pela contestação e aversão à decisão, o Ministro Campanema decidiu revogar a portaria. Houve, então, uma relativa trégua entre os estudantes e o Estado Novo. A morte trágica do estudante Demócrito de Souza Filho fez romper a trégua entre os estudantes e a ditadura. Esses, lançaram-se, definitivamente, contra o Estado

²⁴ Os Países do Eixo eram aqueles que reuniam as ideologias autoritárias na Segunda Guerra Mundial, englobando o nazismo e o fascismo. No desenrolar do conflito, dois grupos definiram as posições dos países na guerra: os Aliados e os Países do Eixo. Reuniam aqueles que deram início ao conflito armado no mundo novamente, Alemanha e Itália. Juntamente com Alemanha e Itália estava ainda o Japão, o outro grande protagonista que formava a tríade dos países a serem combatidos na guerra. Disponível em: <https://www.infoescola.com/segunda-guerra/paises-do-eixo/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Novo mobilizando políticos e trabalhadores para frustrarem a chamada “União Nacional” em torno de Vargas (POERNER, 1979).

Em 1950, aconteceu uma ascensão direitista ao comando da UNE, estendendo-se até 1956. A chegada de estudantes direitistas à UNE coincide com a infiltração estadunidense no movimento estudantil brasileiro. Nesse período, a UNE estava tomada pela União Democrática Nacional (UDN), que utilizava os estudantes para derrubar o governo nacionalista de Vargas. Com a chegada de Juscelino Kubitschek ao Governo (1956), a liderança estudantil reacionária teve a sua atenção voltada mais para a obtenção de empregos públicos do que, propriamente, para a repressão policial aos seus colegas progressistas. Em julho de 1956, os estudantes progressistas reconquistaram a UNE. Encerrou-se, assim, a fase de domínio direitista no movimento estudantil, também conhecida como Período Negro ou Policial da UNE (POERNER, 1979, p.184).

Dos anos 1930 a 1970, chamado de período de modernização do país, a despeito do destaque da juventude estudantil nos processos de democratização e combate ao conservadorismo das estruturas no Brasil, existiu sempre uma reserva em relação aos resultados de suas ações. Os setores conservadores suspeitaram de baderna e radicalismo transgressor, já os setores progressistas tiveram a suspeita de alienação ou de radicalidade “pequeno-burguesa” (ABRAMO, 1997, p.27).

Houve uma preocupação difusa em se estudar a juventude, até então agrupando-a na definição de alienante ou revolucionária. Os estudos existentes procuraram descrever a eficácia da contestação e a mudança introduzida na ordem social. Assim, fixou-se o protótipo do comportamento juvenil baseado nos movimentos da década de 1960. Parece ser que, nesse período, as manifestações estudantis atingiram o grau máximo de utopia e intervenção nos acontecimentos sociais. As expectativas colocadas sobre a juventude esperavam dela utopias e projetos de transformação (ABRAMO, 1994). Cabe ressaltar que essa juventude não representava todas as juventudes existentes no Brasil daquela época:

É uma parcela reduzida da juventude que pode realizar coerentemente o processo de radicalização como um todo, e essa parcela significativa apresenta características muito especiais que denunciam, de modo quase uniforme, a situação de privilégio como um requisito básico e comum. Trata-se de jovens privilegiados sob o ponto de vista social, pois pertencem, no geral, às classes superiores; privilegiados sob o ponto de vista educacional e intelectual, pois geralmente são jovens que tiveram acesso à educação superior; privilegiados sob o ponto de vista da experiência familiar, na medida

que viveram um longo período de adolescência, durante o qual as principais alternativas de vida propostas pelo sistema foram consideradas, quando não vivenciadas; privilegiados, também, porque tal conjunto de condições colocou-os diretamente em contato com a riqueza das tradições culturais e das realizações humanas mais caras ao sistema (FORACCHI, 1972, p.40).

Nos anos de 1990, a perceptibilidade social da juventude transmuta em comparação com a visibilidade da juventude dos anos de 1980. A apatia e a indiferença cedem espaço às ações individuais e coletivas nas ruas, não ao estilo de protestos e manifestações de apoio ou repúdio políticos dos anos 1950 a 1970, mas com uma nuance e traços de individualismo, fragmentação, violência, desregramento e desvio. Os estudos das manifestações dos jovens brasileiros, ao início dos anos 1990, dirigem-se aos meninos de rua, aos arrastões, às gangues e galeras, aos atos de puro vandalismo; retoma elementos característicos de desvios das décadas dos anos 1950. O comportamento juvenil refletiu a falência das instituições no processo de socialização e a cultura que estimula o hedonismo e o individualismo (ABRAMO, 1994). Ou seja, os jovens passaram a buscar outros espaços de participação e prática política. “As dinâmicas sociais e políticas no Brasil, durante os anos 1990 passavam por uma fase de adaptações e por transições em diversos campos, como a cultura e a política que foram liberalizadas após vinte e um anos de regime militar” (CARVALHO, 2016, p.19).

A experiência política no Brasil caracterizou-se, predominantemente, por formas autoritárias de governo, tornando, assim, restrita a possibilidade de uma participação satisfatória por parte da população. Esse autoritarismo impediu o desenvolvimento de um cenário no qual a influência da sociedade civil no Estado fosse mais relevante. Após 1974, com o início da abertura política, o Brasil atravessou momentos de amplas manifestações de massa. Em 1984 ocorreu a marcha pelas diretas²⁵; em 1992, as manifestações pelo *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Essas são algumas das manifestações de massa ocorridas no Brasil e que contaram com a participação da juventude (MORAIS; BAQUERO, 2018).

²⁵ Reconhecida como uma das maiores manifestações populares já ocorridas no país, as “Diretas Já!” foram marcadas por enormes comícios, onde figuras perseguidas pela ditadura militar, membros da classe artística, intelectuais e representantes de outros movimentos militavam pela aprovação do Projeto de Lei. Em janeiro de 1984, cerca de 300.000 pessoas se reuniram na Praça da Sé, em São Paulo. Três meses depois, um milhão de cidadãos tomou o Rio de Janeiro. Algumas semanas depois, cerca de 1,7 milhões de pessoas se mobilizaram em São Paulo. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/direta-ja.htm>. Acesso em: 05 maio 2021.

Mobilizações parecidas ocorreram nas seguintes décadas, com protestos em todo o país, que obrigam os governos a darem respostas à demanda dos jovens. Contudo, essas mobilizações, geralmente, terminam por serem relegadas a um plano secundário, já que os gestores públicos enfatizam a estabilização da economia e não o desenvolvimento de uma cultura política cidadã que privilegie o envolvimento político da população (MORAIS; BAQUERO, 2018).

Cabe uma menção especial, desse período, aos jovens “carapintadas” que foram às ruas, nas passeatas em *prol* do *impeachment* do Presidente Fernando Collor, em 1992. Ao pintarem o rosto, geralmente com as cores da bandeira nacional acrescido da cor preta, eles criaram uma marca e assim foram batizados pela imprensa. Eram atores nas manifestações, mas também constituíam uma ideia, um conceito, criados pela mídia ao descrever as passeatas. Apesar da seriedade do momento histórico, havia festa, carnaval e brincadeira entre a juventude, o que levou estudiosos a se perguntarem se havia, nas manifestações, uma intencionalidade política premeditada ou apenas brincadeira espontânea. As primeiras passeatas se deram no dia 11 de agosto de 1992, dia do estudante, organizadas pela UNE e pela União Nacional dos Estudantes Secundaristas²⁶ (UBES) (RODRIGUES, 1997).

Rapidamente, as passeatas dos carapintadas foram comparadas com os atos estudantis de 1968. O Movimento estudantil reapareceu, não tão bem organizado como em épocas anteriores, mas sua ação ganhou visibilidade e os estudantes voltaram ao cenário da política nacional. As manifestações de 1992 também se tornaram um marco político na história brasileira. Os carapintadas representaram um povo ausente das praças públicas desde 1984, quando das “Diretas Já” (RODRIGUES, 1997).

Os carapintadas não chegaram a constituírem-se em um grupo. Suas ações não perduraram no tempo e no espaço. Foi uma manifestação *ad hoc*, em *prol* do apeamento do Presidente Fernando Collor do poder. Eles existiram durante as

²⁶ A fundação da UBES se deu durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1948, quando os secundaristas lideraram a campanha “O Petróleo É Nosso”, que defendia a nacionalização desta riqueza. No rastro do sucesso da campanha, foi organizado o 1o Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas na Casa dos Estudantes, no Rio de Janeiro. O evento marcou a fundação da União Nacional dos Estudantes Secundaristas — UNES, em 25 de julho de 1948, com representantes de praticamente todos os Estados do país, compondo a sua primeira diretoria. A entidade trocava de nome em seu segundo congresso, em 1949, para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES. Disponível em: <https://ubes.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

passeatas, mas não chegaram a envolverem-se em um processo de interação. Os carapintadas foram os jovens que pintaram o rosto durante os atos de protesto. “É o novo rebelde que, herdeiro de uma tradição política, dela se distanciou ao assumi-la de uma forma irreverente, com bom humor” (RODRIGUES, 1997, p.20). Assim, carapintada tornou-se uma categoria para designar os jovens no início da década de 1990 e seu estilo foi uma atitude de repulsa à política instituída.

Os estudantes presentes naquelas manifestações pró *impeachment* fizeram parte, segundo a representação feita pela imprensa naquele momento, da geração *shopping center* ou geração coca-cola. Todas essas representações fazem parte do estereótipo elaborado sobre a juventude dos anos de 1990. Performance que denota individualismo e consumismo. “Frustrada, alienada e desinformada, a juventude pré-*impeachment* navegava em período de vazio de ideologia, de extrema apatia” (RODRIGUES, 1997, p.58). Essa imagem surgiu na imprensa em contraponto à geração dos anos de 1960, essa, sim, idealista e coletivista, segundo a percha imposta.

O carapintada não era o mesmo jovem estudante da década de 1960, nem mesmo o jovem líder estudantil, porém tentava aproximar-se e afastar-se de ambos os modelos de juventude. Retomou o modelo de luta através da passeata, da cara pintada e os ideais de coletividade, contudo, negava o discurso ideológico partidário. Através do deboche e da festa, em meio ao protesto, revela que a política não precisa ser necessariamente algo massante. Esse fenômeno não envolveu alterações de perspectivas, mas apenas mudanças de atitudes nos jovens (RODRIGUES, 1997).

Nas últimas três décadas do cenário brasileiro (1990-2020), têm surgido novas reivindicações e novas preocupações, por parte dos jovens que redundam em novos espaços de atuação política na sociedade. Alguns grupos têm se destacado nessa nova configuração: os grupos de defesa do meio ambiente e causas naturalistas (*Greenpace*), os grupos ligados à defesa de pautas LGBTQIA+ e humanitárias (campanha contra a fome), grupos religiosos, grupos de arte, grupos musicais, coletivos negros, feministas, indígenas, etc. A participação política das juventudes, seja nos espaços tradicionais ou nos grupos informais, ressalta a importância desses espaços para o processo de compreensão da diversidade e das formas de interação social e política das juventudes (SILVA FILHO, 2017).

No novo milênio, nascido nos anos 2000, os movimentos sociais²⁷ retornaram ao cenário político e à mídia. Eles se caracterizaram pelas lutas em defesa das culturas locais, pela reivindicação de ética na política, pela defesa de aspectos da subjetividade das pessoas (sexo, crenças, valores) e pela autonomia, entendida como posse de projetos e pensamento relacionados aos interesses dos grupos envolvidos com determinação:

O associativismo nos anos de 1990 passou a ser mais propositivo, operativo e menos reivindicativo - produzindo menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico. O conceito básico que dá fundamento às ações desse novo associativismo é o de Participação Cidadã (GOHN, 2013, p.240).

Para Gohn (2013), as mobilizações civis reinventaram-se na atualidade, porque a conjuntura sociopolítica, econômica, cultural e tecnológica é diversa. A crise financeira de 2008 deu lugar a uma nova etapa de lutas sociais em várias partes do mundo. Houve um predomínio de manifestações que negam a política e o comportamento sem ética de muitos políticos. Tais manifestações, marchas e ocupações, na última década, foram promovidas por coletivos organizados que convocam e se organizam *on-line*, através das redes sociais. Mais do que militante, o jovem tornou-se um ativista ou um *influencer*²⁸ digital. A participação nos eventos acontece via agregação *ad hoc* (destinado a uma finalidade específica e pontual).

Em junho de 2013, aconteceu, no Brasil, uma onda de manifestações populares que reuniu milhões de pessoas, com predomínio de protagonismo juvenil em suas convocatórias. O movimento dos indignados, contra as políticas estatais, eclodiu no Brasil nesse período. Uma juventude apartidária, mas não apolítica se revoltou contra o *establishment*²⁹ político. Convocações similares no Brasil só tinham

²⁷ Scherer-Warren define movimentos sociais como uma ação para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (projetos), sob a orientação mais o menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, *apud* MAIA, 2013).

²⁸ O *digital influencer* (influenciador digital) é um formador de opinião capaz de influenciar multidões de seguidores em mídias sociais, como *YouTube*, *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Ele fecha parcerias com grandes marcas para criar conteúdo exclusivo, promover as ofertas e alavancar as vendas. Um *digital influencer* é alguém capaz de influenciar pessoas através da sua produção de conteúdo nas redes sociais. Eles também são conhecidos como *creators*, ou seja, são criadores de conteúdo de sucesso que conquistaram um público fiel e engajado.

²⁹ O conceito de classe dirigente ou classe dominante foi substituído por outro: o termo em inglês *establishment*. Esta palavra se refere a qualquer pessoa, grupo social ou instituição que tem uma influência significativa sobre o conjunto da sociedade. Disponível em: <https://conceitos.com/establishment/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ocorrido nas passeatas estudantis de 1968; no movimento Diretas Já, em 1984 e; no *impeachment* do Presidente Fernando Collor, em 1992. Reconhece-se o estopim dessas manifestações na demanda do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas dos transportes públicos. Rapidamente, elas se ampliaram e tornaram-se difusas:

As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente e de forma autônoma, e críticos das formas tradicionais da política tais na atualidade (GOHN, 2013, p.249).

A partir de 2013, observou-se um período de agitação. Um turbilhão de acontecimentos sociais, políticos e econômicos elucidou um cenário de instabilidade, que foi acirrando-se cada dia mais, culminando nas eleições gerais de outubro de 2018 e replicando até os dias de hoje (2021, ano de escrita desta pesquisa).

Houve mobilizações contrárias às obras dos estádios para a Copa de 2014, em favor do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, manifestações contra as reformas trabalhista e da previdência do governo Michel Temer, também impulsionadas pelos escândalos da Operação “Lava Jato”³⁰. Movimentos sociais e setores da juventude resistiram, traçaram ações e apresentaram propostas capazes de polarizarem a sociedade, contrariando a lógica do capital. As manifestações desse período não têm uma única cara, elas transitaram entre a esquerda e a direita, nem sempre de forma clara. Já, as demandas políticas apresentaram-se de forma pulverizada (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2018).

Os setores da juventude foram atraídos por movimentos voláteis, flutuantes sobre as demandas da estrutura econômica. Esses movimentos suplantaram o lugar das estruturas formais do partido, sem uma direção formal, além de congregarem membros em torno de pautas específicas e que assumem estratégias autonomistas ou até mesmo anarquistas, nem sempre acompanhadas de uma perspectiva classista,

³⁰ Segundo informações da Folha de São Paulo, a Operação Lava Jato teve início em um posto de gasolina, de onde surgiu seu nome. Foi deflagrada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal, com o objetivo apurar um grande esquema de lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás e grandes empreiteiras do país. É considerada pela Polícia Federal, como a maior investigação de corrupção da história do País (BARROS, 2015, p.2).

como podem ser o Movimento Passe Livre ou os *Black Blocs*³¹ (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2018).

Segundo Romão (2013, *apud* EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2018), as manifestações de junho de 2013 aconteceram graças a uma conjuntura que agrupou quatro fatores preponderantes: a existência de um movimento organizado, o Movimento Passe Livre, a repressão policial, o posicionamento da grande mídia a favor dos manifestantes, o andamento de um grande evento esportivo de âmbito mundial – a copa do mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) – e o contexto de descontentamento generalizado com o sistema político.

Para Birolli (2016), inicialmente, as manifestações não contavam com uma liderança específica. Esse fator dificultava o diálogo com o poder público, autoridades civis e policiais, e complexificava a compreensão das demandas. Assim, o poder policial optou por escolher a esmo supostas lideranças e a puni-las de alguma maneira. Esse acontecimento fez unir a raiva, a indignação e o enfrentamento à Polícia Militar, convergindo a periferia e o centro, as classes média e trabalhadora, jornalistas e ativistas e a dívida cobrada por todos começou a ir muito além dos 20 centavos demandados pelo Movimento Passe Livre:

De modo inesperado, tomaram as ruas os netos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964 e da Passeata dos Cem Mil de 1968. Os filhos dos que apoiaram a eleição de Collor em 1989 e dos que se manifestaram por seu impeachment em 1992. Todos contraditoriamente juntos (RIDENTI, 2013, *apud* BIROLLI, 2016, p.29).

As juventudes brasileiras apareceram no cenário nacional, depois de uma década de escondimento, como “sujeitos políticos”. Foram milhares de jovens insatisfeitos, cada um portando suas diferenças de classe social, cor, étnicas, ideologias e gêneros. Era evidente a falta de reconhecimento da juventude por parte dos governos passados e, em 2013, os governantes trataram de se redimirem, utilizando-se de pressa na aprovação do Estatuto da Juventude, recepção dos grupos

³¹ As origens do *Black Bloc* (bloco negro, em inglês) remontam à República Federal Alemã (**Alemanha Ocidental**) no início da década de 1980. Foi a imprensa alemã ocidental que cunhou o termo *Schwarzer Block* para fazer referência a grupos de pessoas que se organizavam para enfrentar a repressão policial. Tal repressão foi desencadeada em decorrência da luta de grupos autonomistas alemães (marxistas não ligados às burocracias partidárias e sindicais) contra a construção de usinas nucleares, para a defesa de suas ocupações (*squats*) de casas e edifícios abandonados em grandes cidades e também para se defenderem de ataques de grupos neonazistas. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/tatica-black-bloc-suas-origens.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

autônomos de jovens para um diálogo, recuo de vários prefeitos no aumento das passagens no transporte público (BIROLLI, 2016).

“Não é só por 20 centavos”, a frase que sintetizou as demandas dos manifestantes nas ruas naquele período, tornou-se um lema e reflexo dos sentimentos que levaram o povo às ruas. Inicialmente, tratava-se de uma insatisfação localizada, o transporte público. Contudo, uma vez satisfeita tal demanda, não foi suficiente. A revolta, que estava nas ruas, englobava os usuários de transporte público, os que queriam mais saúde, mais educação, menos corrupção, mais direitos, mais liberdade. Inclusive, havia os que marchavam por causas pouco republicanas, como a intervenção militar. Enfim, as manifestações de junho de 2013 uniram grupo sociais bastante heterogêneos (BIROLLI, 2016).

Novíssimos atores e novíssimos movimentos entraram em cena nesse período:

Pesquisa do Datafolha, realizada em junho de 2013, constatou que, nas manifestações em São Paulo, a maioria dos participantes tinha diploma universitário (77%) e menos de 25 anos (53%). Pesquisa nacional realizada pelo IBOPE, no mesmo período, corrobora o perfil acima delineado: a idade predominante estava na faixa de 14 a 24 anos (43%). Entre 14 e 29 anos de idade, a soma sobe para 63% do total (IBOPE, Pesquisa Manifestantes, 20/06/2013) (GOHN, 2018, p.122).

Para Gohn (2018), os movimentos sociais, dos jovens autonomistas da década de 2010, são herdeiros dos movimentos antiglobalização dos anos de 1990-2000. Muitos deles inspiram-se em ideias libertárias e, apesar de negarem a política partidária, eles não se consideram apolíticos.

A mídia brasileira, em geral, apregoou o sentimento antipolítica como um valor. Tal sentimento reverberou nas eleições de 2018, quando houve muitos candidatos se propondo como novos na política, não políticos e sim gestores, *outsiders*³². A partir de

³² Na política, são aqueles que ingressam na carreira percorrendo um caminho “mais curto” do que seus pares. Os *outsiders* são produtos de momentos críticos da conjuntura política, que faz com que estes se destaquem por uma característica de personalidade ou estilo político diferente do que é tradicionalmente predominante. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=outsiders>. Acesso em: 21 jul. 2020. A eleição de pessoas com pouca ou nenhuma experiência política e partidária, como Donald Trump, é conhecida como *outsiderism*. A face mais visível da eleição no Brasil em 2018 é o grande número de novatos e *outsiders*. Para muitos, renovação política e punição à elite política imersa em escândalos de corrupção. Os discursos anti-Brasília e antissistema ungiram Jair Bolsonaro como seu porta-voz, a despeito de seus quase trinta anos em que fez parte do jogo como legislador. A renovação tsunami de 52% na Câmara dos Deputados e 85% no Senado abalou partidos e bancadas parlamentares. Além disso, alimentaram o *sprint* final dos *outsiders* competindo nos Estados. Disponível em:

2014, como fruto das jornadas de junho de 2013, surgiram novos grupos com novas performances, com outros focos e novos alvos de suas ações. Esses grupos, os conservadores, os reacionários e os neoliberais surgiram em torno do combate à corrupção.

Gohn (2018) remarca a diferença entre os jovens, que passaram a militar nas redes a partir de 2014, daqueles presentes nas manifestações de 2013. A pesquisadora denomina os novos grupos, surgidos nesse período, de organizações movimentalistas. São ativistas virtuais e convocam manifestações em determinadas circunstâncias, focando no poder político central do país. Eles cresceram, mobilizaram milhões de pessoas nas ruas e organizaram congressos a nível nacional. Algumas dessas lideranças entraram para a política partidária, disputaram cargos nas eleições de 2018 e vários foram eleitos.

Destaca-se, ainda, na onda de manifestações ocorridas no Brasil entre 2013 e 2020, antes da pandemia do coronavírus, as formas agregadas em coletivos, as ocupações das escolas e as práticas de escrachos, “ações relâmpago realizadas por grupos de jovens autonomistas, em locais de visibilidade ou de residência de políticos (GOHN, 2018, p.124).

A modo de conclusão desse período, com o olhar de Gohn (2018), observa-se que há múltiplos processos, desencadeados a partir de junho de 2013, de subjetivação na construção dos sujeitos em ação. “A composição dessas frentes é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade e o governo (GOHN, 2018, p.125).

Como resultado dos últimos acontecimentos históricos, na trajetória de participação política da juventude brasileira, recorta-se um coletivo juvenil específico, dentre outros muitos apreendidos: os jovens conservadores (neo)liberais. Em 2013, percebeu-se uma unidade de geração condensada em uma juventude progressista (Movimento Passe Livre, por exemplo) e outra conservadora (caso do MBL).

É preciso analisar, com mais detenção, alguns dos atores presentes na conjectura sociopolítica desse período, sua multiplicidade de laços, sua pluralidade de

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/23/opinion/1540317261_318460.html. Acesso em: 21 jul. 2020.

indivíduos, grupos e organizações, pois houve um destaque de protestos e manifestações dos jovens na área da educação, o que justifica esta pesquisa na área da educação, sociedade e cultura.

3.3 MOVIMENTOS JUVENIS CONSERVADORES

Os movimentos sociais constituem um fenômeno plural – conceito ambíguo e equívoco, de difícil conceitualização, quer seja por seus princípios quer seja por suas finalidades e métodos. Contudo, não podem ser confundidos com eventos, manifestações de massa. Observa-se, no Brasil e no mundo, a ascensão de movimentos que pertencem a uma nova direita, considerada por alguns teóricos como regressiva, o oposto a uma cidadania³³ progressista:

Dela resulta um tipo novo de cidadão, que participa ativamente da vida comunitária e social, de atividades políticas, de organizações de diferentes tipos, atua nas ruas e em redes sociais, mas não para manter, ampliar ou conquistar direitos e bens materiais, simbólicos e sociais para todos e todas, e sim para reduzi-los, bem como ao Estado como fiador deles, deixando os indivíduos ao sabor de seu próprio mérito e empreendedorismo pessoal no jogo do mercado, sem reconhecer as desigualdades concretas que marcam cada um e torna dessemelhante a competitividade, e nem reparar dívidas históricas que determinadas formações sociais, como a brasileira, têm com alguns grupos sociais, vide a comunidade negra (MARTINS, 2018, p.46).

Esses movimentos, regressivos e conservadores, possuem interesses bem definidos e não populares. Nota-se que lutam não por manterem, conquistarem ou ampliarem direitos sociais, mas sim por regredi-los a partir de uma visão capitalista neoliberal. São movimentos orientados por tendências políticas regressivas e valores reativos. “Influenciados por valores liberais e conservadores, e de reação aos pressupostos democráticos, os movimentos sociais regressivos são expressão de forças políticas sustentadas em concepções intransigentes e autocráticas” (BARBOSA, 2018, p. 91, *apud* MARTINS, 2018).

Nesse sentido, Duarte (2017) alerta para a necessidade de apreensão da condição juvenil no tempo presente, para se compreender a sua lógica e suas

³³ Cidadania é a participação dos indivíduos de uma determinada comunidade em busca da igualdade em todos os campos que compõem a realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, objetivando a posse dos bens materiais, simbólicos e sociais, contrapondo-se à hegemonia dominante na sociedade de classes, o que determina novos rumos para a vida da comunidade e para a própria participação (MARTINS, 2000a, p. 58 *apud* MARTINS, 2018, p.45).

contradições. Há uma forte característica paradoxal na pertença dos jovens a esses movimentos conservadores:

Os jovens não se mobilizam apenas no sentido de se construir a democracia e a liberdade, se articulam e se organizam também em prol da sociedade conservadora, na perda de direitos e de liberdade do conjunto da sociedade. Isso se deu com a juventude nazista na Alemanha, se deu com a juventude integralista no Brasil durante o Estado Novo de Vargas, e se deu no Brasil em 2013 com jovens que se manifestavam para reivindicar, entre outros pontos, a volta da ditadura militar (DUARTE, 2020, p.223).

Considerando isso, encontram-se, na rede virtual, diversos grupos representados, em sua maioria, por jovens que constituem na atualidade a nova cara da direita conservadora brasileira. São eles: a “nova ARENA”, o Partido Federalista, o Partido Libertários (LIBER), a Resistência Nacionalista (RN), a União Conservadora Cristã (UCC), a Juventude Conservadora da Universidade Nacional de Brasília (UNB), o Movimento Endireita Brasil, o Movimento Brasil Livre, o Movimento Vem pra Rua, entre outros de menor expressividade nas redes sociais. Esses movimentos podem ser divididos em duas categorias: os de caráter político, que objetivam integrarem-se na política nacional, criando partidos ou incentivando seus membros a disputarem eleições e; os de caráter moralista, que não possuem um perfil político-partidário, mas desejam a retomada da moral conservadora no Brasil.

No cenário contemporâneo da política brasileira (2013-2020) vê-se a ascensão de uma onda conservadora (neo)liberal protagonizada por grupos juvenis, sem, contudo, deixar de haver uma juventude progressista e alinhada às pautas tradicionais da esquerda.

Para Margulis e Urresti (1998), é evidente que existam gerações dentro de cada classe e que também haja classes em cada geração. A geração, mais do que uma coincidência de coetaneidade, refere-se ao momento histórico no qual foi socializada. Ianni (1962, *apud* OLIVEIRA, 2015) alertava que, nesta fase da vida, o jovem é imaturo e isso influencia na sua escolha em relação a doutrinas políticas, mesmo contrariando os interesses de sua classe de origem. A autora ressalta, ainda, que se dá, no interior dos movimentos juvenis, a formação de uma verdadeira fraternidade diante dos acontecimentos dos quais se é ator, testemunha ou contemporâneo.

Bourdieu (1998) registra que pode ocorrer uma revolução que recoloca as fronteiras do campo político, normalmente elitizado e de difícil acesso. A partir disso, “novos ingressantes mudam de tal maneira os princípios de pertencimento ao campo que pessoas que antes faziam parte dele agora já não fazem mais, são desqualificadas, e pessoas que dele não faziam parte agora fazem” (BOURDIEU, 1999, p. 202). As eleições estaduais e federal de 2018, no Brasil, redesenharam as fronteiras políticas. Observou-se, também, uma guinada à direita, extrema direita e ao conservadorismo e acederam a cargos eletivos novos agentes políticos, oriundos do campo dos profanos na política.

Embora, historicamente, seja própria da tradição de esquerda progressista a participação de coletivos juvenis militantes no campo político, não é uma novidade sem precedência o fato de haver jovens conservadores presentes ativamente na política. Houve, noutros momentos da história brasileira, presença de pautas conservadoras com adesão da juventude. Assim, é preciso observar quais são as novidades e as repetições das manifestações dos movimentos conservadores no atual cenário brasileiro.

Para Bourdieu (1999), tal situação se explica porque o campo político nunca se autonomiza por completo. Ele se refere sempre à sua clientela, aos eleitores, já que eles têm a palavra final na disputa entre os membros do campo. O que está em jogo, nas lutas simbólicas e políticas, é a hegemonia da enunciação, da narrativa dos fatos sociais. Segundo Bourdieu “a política é uma luta em *prol* de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização” (BOURDIEU, 1999, p. 203). As ideias-força que venceram na luta política brasileira recentemente (a partir de 2016, sobretudo) foram as de anticorrupção, de valores conservadores da família, da moral, da religião e do Estado e os princípios neoliberais capitalistas reformistas.

Observou-se, portanto, no cenário brasileiro, o que Bourdieu (1999) chama de luta pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, parafraseando Max Weber. O que se disputa é o poder sobre o Estado, contudo, nota-se que os agentes políticos tendem a extravasarem o seu campo específico. Os principais agentes políticos brasileiros atuais tentam agir diretamente sobre os campos da ciência e da educação, desrespeitando as regras próprias de cada campo. Para Bourdieu “há no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas

desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais” (BOURDIEU, 1999, p. 204).

É notável, no campo político brasileiro, a consideração de Bourdieu (1999) sobre a dupla vertente das disputas no campo político. Por um lado, são combates por ideias, por outro por poderes, já que essas ideias só são completamente políticas ao se tornarem ideias-força. O sociólogo denuncia também os “irresponsáveis políticos”, que são os novos na política, ou velhos que ganharam um maior capital político atualmente e, na verdade, são demagogos. Esses são demagogos populistas que não trazem, ao entrarem no campo, novas e interessantes ideias, mas falam de coisas sem conhecerem, que não veem as consequências daquilo que propõem e são utopistas, porém tornaram-se populares entre as massas (BOURDIEU, 1999).

Na apresentação do dossiê: “Movimentos sociais conservadores e educação” Groppo, Martins e Barbosa (2018) indicam que, no atual cenário nacional, surgiu uma série de sujeitos sociais coletivos que são (auto)identificados com um perfil ideológico conservador. Destaca-se que há dificuldade em se nominar tais movimentos e, no interior dos mesmos, tais sujeitos. Assim, os pesquisadores optam por designá-los, inicialmente, por liberal-conservadores. Esta pesquisa acrescenta o sufixo “neo” pelo que traz consigo de novidade e repetição ao mesmo tempo:

Considerando que a hegemonia política só é possível com consenso e força, ao se pensar sobre a conjuntura brasileira atual, é sempre oportuna a avaliação da correlação de forças entre os grupos e os movimentos sociais, as classes e as frações de classe. E o que se observa neste cenário é que no plano da política e da cultura as forças da reação se organizam na ofensiva liberal-conservadora e reacionária que empreendem (MARTINS; GROPPPO; BARBOSA, 2018 p.4).

No mesmo dossiê, é apontado que as manifestações, à direita no cenário político ideológico, percebidas na contemporaneidade brasileira não constituem um fenômeno novo. A “onda conservadora” esconde e revela muitos elementos, que estão sendo investigados e que aqui são mencionados de maneira incipiente. Existe, no Brasil, uma tradição de ideologias, movimentos e intelectuais que se destacaram por ideais de tradição, ordem, autoridade e nacionalismo reativo e conservador (MARTINS; GROPPPO; BARBOSA, 2018).

No cenário nacional contemporâneo encontra-se um certo avanço de forças conservadoras lideradas por grupos juvenis de ativistas políticos minarquistas³⁴, como o MBL, as instituições confessionais de grupos fundamentalistas religiosos e por uma ampla ala de um governo “novo-velho”, todos marcados por tradições políticas liberais-conservadoras. Na disputa do campo político, na guerra de narrativas sobre fatos sociais, eles atuam para desmontarem políticas públicas com *viés* democrático e no âmbito da educação ocorrem os maiores esforços de entrada e permanência (MARTINS; GROppo; BARBOSA, 2018).

Os coletivos juvenis conservadores, que atuam no campo político, utilizam o espaço público e as redes sociais como meio de difusão de ideologia e das suas pautas políticas. As redes sociais constituem-se como um novo campo de disputa pela narrativa dos fatos sociais.

Destaca-se que as principais marcas do conservadorismo, observadas no discurso, são: centralidade da tradição, família e na proteção da propriedade, condenação de práticas que valorizam a diversidade sociocultural, identidades e relações de gênero, distanciamento de práticas pautadas por sujeitos e ações coletivas, exaltação da meritocracia e da individualidade descolada de sua classe ou grupo social, além da defesa de todos os *slogans* próprios do capitalismo neoliberal.

As novas agrupações juvenis conservadoras apresentam-se, diferentemente dos clássicos movimentos sociais, como organizações que funcionam como *lobbies* de defesa de interesses burgueses e da economia capitalista no plano internacional:

São organizações que se movimentam para a ocupação do espaço público e do espaço político legislativo, com projetos de Lei. Defendem a lógica empresarial no campo educacional em nome da incompetência governamental para gerir a coisa pública. Pautam seus discursos por moralismo e constroem uma simbologia de ataques à coisa pública, atraem famílias e jovens descontentes com a política nacional. Constroem ações coletivas a partir das redes sociais digitais e são distantes das características dos movimentos sociais populares que se pautam pelas necessidades concretas dos trabalhadores e pelos direitos sociais. Constroem ações coletivas de modo virtual, portanto, marcadas pela recepção de informação de modo individual e com pouca ou nenhuma margem para problematização

³⁴ Posição em filosofia política, de orientação libertária, que defende um Estado forte e eficiente, porém mínimo. De acordo com aqueles que advogam uma posição minarquista, o Estado deve agir exclusivamente para encorajar um conjunto de direitos naturais e legais essenciais para a liberdade cultural e econômica. Tal Estado deve ser gerido por princípios republicanos, com uma democracia bem estabelecida, para limitar os poderes do governo. Minarquistas justificam o Estado baseados na ideia de que sua existência é consequência inevitável da adesão ao princípio de não-agressão Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/minarquismo/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

coletiva dos problemas que são reais e sociais (BATISTA; SOUZA, 2018, p. 10).

Movimentos ou organizações conservadoras, tais como o Movimento Brasil Livre, aderem ao modelo de Estado mínimo³⁵, suprimindo as funções do Estado no âmbito social e econômico; propõem a privatização da oferta de serviços de saúde e educação, a desregulamentação trabalhista e ambiental. Eles tratam de um coletivo sem vínculo com a classe trabalhadora e de perspectiva conservadora e moralista, não observando uma luta pelos direitos sociais, em benefício dos direitos individuais (BATISTA; SOUZA, 2018).

Os movimentos e organizações conservadores, que surgiram nas últimas décadas no Brasil, expressam disputas políticas de forças em relação a projetos societários. Por um lado, há um projeto de maior participação social, um “alargamento da democracia” (DAGNIINO, 2004), por outro, um projeto de Estado que deve se distanciar do seu papel de “garantidor de direitos” (BATISTA; SOUZA, 2018).

No contexto da última onda de manifestações juvenis, especificamente nos anos de 2013 a 2015, apesar da importância, relevância e validade de boa parte das reivindicações dos jovens que foram às ruas se manifestar, ficou nítido que,

[...]seus agentes eram majoritariamente oriundos dos setores médios e altos da sociedade brasileira, não representando, de forma direta, a perspectiva de mundo e os problemas específicos dos jovens pobres e da periferia. Tais, movimentos de contestação se caracterizaram por uma problemática geracional fundada nas aspirações dos setores urbanos privilegiados que tinham acesso à formação universitária, ou nela estavam inseridos (DUARTE, 2016, p.895).

Nesse sentido, observa-se igualmente que os movimentos (ne)oliberais conservadores, cujas ideias são difundidas nas redes sociais por coletivos juvenis, são movimentos políticos e trabalham para difundirem ideias que, na aparência, atendem às aspirações sociais. Contudo, seus discursos fortalecem os grupos

³⁵ Tanto o neoliberalismo quanto o neoconservadorismo pressupõem que a solução para a estabilização do sistema capitalista está na ideia de Estado mínimo, que significa: 1) cortar gastos para diminuir a oferta de moeda, com o objetivo de conter a inflação, e abrir espaços de atuação do setor privado por meio de privatização, a fim de criar setores para dinamizar a produção; 2) aumentar a taxa de juros para conter o crédito, conseqüentemente diminuir a circulação de moeda e atrair capitais para o setor financeiro até que a inflação fique sob controle; 3) diminuir ou extinguir as regulações para reduzir o custo da produção e facilitar transações financeiras e comerciais; 4) reduzir a taxação, principalmente dos mais ricos, para estimular a inversão de capital no setor produtivo e/ou financeiro. O Estado mínimo neoliberal/neoconservador não remete à ausência de Estado, pois não pode abrir mão do uso legítimo da força para garantir o direito à propriedade (MOLL, 2015, s.p.).

empresariais e difundem a ideia hegemônica do neoliberalismo, que a educação precisa ser gerida em consonância com os princípios do mercado e da meritocracia (BATISTA; SOUZA, 2018).

Sendo o campo político um local de contradições e a juventude uma categoria heterogênea, pode-se observar que a política vem sendo constituída a partir de visões heterogêneas que expressam a diversidade de possibilidades de ser e vivenciar a juventude. A inserção dos jovens, nos distintos grupos, diz muito sobre as compreensões de política e seus ideais de participação (MESQUITA *et al.*, 2016). A participação política da juventude não pode estar desvinculada das condições subjetivas que darão forma ao sentimento de pertencimento à coletividade por parte de jovens.

Considerando o conceito bourdieusiano, de campo como espaço simbólico na organização social, observa-se que, dentro deste espaço, acontecem as lutas por parte dos agentes pertencentes ou dos recém-chegados ao novo campo. Tais disputas, com suas regras próprias de cada campo, validam, determinam ou legitimam as representações dentro do campo. Dentro do macro campo social existem diversos sub-campos, como o da política, analisado nesta pesquisa. O campo político apresenta-se como um microcosmo, um pequeno mundo social, relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Ele possui regras próprias do jogo de pertença, relações, ações e processos.

Fez-se necessária a consideração mais aprofundada de como acontecem todas essas disputas e contradições ao interior de um movimento juvenil conservador (neo)liberal. Assim, esta pesquisa soma-se à constatação do Professor Aldimar Jacinto Duarte, com preocupação:

Quando olhamos para a história da participação política dos jovens no tempo presente constatamos que essa lógica de individualização dos agentes se caracteriza como perversa frente às novas gerações, pois retira dos jovens a sua capacidade utópica, transformadora, de dar o movimento à sociedade. Esta seria uma das maiores vitórias da ideologia neoliberal e conservadora: retirar dos agentes o direito a sonhar e de projetar um mundo mais justo e solidário (DUARTE, 2020, p.224).

No próximo capítulo analisou-se a trajetória histórica dos passos que foram dados e do discurso constituído, e reconstituído, de um modelo específico de movimento juvenil conservador.

3 JUVENTUDE CONSERVADORA: VELHOS RÓTULOS COM NOVAS ROUPAGENS

Objetivou-se neste capítulo compreender a trajetória da juventude militante *on-line* e *off-line* do Movimento Brasil Livre, resultado de diversos discursos contraditórios. Seu berço é a instituição libertária Estudantes pela Liberdade (EPL), fundada nos Estados Unidos em 2008, que possui uma rede de grupos estudantis afiliados. O nome do Movimento Brasil Livre foi emprestado de uma página abandonada no *Facebook* de mesmo nome, pertencente ao EPL. Pode ser classificado, de acordo com a terminologia da Ciência Política e da Sociologia, como um *think tank*³⁶, órgão de formação de opinião, que possui centros e instituições de pesquisa independentes (BARBOSA, 2017). O MBL é também um movimento social e político, suas pautas são liberais (no sentido do (neo)liberalismo econômico contemporâneo) e conservadoras, muitas delas contrárias aos valores e direitos democráticos adquiridos.

Passado o furor das manifestações de junho de 2013, manifestou-se uma “nova” juventude conservadora, que não tivera, nas últimas décadas, protagonismo relevante na cena política nacional. Naquele período protestava, pretensamente, contra a “roubalheira” e “tudo isso que está aí”. Depois, afunilou-se o alvo em direção ao Partido dos Trabalhadores e em direção à esquerda em geral, equiparados por esses novos agentes políticos como sinônimo de corrupção.

Rapidamente, grupos como o Revoltados *On-line* (ROL), o Vem pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL) ganharam espaço na imprensa sem que fossem questionadas suas origens (AMARAL, 2016). Nas manifestações daquele período foram elaborados discursos contraditórios, entre os quais destacam-se aqueles “antipolítica”, que resultaram no surgimento de novos movimentos políticos.

Buscou-se, ainda, neste capítulo, observar e analisar os agentes posicionados nesse espaço, suas estratégias de militância para conservar ou subverter o campo

³⁶ “As iniciativas para a organização dos ‘Estudantes da Liberdade – Brasil’ teve origem, segundo o seu *site* oficial, em grupos de estudos universitários, em instituições públicas, como, por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul [...]. A partir de 2012, o EPL-Brasil, se articulou com outro *think tank* nacional recente, denominado ‘Ordem Livre’. Os dois grupos realizaram, desde então, encontros, especialmente em Petrópolis. O EPL apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos, apartidária e privada, com o objetivo de ‘empoderar jovens estudantes libertaristas’. Oferece treinamento presencial e *on-line*, técnicas de oratória, técnicas de gestão e convívio sociais, formação de grupos de estudo, encontros entre os coordenadores, etc.” (BARBOSA, 2017, p.155).

político, viabilizar dados importantes para se entender a cara da nova direita brasileira e sua contraditória aliança política condensada na expressão “liberal na economia e conservadora nos costumes³⁷”, apesar das grandes diferenças que separam ambas matrizes ideológicas.

Ao analisar as pautas do MBL, notou-se que há pouca novidade em suas proposições, pois, de acordo à concepção de Pierre Bourdieu (1989), tratam-se de velhos rótulos com novas roupagens.

Para pesquisadores do MBL, o novo já nasceu velho:

Na política, muito se inventa para que tudo fique como está - sem levantar muita poeira sem mexer a areia. O surgimento (ou melhor, ressurgimento) dos movimentos políticos parece confirmar essa visão. Não há nada de novo no ar: tudo ficou no lugar, os mesmos interesses, os mesmos discursos, agora travestidos com novos rótulos, novas estampas, nomes inspiradores (SALGADO; SANTOS; BERGONZINE, 2020, p.37).

Parafraseando Max Weber, Bourdieu (2014) faz uma reflexão sobre agentes sociais que falam em nome do tudo social. Pode-se aplicar aos jovens conservadores do MBL o termo “profetas éticos e jurídico”. Nos discursos analisados, percebeu-se a tentativa de fundar um discurso “destinado a ser unanimemente reconhecido como expressão unânime do grupo unânime” (BOURDIEU, 2014, p.81). Ao aperceber, nos discursos dos jovens do MBL muitos “preconceitos”, encontra-se no conceito arendtiano de “preconceito” mais uma explicação para o título deste capítulo. Para a filósofa, a eficiência e periculosidade dos preconceitos residem no fato de neles sempre se ocultar um pedaço do passado, um juízo já formado *a priori*.

Como o preconceito se antecipa ao juízo, recorrendo ao passado, sua razão de ser temporal é limitada às épocas históricas – e formam, em termos puramente quantitativos, a maior parte da história -, nas quais o novo é relativamente raro e o velho predomina na estrutura social e política (ARENDR, 2014, p.5).

³⁷ “Por caminhos diferentes as duas correntes de pensamento conduzem a um mesmo ponto: muito além da retórica anticomunista comum a conservadores e liberais, e que não à toa persiste mesmo após a queda do Muro de Berlim, a desintegração da União Soviética e a conversão do regime chinês ao capitalismo, o que se destaca na propalada expressão *conservador nos costumes e liberal na economia* é que por ambos os termos ela remete a uma vigorosa negação da democracia [...] No fim, tanto o liberalismo de Hayek quando o conservadorismo de Burke entendem que toda política que encontra na igualdade uma referência moral é um atentado contra a liberdade. Se perguntassem liberdade de quem, provavelmente concluiríamos, com Oakeshott, que se trata da liberdade daquela parcela da sociedade que apresenta maior *disposição conservadora* porque é constituída pelos que *aprenderam a amar o que têm*; em detrimento daqueles que nada têm, mas – talvez por isso mesmo – aprenderam a amar a liberdade e ambicionam ser livres também” (DOMBROWSKI, 2020, p.233, grifo nosso).

A pesquisa empírica procurou compreender a “duplicidade estrutural” (BOURDIEU, 1989) presente nos discursos constituídos pelo MBL nas redes sociais e no processo formativo de seus membros.

3.1 O CASO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)

As manifestações desencadeadas em todo o país, a partir de junho de 2013, tinham tomado rumos diferentes. Agentes presentes naquele momento, como Renan Santos³⁸, um dos fundadores do MBL, articulava com alguns amigos a ideia de criarem algo entre um *think tank* e um movimento:

E se rolar um espacinho, poderia montar com vocês um instituto de política, tratar de liberalismo...Fazia sentido para mim. Havia liderado um ato contra a PEC 37³⁹ durante as ‘jornadas de junho’, quando conheci um rapaz chamado Marcelo Faria. Único cérebro decente no meio daquela histeria esquerdista, Marcelo era ambicioso e organizado. Planejávamos nossa revolta liberal em encontros em botecos da Vila Mariana. [...] É uma linha de pensamento meio diferente, não tem muito por aqui. É a defesa da liberdade econômica...Você imagina, pagamos tantos impostos, temos tanta burocracia...com um estado (*sic*) menor, mais enxuto, mais respeitador, seria bem diferente... Consegue imaginar? Algo tipo...A Suíça, sabe? Mas nada radical... O que não pode é continuar esse troço aí... (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.25).

Assim, o MBL deixa claro a que veio: promover o liberalismo econômico e pautas conservadoras nos costumes, que se resumem à: liberdade absoluta para o mercado, privatizações, Estado mínimo e o fim das políticas públicas distributivas. Tratam-se de pautas históricas da elite empresarial brasileira e Renan Santos e muitos jovens pertencentes ao MBL vêm da classe empresarial.

Encontra-se um ideário na página oficial do Movimento na *internet*:

O MBL se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil. Para tanto, defendemos a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como

³⁸ Renan Santos (37 anos), empresário de Valinhos-SP, é um importante articulador dos bastidores do movimento. cursou Direito na USP. Foi filiado ao PSDB de 2010 a 2015.

³⁹ A Proposta de Emenda à Constitucional 37/2011, PEC 37, foi um projeto legislativo brasileiro que pretendia emendar a Constituição brasileira para incluir a apuração de investigações criminais como atividade privativa da polícia judiciária. Foi proposta pelo deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA) que argumentava que as investigações próprias do Ministério Público ferem os direitos dos investigados por não terem regras claras e porque os investigados não têm acesso aos autos. A PEC daria poder exclusivo à polícia para realizar investigações criminais, retirando essa possibilidade do Ministério Público. Foi retirada de pauta por um placar de 430 a 9.

conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa. Dentre os valores (a base sobre a qual construiremos a nossa atuação) e princípios (o direcionamento da nossa atuação) do MBL (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2021).

Entre os “valores” e “princípios” orientadores, elencados pelo MBL, encontram-se: liberdade e responsabilidade, paz e proteção aos direitos individuais, livre iniciativa e empreendedorismo, eficiência e inovação, incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada, democracia e igualdade perante a lei e privatizações. Dessa forma, percebeu-se a presença de pautas liberais e neoliberais no programa do Movimento. Enquanto às pautas conservadoras, são enunciadas algumas das bandeiras defendidas pelo Movimento: a revogação do estatuto do desarmamento, o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão, a redução da maioria penal e fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais ou de gênero (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2021). Embora não se encontre documentação oficial, são contrários ao aborto e à chamada “ideologia de gênero”⁴⁰ e defendem o Projeto de Lei “Escola sem Partido”⁴¹. Diversas postagens em suas redes sociais provam disso.

Ao longo de seus quase oito anos de existência, as bandeiras levantadas e defendidas pelo MBL variaram. Eles abandonaram algumas e assumiram outras – como no caso dos projetos “Escola Sem Partido” e “Ideologia de Gênero” – defendidos entre os anos 2014 e 2016 – que nos anos seguintes foram deixados de lado pelo Movimento. Isso é explicado, entre outros motivos, pelo fracasso das iniciativas e o

⁴⁰ Acredita-se que o termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em 1998, em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru intitulada “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. O evento nacional que reúne bispos de todo o país é uma tradição da Igreja Católica no mundo inteiro. Desde seu surgimento, a expressão “ideologia de gênero” carrega um sentido pejorativo. Por meio dela, setores mais conservadores da sociedade protestam contra atividades que buscam falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados – como sexualidade – nas escolas. As pessoas que concordam com o sentido negativo empregado no termo “ideologia de gênero” geralmente temem que, ao falar sobre as questões mencionadas, a escola vá contra os valores da família. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 12 maio 2020.

⁴¹ De acordo ao site oficial do projeto, o Escola sem Partido é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. Inspirados nessa experiência, decidimos criar o site EscolasemPartido.org, uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. Assina o texto Miguel Nagib, fundador do projeto. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

surgimento de novas pautas mais populares e de maior engajamento nas redes sociais.

Ao estudar as bases da nova direita, Silva (2018) explica o porquê dessas constantes mudanças no discurso:

As redes sociais é o meio pelo qual o MBL se articula e se comunica. O *Facebook* tem sido sua ferramenta principal, plataforma onde interagem com milhões de pessoas de forma assimétrica, vertical e dialética (ou seja, eles influenciam o debate e a opinião pública, mas dependem de seus seguidores para se projetar. Com isso, por mais que tenham pautas e diretrizes definidas, o MBL acaba sendo muito 'dependente' do *feedback* dos membros de sua página, sendo influenciado por esses e passando a pautar demandas que não eram suas originalmente. Isso pode ajudar a explicar como o MBL foi se aproximando mais do campo conservador em ralação ao liberal - onde orbitava inicialmente -, pois, dependendo dos seus seguidores do *Facebook* para se projetar nacionalmente acaba sendo suscetível a pautas do senso comum – já que seus seguidores são diversificados –, que por vezes tendem a serem mais conservadoras, abarcando setores heterogêneos da sociedade (SILVA, 2018, p.90).

No dia 7 de novembro de 2014, em sua página oficial do *Instagram*, o MBL publicou Manifesto Por um Brasil Livre (Figura 1) no qual afirmava ser um Movimento com pluralidade e diversidade de membros, militante por um país independente, a despeito de qualquer sigla partidária e contrário à corrupção. Convocava, então, manifestações em defesa das instituições democráticas.

FIGURA 1 - MANIFESTO MBL, 2014



Fonte: Página do MBL no *Facebook*⁴²

⁴² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/272705406186943>. Acesso em: 5 jul. 2021.

As pesquisas documental, bibliográfica e empírica apontaram, entre outras, duas contradições nesse manifesto: a pluralidade dos seus membros e o apoio irrestrito ao governo. O MBL é composto majoritariamente por jovens, na casa dos 16 aos 22 anos, homens brancos e de classes média e alta (FARHAT; ZANON; PLACERES, 2017). Sua oposição ao Partido dos Trabalhadores e demais partidos de esquerda negam igualmente a afirmação no manifesto de apoio irrestrito ao governo, independente da sigla ou cor do partido. Atesta-o ainda, o documento oficial intitulado Manual de Instruções para Filiais Municipais:

Um ambiente político saudável deve primar pela existência de liberais, conservadores, sociais-democratas e verdes, devidamente representados por seus partidos e agentes políticos - todos comprometidos com a democracia. Coronéis cujo pensamento remonta ao Século XVIII e extremistas de esquerda- representados por siglas que vão do PT ao PCO – enquanto inimigos da democracia e da liberdade, deverão, democraticamente, ser desalojados do papel de protagonistas que hoje exercem (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.34).

O grupo fundador compunha-se de irmãos e amigos, “uma mistura de diferentes potenciais artísticos num time multidisciplinar que poderia fazer diversas coisas – entre as quais, a política” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.19). A maioria desses jovens vivera com maior ou menor intensidade as jornadas de junho:

Eu fora capturado pelas tais ‘jornadas de junho’ e assistia extasiado àquelas movimentações sem liderança ao redor do país. Ficava agoniado. Não conseguia acompanhar o dia a dia da empresa⁴³ e tinha olhos apenas para os estranhos desdobramentos que surgiam pelo caminho. *Meu Deus ontem foi gigante! Será que vão atacar o PT? Parem de falar em bilhete de ônibus, porra! E o projeto de poder do Lula, ninguém menciona?* (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.29, grifo do autor).

O tom inicial do Movimento era de bastante descontração e jovialidade. O propósito era disseminar, de maneira atraente, os ideais liberais e engajar jovens nas redes sociais e nas ruas para o ideal do Movimento: “Fazemos política com alegria,

⁴³ O pai de Renan Santos assumiu com os filhos uma antiga empresa metalúrgica em Itupeva, cidade do interior de São Paulo (KATAGUIRI; SANTOS, 2019). A família Santos responde atualmente a 125 processos na Justiça, relativos a negócios que tiveram antes da criação do MRL (Movimento Renovação Liberal). O EL PAÍS teve acesso a estes processos. A maioria é relativa à falta de pagamento de dívidas líquidas e certas, débitos fiscais, fraudes em execuções processuais e reclamações trabalhistas. Juntos, acumulam uma cobrança da ordem de 20 milhões de reais, valor que cresce a cada dia em virtude de juros, multas e cobranças de pagamentos atrasados. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html. Acesso em: 26 jul. 2021.

inovação e ousadia” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.32). No relato de Kim Kataguirí⁴⁴, um dos principais ativistas do MBL, notam-se os tons lúdico e ácido que caracterizam o grupo:

Lembro-me exatamente da frase que me convenceu a conhecer o escritório do que viria a se tornar o MBL: ‘queremos formar um *dream team* da zoeira’. ‘Zoeira’ é um termo que, a partir de 2013, passou a denominar uma espécie de humor anárquico de *internet* em que figuras e ideias da esquerda são criativamente – bem criativamente, mesmo – ridicularizadas, enquanto lideranças liberais, conservadoras ou simplesmente antiesquerdistas são exaltadas por seus feitos, ou ‘mitadas’, com os famosos ósculos escuros pixelizados *thug life*. Vivi bem o início avassalador e sem limites da tal ‘zoeira’ (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.98).

O início do MBL está muito atrelado às manifestações contrárias ao governo de Dilma Rousseff (1º. de janeiro de 2011 – 31 de agosto de 2016). Segundo seus fundadores, foi a decepção a causa fundante do MBL: “ou Dilma cai, ou São Paulo para” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.108). Uma das manifestações que se tornou marco fundacional do MBL ocorreu em 1º. de novembro de 2014. Nas palavras de Kataguirí e Santos:

Primeiro de novembro de 2014. Não sabíamos à época, mas ali surgia o Movimento Brasil Livre. Uma hora depois do horário marcado via *Facebook*, 5 mil pessoas se reuniram no vão do Masp para defender a liberdade de imprensa e a Operação Lava Jato. Fomos em direção ao parque Ibirapuera, discursando durante todo o caminho (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.109).

O Movimento possui uma visão conservadora do Estado brasileiro, segundo a qual o Estado é intrinsecamente corrupto. O combate à corrupção tem sido uma de suas principais bandeiras, embora seja apresentada de maneira parcial, oriunda da esquerda política. Em diversas postagens e falas de seus membros é possível registrar essa visão que norteou as manifestações do MBL nos anos de 2014 a 2016, como é possível notar no Manual de Instruções para Filiais Municipais:

O debate político pobre e superficial é a regra na política brasileira, onde sindicalistas e lideranças de vermelho lutam com políticos inseridos na velha

⁴⁴ Kim Patroca Kataguirí, neto de japoneses e filho de um metalúrgico e de uma dona de casa, é um dos principais rostos do MBL. Nascido em Salto – SP, mudou-se para Indaiatuba com um ano de idade. Ele cursou o Ensino Médio no Colégio Técnico de Limeira da UNICAMP. Foi lá que, segundo ele, começou a se interessar por política quando viu um professor falar bem sobre o Programa Bolsa Família, e iniciou a questionar-se o porquê. Leu então “Seis Lições”, de Ludwig Von Mises, e, em agosto de 2013, publicou um vídeo no *YouTube* para responder ao professor, onde contestava o mesmo Bolsa Família. Atualmente é Deputado Federal no mandato (2019-2023).

tradição patrimonialista das mais arcaicas por nacos dos orçamentos municipais [...] O objetivo do MBL neste contexto é recrutar e formar a nova massa crítica que irá transformar o cenário político do país. Mas sabemos que apenas por meio de um trabalho de base consistente e organizado seremos capazes de conter o gigantesco estado cleptocrático brasileiro, que perpetua injustiças históricas e impede o progresso material e cultural da nação (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.10).

Para Martins (2018), encontra-se no MBL um conceito liberal de cidadania, conservador na sua visão econômica e social, que resulta num jovem defensor da manutenção do sistema capitalista. Esse sujeito naturaliza a desigualdade, a exploração econômica e a alienação social. O Movimento é averso ao conceito progressista de cidadania, não havendo em suas propostas pautas de luta “pela igualdade concreta em todos os campos da existência humana” (MARTINS, 2018, p.46). Prova-o a postura com a qual lidam com temas sociais, por exemplo as cotas raciais:

Um vídeo sobre o tema se tornaria relevantíssimo se fosse bem-feito (*sic*) e trouxesse argumentos sólidos. E foi isso que fizemos. Passamos algum tempo preparando o roteiro, gravando e editando. O impacto de haver um negro falando contra as cotas raciais e se opondo à narrativa vitimista que as popularizava era muito grande. De certa forma, ter um dos ‘oprimidos’ negando a necessidade ou a razoabilidade das cotas era uma facada no coração da esquerda. Como assim um negro que não se sentia prejudicado pela dívida histórica que todos nós temos com os negros? Como diabos um negro se sentia livre para sair da senzala ideológica esquerdista? Quanta ousadia! (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.126).

Nos anos 2015 e 2016 a tarefa principal do Movimento foi a de militar pelo *impeachment* da Presidente Dilma. Para tal efeito, o Movimento, que se apresentou apolítico, fez diversos acordos com velhos políticos para atingir seu objetivo: “Raciocinamos: Quais as duas forças conservadoras mais importantes no Congresso? A resposta era evidente: a frente parlamentar da agricultura e a frente parlamentar evangélica. Boi e Bíblia. Decidimos colocá-los juntos” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.335). A estratégia política do Movimento pautou-se, majoritariamente, pelo pragmatismo, como se observa na diretriz do Manual de Instruções para Filiais Municipais:

O objetivo fundamental dos grupos, como explicitado anteriormente, é a ocupação dos espaços políticos e a destruição sistemática do pensamento e da prática estatista e esquerdista ao longo dos municípios país afora. Faremos política de verdade, e isso implica dialogar e negociar, por vezes, com aqueles que combatemos e repudiamos. Algumas vezes teremos que

ceder em nossos movimentos no campo de batalha, se tal manobra permitir um sucesso a posteriori (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.24).

Ainda nesse período, o MBL liderou diversas manifestações para derrubar o governo do PT. De acordo com Kataguirí e Santos:

Decisão final: ficaríamos do lado do impeachment. E, com segurança, posso dizer que talvez essa tenha sido a decisão mais importante que o MBL tomou em toda sua curta história. Isso porque eu, que ainda nem era estudante de Direito nem sabia que seria, já me achava – como ainda acho – um ministro do Supremo, e enchi o saco para que os outros comprassem a tese (KATAGUIRÍ; SANTOS, 2019, p.131).

O MBL afunilou seu discurso e direcionou sua militância para o *impeachment*, divergindo, assim, de outros movimentos, como o Vem pra Rua, que militava genericamente contra a corrupção: “O principal objetivo do movimento, no momento, é derrubar o PT, o maior *nêmesis* da liberdade e da democracia que assombra o nosso país” (KATAGUIRÍ; SANTOS, 2019, p.138). Com essa finalidade convocaram uma grande manifestação para o dia 15 de março de 2015⁴⁵ na cidade de São Paulo, com a presença de um milhão de pessoas, segundo os organizadores. Para esse propósito começaram a estruturar os núcleos do MBL em cerca de 170 municípios. De acordo com o Manual de Instruções para Filiais Municipais, o trabalho dos núcleos municipais do MBL consiste em:

Atuar de forma plena enquanto agentes políticos nas respectivas municipalidades de seus associados, aglutinando forças liberais de forma suprapartidária. Seu objetivo é não apenas difundir ideias liberais, mas formar e congregar novos líderes, mas também impactar a realidade da política local por meio do ativismo político. Os núcleos municipais do MBL devem, por exemplo, trabalhar para a aprovação de projetos de lei que ampliem o espaço para a liberdade e a escolha do cidadão por meio da abertura ao setor privado de setores como saúde, educação, transporte, meio ambiente, etc., bem como organizar a oposição civil e influenciar a oposição partidária a adotar projetos e iniciativas políticas que visem a expandir ainda mais o alcance do Estado sobre os recursos e liberdades da sociedade. O objetivo é que cada núcleo municipal do MBL atue como uma célula de ativismo e promoção de alternativas liberais para a resolução dos problemas municipais Brasil afora.

⁴⁵ No dia 15 de março, após meses de articulação e de convocação pelas redes sociais, realiza-se em várias cidades do país uma manifestação de grandes proporções contra a presidenta Dilma e o PT. Os organizadores principais continuam sendo o MBL, Vem Pra Rua e ROL. Na época, essas três organizações concordavam com o alvo, o PT, mas o Vem pra Rua discordava da bandeira pelo impeachment. A cidade de São Paulo foi, sem dúvida, o grande epicentro da manifestação, com 1 milhão de pessoas ocupando a Avenida Paulista segundo os organizadores – o Instituto Datafolha estimou o público total em 210 mil. Apesar da divergência numérica, o Datafolha destacou que era a maior manifestação na Avenida Paulista desde as Diretas Já em 1984 (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p.203).

Somente assim conquistaremos mudanças concretas na realidade das nossas comunidades (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.15).

Após os primeiros sucessos em organizarem manifestações de rua, na leitura e análise da coordenação nacional do MBL, constataram que a direita havia conquistado um espaço de militância que não lhe pertencia: “Foi um sucesso. Quebramos o monopólio das ruas, antes propriedade das esquerdas” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.111). A imposição das pautas de direita tomou, aos poucos, a forma de radicalização, em que ideias diferentes das colocadas por esses manifestantes não eram aceitas. Enquanto a esquerda, que até então tinha o monopólio das ruas, recuava e as pautas progressistas perdiam o protagonismo (MARTINS; CORDEIRO, 2014, *apud* SILVA, 2018), a direita assumia cada vez mais seu papel na trama. O discurso anticorrupção já havia aflorado em 2005 no escândalo do mensalão⁴⁶. A conjuntura econômica favorável e a pouca adesão popular tornaram inviável seu sucesso naquele momento. Contudo, o discurso anticorrupção voltou nas manifestações de junho de 2013 e foi cooptado e canalizado nos anos seguintes por grupos de direita, como o MBL.

No dia 24 de abril de 2015, um grupo de 30 jovens empreendeu o que batizaram de “Marcha pela Liberdade”, uma longa caminhada de 33 dias desde a cidade de São Paulo até Brasília, em *prol do impeachment*. O ápice da marcha seria a entrega, ao presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha (MDB-RJ), um pedido formal de afastamento da Presidente Dilma. Junto a outros atores, como os partidos de oposição, a nascente direita virtual, os agentes de mercado e a imprensa, o MBL buscou protagonizar e capitanear as vozes de todos aqueles que andavam inconformados com o governo do Partido dos Trabalhadores.

Entre as bandeiras, pelas quais militavam pelo impedimento da presidente Dilma (Figura 2), chama a atenção a doutrina liberal de enxugamento do Estado, como principal solução para os problemas econômicos do Brasil. Lançaram dez pautas ou exigências pelas quais marchavam até Brasília: saída urgente de Dilma Rousseff, como condição do início de uma reforma política; redução do número de ministérios pela metade, como exemplo de austeridade dado pelo Governo; saída do Ministro

⁴⁶ Escândalo político que consistiu na constatação de repasses de fundos de empresas, que faziam doações ao Partido dos Trabalhadores, principalmente, para conquistar apoio político. O desvio de dinheiro público era usado para pagar deputados da base aliada em troca de votos favoráveis aos projetos do governo.

Dias Toffoli do colegiado julgador da “Lava-jato” no STF, dado seu histórico de “parcialidade e adesão ao projeto político do PT”; Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) do Programa Mais Médicos⁴⁷ - segundo o MBL, o programa tratava-se de um escandaloso esquema de financiamento da ditadura cubana com dinheiro público; CPI do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS); ajuste fiscal sem aumento de impostos para enxugar a máquina pública; repúdio ao Foro de São Paulo⁴⁸, como inaceitável a cooperação de partidos brasileiros com organizações terroristas como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARCs) e com governos ditatoriais como Cuba e Venezuela; concessão de asilo político para Leopoldo López⁴⁹, como forma do governo brasileiro repudiar a violência do governo venezuelano contra seu povo e; o fim das verbas de publicidade estatal como meio para se obter uma imprensa livre e independente.

A Figura a seguir traz o mapa da marcha e as pautas que a justificaram:

⁴⁷ O Programa Mais Médicos (PMM) é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais. Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/conheca-programa>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁴⁸ Criado a partir de uma convocatória dos ex-presidentes Lula e Fidel Castro a partidos, movimentos e organizações de esquerda em julho de 1990, a reunião que deu origem ao Foro tinha naquele momento o objetivo de refletir sobre os acontecimentos pós-queda do Muro de Berlim e os caminhos alternativos e autônomos pela visão da esquerda da América Latina e Caribe, para além das respostas tradicionais. O primeiro encontro foi na cidade de São Paulo, em julho de 1990, e reuniu 48 partidos e organizações que representavam diversas experiências e matrizes político-ideológicas de toda a região latino-americana e caribenha. De lá saiu a Declaração de São Paulo, documento histórico que expressa a vocação, os princípios e objetivos de todos os partidos e movimentos ali presentes. Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

⁴⁹ Leopoldo López é um político venezuelano que coordena nacionalmente o partido de direita Vontade Popular. É reconhecido como um líder da oposição anti-Chávez e depois de Nicolás Maduro.

FIGURA 2 - "MARCHA PELA LIBERDADE"



Fonte: Revista Veja, 2015⁵⁰

Durante o processo de *impeachment*, o MBL percebeu que não possuía afinidade política com partido algum, então, foi quando decidiram lançar seus próprios candidatos na política. Cogitaram, também, a ideia de fundarem um partido, o que não se concretizou: “a nossa ideia era criar um partido bem diferente daqueles já existentes. Alexandre já tinha até um nome: Livres. Soava bem. O resto do pessoal também gostou” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.197).

Para Kataguirí e Santos:

Não tínhamos qualquer alternativa político-partidária que correspondesse mais ou menos àquilo que pensávamos. Não tínhamos um partido, nem sequer um político que se alinhasse fielmente ao que defendíamos. E isso dificultava, e muito, o nosso trabalho. As coisas não andavam com a agilidade que queríamos (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.195).

No ano de 2016 o MBL, além de ganhar visibilidade nacional durante o processo de *impeachment*, consolidou-se como uma força política entre as novas organizações de direita. Contrariando seu discurso antipartidário, o Movimento lançou, nas eleições municipais daquele ano, 45 candidatos: um para prefeito e 44 para vereadores. A maior parte dos candidatos apoiados pelo MBL, nesse pleito, era afiliado ao Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) e aos Democratas (DEM).

⁵⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/8220-impeachment-ja-8221-veja-as-10-exigencias-do-movimento-brasil-livre-na-8216-marcha-pela-liberdade-8217-ate-brasilia/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

Eles elegeram o prefeito para Monte Sião em Minas Gerais, e em outras sete cidades diferentes. Sete vereadores foram eleitos: dois no Rio Grande do Sul, dois no Paraná e três em São Paulo. As vitórias mais significativas foram as eleições em duas capitais: Porto Alegre, elegendo o candidato Ramiro Rosário⁵¹ e em São Paulo, elegendo um dos coordenadores nacionais do MBL, Fernando Silva Bispo⁵². Fernando Holiday, como é conhecido no Movimento, foi eleito aos 20 anos, tornando-se o vereador mais jovem da história do município de São Paulo.

Numa leitura *a posteriori* daqueles eventos, os membros do MBL viram, naqueles passos, a inspiração para as atuais pretensões quanto ao lugar de pertença no campo político brasileiro. É o que Santos (2021), um dos respondentes da pesquisa, atesta:

Quando começamos nossa trajetória política, contamos com algumas pessoas que viriam a se tornar ‘grandes nomes’ na direita. Kim Kataguiri e Arthur do Val (que chegou um pouco depois)⁵³, ficaram famosos sendo ativistas e lideranças políticas completas. Hábeis usando as palavras, firmes nos posicionamentos, comunicadores inteligentes nas redes sociais, ambos despontaram como lideranças políticas dentro e fora do parlamento. Na prática, eles aprenderam um conjunto de habilidades: a dominar a rede social com extrema inteligência, a falar bem, a debater bem. Aprenderam retórica, uso das redes sociais e dialética argumentativa. Conseguiram escalar, com inteligência e visão, todas as oportunidades, polêmicas e tópicos quentes na internet. E mesmo com pouco recurso material, pessoal e dinheiro, conseguiram se destacar. A aprendizagem de Kim, do Arthur ou das lideranças do movimento sempre foi muito prática. Sabemos que o conhecimento prático pode ser sistematizado e transmitido em aulas,

⁵¹ Ramiro Stallbaum Rosario (25/04/1986) é vereador reeleito em 2020 e ex-secretário de Serviços Urbanos do município. Ramiro cursou a faculdade de Ciências Sociais na UFRGS e formou-se em Direito na PUCRS, onde participou do movimento estudantil. Em 2009, ingressou na política partidária através do Movimento Franco Montoro, grupo democrata-cristão dentro do PSDB. Em 2013, exerceu o cargo de gestor geral do Centro Administrativo Regional (CAR) Eixo Baltazar, a subprefeitura dos bairros Rubem Berta, Passo das Pedras e arredores.

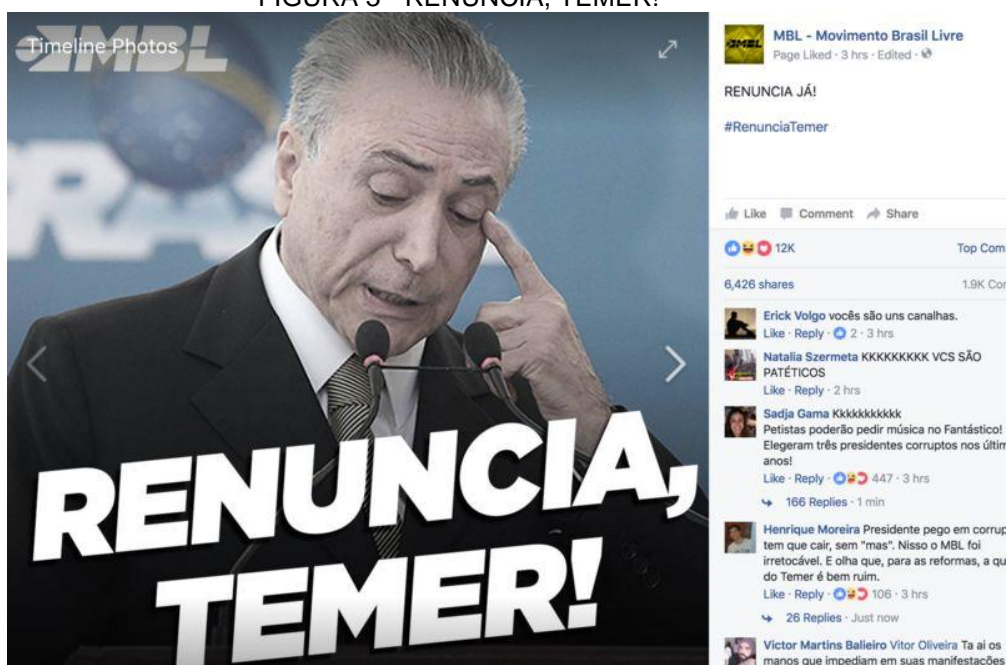
⁵² Fernando Holiday Silva Bispo nasceu em São Paulo no dia 22 de setembro de 1996. Com uma infância pobre em Carapicuíba, no bairro Cohab 5, foi educado por sua mãe, D. Maria, que trabalhou como auxiliar de limpeza para manter o lar, após seu pai desaparecer. Estudou em escolas públicas durante toda a infância e juventude, onde descobriu sua vocação política durante debates com os professores sobre cotas raciais. Se formou no ensino médio em 2013. Atualmente, cursa Licenciatura em História, na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi eleito em 2016, aos 20 anos, sendo o vereador mais jovem da história do município de São Paulo, foi o 13º mais votado com 48.055 votos. Foi reeleito em 2020 com 67.671 votos, sendo o 5º mais votado no município.

⁵³ Não se menciona aqui o nome de Fernando Holiday, um dos primeiros coordenadores nacionais do MBL e eleito em duas candidaturas a vereador pela cidade de São Paulo, pois no dia 28 de janeiro de 2021 ele se desligou do Movimento por divergências com a coordenação nacional. Em suas palavras: “Hoje, por exemplo, eles têm como bandeiras a defesa da reforma administrativa e do impeachment do Bolsonaro. Antes, defendiam as reformas da Previdência e trabalhista. Quer dizer, sempre têm algum grande projeto ou alguma causa à frente. Mas a luta contra o aborto e a defesa de causas LGBTs dentro de uma ótica liberal foram relegadas a um papel secundário”. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/fernando-holiday-sai-do-mbl-e-diz-que-vai-estimular-pautas-lgbts>. Acesso em: 26 jul. 2021.

instrucionais e teóricas. É preciso criar um mecanismo de reprodução sistemática desse perfil. É preciso investir no que deu certo (SANTOS, 2021).

Nos anos 2017 e 2018, o Movimento embarcou com entusiasmo nas reformas do Governo Temer, especialmente as reformas trabalhista e previdenciária, e se preparou para obter o maior proveito possível do capital político até então adquirido para as eleições gerais de 2018. O entusiasmo, em relação ao Governo Temer, durou até virem à tona as primeiras notícias de corrupção no governo. Com sentido de estratégia política apagaram de suas redes sociais imagens de apoio ao Presidente Michel Temer e ensaiaram uma tímida crítica, como se vê na postagem abaixo:

FIGURA 3 - RENUNCIA, TEMER!



Fonte: Notícia BBC News Brasil, 2017⁵⁴.

No episódio de escândalos de corrupção no Governo Temer, pôde observar-se que o MBL protestava de forma genérica contra a corrupção, ao mesmo tempo em que poupava políticos específicos.

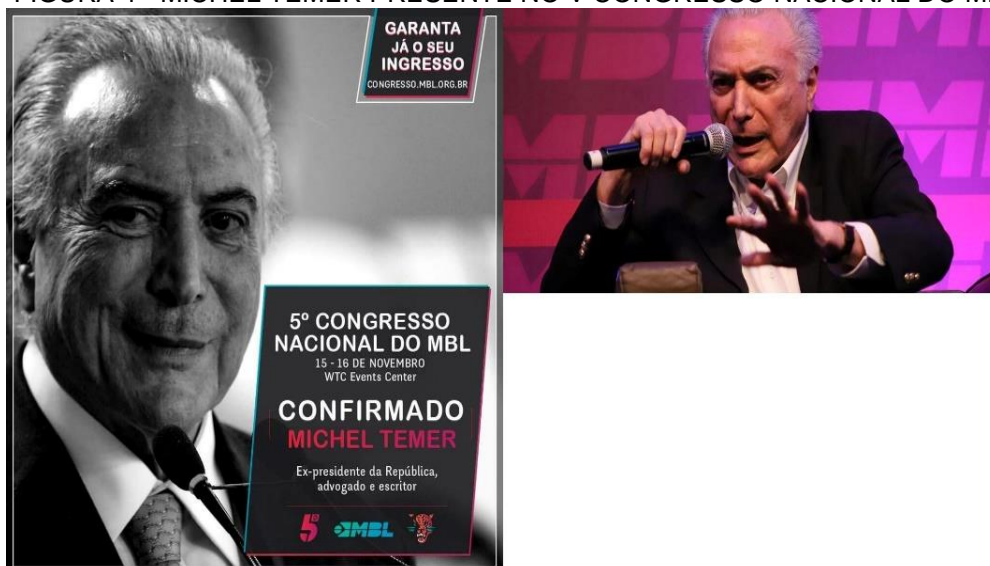
O critério de escolha estava na afinidade ideológica e não necessariamente nos fatos. Não se ouviram gritos de “Fora, Temer” com a mesma intensidade com que gritaram antes “Fora, Dilma” e “Fora, PT”. Como se pautam pelo clamor das redes sociais, não puderam deixar de fazer um tímido aceno crítico ao Governo Temer

⁵⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39959871>. Acesso em: 29 jul. 2021.

naquele momento. Por terem apoiado desde o início o Presidente Temer, contaram com a benevolência da polícia em suas manifestações e com a cobertura da mídia, que projetava do Movimento certa imagem de importância e grandeza para além do que realmente possuía em termos de história, militância e contribuições para o país.

A indignação contida que manifestaram em relação ao Presidente Temer não perdurou no tempo (Figura 4). Em novembro de 2019, no V Congresso Nacional do MBL, Michel Temer foi aclamado de pé no momento ápice das atividades realizadas naquele fim de semana. Em sua alocução Temer sugeriu que “os amigos do MBL liderassem o processo para acalmar o país”⁵⁵.

FIGURA 4 - MICHEL TEMER PRESENTE NO V CONGRESSO NACIONAL DO MBL



Fonte: Publicação *Twitter* MBL, 2019⁵⁶

Ainda em 2018, destacam-se na história do MBL conquistas eleitorais obtidas. Dois coordenadores nacionais tornaram-se políticos de ofício. Kim Katagiri (DEM) foi o quarto candidato mais votado no estado de São e elegeu-se deputado federal. Outro membro do MBL a se eleger foi uma figura conhecida nas redes sociais, Artur do Val, o *youtuber* do canal “Mamãe Falei”, que foi eleito deputado estadual pelo DEM-SP. Ademais, foram eleitos mais dois coordenadores: Homero Marchese (Pros), para a Assembleia Legislativa do Paraná e Ulysses Moraes (DC), como deputado estadual no Mato Grosso. No segundo turno, daquelas eleições, o MBL apoiou a candidatura

⁵⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/aplaudido-temer-sugere-que-amigos-do-mbl-liderem-um-processo-para-acalmar-o-pais.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

⁵⁶ Disponível em: <https://twitter.com/mblivre/status/1171924563988496384>. Acesso em: 29 jul. 2021.

de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Em uma entrevista Kataguiri afirmou: "Voto no Bolsonaro, mas é voto útil. Não é o cenário ideal, existem pessoas mais preparadas, mas infelizmente é o que a gente tem"⁵⁷.

Em 2019, o MBL lançou um manifesto (Figura 5) no qual reitera suas bandeiras e objetivos como movimento político e faz uma tentativa de *mea culpa* pelos erros cometidos na forma de militar dos primeiros anos. Já no V Congresso Nacional, propagandeavam um novo Movimento, o MBL 3.0. Sentiram a necessidade de se dar um novo rumo ao Movimento, apresentando-se como oposição ao governo Bolsonaro, que tinham apoiado no segundo turno das eleições de outubro de 2018.

No manifesto são apresentadas cinco regras que direcionam o Movimento. O MBL propõe-se a moderar a polarização na discussão política no país; promover um retorno ao verdadeiro liberalismo brasileiro; propiciar uma discussão mais teórica, através dos *memes de Internet*; defender um liberalismo mais popular, que alcance os pobres, e; reforçar a militância política nos municípios.

A Figura abaixo, tirada de postagens no *Facebook* do Movimento, retrata tal tentativa do MBL de se reinventar:

⁵⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/eleito-deputado-federal-kim-kataguiri-declara-voto-util-em-bolsonaro.htm>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FIGURA 5 - MANIFESTO DO NOVO MBL. AFINAL, O QUE É MBL 3.0?

1. Polarização não é espetáculo.
A sociedade do espetáculo (Guy Debord) assume a sua forma extrema no espetáculo virtual. Arrancado das raízes da naturalidade, o espetáculo virtual doura a realidade concreta com um halo de neon. A publicidade bilionária se abraça com a pequena autopromoção de youtubers, vloggers e influencers. Na política, a cultura da imagem substitui a reflexão dos textos.
A polarização não precisa do espetáculo. O espetáculo não polariza, mas irmana todo mundo na burrice. E preciso divergir em um nível mais fundamental. No nível do diálogo possível, há como polarizar sem ser estúpido. Essa é a primeira regra, ainda que não apareça ninguém para conversar.

2. O Brasil é um projeto inacabado.
A grande ironia é que o autor do Brasil, país do futuro se matou com um tiro na cabeça. Ao que parece, o futuro não lhe foi muito amigável. O Brasil não é o país do futuro. É o país que não gosta do passado.
Brasileiros orgulhosos são raros. Os brasileiros gostam de se auto-depreciar. Os liberais brasileiros nasceram em uma Áustria sem valsas. E preciso tomá-los a nascer, só que no Brasil. O liberalismo brasileiro do século XIX criou as instituições deste país. A melhor experiência liberal do Brasil foi o Segundo Império. A maior parte dos liberais já concorda. Voltemos às origens, essa é a segunda regra. Stefan Zweig também era austríaco. Ironias mortuárias.

3. Admirável Meme Novo
Neste novo MBL onde a polarização vira filosofia e o que interessa está no século retrasado, há um âmbito particularmente sensível. A memística, ciência oculta dos memes, é como a mística: misteriosa, dá acesso a um mundo de maior realidade, exige ascese. Os memes são hiper-reais. Continuarão. Mas, agora devem dizer o que queremos. Idéias e memes serão entrelaçados.
Menos golaço, mais teoria – terceira regra.

4.1 Por um Liberalismo popular
Todos amam o pobre. Não há ninguém, da mais extrema esquerda à mais típica direita paulistana, que não ame o pobre. É tanto amor, que não se sabe como o pobre suporta sem explodir em êxtase.
Entretanto, apesar de todo o professado amor, o pobre continua pobre. Continua sem saneamento básico. Continua sem um programa de regulação fundiária. Continua com a sua criatividade empreendedora prejudicada pelo Estado. Abaixo da linha da cintura da classe média, todo golpe é baixo.

5.1 A unidade básica da política é o município
A perspectiva municipalista não é nova. Há tempos pelejando neste campo, a principal dificuldade que encontram os municipalistas é o desenho do pacto federativo brasileiro. Temos um federalismo enxertado em uma tradição centralizadora, cujas bases, da monarquia portuguesa a Getúlio e aos militares, nunca foram seriamente demovidas. Isto implica o vício recorrente dos nossos presidencialismos messiânicos: resolver tudo de cima a golpes de caneta.

5.2 A unidade básica da política é o município
O MBL compartilhou, ainda que irreflexivamente, dessa perspectiva errônea. O objetivo de falar dos grandes temas nacionais, oportuno e necessário, fez o movimento apoiar projetos presidenciais numa postura entre agente político e torcedor. Quinta regra: não faremos mais isso. A partir de 2022, estaremos fora da briga presidencial, não teremos candidato oficial. Nosso objetivo é construir a política onde podemos efetivamente medir a competência executiva do movimento: municípios, cidades pequenas, nichos locais, incubações regionais. A política do MBL dá uma virada decididamente municipalista, construindo os grandes temas nacionais de baixo para cima.

4.2 Por um Liberalismo popular
A quarta regra é o liberalismo dos pobres, dos pequenos, o liberalismo popular. Chega de liberalismo engratado de elite. Não é simples. E preciso forjar uma nova comunicação. Pois o único liberalismo que interessa é aquele que prova, na realidade da experiência econômica das massas, a sua superioridade. Este será o horizonte e a nossa quarta regra.

MANIFESTO DO NOVO MBL
As 5 regras que vão dirigir o movimento.

Essas cinco regras vão dirigir o movimento. Esperemos que as opiniões políticas ganhem um pouco mais do peso da responsabilidade. A dualidade mais misteriosa do mundo precisa se resolver, afinal.

Siga, curta e inscreva-se [mblivre](https://www.facebook.com/mblivre) mbl.org.br/contribua

Fonte: Página do MBL no Facebook⁵⁸

⁵⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/1571846106272860/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

Um ano antes desse manifesto do novo MBL, Martins (2018) teceu uma descrição dos novos movimentos da direita brasileira que servirá para uma melhor compreensão dessas propostas:

Todavia, nos dias atuais, considerando os avanços de uma nova direita no Brasil e no mundo, surge uma terceira perspectiva do conceito aqui em discussão, qual seja a cidadania regressiva. Dela resulta um tipo novo de cidadão, que participa ativamente da vida comunitária e social, de atividades políticas, de organizações de diferentes tipos, atua nas ruas e em redes sociais, mas não para manter, ampliar ou conquistar direitos e bens materiais, simbólicos e sociais para todos e todas, e sim para reduzi-los, bem como ao Estado como fiador deles, deixando os indivíduos ao sabor de seu próprio mérito e empreendedorismo pessoal no jogo do mercado, sem reconhecer as desigualdades concretas que marcam cada um e torna dessemelhante a competitividade, e nem reparar dívidas históricas que determinadas formações sociais, como a brasileira, têm com alguns grupos sociais, vide a comunidade negra (MARTINS, 2018, p.46).

Na contemporaneidade, o MBL continua sua militância política e redefiniu suas bandeiras de luta. Na página oficial do Movimento encontra-se um vídeo⁵⁹ explicativo, narrado por Renan Santos, sobre o que é e o que faz o Movimento na atualidade. Para o fundador do MBL, são três as tarefas principais: administrar redes sociais, com alcance de alguns milhões de seguidores semanalmente; comandar núcleos estaduais em mais de 20 estados, espalhados em mais de 150 municípios e; organizar manifestações e analisar a conjuntura política, através do noticiário que ocorre três vezes por semana, o MBLCast, que sai do noticiário diário, o MBL News.

Os fundamentos teóricos das análises são constituídos na Academia MBL⁶⁰, iniciativa promovida para a formação de quadros políticos do Movimento. Na academia há aulas de Filosofia Política, História, Liderança, *Marketing*, de como fazer *memes* para as redes sociais e de como eleger-se político. O vídeo encerra-se afirmando que o MBL faz política dentro e fora dos espaços institucionais. Cria política

⁵⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pNoJ2f3qAgg&t=1s>. Acesso: 17 jul. 2021.

⁶⁰ A Academia MBL é a iniciativa que irá formar líderes para atuar ao redor do país. Sua ideia nasce da necessidade de preparar uma nova safra de porta-vozes, líderes e intelectuais, homens e mulheres capazes de enfrentar os desafios do Brasil pós-impeachment. Nossa tarefa mudou. É tempo de formar as novas gerações de Kims, Arthurs, Rubinhos. É preciso treinar aqueles que irão erguer a bandeira da liberdade na nossa terra, sem medo de se confrontarem com seus inimigos, sejam eles quais forem. Vamos fornecer nossa expertise. Tudo o que aprendemos de política ao longo dos anos será transmitido de forma sistemática. Rubinho Nunes vai lhe ensinar ativismo judicial. Arthur vai lhe ensinar liderança. Kim vai lhe ensinar a debater. Ricardo vai lhe ensinar filosofia e formação política. Renan Santos vai ensinar a organizar grupos e equipes. Pedro Deyrot vai ensinar memes e linguagem das redes sociais. E muito mais! No que a gente ficou bom em fazer na prática, você aprende na teoria”. Disponível em: <https://academia.mbl.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

como *meme*, como arte, como notícia, como ação e como mudança institucional (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2021).

O principal empenho do MBL, na atualidade, está concentrado na formação política de seus membros. Objetiva-se, através dessa formação, criar novos quadros políticos liberais em todo o país: “E quem tem o sonho de ser candidato vai poder, nas próximas eleições, chegar muito mais preparado pra disputar uma vaga no legislativo de sua cidade ou até no executivo” (SANTOS, 2021).

O desempenho político de membros do MBL, nas eleições municipais de 2020, superou as vitórias alcançadas em 2016. Esses feitos são celebrados pelo Movimento em suas páginas na *internet*, como é visto na postagem que foi feita logo após os resultados das eleições municipais de 2020:

FIGURA 6 - PARABÉNS A TODOS OS MEMBROS E COORDENADORES DO MBL QUE FORAM ELEITOS EM TODO O PAÍS. CONTINUAMOS NOSSA LUTA POR UM BRASIL MAIS LIVRE!



Fonte: Página do *Instagram* do MBL, 2020⁶¹

Na iniciativa de formação, “Academia MBL”, são traçados os perfis de jovens pretendidos pelo Movimento:

⁶¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHqZi8WFWHt/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

O perfil que queremos são jovens (e, às vezes, nem tão jovens), que estão com sede de conhecimento e têm garra para se tornarem os futuros líderes do MBL. Precisamos multiplicar os Kims, Arthurs, Rubinhos. Só assim poderemos ter uma estrutura grande o suficiente. Um deputado isolado não faz isso. Uma bancada faz. Precisamos de mais analistas, de mais blogueiros, *youtubers*, porta-vozes, enfim, de mais pessoas em diferentes frentes a fortalecer o trabalho que está sendo feito desde 2015 e, acredite, só estamos no começo (SANTOS, 2021).

Conforme foi verificado, o Movimento Brasil Livre é dinâmico e versátil em suas pautas e posicionamentos, visto que se envolve na política cotidiana do país e adapta-se à conjuntura do momento. Entretanto, possui um princípio claro do seu eixo e existência. Interessa à presente pesquisa aprofundar e compreender as estratégias de militância política em rede por parte dos seus membros e como se articulam virtualmente em todo o país.

Apoiando-se na literatura de Pierre Bourdieu, compreendeu-se o campo político, no qual o MBL disputa espaço e prestígio, e suas propriedades como um microcosmo social, com suas regras (*nomos*) e consensos (*doxas*), em que os agentes, localizados no espaço social, disputam objetos de interesse. O social para Bourdieu é constituído por campos ou espaços de relações objetivas que possuem uma lógica própria. É, portanto, um campo de forças e de lutas; é uma estrutura que constrange os agentes envolvidos, que atuam de acordo com suas posições relativas no espaço social, conservando ou modificando sua estrutura. Os campos são produtos históricos e flexíveis e seus limites são demarcados por interesses específicos, cujos investimentos econômicos e psicológicos são essenciais para a atuação dos agentes, dotados de determinado *habitus*, no campo (CAVALCANTE, 2014; 2017).

A teoria bourdieusiana do campo permitiu observar as estratégias do MBL por ganhar prestígio social, político e midiático. Seus coordenadores, eleitos em pleitos políticos, são exaltados como modelos para os demais jovens. Em seus eventos, realizados em lugares de muita visibilidade e atrativo para a juventude, são convidados políticos, empresários, artistas de renome da sociedade brasileira, formando, assim, uma rede de relacionamentos. Dessa forma, com todo o jogo de estratégias na mídia, o MBL procura angariar capital simbólico e social.

Nos distintos campos sociais, diferentes agentes disputam seus espaços em uma luta concorrencial pela posse dos capitais. Esse jogo é competitivo e as estratégias, utilizadas pelos agentes, são as mais variadas possíveis, a fim de

conservarem ou transformarem as regras do campo. Buscam, ainda, permanecerem ou melhorarem suas posições. A acumulação de capitais, econômico, cultural, social e simbólico, é o que está em jogo nessa disputa. Os capitais são tanto o processo em um campo quanto o produto dele. Os campos vão moldando-se distintamente de acordo com o jogo que é jogado neles (GRENFELL, 2018).

As lutas que se travam dentro do campo político são disputas pela conservação ou transformação do mundo social. Os agentes políticos disputam, entre si, por manterem ou mudarem as divisões estabelecidas entre as classes o sistema que estabelece a classificação. Eles legitimam ou contestam as instituições que contribuem para a classificação da sociedade (BOURDIEU, 1989). Neste jogo político há um combate pelo “monopólio da elaboração e difusão do princípio de divisão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados” (BOURDIEU, 1989, p. 174).

As estratégias que os agentes lançam, para conservarem ou transformarem o campo social, relacionam-se ao conhecimento da história das disputas de um campo específico bem como das ações práticas diante de situações que requerem do jogador conhecimento das regras e dos consensos do campo. Portanto, conclui-se que o MBL conserva o campo político e ao mesmo tempo o transforma com a introdução do uso de novas formas de capital informacional, as redes sociais.

3.2 JOVENS EM REDE

Em 2014, na cidade de Vinhedo, interior paulista, os primeiros membros, do que viria a constituir-se no MBL, iniciaram uma militância virtual no *Facebook* em torno da política municipal. Para fazer contrapeso ao discurso de um vereador do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Renan Santos aglutinou no *WhatsApp* um grupo eclético formado por funcionários públicos, pequenos empresários e alguns advogados. Eles lançaram um movimento político local com caráter liberal e ação midiática incisiva, o Movimento Renova Vinhedo. A experiência de Vinhedo logo se espalhou para outras cidades vizinhas.

Renan descreve as primeiras experiências de participação política do MBL em rede:

Nossa guerrilha virtual ocupava os bunkers até então dominados pela esquerda; e Marcelo à distância, trazia reforços do florescente movimento liberal brasileiro. Empreendemos um modelo de ação política orientado a ocupar espaços, influenciar a opinião pública e obliterar a argumentação falaciosa da inteligência política local – majoritariamente de esquerda, como era de se esperar. Tínhamos ali uma fórmula vitoriosa (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.75).

Após essa primeira experiência, o MBL engajou-se nas redes sociais como um novo espaço de militância e participação política, o que leva a questionar até que ponto as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) estão influenciando novos padrões de militância política juvenil.

Os novos meios de comunicação e informação passaram a ocupar papel central nos debates sobre a construção da democracia no Brasil. Os jovens assumiram um protagonismo nesse processo, levando em conta que as instituições tradicionais e formais de mediação política não têm constituído um instrumento de canalização, de mobilização e de participação política para eles. Estudos recentes indicam que:

A política e a mídia estão cada vez mais entrelaçadas, visto que os meios de comunicação agenciam e potencializam os conteúdos culturais vigentes na sociedade. Esse entrelaçamento é sempre reforçado, pois o acesso às informações políticas é feito através das mídias. Desde que os meios de comunicação assumiram esse papel de instituição política, os processos políticos não se efetivam sem eles. Essa interação entre a comunicação e a política ficou evidente, nas duas últimas décadas, com o surgimento das novas tecnologias. Assim, a mídia vem produzindo impacto significativo no discurso político, nas atitudes e no comportamento político dos jovens, alterando sua percepção sobre a realidade política. Nesse contexto, a mídia eletrônica, especialmente a internet, passa a configurar, na virada do século, o segundo meio mais preferido dos brasileiros (BAQUERO; MORAIS, 2018, p.46).

Diversas plataformas e aplicativos de rede social tornaram-se instrumentos utilizados pela juventude para fins políticos. Nesse sentido, o *Twitter* aparece como ferramenta para a disseminação de informações em tempo real; o *Youtube* para o *upload* (envio de informação para um computador remoto) e divulgação de conteúdo; enquanto o *Facebook* promove discussões, vídeos, eventos e imagens; já o *WhatsApp* mobiliza pessoas com seus grupos e; o *Instagram* é utilizado por ativistas políticos para difundirem ideias através de imagens, contendo mensagens rápidas e chamativas (SALGADO; SANTOS; BERGONZINE, 2020).

No dia 7 de julho de 2021, o MBL contava, em suas redes sociais, com os seguintes números: no *Instagram* havia 9.984 publicações e tinha 657 mil seguidores; em seu canal no *Youtube* tinham 2.268 vídeos e mais de um milhão de inscritos; a página oficial no *Facebook* contava com mais de três milhões de seguidores e no *Twitter* havia quase 500 seguidores, contabilizando um total de mais de 43 mil *tweets*⁶² desde seu início em junho de 2013.

O fenômeno do MBL nas redes sociais, como meio de participação política, explica-se porque,

[...] este canal tem sido utilizado principalmente pela juventude que, descrente das organizações tradicionais de mediação política, passou a buscar novas formas de engajamento político para tentar transformar a sociedade. Esses esforços têm se manifestado na intensificação do interesse dos jovens em fazer parte dessas comunidades virtuais. Um dos fatores motivadores da onda de protestos dos jovens deriva da hostilidade que demonstram pelas instituições convencionais de mediação política (partidos políticos) e uma crescente desconfiança do mercado e do governo (BAQUERO; MORAIS; 2018, p.36).

Na atualidade, o MBL se serve, majoritariamente, do *WhatsApp* e do *Instagram* para mobilizar seus membros e propalar suas ideias. É o que se indicava, desde 2015, nos documentos oficiais como um meio de se fazer política:

Chats de WhatsApp com diversos membros do grupo são importantes ferramentas de contato, porque permitem um acompanhamento em tempo real da atividade política do grupo, bem como dos acontecimentos do município e país. Recomenda-se ao menos 3 grupos de 100 pessoas para o trabalho de mobilização municipal (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.21).

Com o intuito de uma melhor compreensão do modo de atuação, bem como do conteúdo das discussões realizadas em rede, esta pesquisa acompanhou por dois anos as redes sociais do MBL, de modo especial a página do *Instagram* e vários grupos de *WhatsApp* que cada estado da Federação possui. Com isso, procurou-se observar as estruturas e os padrões de relacionamento entre os atores sociais pertencentes. Para tanto, seguiu-se o método quantitativo e qualitativo da netnografia descrito por Kozinets:

⁶² Em inglês, pio ou gorjeio de passarinhos. É o nome dado às publicações feitas nessa rede social.

A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas, para agora também incluir a netnografia (KOZINETTS, 2014, p.62).

Na página do MBL (<https://mbl.org.br/>) havia a possibilidade de seguir um *link* que direcionava a grupos de comunicação por mensagens, um grupo do *WhatsApp* por estado da Federação. Com isso, foi necessária uma comunicação prévia com os membros da comunidade virtual para a pertença aos grupos.

Alguns estados contavam com mais de um grupo. Ao ingressar nesses o pretendente é direcionado para grupos de triagem antes de entrar definitivamente nos grupos de mensagem. No grupo de *WhatsApp* do MBL do Rio Grande do Sul, por exemplo, encontrava-se a seguinte mensagem:

Atenção! Este grupo tem como objetivo permitir a TRANSIÇÃO PARA OS GRUPOS abertos e de membros SEM O RISCO DE ENTRAR HACKERS/INVASORES. Se você veio participar dos grupos DESAFIO MBL RS, um dos administradores entrará em contato com você em breve. Se você tem interesse em SER MEMBRO, preencha o seguinte formulário... (SELEÇÃO MBL RS, 2020).

No grupo do Ceará tinham as seguintes informações:

Hoje o nosso propósito de divulgar e aplicar o liberalismo ainda é muito necessário para ter um Brasil livre. Você pode ser agente para essa mudança como coordenador do MBL! Este Processo Seletivo visa atrair novos coordenadores para o MBL Ceará e será composto, inicialmente, pelo envio deste formulário. Aqueles que forem selecionados integrarão o nosso Programa Trainee, afim de serem capacitados e integrados como Coordenador do MBL Ceará. Qualquer um que se identifique com as nossas ideias e reside em qualquer cidade do Ceará pode participar (MBL CEARÁ, PROCESSO SELETIVO PARA MEMBRO, 2020).

O formulário, pedido nos grupos, como condição de pertença, solicitava as seguintes informações:

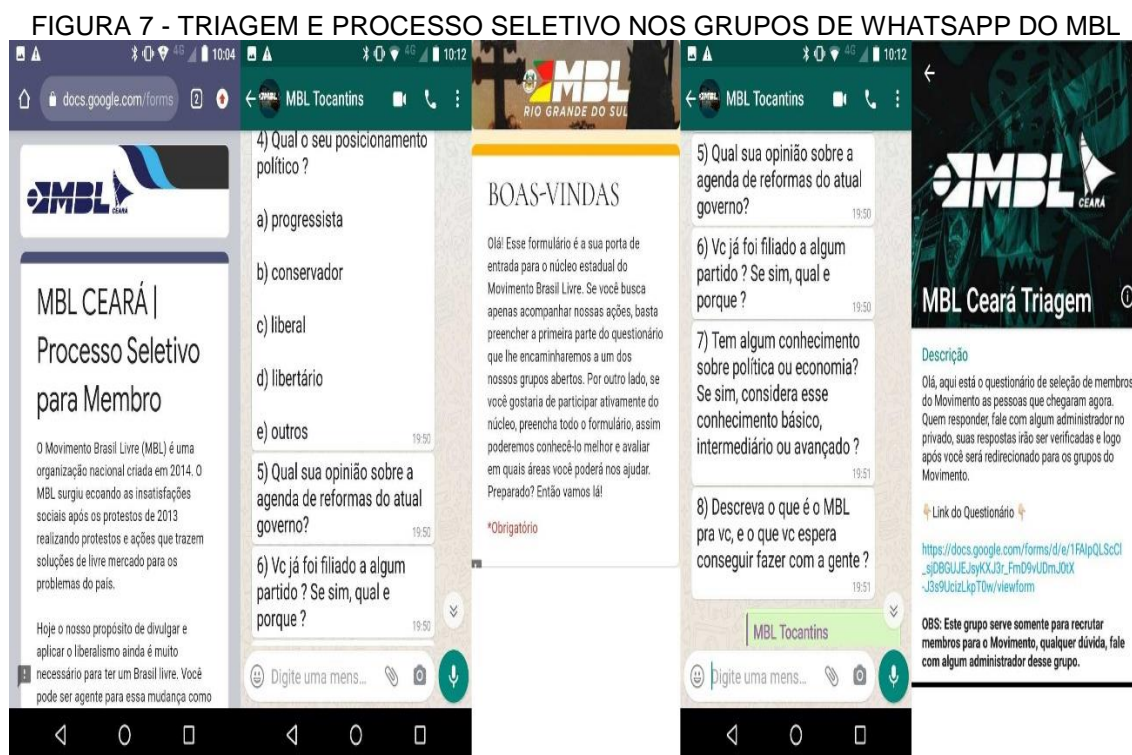
Cite três referências no cenário político brasileiro; cite três referências intelectuais (não precisa ser necessariamente alguém do Brasil); o que você pensa sobre o atual governo? Na sua opinião, cabe ao Estado proteger você de si mesmo? Justifique. Você abriria mão da sua liberdade em troca de

segurança e crescimento econômico? Como você analisa a situação política em seu Estado (*sic*)? Quais os maiores problemas que você enxerga tanto no seu Estado (*sic*) quanto no Município em que mora? Como você os solucionaria?

Nos grupos dos estados do Ceará, Rondônia e Amapá, havia na descrição do grupo sua finalidade:

Debater opiniões e questões sobre o cenário político atual do Ceará e do Brasil. Grupo de discussão e debate racional da política brasileira, respeitar opiniões diferentes e debater democraticamente é dever de todos, o objetivo é criar uma comunidade que apresenta, discuta e participa da política local e nacional, sempre alinhada com pensamentos liberais e conservadores! Grupo voltado para notícias, atualidades, opiniões, debates sobre o cenário político nacional, estadual e municipal.

A Figura 7 traz um resumo das regras de pertença aos grupos de *WhatsApp*:



Fonte: Este autor, 2021.

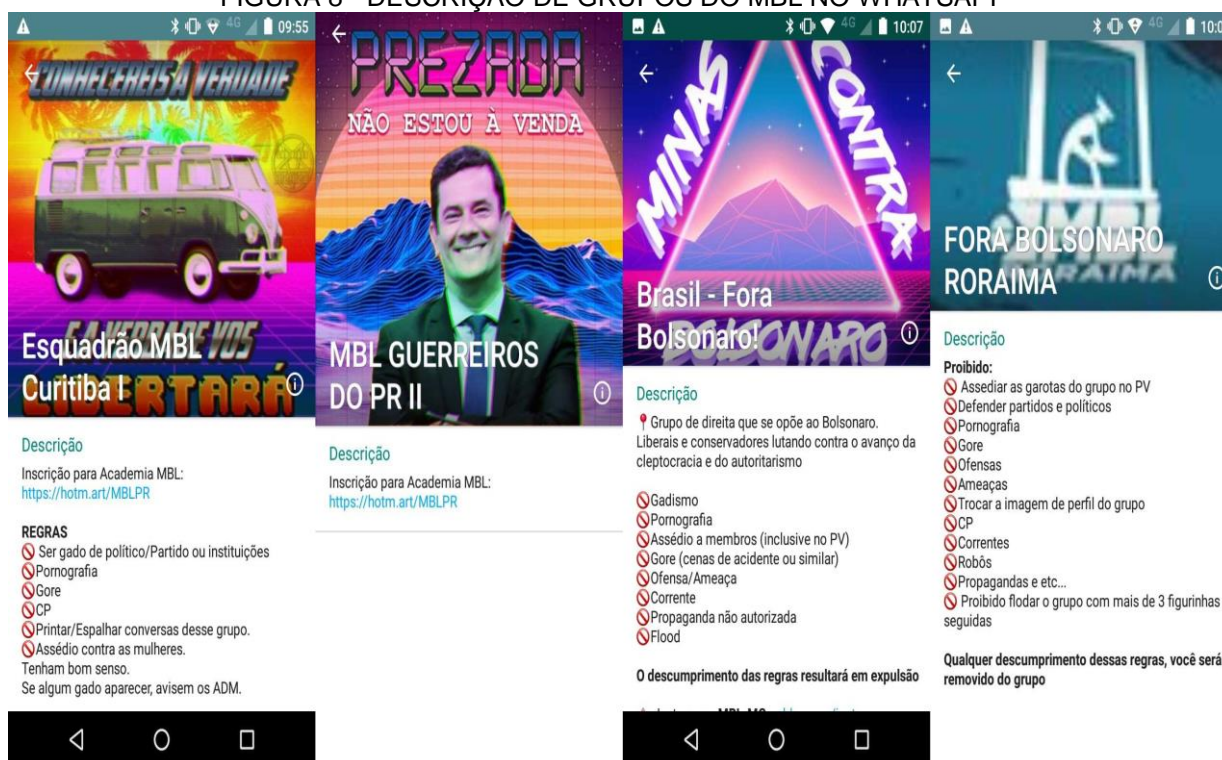
Na descrição dos grupos (Figura 8) havia algumas regras e proibições para permanecer no grupo, sob pena de remoção:

Proibido defender partidos e políticos, propagandas eleitorais, 'Gado bolsonarista'⁶³, chamar as meninas no PV (privado) sem permissão, pornografia, *gore* (cenas extremamente violentas, com muito sangue, vísceras e restos mortais de humanos ou animais), ofensas gratuitas, ameaças, trocar a imagem de perfil do grupo, correntes, robôs, propagandas e *flodar* o grupo com mais de três figurinhas seguidas (inundar o grupo de mensagens sucessivas de conteúdo irrelevante).

Ao longo da pesquisa, notou-se que os administradores dos grupos eram bastante tolerantes às infrações dessas regras, excetuando quando o Movimento Brasil Livre era criticado ou questionado e quando se defendiam ideias de esquerda e o governo Bolsonaro.

Seguem algumas das descrições e regras encontradas nos grupos de *WhatsApp*, nos quais foi feita a pesquisa parcialmente aberta da primeira etapa empírica:

FIGURA 8 - DESCRIÇÃO DE GRUPOS DO MBL NO WHATSAPP



Fonte: Dados da pesquisa coletados e organizados pelo autor (2021).

⁶³ "Gado" é o famoso "pau mandado", ou seja, aquela pessoa que faz tudo que os outros pedem e não tem personalidade própria. Entende-se aqui que os apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, por ignorância e apaixonamento, o estão apoiando sem sentido crítico e reflexivo. Assim como o gado faz, no efeito manada. O gado apoia os interesses do fazendeiro que irá transformá-lo em bife.

De acordo com a descrição da metodologia da netnografia,

Em comunidades *on-line*, os participantes comunicam informação social e criam e codificam significados específicos ao grupo, negociam socialmente identidades específicas ao grupo, formam relacionamentos que abrangem desde os alegremente antagonistas aos profundamente românticos e que oscilam entre a interação em rede e face a face, e criam normas que servem para organizar a interação e manter climas sociais desejáveis (CLERC, 1996, p.45, *apud* KOZINETS, 2014, p.30).

Inicialmente, fez-se um levantamento da quantidade de membros de cada grupo por estado, os nomes dos grupos e quem eram seus administradores (Apêndice B). Com isso, observou-se que os grupos do *WhatsApp* não são numerosos em quantidade de membros pertencentes. Estados que contam com uma tradição de maior relevância sociopolítica, no país, destacam-se com maior número de participantes: São Paulo com 88 membros, Rio de Janeiro com 87, Rio Grande do Sul com 87 e Paraná com 81. Estados menores e não pertencentes ao eixo Sul-Sudeste tinham poucos membros: Roraima com dois e Tocantins com quatro.

Alguns dos nomes de grupos denotam o sentido combativo do Movimento: Guerreiros, Esquadrão e Força. Outro, expressam a ideologia que guia seus membros: Liberais e Direita Liberal Conservadora. Alguns títulos encontrados na descrição dos grupos expressam a oposição ao governo Bolsonaro: operação vazado e Minas contra Bolsonaro. Outro fator relevante é a centralização e o controle dos grupos por parte da coordenação nacional. Excetuando três grupos, os demais são administrados por Marcelo Carratú Vercelino, coordenador nacional de núcleos do MBL desde 2014. Ele é um empresário da cidade de Vinhedo, de onde são os primeiros e principais fundadores do MBL. Atualmente, ele é assessor parlamentar do deputado estadual Artur do Val, membro do MBL.

Nesta pesquisa, objetivou-se escolher um grupo, preferencialmente de maior quantidade de membros, que representasse cada região geográfica do País para a realização da pesquisa empírica. Contudo, logo após as primeiras tentativas de pertença, observou-se resistência à presença do pesquisador. Alguns administradores de grupos alegaram que só se podia pertencer ao estado de origem, Goiás. Outros, após tomarem conhecimento dos objetivos da pesquisa, negaram a participação em seus grupos, mesmo assim, foi feita uma segunda tentativa de

entrada nos grupos. Em vários grupos de *WhatsApp*, como demonstra o quadro no Apêndice C, já não havia a possibilidade de ingresso, por remoção.

Com a não aprovação dos questionários de triagem por parte de vários grupos, seja por não responderem, seja por não aceitação da diferença de pensamento político, ampliou-se a pesquisa para os grupos do MBL em outro aplicativo de mensagens, o *Telegram*. Para as etapas da pesquisa empírica, relacionadas ao questionário e à entrevista aprofundada, alguns dos entrevistados saíram desses grupos.

Não sendo possível escolher os grupos aos quais pertencer, o pesquisador adaptou-se às possibilidades de participação, de acordo com os critérios arbitrários dos administradores. No entanto, foi possível manter o projeto inicial de escolher um grupo por região geográfica. A partir da agregação, foi feita, entre os dias 19 e 25 de outubro de 2020, uma observação parcialmente aberta e oculta na página oficial do *Instagram* do MBL e nos grupos do *WhatsApp*.

A Região Sul do País foi representada pelo grupo “Esquadrão MBL Curitiba I (PR)”, com 81 membros. O Sudeste contou com um grupo de Minas Gerais, “Brasil do pão de queijo (MG)”, com 172 participantes. Na Região Centro-Oeste serviu-se do grupo “Liberais MBL Mato Grosso (MT)”, com 25 membros. O Norte teve o grupo de Roraima, “Ataíde Teivers⁶⁴ (RR)”, que depois mudou o nome para “Fora Bolsonaro”, com 46 membros. No Nordeste foi possível participar do grupo “MBL Sergipano (SE)”, com 23 membros.

Nesses grupos notou-se a predominância da participação da juventude masculina. As mulheres são raras. No grupo da Região Sul havia 6 mulheres, 14 no Sudeste, apenas uma no Nordeste. Os grupos representantes das regiões Centro-Oeste e Norte não contavam com nenhuma representação feminina.

Durante a semana de observação parcialmente aberta, notou-se que há uma frequente saída e adição de novos membros aos grupos do *WhatsApp*. As mensagens circuladas neles foram contabilizadas e anotadas ao final de cada jornada. Os cinco grupos somaram um total semanal de 564 mensagens. O mais movimentado foi o da Região Sul, com 379 mensagens, e o de menor participação foi o do Norte, com apenas 11 mensagens. O conteúdo das mensagens, geralmente, eram reproduções

⁶⁴ Avenida General Ataíde Teive é uma das principais vias de Boa Vista, capital de Roraima.

do que era publicado na página do *Instagram* do MBL nacional, seguido de comentários rápidos e rasos, entrecortados por algumas polêmicas.

As figuras dos líderes da coordenação nacional – especialmente Renan Santos, Kim Katagiri, Artur do Val, Rubens Nunes e Fernando Holiday, todos políticos com mandatos eletivos, excetuando Renan Santos – são aclamadas pelos jovens e suas falas replicadas e comentadas ao longo do dia. A regra posta na descrição dos grupos de proibição de defesa de políticos e campanha política não é seguida quando se trata dos candidatos do MBL, como atestam algumas mensagens coletadas nos grupos:

A (campanha) do Holiday por exemplo é uma propaganda política paródica com crítica social e política. Isso é brilhante. O modo como o MBL atua na política é brilhante; como o Arthur disse, as pessoas precisam conhecê-lo. Defender as ideias dele é muito vantajoso. Quem vai esquecer da frase 'eu não uso dinheiro público pra fazer campanha'. Vi a entrevista dele pra veja no *YouTube* ontem, a gente sente a sinceridade nas falas dele. Quando apertado pelo Noblat ele ratificou tudo que tinha dito lá atrás. Coerência.

Na mesma semana de observação, parcialmente aberta, dos grupos do *WhatsApp* foi feita outra análise e registro das postagens feitas na página oficial do MBL nacional no *Instagram*. Ao final do dia eram anotados os títulos das postagens, a quantidade de comentários feitos na sequência e foram registrados, também, os cinco primeiros comentários de cada postagem para apreender o estilo da comunicação feita nessa rede social (Apêndice E).

Dos dias 19 a 25 de outubro de 2020 foram feitas 49 postagens no *Instagram*, seguidas de 13.085 comentários. Aos sábados e domingos a rede social arrefece a movimentação, com três e quatro postagens apenas. Os temas dessas (Figura 9) variaram entre notícias de corrupção, por parte de políticos, algumas notícias internacionais (crise no Chile, retorno de socialistas à Bolívia, fuga de político venezuelano para a Espanha), críticas e sátiras a desafetos políticos do MBL (noticiaram a cassação do mandato de vereador de Lindenberg Faria, do Partido dos Trabalhadores e uma busca e apreensão na casa de um ex-presidente da UNE), críticas ao modo como o Governo Federal gerenciou a compra de vacinas contra a COVID-19, propostas de emendas parlamentares antiprivilégios do funcionalismo público e pedidos de apoio econômico para o Movimento.

FIGURA 9 - NOTÍCIAS PUBLICADAS NO INSTAGRAM DO MBL



Fonte: Página do *Instagram*, 2020⁶⁵.

Ainda sobre as postagens de notícias, a Figura 10 representa a seletividade ideológica na escolha dos assuntos a serem apregoados e propalados nas redes sociais do MBL:

FIGURA 10 - NOTÍCIAS REFERENTES A DESAFETOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DO MBL



Fonte: Página do *Instagram*, 2020⁶⁶.

Junto a notícias selecionadas aparentemente a esmo, porém com um viés bastante definido, encontram-se intercaladas críticas feitas ao Governo, sobretudo ao que refere à economia:

⁶⁵ Disponível em <https://www.instagram.com/mblivre/?hl=pt-br>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/mblivre/?hl=pt-br>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FIGURA 11 - CRÍTICAS AO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Página do *Instagram*, 2020⁶⁷.

Com isso, foi possível perceber a importância do papel das redes sociais na formação (e desinformação) sociopolítica da juventude consumidora de conteúdos publicados pelo MBL. Através de leituras diárias, das notícias propagadas pelo Movimento, os jovens do MBL vão formando sua percepção de mundo:

O que está claro no mundo contemporâneo é que, tanto a televisão quanto a internet desempenham papel fundamental na disseminação de informações e na decodificação dessas no processo de estruturação de novas identidades coletivas de natureza virtual por meio da formação de redes sociais. Assim, pode-se verificar como a *internet* e seus usos podem promover a identidade cultural dos jovens, contribuindo para o processo de construção de valores sociais (BAQUERO; MORAIS, 2018, p.48).

Diferentemente dos grupos do *WhatsApp*, onde é possível haver um maior controle e cerceamento das opiniões ali publicadas, por parte dos administradores, a página do *Instagram* é aberta e os comentários às publicações contam com críticas ao MBL.

Em uma postagem do dia 19 de outubro de 2020, sobre um vídeo criticando o Governo Federal, acerca de um novo remédio contra a Covid-19, um dos seguidores

⁶⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/mblivre/?hl=pt-br>. Acesso em: 27 jul. 2021.

da página comentou: “MBL, vcs (vocês)⁶⁸ são um bando de bebês chorões, vão tentar tirar o Artur do 1%, ficam só tentando lacrar, qdo (quando) irão aprender a fazer política de verdade?” (*sic*).

É frequente ler críticas acerca de sua indecisão política e oportunismo quanto aos apoios e estratégias traçados: “MBL, e nada é a mesma coisa, pegam a carona na popularidade do presidente, depois mostraram a verdadeira cara, finados políticos!!!”

A respeito de postagens sobre corrupção de um Senador, alguns seguidores comentaram: “o MBL não fala do Dem” (Democratas), “Não vão falar do Dória?” (João Dória, Governador do Estado de São Paulo). “E o Doria? Só notícia? Não vão debochar, fazer piadas (risos) pq será neh (risos)”.

Portanto, notou-se, nas publicações do MBL, uma beligerância direcionada mais aos oponentes que aos consumidores do seu conteúdo. De acordo com o pensamento de Pierre Bourdieu (1989), o discurso político não é feito para quem os consome, mas para os concorrentes:

É a estrutura do campo político, quer dizer, a relação objectiva (*sic*) com os ocupantes das outras posições, e a relação com as tomadas de posição concorrentes por eles propostas que, tanto como a relação com os mandantes, determina as tomadas de posição, quer dizer, a oferta de produtos políticos. Dado que os interesses directamente (*sic*) envolvidos na luta pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo social tendem a ser o equivalente específico dos interesses dos ocupantes das posições homólogas no campo social, os discursos políticos acham-se tocados de uma espécie de duplicidade estrutural: na aparência directamente (*sic*) destinados aos mandantes, eles são, na realidade, dirigidos aos concorrentes no campo (BOURDIEU, 1989, p.155).

Naquilo que foi possível apreender, a pesquisa empírica netnográfica apontou para uma juventude politizada, à par dos acontecimentos políticos do País, capitaneada por outros jovens, dos quais recebem influência ideológica. No caso das redes sociais do MBL, o pensamento liberal conservador predomina na leitura dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos. Para a pesquisadora Sandra Maria de Oliveira

Falar em participação de juventude na atualidade é ter a clareza de que existem diferentes espaços de participação e que são distintos das formas tradicionais de participação política. Não podemos ignorar que as novas

⁶⁸ Nas falas apresentadas, o que está dentro do parêntesis foi colocado pelo autor da pesquisa para apresentar o que as abreviações indicam.

tecnologias de informação e comunicação, como a *internet*, também criaram novos meios e ferramentas para a participação. A participação formal tem uma ligação direta com a democracia, porém não é exclusiva (OLIVEIRA, 2015, p.46).

A última etapa da pesquisa empírica buscou sintetizar em dados, para uma melhor compreensão, quem são os membros do MBL pertencentes e atuantes nas redes sociais do Movimento.

3.3 OS JOVENS DO MBL: PERFIL SOCIOECONÔMICO CULTURAL, FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS E EDUCAÇÃO

Depois de um período de observação e participação nas discussões mantidas nos grupos de *WhatsApp* e na página do *Instagram*, foi enviado um questionário *online* do aplicativo *Google Docs*, contendo 23 perguntas, para 50 membros do MBL, intitulado: “A política e o campo político: discursividade política da juventude conservadora (neo)liberal brasileira”⁶⁹. Os critérios utilizados para a escolha dos entrevistados foram: abrangência territorial (10 jovens por região geográfica) e jovens maiores de idade e participantes dos grupos de mensagens do MBL. Os grupos de *WhatsApp*, que não possuíam o número suficiente, foi completado por jovens presentes nos grupos do *Telegram* do mesmo estado.

Nas etapas anteriores da pesquisa percebeu-se uma certa resistência e desconfiança de membros, sobretudo por parte dos administradores dos grupos. Quem não pertence ao Movimento, inicialmente, é visto como adversário político e infiltrado para divergir das ideias liberais e conservadoras defendidas.

Segundo Kozinets,

Os membros de grupos de discussão e de outras comunidades eletrônicas geralmente acreditam que têm coisas melhores a fazer do que responder a alguma pergunta de pesquisa de algum anônimo jogada em seu fórum. A maioria deles se ressentem das intromissões e interrupções de pesquisadores online. Esse ressentimento evidentemente aumenta quando as intromissões se repetem e particularmente não atentam para a comunidade e suas normas (KOZINETTS, 2014, p.77).

Portanto, foi enviada, no dia 26 de novembro de 2020, uma mensagem individual para 50 jovens dos grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, acompanhada do

⁶⁹ Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1U0jc-986473zxAunB0eBnhC1AYeSamZ9_uPoqzIviU/edit#responses. Acesso em: 15 fev. 2021.

*link*⁷⁰ direcionado ao questionário e ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido *on-line*. A devolutiva foi satisfatória: 46 jovens responderam ao questionário. Nos passos indicados pela netnografia, Kozinets orienta para que o pesquisador “procure genuinamente abordar os membros da comunidade com humildade, sabendo que eles sabem muito mais sobre sua própria cultura (e provavelmente sobre várias outras coisas) do que você” (KOZINETS, 2014, p.78).

Na sequência, foram apresentadas as respostas do questionário, acompanhadas de uma análise dos dados coletados.

3.3.1 Perfil socioeconômico cultural do jovem do MBL

A maior parte dos jovens participantes (58,7%) da pesquisa tem entre 18 e 21 anos, seguidos de 19,6% entre 22 e 25 anos; 15,2% entre 26 e 29 anos e; 6,5% acima de 30 anos. Destes, 93,5% declaram-se do sexo masculino e 4,3% do sexo feminino. Quanto à cor, 58,7% autodeclaram-se brancos e 39,1% negro/pardo. No que se refere à religião, a maioria disse ser católica, 32,6%; enquanto outros 23,9% declararam-se evangélicos; praticantes do espiritismo foram 15,2%; disseram-se ateus 10,8% e; agnósticos, 4,3%. Nas religiões de matriz africana, 4,3% estão no candomblé e 2,2% na umbanda.

Percebeu-se que há juventudes dentro da juventude do MBL. Citando a sugestão de Cláudia B. Rezende, do uso sociológico do termo juventude no plural, Groppo (2000) alerta sobre a existência de grupos concretos de juventudes plurais. A religião é um recorte sociocultural do qual saltam subcategorias de indivíduos jovens. “Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e aos adultos, mas também em relação a outras juventudes” (GROPPO, 2000, p.15).

Não foi possível categorizar a juventude do MBL, em relação à religião, como conservadores evangélicos, seguindo pesquisas recentes. Os jovens do MBL não se equiparam, por exemplo, à Bancada Evangélica, formada por deputados moralistas

⁷⁰ Junto ao *link* havia a seguinte mensagem: “Boa tarde! Sei que é um porre responder a questionários *on-line*. Contudo, peço, humildemente, sua colaboração. Há poucos estudos sobre a juventude liberal conservadora de direita. Eu me aventurei em estudar no Mestrado a juventude do MBL. Se puder tomar cinco minutos do seu tempo para colaborar. Agradeço muito! Envio o *link* do questionário e o Termo de Consentimento”.

que ameaçam a laicidade do Estado. Já o catolicismo, por sua profundidade histórica, goza de relativa invisibilidade no espaço público (ALMEIDA, 2017).

Para a pesquisa de Ronaldo de Almeida, “A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo”:

Muitos destes destoam do *mainstream* conservador (cuja atuação política dá-se mais pela via eleitoral) e preferem a militância política mais na esfera da sociedade civil (movimentos, associações, ONG, terceiro setor etc.) com posicionamentos mais progressistas. Na verdade, evangélico, mais do que em qualquer outro momento de sua história no Brasil, é um termo em acirrada disputa entre os que se autodeclararam dessa forma. Devido a alguns estigmas adquiridos pela categoria nos últimos anos, muitos protestantes históricos e pentecostais têm preferido identificar-se pelo nome específico de sua denominação e pelo termo genérico ‘cristão’ (ALMEIDA, 2017, p. 6).

Para o pesquisador citado, os protagonistas do conservadorismo moral religioso contemporâneo são os evangélicos pentecostais que entraram, mais do que em qualquer outro momento, na disputa pela moralidade pública, para maior controle dos corpos e dos comportamentos (ALMEIDA, 2017). Porém, não foi encontrado esse perfil de jovens na pesquisa empírica do MBL, embora algumas pautas do conservadorismo religioso coincidam com as do MBL (por exemplo, o Estatuto do Nascituro, proposto por alguns políticos do MBL⁷¹).

O que se percebeu foi que há uma aproximação do padrão jovem, homem, branco e católico predominante no movimento. Sobre a faixa etária, a pesquisa seguiu o critério ético de apenas enviar o questionário a maiores de idade. Contudo, observou-se presença significativa nos grupos de mensagens, nas redes sociais e na participação no V Congresso Nacional do MBL, de adolescentes abaixo dos 16 anos de idade.

Observou-se, também, que não foi encontrada restrição de idade para pertencer ao MBL em nenhum de seus documentos. Esta pesquisa usa os termos

⁷¹ Projeto de Lei (PL) 134/2017 que quer institui o ‘Dia do Nascituro’ no calendário oficial da cidade. Nascituro é o ser humano que ainda está por nascer. O objetivo é valorizar o ser humano desde o ventre e o direito fundamental à vida. O Projeto, para fixar o dia do nascituro em 10 de maio, tem a coautoria de dez vereadores, dentre eles Fernando Holiday (DEM), que promoveu a reunião de trabalho. (Para) Kim Kataguirí, coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL), a população precisa ser conscientizada sobre os riscos do aborto. “Primeiro nosso ordenamento jurídico prevê que a vida é protegida, ali mesmo, antes do nascimento e é importante a gente conscientizar a população e fazer campanhas para que a gente nem chegue ao ponto de ter que fazer abortos. Acho que essa é a questão principal, submeter a mulher (mesmo aquela que quer abortar) à um processo desses é uma coisa muito cruel, uma coisa muito desumana né? Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/audiencia-publica-debate-dia-do-nascituro/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

juventude e jovens para todos os membros pertencentes ao MBL. Embora, a rigor, nem todos entram na categoria juventude se seguir apenas o critério de faixa etária indicado nos estatutos brasileiros. Prestes a completar sete anos de sua fundação, os coordenadores nacionais do MBL – e muitos outros integrantes – estão saindo ou já saíram da faixa etária considerada juventude pelo Estatuto da Juventude (15 a 29 anos), outros muitos são ainda adolescentes (15 a 18 anos), segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Portanto, há jovens entre os 15 e os 18 anos que podem, ao mesmo tempo, ser considerados adolescentes e jovens, segundo os Estatutos supracitados.

Algumas das lideranças de maior destaque e influência no Movimento já passaram dos 30 anos. Não têm aparecido rostos novos e de presença significativa nas redes sociais do Movimento, exceção feita por Guto Zacarias, de 21 anos. Os primeiros coordenadores nacionais, atualmente, estão com as seguintes idades: Pedro D'eyrot, 38 anos; Renan Santos, 37 anos; Artur do Val, 34 anos; Rubinho Nunes, 33 anos; Alexandre Santos, 31 anos; Kim Kataguirí, 26 anos; Fernando Holiday, 24 anos (desligado do MBL no início de 2021). Faz exceção pela idade e gênero, Adelaide Oliveira, de 60 anos, que foi candidata à vice para a prefeitura da cidade de São Paulo na chapa de Artur do Val.

Sobre a presença predominantemente masculina no movimento, esta é uma reprodução do cenário político brasileiro. Na atual legislatura federal (2019-2022), a bancada feminina na Câmara dos Deputados é composta por 77 mulheres (15% das cadeiras). Dessas, 43 ocupam o cargo pela primeira vez. Estados como Maranhão, Sergipe e Amazonas não elegeram mulheres nas eleições gerais de 2018. No mesmo pleito, foram eleitas sete senadoras, contabilizando um total de 12 mulheres no Senado (16% das vagas ocupadas). Chama a atenção que nenhuma mulher tenha sido eleita em 20 estados. Acre, Bahia e Tocantins nem sequer contaram com candidaturas femininas. Apesar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de maio de 2018, que garantiu a aplicação de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para as candidaturas femininas, o resultado é aquém do desejado (BRASIL, 2018).

A situação do MBL é um reflexo ampliado da realidade brasileira com respeito à igualdade de gênero na política. No entanto, não foram observadas políticas

afirmativas para remediar esse quadro. Existe uma página no *Instagram* “mblmulher” que traz a descrição: “Espaço destinado a pautas liberais, do Movimento Brasil Livre sob a ótica das mulheres do @mblivre”. Contudo, os números contrastam com a página do MBL com predominante presença masculina. No “mblmulher” há 245 publicações e 3.386 seguidores para um total de 10.168 publicações e 656 mil seguidores na página geral do MBL⁷².

Homens e mulheres coincidem no MBL, como retratam algumas das postagens feitas, ao atacarem os discursos feministas, pautas de igualdade de gênero e equiparação salarial entre homens e mulheres. A Figura abaixo traz algumas mostras do antifeminismo propalado pelo MBL:

FIGURA 12- ANTIFEMINISMO DO MBL



Fonte: Página do *Instagram* do MBL, 2021⁷³.

Pelo questionário, através das observações em rede e na participação em eventos do MBL, constatou-se uma nítida predominância de jovens brancos integrantes do Movimento. Essa configuração identitária, que se distancia da classe trabalhadora, pobre e preta, é uma das causas que justifica a ausência de defesa do acesso a direitos e avanço da cidadania para todos. O Movimento assume como bandeira o “fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais, sociais ou de gênero” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.14).

⁷² Disponível em: <https://www.instagram.com/mblivre/?hl=pt-br>. Acesso em: 28 jul. 2021.

⁷³ Disponível em: <https://www.instagram.com/mblivre/?hl=pt-br>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Quando intentam acenarem para uma causa popular, o fazem a partir da mentalidade liberal que nega *a priori* a existência de desigualdades sociais profundamente enraizadas no Brasil e tratam o tema em tom escarnekedor. É o que se depreende da leitura do Manifesto do MBL 3.0:

Por um liberalismo popular: todos amam o pobre. Não há ninguém, da mais extrema esquerda à mais típica direita paulistana, que não ame o pobre. É tanto amor, que não se sabe como o pobre suporta sem explodir em êxtase. Entretanto, apesar de todo o professado amor, o pobre continua pobre. Continua sem saneamento básico. Continua sem um programa de regulação fundiária. Continua com a sua criatividade empreendedora prejudicada pelo Estado. Abaixo da linha da classe média, todo golpe é baixo. A quarta regra é o liberalismo dos pobres, dos pequenos, o liberalismo popular. Chega de liberalismo engravatado de elite. Não é simples. É preciso forjar uma nova comunicação. Pois o único liberalismo que interessa é aquele que prova, na realidade da experiência econômica das massas, sua superioridade. Este será o horizonte e a nossa quarta regra (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2019).

Apesar da predominância de homens brancos no Movimento, optou-se por ter, em seus quadros de coordenação, alguns negros com pautas contrárias ao movimento negro para reforçar o liberalismo e o conservadorismo do MBL. A Figura abaixo representa a campanha anti negros:

FIGURA 13 -FERNANDO HOLIDAY E MEDIDAS ANTICOTAS RACIAIS



Fonte: Notícia de *internet*⁷⁴

⁷⁴ Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/politica-no-brasil/14226/vereador-eleito-em-sao-paulo-fernando-holiday-quer-acabar-com-cotas-raciais-e-revogar-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Com a saída de Fernando Holiday do Movimento, foi escalado outro negro contrário a Lei de Cotas Sociais e Raciais nas universidades e no serviço público. Guto Zacarias (Figura 14) publica, frequentemente, vídeos na página do *Instagram* negando a existência de racismo estrutural no Brasil e relativizando as lutas por igualdade racial.

FIGURA 14 - PERFIL DO *INSTAGRAM* GUTO ZACARIAS MBL



Fonte: Página do *Instagram*, 2021⁷⁵.

Quanto à renda familiar dos jovens, estes disseram que 15,2% recebem acima de dez salários mínimos⁷⁶ (mais de R\$ 10.390); de seis a dez salários, 10,9%; recebem de cinco a menos de seis salários mínimos, 15,2%; de dois a menos de três salários, 10,9%; com salário de três a menos de quatro salários e outros, 8,7% e; não declaram suas rendas, 8,7%.

Em relação à escolarização, a grande parte estudou em escola pública, 54,4%, enquanto outros 34,8% estudaram em escolas particulares. Já 10,9% fizeram parte da sua formação na educação pública e outra parte da educação privada.

É sabido que a Classe Social consiste em um grupo de indivíduos que compartilham posições políticas ou condições socioeconômicas semelhantes, diferente do “estrato social” que é um conceito mais abrangente, incluindo valores sociais com educação, riqueza, prestígio, dentre outros e não somente os aspectos econômicos e políticos.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/gutozacariasmb/?hl=pt-br>. Acesso em: 28 jul. 2021.

⁷⁶ O salário mínimo vigente no Brasil no período da pesquisa (2020) era de R\$ 1.039,00.

No Brasil, a classificação das classes sociais é feita, sobretudo, pelo Instituto Brasileiro Geografia e Pesquisa (IBGE)⁷⁷, que se baseia na renda familiar e divide as classes sociais basicamente em: classe alta, classe média e classe baixa.

Segundo o critério de classificação econômica da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep), cada grupo (alta, média e baixa) é caracterizado por letras: classe A, B, C, D e E. O IBGE utiliza a renda mensal de todos os residentes da mesma casa para elencar dos mais ricos aos mais pobres. Os rendimentos calculados são quaisquer fontes de renda dos residentes da casa, seja salário, aluguel ou benefícios do Governo, por exemplo. Os valores dos cálculos são os do salário mínimo vigente. Para o IBGE, as classes são assim categorizadas: Classe A (acima de 20 salários mínimos); Classe B (de 10 a 20 salários mínimos); Classe C (de 4 a 10 salários mínimos); Classe D (de 2 a 4 salários mínimos) e Classe E (recebe até 2 salários mínimos). Portanto, 41,3% dos jovens do MBL entrevistados fazem parte das classes A e C.

Considerando que 58,7% dos jovens, que responderam ao questionário, estão na faixa etária dos 18 aos 21 anos e 28,3% com Ensino Superior incompleto, infere-se que estão cursando os Ensinos Médio e Superior. Os jovens de classe média nessa idade, em fase acadêmica, costumam não estarem inseridos no mercado de trabalho e dependem economicamente da família, portanto é possível que tenham interpretado a questão como se tratando da renda pessoal e não familiar.

Pela participação nos congressos nacionais e pelos preços cobrados em suas atividades, percebe-se que acedem ao Movimento jovens de classes média e alta. O V Congresso Nacional do MBL, ocorrido em 2019, foi realizado no luxuoso centro de convenções “WTC Business Club São Paulo” durante um fim de semana. A matrícula para participar das formações da Academia MBL custa R\$ 1.136,40. A presença nos eventos e o consumo da formação ofertada não está ao alcance do jovem brasileiro da classe trabalhadora. Os membros são instados a colaborarem financeiramente com o Movimento. Na seção de contribuições, na página oficial, encontram-se possibilidades de doação que variam de 50 a 1500 reais mensais⁷⁸.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

⁷⁸ Disponível em: <https://contribua.mbl.org.br/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Nas palavras de um dos fundadores do MBL: “diferentemente do Vem pra Rua, somos, em geral, jovens e de classe média. O padrão se repetia ao longo das dezenas de filiais do MBL espalhadas pelo Brasil.” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.152).

É significativa a impressão inicial que Fernando Holiday teve do grupo nos primeiros contatos:

Cara, reparou que você sempre inventa uma maneira *nerd* para justificar seu jeito de *playboy*⁷⁹? [...] Você não se importa com quem é diferente. Só quer impor seu jeito diferente como se manjasse das coisas. Aliás, não só você, como todo mundo naquele escritório. São uns *playboys* alienados! Só o Kim é normal... (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.165).

Não foi possível categorizar, em um único perfil de classe, os membros do MBL. Nos coordenadores nacionais encontram-se Kim Kataguiri, filho de um metalúrgico e de uma dona de casa, aluno de escola pública. Para as eleições gerais de 2018 declarou, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ocupar as profissões de escritor e crítico e possuir um patrimônio de R\$ 102.317,46⁸⁰.

Fernando Holiday teve uma infância pobre em Carapicuíba, no bairro Cohab 5, foi educado por sua mãe, que trabalhou como auxiliar de limpeza para manter o lar, após seu pai desaparecer. Estudou, também, em escolas públicas durante toda a infância e juventude. Para as eleições municipais de 2020 declarou ser bolsista e estagiário como ocupação profissional e possuir um total de bens de R\$ 49.692,44⁸¹. Kataguiri e Holiday ascenderam na escala social através da política.

Trajetórias diferentes são as de Artur do Val, Rubens Nunes e os irmãos Renan e Alexandre Santos, empresários do ramo metalúrgico. Artur do Val nasceu em São Paulo e é formado em Engenharia Química na Escola de Engenharia Mauá. Em sua trajetória profissional, apresenta-se como empresário na área de reciclagem de resíduos metálicos, além de transportes, combustíveis e construção civil. Para as eleições municipais de 2020 declarou um total de bens de R\$408.635,44⁸². Rubens

⁷⁹ O termo “*playboy*” se refere a um indivíduo rico ou que ostenta riqueza. Um *Playboy* é um estilo de vida ou estereótipo associado a indivíduos jovens, solteiros, com intensa vida social e relações com mulheres.

⁸⁰ Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/candidato/854075#2018>. Acesso em: 28 jul. 2021.

⁸¹ Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#!/candidato/2016/2/71072/250000011018>. Acesso em: 28 jul. 2021.

⁸² Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#!/candidato/2020/2030402020/71072/250000641390>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Nunes nasceu em Vinhedo-SP, filho de um político da região e de uma comerciante. Formou-se em Direito e Ciências Sociais na PUC Campinas, é pós-graduado pelo Mackenzie e pela Universidade de Coimbra. Nas eleições municipais de 2020, quando foi eleito vereador na cidade de São Paulo, declarou um total de bens de R\$193.000,00⁸³.

Pelo perfil socioeconômico e posicionamentos ideológicos observados nos membros do MBL, chamou a atenção o fato de que a maior parte dos entrevistados tenha estudado ou estuda em escolas públicas. As bandeiras levantadas pelo Movimento no campo da educação, aparentemente, contradizem a trajetória da formação recebida na escola pública: meritocracia, privatização e gestão privada da educação pública, cobrança de mensalidades nas Instituições de Ensino Superior, projeto “Escola Sem Partido”, legalização do *homeschooling* (educação domiciliar), redução de impostos das escolas privadas, militarização das escolas em áreas de risco (sem apontar os critérios para a escolha de tais áreas), desburocratização do processo de abertura de escolas privadas e facilitação do financiamento privado em instituições educacionais de todos os níveis.

Mannheim já havia constatado, nos anos 1960, o que se observa na atualidade no MBL:

Quando eu era jovem, a crença corrente era de que a juventude é progressista por índole. Desde então isto revelou-se falso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem formar organizações juvenis [...] A juventude não é conservadora nem progressista por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade (MANNHEIM, 1961, p.40, *apud* GROPPPO, 2000, p.25).

O pensamento de Octavio Ianni, expressado em sua obra “O jovem radical”, apesar do distanciamento temporal, corrobora na contemporaneidade para a compreensão desse fenômeno contraditório entre a trajetória individual e a constituição discursiva dos jovens do MBL em relação à educação: “é preciso levar em conta que, nesta fase da vida, o jovem é imaturo e isto pode influenciar diretamente na sua escolha em relação a doutrinas políticas, muitas vezes contraditórias com os

⁸³ Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#!/candidato/2020/2030402020/71072/250000658745>.

Acesso em: 28 jul. 2021.

interesses de sua classe de origem” (IANNI, 1962, p. 227, *apud* OLIVEIRA, 2015, p.30).

A maioria dos jovens do MBL está cursando o Ensino Superior. Chama a atenção o fato de que, mesmo contando com uma presença significativa no campo universitário, esses jovens não priorizaram sua militância política nesse espaço.

A conta no *Twitter* – “MBL ESTUDANTIL”: Perfil nacional do movimento estudantil do @mblivre. Por uma educação livre – possui apenas 498 *tweets* e 8.581 seguidores. A última publicação é de 17 de agosto de 2019⁸⁴. Não se sentem representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), porém não se empenharam de modo contundente para apresentarem uma alternativa.

A pesquisa, na etapa da observação, parcialmente aberta, nos grupos de *WhatsApp*, lançou a questão: MBL nunca pensou em conquistar a UNE? Esse questionamento recebeu alguns comentários, como: “pensou de conquistar até o universo. A UNE, estamos longe de ter esta penetração na universidade, ela segue uma fortaleza esquerdista. Vamos minando este domínio, mas levará tempo”. Outro participante emendou: “acho difícil. A UNE é dominada pelo PCdoB a (*sic*) anos, enquanto a direita ainda mal conseguiu organizar um movimento estudantil”. Por fim, alguém arrematou: “falta maturidade nas lideranças de faculdade. É um processo difícil. Atualmente é utópico ter maioria de direita em universidades”.

3.3.2 Fundamentos políticos dos jovens do MBL

Ao se falar da identificação ideológico-política, a maioria dos jovens participantes da pesquisa disse que se identifica mais com o Liberalismo (80,4%). De fato, esse é inculcado em todos os documentos e atividades formativas do Movimento. Na primeira página do *site* oficial do MBL, encontra-se sua principal finalidade: “O MBL se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2021). Ainda que os termos liberal e conservador não apareçam correlacionados na discursividade do Movimento, é significativo que, em segundo lugar, a maior identificação por parte dos jovens seja o conservadorismo (19,6%), seguindo do pensamento neoliberal (13%).

⁸⁴ Disponível em: <https://twitter.com/mblestudantil>. Acesso em: 28 jul. 2021.

São impulsionados grupos de estudos, com o intuito de fomentarem o conhecimento das ideias liberais aos membros mais jovens, e leituras de teóricos liberais e conservadores. No Manual de Instruções para Filiais Municipais, encontra-se a lista de referenciais teóricos que todo membro do MBL deve estudar e assimilar:

Quando oficializado e regularizado, o núcleo municipal do Movimento Brasil Livre deverá, no prazo de 6 (seis) meses, adquirir a seguinte biblioteca liberal básica composta pelos seguintes livros: *As Seis Lições* – Ludwig Von Mises; *O Dinossauro* – José Oswaldo de Meira Penna; *O que é Liberalismo?* – Donald Stewart Jr.; *Economia Numa Única Lição* – Henry Hazlitt; *Pare de Acreditar no Governo* – Bruno Garschagen; *A Lei* – Frédéric Bastiat (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.15).

3.3.3 Sobre a formação teórica dos membros do MBL

Na formação dada aos membros do MBL há elementos de uma clara consciência de pertença e defesa de uma nova classe média brasileira, na qual se entrelaçam ideias do liberalismo e do conservadorismo. É o que atesta a explicação feita por Renan Santos sobre os propósitos da “Academia MBL”:

Nas análises que vocês acompanham no YT (*Youtube*), falamos diversas vezes de um impasse. Qual o impasse? A contradição de uma elite política velha e ultrapassada, que não quer ceder em nada; de um presidente incompetente e possivelmente (alerta anti processo) corrupto; e de uma classe média desprezada pelos ‘donos do poder’. As demandas dessa classe média são justas. Ela quer um país menos corrupto, com menos impostos, com ordem, decência e moralidade. Mas, há uma dificuldade de transformá-las em realidade: é a dificuldade de renovar os quadros e as lideranças políticas. Como, então, podemos mudar essa realidade? (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2021).

Na Figura 15 é possível notar o processo de promoção em rede de referências teóricas de leituras indicadas aos membros do MBL:

FIGURA 15 - FORMAÇÃO TEÓRICA DOS MEMBROS DO MBL



Fonte: Página do *Instagram* do MBL, 2021⁸⁵.

Marilena Chauí afirma que classe social não é uma categoria dada, forjada apenas pela economia, “mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes” (CHAUÍ, 2013, p.130). A filósofa brasileira defende a ideia de que, mais do que o surgimento de uma nova classe média brasileira, o que se constituiu nas últimas décadas foi uma nova classe trabalhadora. A novidade encontrada está em que, não possuindo o poder do Estado, tampouco logra deter o poder social da classe trabalhadora.

Ainda descrevendo a nova classe média (ou nova classe trabalhadora) elenca suas características: “fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a alimentar o imaginário da ordem e da segurança” (CHAUÍ, 2013, p.131). O sonho e o medo dessa classe é tornar-se, respectivamente, dominante e proletária. É formadora de opinião social e política conservadora e reacionária (CHAUÍ, 2013). Aqui, encontra-se uma perfeita descrição da constituição identitária, da discursividade e militância política que se encontram no MBL.

⁸⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCJkmnHg-IV/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

3.3.4 Concepções dos jovens do MBL sobre Projetos de Leis para a Educação

Neste bloco de perguntas, buscou-se saber qual a posição dos jovens acerca da: legalização do *homeschooling* (educação domiciliar), o Projeto de Lei Escola Sem Partido e a militarização das escolas públicas brasileiras, em áreas de risco, onde a iniciativa privada não tenha possibilidade de atuar.

Por não se tratar de uma pauta discutida nas redes sociais do Movimento, uma porcentagem significativa dos entrevistados, 37%, afirmaram não saber opinar sobre o *homeschooling*. Contudo, a maioria, 52,2%, dizem ser favoráveis ao tema. Quanto ao PL Escola Sem Partido, o quantitativo favorável é 80,4%, para 8,7% que são contrários. Outros 10,9% não saberiam opinar. Sobre a militarização das escolas, 60,9% são contrários e 21,7% favoráveis; já 17,4% não sabem opinar no assunto.

A despeito de não haver uma lei aprovada que regule a modalidade de ensino domiciliar, o debate existe há algumas décadas no país e é impulsionado por setores religiosos e conservadores. Motivados pelas mesmas desconfianças direcionadas aos professores e à escola pública, são igualmente promotores da militarização escolar e do projeto Escola sem Partido. Para Martins (2018), as duas últimas propostas podem ser consideradas de caráter não só regressivo como reacionário.

Os liberais tendem a priorizarem a liberdade irrestrita ao indivíduo para escolher o conteúdo, o lugar, o mestre e o ritmo do estudo. Defendem também que se facilite a comercialização da educação por parte daqueles que possam investir. Sublinha-se o posicionamento regressivo em sua percepção de políticas públicas, inculcado pela ideologia neoliberal nos membros. Quando propõe a militarização das escolas “em área de risco”, onde a iniciativa privada não possa ir, desvelam os interesses escamoteados por trás das bandeiras levantadas. Estão a dizer que onde não seja possível satisfazer a sanha por lucros da iniciativa privada, o Estado deve intervir, e através de uma intervenção militarizada.

Os conservadores, ciosos dos valores morais e religiosos, defendem o ensino dos filhos pelos próprios pais, já que consideram que a escola pública brasileira está tomada de “doutrinação esquerdista e marxista”. Para inculcar os valores religiosos, morais e disciplinares, as escolas militares vêm sendo acolhidas sem resistência por parte da nova classe média ou nova classe trabalhadora. Para conservarem “seu patrimônio familiar e religioso”, consideram importante vigiarem os professores em

sala de aula para evitarem a doutrinação marxista, enquanto esperam o dia em que possam ensinar, eles mesmos, seus filhos em casa.

São percebidos alguns momentos distintos na breve existência do MBL. A tratativa de realizar um enquadramento temporal possibilita a compreensão da relevância de certos temas em determinados momentos e o desaparecimento por completo, o esquecimento ou simplesmente o reajuste de enfoque.

A primeira fase compreende os anos de 2013 e 2014. Enquanto a sociedade civil organizada como um todo – e os movimentos juvenis como uma parte importante dela – procurava compreender as demandas das manifestações de 2013, o MBL viu, nessa fase, uma grade oportunidade. No primeiro biênio da fundação, os esforços eram envidados a capitanear e cooptar as insatisfações das ruas. Um segundo momento compreende o final do ano de 2014, tendo como marco a grande manifestação de 1º de novembro – considerada a data de fundação – e o *impeachment* da Presidente Dilma e sua saída definitiva com a entrada do Governo Temer no dia 31 de agosto de 2016.

A terceira fase, a atual, começou logo após o fim do *impeachment*, para o qual tinham direcionado, por um longo período, todos seus esforços. Na terceira etapa, houve um entusiasmo com as eleições municipais de 2016, o apoio quase irrestrito à atuação reformista do Governo Temer. Nessa terceira etapa a atenção do MBL esteve concentrada em formar seus quadros políticos e vários dos primeiros membros tornaram-se políticos profissionais. Esse período foi marcado pela intensa polarização ocorrida nas eleições presidenciais. Pode-se dizer que hoje o MBL tem duas grandes preocupações: a primeira é a de opor-se ao Governo Bolsonaro – embora sejam favoráveis às políticas prometidas por seu governo – e a um possível retorno do ex-Presidente Lula, buscando uma terceira via, como alternativa.

Posto esse possível enquadramento histórico, explica-se porque na primeira etapa militaram contundentemente contra pautas contrárias ao conservadorismo (ideologia de gênero, Escola Sem Partido, Aborto, Ocupações Secundaristas). As polêmicas envolvidas nesses debates possibilitaram o engajamento e a visibilidade de que necessitariam na segunda fase, a de promover o *impeachment*. Nesse segundo momento, diversas bandeiras foram postas de lado e o tempo e energias concentrados em apertar o Governo PT do poder.

Embora o tema não seja sublinhado na pauta atual do MBL, uma porcentagem significativa (80,4%) dos entrevistados é favorável ao Projeto de Lei “Escola sem Partido” (PL 7180/14). O objetivo desse Projeto de Lei é restringir a liberdade do professor para tratar e se posicionar sobre temas polêmicos em sala de aula. O MBL buscou a aprovação desse projeto por considerá-lo uma medida indispensável para conter o avanço do comunismo, segundo eles propagado por professores em sala de aula. Segundo Kim Kataguiri, o projeto não cria nenhum tipo de sanção, nem novas obrigações para os professores: “só esclarece para o aluno os direitos que ele tem e os deveres do professor” (KATAGUIRI, 2018). Na figura abaixo é registrada uma manifestação do MBL na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP):

FIGURA 16 - MBL E ESCOLA SEM PARTIDO



Fonte: Imagem da *Internet*, 2021⁸⁶.

O Projeto de Lei, que começou a ser discutido em 2004, traz o que consideram ser os deveres do professor em sala de aula, que devem ser afixados na mesma:

- I. O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- II. O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas

⁸⁶ Disponível em: <https://controversia.com.br/2017/10/08/de-liberais-anticorruptao-a-guardiaes-da-moral-a-metamorfose-do-mbl/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas. III. O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. IV. Ao tratar de questões políticas, socioculturais (*sic*) e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. V. O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. VI. O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (ESCOLA SEM PARTIDO, 2021).

Para Frigotto (2017), o perigo, que reside no projeto Escola sem Partido, está em sua concepção de educação, vivência social e liberdade. Esse projeto não vê, na escola pública, um espaço de formação humana, de convivência democrática e de respeito às diferenças de pensamento. Pelo contrário, propõe a delação, a vigilância e desconfiança como antivalores da relação professores-alunos. O projeto é sintomático da conjuntura sociopolítica do Brasil, na qual a intolerância e o ódio são plantados por diversos agentes do campo político. Seu sentido ideológico e político se assenta no autoritarismo.

As bases do Escola sem Partido encontram-se no ataque ao professorado, que vem desde antes da consolidação do projeto. Frigotto (2017) chama a atenção para o fato de que, ao lutarem por uma escola sem partido, os defensores dessa causa, na verdade, estão buscando que a escola seja a de um único partido, o hegemônico do capital, com seus interesses pautados unicamente no que convém ao mercado. O autor, ainda, conclui sua reflexão apontando para o que de fato esse projeto quer alcançar e substituir:

O que propugna o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores (FRIGOTTO, 2017, p. 31).

Em 2018, o MBL ofereceu apoio e congratulou em suas redes sociais (Figura 17) uma jovem estudante que discordou de um professor de Química que abordara o tema do programa social Mais Médicos. Ela foi entrevistada no canal MBL News e

apresentada como liberal conservadora e favorável ao projeto “Escola sem Partido”. A versão do professor não ganhou espaço nas redes sociais do MBL.

FIGURA 17 - ESCOLA SEM PARTIDO JÁ!



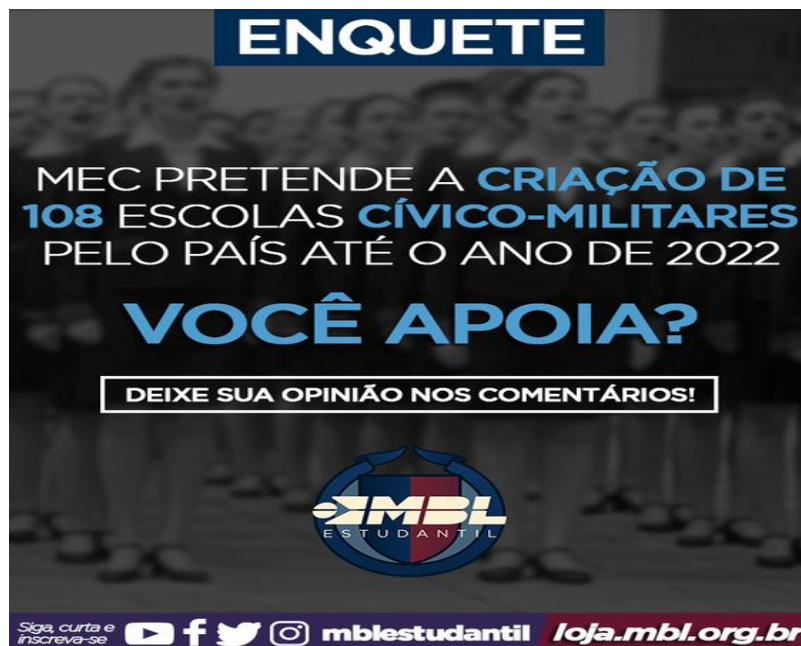
Fonte: Notícia i44 News, 2018⁸⁷.

Por se tratar de membros de um Movimento que integra a frente liberal-conservadora, o não apoio à militarização das escolas revela uma divergência de pensamento em relação a esse modelo de educação. Dos jovens que responderam ao questionário, 60,9% dizem não ser favoráveis à presença da polícia militar dentro das escolas. Por não ter sido amplamente promovido na atualidade dentro do Movimento, é possível que os jovens recém-chegados ao MBL ainda não tenham apreendido a concepção do Movimento em relação ao tema. A porcentagem dos que não sabem opinar (17,4%) está próxima daquela dos que são favoráveis (21,7%).

Seguindo uma estratégia recorrente de jogo, o MBL fez uma sondagem de opinião da massa de seguidores (Figura 18).

⁸⁷ Disponível em: <https://i44.com.br/noticias/2018/11/19/mbl-apoia-aluna-do-rondon-e-usa-caso-para-defender-ideia-de-escola-sem-partido/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FIGURA 18 - ENQUETE DO MBL SOBRE A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS



Fonte: Conta do MBL no *Twitter*, 2021⁸⁸.

Frequentemente, as bandeiras levantadas pelo Movimento fazem eco ao clamor popular virtual:

Segundo o MEC, o ritmo será de 27 ao ano – uma para cada unidade da Federação. Nesse modelo, a gestão da escola é compartilhada entre professores, na parte pedagógica, e militares, em administração e disciplina. Comente sua opinião! (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2018).

3.3.5 Princípios Liberais e Educação

Ao serem questionados sobre a privatização, tanto das empresas e serviços estatais quanto à escola pública, foram totalmente favoráveis à privatização de tudo 52,2% e 47,8% de alguns serviços. Quanto à privatização da gestão da escola pública quase todos disseram que sim, 95,7%.

Apesar de 52,2% dos entrevistados, nesse questionário, terem afirmado que estudam ou estudaram na escola pública, a cifra coincide noutros 52,2% que são favoráveis à privatização de alguns serviços estatais, como é o caso da educação, enquanto 47,8 são favoráveis à privatização de alguns serviços.

⁸⁸ Disponível em: <https://mobile.twitter.com/MBLestudantil/status/1150526091343421440>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Nos documentos do MBL, encontram-se os serviços estatais que desejam que sejam privatizados: saneamento básico, bancos públicos, presídios, linhas de metrô e Veículo Leve sobre Trilho (VLT), saúde e infraestrutura. Enfim, eles promovem a entrega do Estado Brasileiro à iniciativa privada.

Na pesquisa da disputa das direitas no contexto do *impeachment* da Presidente Dilma, Letícia Baron aponta que o projeto de nação defendido pelo MBL e pelo MVP tem na economia seu pilar:

Para o MBL e o MVR, a defesa do sistema capitalista é central para promover o desenvolvimento nacional, sendo que a defesa da livre iniciativa é fundamental para garantir a liberdade. Esses movimentos convergem acerca da necessidade de reduzir o tamanho das estruturas estatais, promovendo privatizações e enxugamentos no número de servidores. Contudo, até mesmo entre esses, há divergências sobre os limites da atuação estatal na promoção do desenvolvimento econômico. O MBL, filiando-se à corrente austríaca e aos estudos de Ludwig Von Mises, entende que qualquer atuação estatal gera um desequilíbrio. Explicam eles que o plano econômico deve ser baseado na cooperação social, ao qual caberá à iniciativa privada promover a satisfação das necessidades humanas. O Estado, nesse sentido, deve ter o menor tamanho possível e intervir minimamente na organização da sociedade. Eles creem que o próprio ser humano tem condições de sozinho melhorar a sua situação financeira e as suas perspectivas de desenvolvimento. As políticas sociais, nesse sentido, são como ervas daninhas que prejudicam a estruturação econômica, reduzindo as potencialidades e instituindo privilégios alienantes (BARON, 2020, p.15).

Questionados sobre a cobrança de mensalidades nas Instituições de Ensino Superior públicas, dos entrevistados, 73,9% mostraram-se a favor ao pagamento pela educação pública. A gestão privada de escolas públicas, através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas, faz parte de um conjunto de propostas do MBL para “solucionar” o problema da educação brasileira. No pacote de propostas eivadas, de ideologia neoliberal, encontram-se:

O financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis de produção científica, o incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas, a implementação do sistema de *vouchers* para o ensino básico, fundamental, médio e superior, benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar, a redução de impostos das escolas privadas, a promoção da competição entre escolas públicas, a desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e número de vagas em instituições de ensino privado (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015b).

As propostas apresentadas pelo MBL são sustentadas por uma agenda privada-mercantil⁸⁹ presente no cenário contemporâneo brasileiro, baseadas na crença neoliberal da maior eficiência e qualidade, a fim de garantirem a igualdade de oportunidade a todos. Trata-se de um novo mercado sob a tutela do Estado.

No que se refere à cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas Federais, os dados são contraditórios: 73,9% dizem que deve ser cobrada para quem tem renda suficiente; 6,5% para todos os alunos e 19,6% não são favoráveis à cobrança nas Universidades públicas.

Este é um dado que chama a atenção. São a favor do livre mercado, da privatização, por outro lado há um grupo que defende a isenção de mensalidades para quem não tem condições. Desvela novamente um aspecto da cultura brasileira de dependência do Estado, mesmo que alguns discurssem pelo seu enxugamento e, até mesmo, desaparecimento de alguns setores, como é o caso da educação.

Quanto à meritocracia, como princípio de mobilidade social, a maioria dos jovens respondentes (71,7%) disse que é muito importante, mas não é somente esse princípio que possibilita a mobilidade social. Disseram que sim totalmente, 19,6% e 8,7% disseram que não.

A palavra meritocracia faz parte do vocabulário liberal do MBL. De fato, aparece como parte do programa ideológico no Manual de Instruções para Filiais Municipais, de 2015. Neste documento, encontra-se a lista dos valores sobre os quais construirão sua atuação. A meritocracia é apresentada como um dos “valores” e “princípios” da ação do MBL junto a outros correlatos, tais como: liberdade e responsabilidade, paz e proteção dos direitos individuais, livre iniciativa e empreendedorismo e primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.13).

Por meritocracia, os jovens liberais conservadores entendem que há uma escala de valores, segundo a qual alguns cidadãos são mais competentes que outros e, portanto, os melhores merecem oportunidades, um lugar de importância e maior confiança na sociedade. Marilena Chauí apontou em uma conferência⁹⁰ recente que

⁸⁹ Definimos como “agenda privada-mercantil” o conjunto de proposições de grupos sociais empresariais para atuarem no âmbito dos encaminhamentos de políticas públicas da Educação Básica, seja como “filantropistas”, que “doam” o *ethos* empresarial para obter-se maiores resultados no desempenho escolar e alçar a suposta “igualdade de oportunidades”, ou como forma de ampliar a acumulação do capital por meio de recursos públicos (GAWRYSZEWSKI; MOTTA; PUTZKE, 2017, p.728).

⁹⁰ Disponível em: <https://santosebancarios.com.br/artigo/a-meritocracia-e-a-exploracao-do-empresario-de-si-proprio>. Acesso em: 30 jul. 2021.

O neoliberalismo impõe a medianização da sociedade, a perda de referência de classe social, o individualismo competitivo, a privatização de todos os direitos e a ideia de que se você consegue agregar todos estes elementos como empresa de si próprio: Você entrou no campo da MERITOCRACIA. Ou seja, faz o sujeito acreditar que tudo isso ele obteve por mérito próprio. Aí ele é parte do sistema (CHAUÍ, 2018).

Em se tratando da igualdade e crescimento econômico, a maioria dos jovens, que respondeu ao questionário, (82,6%), pensa que igualdade (de direitos sociais) não é mais importante que o crescimento econômico, em contraste com apenas 13% que pensa que a economia não é o mais importante e sim a igualdade entre os cidadãos.

Para Marilena Chauí a sociedade brasileira

É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência. Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outras, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão e do favor. Isso significa que as pessoas não são vistas, de um lado, como sujeito, autônomas e iguais, e, de outro, como cidadãs e, portanto, como portadoras de direitos. E exatamente isso que faz a violência ser a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do 'caráter nacional' (CHAUÍ, 2008, p.69).

E sobre a redução da maioria penal, a maioria (78,3%) disse que é a favor, enquanto 10,8% é contra e 10,8% não soube opinar.

Em 2015, a PEC 171/93 – que diminui a idade mínima com que uma pessoa pode ir para a prisão, em caso de crimes hediondos, chegou a ser aprovada pela Câmara e, hoje, ainda aguarda apreciação pelo Senado Federal. Além disso, a redução da maioria penal para 16 anos foi defendida pelo presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro. Percebeu-se, nessa discussão, uma confusão entre maioria penal e responsabilidade penal. A maioria penal refere-se à idade em que o indivíduo irá responder criminalmente como adulto. Já a responsabilidade penal, refere-se ao dever de responder sobre qualquer delito, que pode ser aplicada sobre um cidadão com idade inferior à da maioria penal (18 anos), ainda que sofra uma pena diferenciada. Isso já acontece no Brasil com as medidas socioeducativas

aplicadas a menores de idade que cometem atos infracionais: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

O punitivismo está refletido em outras propostas para o campo da justiça, aprovadas no I Congresso Nacional do MBL:

Priorizar a prevenção sem abdicar da repressão quando necessária e imprescindível. Dedicar atenção especial ao reaparelhamento constante dos órgãos envolvidos na proteção da sociedade e na valorização dos seus integrantes; o calibre do armamento das polícias não deve ser restringido; fim da redução da pena para crimes hediondos. Pouco importa o bom comportamento do preso ou outros fatores que hoje diminuem a pena para detentos que cometeram crimes hediondos. Esse tipo de crime deve ser punido com o maior rigor possível; permitir a contratação de agências privadas de investigação para diminuir o número de casos de homicídios não resolvidos. Privatização dos presídios e priorizar o aumento de vagas para o sistema prisional (10% ao ano) e mudanças na legislação para evitar o chamado retrabalho, o 'prendesolta' (MOVIMENTO BRASIL LIVRES, 2015b).

A percepção de justiça, que o MBL possui, segue a linha do plano de governo de Bolsonaro, que entre outras medidas propunha:

Prender e deixar preso! Acabar com a progressão de penas e as saídas temporárias! Reduzir a maioridade penal para 16 anos! 4º Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros! (BOLSONARO, 2018).

Em uma entrevista a El País, Renan Santos expôs sua posição em relação ao tema, afirmando ser favorável a que os magistrados julguem o crime independentemente da idade do criminoso:

Por que o crime vai ser diferente por ser feito por um cara de 15 anos? Acaba sendo um incentivo para os adultos utilizarem menores para os seus crimes, mas o assunto é muito complexo para ser tratado de uma vez, a questão não é só essa (ELPAÍS, 2014).

A redução da maioridade penal e a revogação do estatuto do desarmamento são pautas do conservadorismo brasileiro, do qual o MBL faz parte. Dos jovens do MBL, 78,3% são favor da redução da maioridade penal. De fato, uma das características discursivas do Movimento é o punitivismo (ORTELLADO; SOLANO; MORETTO, 2016).

3.3.6 O que os jovens do MBL pensam sobre a Educação

O Movimento Brasil Livre desenvolve seus processos formativos por meio dos Institutos Liberais como Millenium, Liberal, Von Mises, Ordem Livre e Estudantes pela Liberdade. As concepções econômica e política, dali apreendidas pelas coordenações nacional, regional e municipal, são transmitidas para os demais membros através das redes sociais, dos congressos, dos grupos de discussão, campeonatos de debate e, principalmente, na Academia MBL. O que os jovens do MBL pensam sobre educação é uma (re)produção constituída dentro do Movimento.

O liberalismo conservador é a ideologia sociopolítica com a qual o MBL enxerga o mundo, o campo da educação não é exceção. Dentro desta pesquisa, foram questionados acerca do que entendem por uma boa escola, com nove opções de escolha, das quais deveriam escolher três que mais se adequassem ao seu pensamento.

Pela pesquisa documental e empírica netnográfica, afirmou-se que uma boa escola para o MBL é uma escola gerida pela iniciativa privada, competitiva, inovadora, técnico-profissionalizante, sem doutrinação marxista e que possa acontecer em casa para os pais que assim o desejarem.

Há pautas tanto (neo)liberais quanto conservadoras na descrição de concepção de escola pelo Movimento. Interessa saber o que os membros não diretivos pensam sobre a escola. As opções dadas buscam refletir uma visão (neo)liberal e conservadora da educação para verificar o nível de alinhamento dos jovens com a direção nacional do Movimento.

Dessa forma, foi questionado aos jovens aspectos sobre uma boa escola, o ensino e o que se deveria fazer no âmbito escolar. As cinco opções mais recorrentes refletem uma compreensão liberal de educação, são elas: empregabilidade e sucesso financeiro (32,6%); o ensino de matérias e respeito aos direitos dos alunos (26,1%); respeito aos direitos individuais e coletivos (10,9%); o ensino de conhecimento científico independente de religião (10,9%) e; há pautas conservadoras, como: o ensino de princípios morais, obediência e disciplina (10,9%).

As quatro opções menos apontadas pelos entrevistados contam com elementos do conservadorismo: princípios morais para formar conduta individual (4,3%); escolas de tempo integral (2,2%) e; preparação para o ingresso no Ensino

Superior (2,2%). Sobre o ensino de princípios religiosos, nenhum dos respondentes considerou esta opção.

Para obter uma maior compreensão, sobre a concepção de escola, foi perguntado, ainda, sobre o que escola não deve ensinar. Nas opções oferecidas continham três mais alinhadas ao conservadorismo e quatro progressistas: educação sexual, questões de gênero, conhecimentos religiosos, conhecimentos políticos, justiça social, igualdade social, direitos humanos e de minorias sociais.

As respostas revelaram que há predominância na defesa de pautas conservadoras. As três opções de maior porcentagem são as que defendem que a escola não deve ensinar conhecimentos sobre questões de gênero (34,8%); educação sexual (17,4%); conhecimentos que contrariam crenças religiosas (15,2%) e; conhecimentos sobre direitos de minorias sociais (8,7%).

Chamou a atenção que nenhum dos jovens que responderam ao questionário optou pela resposta de que a escola não deve ensinar ideias e conhecimentos sobre política. O fato de que as pautas progressistas tenham um percentual menor, no que se refere ao que a escola não deve ensinar (política, 0%; igualdade social e direitos humanos, 2,2%), não significou aqui, na visão dos jovens, que elas devam ser ensinadas. Interpretou-se, então, que a preocupação maior é de que pautas conservadoras não sejam confrontadas pela escola.

Os números apontaram para a assimilação feita pelos jovens das bandeiras defendidas pelo MBL: “Escola sem partido”, “Ideologia de Gênero” e pelo discurso anti-esquerda.

A última questão relacionada à escola e à educação intencionava saber o que os jovens opinam ser dever da escola fazer. Foram distribuídas dez opções relacionadas a tendências e teorias educacionais.

Em primeiro lugar, com 47,8%, os jovens entrevistados apontaram que a escola deve preparar os alunos para o mercado de trabalho, independentemente do acesso ao Ensino Superior. Isso, revela uma concepção pragmática da educação que ocorre na sociedade capitalista e de mercado. Outra porcentagem alta (30,4%) indicou que a escola deve preparar os alunos nas várias matérias, visando desenvolver suas capacidades intelectuais e seu desenvolvimento integral. Dos entrevistados, 6,5% consideram que a escola deve formar indivíduos obedientes, disciplinados, conformados e cumpridores dos seus deveres na sociedade. No que se refere à

educação, pôde-se afirmar que a assimilação da ideologia liberal e conservadora do MBL, por parte dos jovens entrevistados, tem ocorrido. Portanto, percebeu-se que a tendência pedagógica tradicionalista, com sua marca conteudista, ainda está muito presente na educação brasileira, ou seja, a adesão à uma tendência educacional emancipadora e crítica é baixa.

3.3.7 *Perspectivas do MBL*

Por último, questionou-se sobre as pretensões político-partidárias do Movimento como um todo e dos indivíduos pertencentes a ele. Houve um consenso generalizado de que o Movimento deva tornar-se um partido político, pois, 87% dos entrevistados têm essa percepção. As lideranças do MBL aspiraram por isso desde o início. Kataguirí já dizia, em 2014, quando já tinham escolhido o nome para o partido que iriam fundar: “Quando um movimento procura escolher um nome (para o partido), é porque a coisa começa a ficar séria. E já de cara, o nome do partido (LIVRES) mostrava a que viera” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p.197).

Durante as manifestações organizadas pró-*impeachment* o MBL não permitia que políticos subissem em seus palanques. Pouco tempo depois, eles começaram a subir nos palanques dos políticos visando candidaturas de seus membros nas eleições de 2016 e, assim, repetiu-se em 2018 e 2020. Afirmavam que sua estratégia política seria a de manterem-se fieis a seus princípios liberais e apoiarem parlamentares que defendessem “boas ideias”, independente da sigla partidária, excetuando os partidos de esquerda. Iniciou-se, então, uma tentativa frustrada de união com a juventude do PSDB e terminou por dissolver-se em pelo menos seis legendas diferentes, sendo o DEM e o Patriota as principais delas.

No Manual de Instruções para Filiais Municipais, encontram-se as diretrizes relacionadas à participação político-partidária do Movimento:

O Movimento Brasil Livre não possui relação formal com partido político algum, agindo de forma livre e independente para a plena consecução de seus objetivos. Assim, sendo, pelo caráter absolutamente político deste movimento, estabelece-se as seguintes regras acerca da vinculação partidária aos diferentes perfis de membros do grupo: Coordenador: Caso seja filiado a partidos considerados ‘neutros’ (PSDB, DEM, PMDB, PV, PSC, NOVO, PRP, PSB, PPS, PTdoB, PRTB), deverá apresentar justificativa para a manutenção de sua filiação – baseada, principalmente, em argumentos eleitorais e estratégicos. Membros efetivos: Os membros efetivos vêm a ser aqueles que pertencem a Diretoria da Filial municipal. Eles poderão possuir

filiação a partidos considerados 'neutros', não podendo haver, porém, mais que um por partido. Dá-se preferência a membros efetivos desfiliaados ou filiados ao Partido Novo, e os demais citados no exemplo do coordenador. Apoiadores e Colaboradores: Podem possuir filiação a partidos diversos, excluindo-se as tradicionais siglas de esquerda (PT, PSOL, PCB, PCdoB, PSTU, PCO). O descumprimento a tais regras acarretará na cassação do coordenador municipal, e, em casos extremos, no encerramento da filial (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p.19).

Na atualidade, com a experiência dos conflitos partidários – inclusive expulsões de membros, como no ocorrido com Artur do Val do Democratas e Fernando Holiday do Patriota – os coordenadores do MBL articulam para enfrentarem as eleições gerais de 2022. Em uma entrevista, Kim Kataguirí avalia a estratégia que pretendem adotar:

Nossa experiência no parlamento mostrou que não funciona, toda a lógica é muito partidária: para você falar, incluir ou tirar um projeto da pauta, obstruir, tudo é feito via partido. A experiência eleitoral que tivemos em 2020 mostrou que ter candidatura majoritária ajuda a puxar votos para a própria bancada e que assim podemos nos beneficiar do sistema proporcional, puxando nomes menos conhecidos a partir de outros mais populares (O GLOBO, 2021).

Os coordenadores, já presentes na política partidária e novos quadros, estão surgindo e preparando-se para o pleito de 2022 (Figura 19). “Hoje pela manhã estive no MBL para uma reunião com Kim e Adelaide! Falamos sobre nossas candidaturas em 2022 e a possível definição de um partido. Vem coisa boa por aí” (Página do Instagram do MBL, 2021), publicou Guto Zacarias ao lado de Kataguirí e Adelaide Oliveira, pré-candidata a vice-governadora pelo Estado de São Paulo, na chapa de Artur do Val.

FIGURA 19 - PRETENDENTES A CANDIDATURAS EM 2022



Fonte: Página do *Instagram* do MBL, 2021⁹¹

⁹¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRy-KTiM1kj/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

Na esteira de seus coordenadores e líderes nacionais, os jovens do MBL, que responderam ao questionário, em sua imensa maioria (73,7%), aspiram à vida política partidária. De fato, muitos deles estão na Academia MBL com essa finalidade: aprenderem a ser políticos de profissão.

Concluiu-se a análise dos dados apreendidos, pelo questionário, tomando emprestada a análise feita por Jefferson Barbosa:

Na análise do documento em questão, fica explícito o caráter manipulatório do MBL, que carente de um projeto político de curto ou médio prazo para o país, apresenta a organização uma agenda política liberal com pressupostos generalizantes no aspecto de sua lógica minarquista: a defesa da redução do Estado. A apologia das políticas privatistas. E, a propagação de valores de caráter liberal pouco articulados a proposições de princípios de reforma política articulados as particularidades brasileiras, a nível nacional e regional. Uma ofensiva liberal e conservadora avança, não como um fenômeno novo, mas como resultado de um processo de organização e mobilização de aparelhos privado de hegemonia na conjuntura de luta de classes. Uma ofensiva liberal e conservadora, onde também elementos ideológicos, intelectuais e organizações de caráter chauvinista, coabitam, e, podem ser favorecidos. Ambas as tendências da direita em questão destacam-se, numa ofensiva, refletida nas dimensões da política e da cultura (BARBOSA, 2017, p.24).

Em síntese, os jovens participantes da pesquisa, possuem um engajamento político ativo e uma clara consciência de pertencimento ao Movimento Brasil Livre, do qual absorvem suas concepções sociopolíticas, através de um processo formativo previamente projetado. Se por um lado apresentam disparidades e heterogeneidade no perfil socioeconômico cultural, por outro expõem um discurso canalizado para a liberdade individual e uma visão de sociedade bastante homogênea: propõem uma sociedade liberal na economia, um Estado reduzido no campo social, que traz um fundo conservador.

Apesar dos números apresentados serem eloquentes, a pesquisa procurou aprofundar na formação discursiva da juventude liberal conservadora do MBL. O próximo capítulo trouxe a análise das entrevistas aprofundadas realizadas a cinco jovens do MBL.

4 JOVENS DO MBL ENTREVISTADOS E CONCEPÇÕES POLÍTICAS E EDUCACIONAIS

As últimas etapas da pesquisa empírica consistiram em entrevistas semiestruturadas *on-line*, por meio de videoconferência, através do serviço de comunicação *Google Meet*, seguidas da análise textual discursiva das falas constituídas pelos jovens entrevistados. Para tanto, projetou-se entrevistar cinco jovens interessados em continuarem a pesquisa realizada através do questionário.

Inicialmente, foram feitos contatos via mensagem de *WhatsApp* e *Telegram* com um jovem representante de cada região geográfica do país. Apesar da pouca presença feminina nos grupos de mensagem, foram contatadas algumas jovens. Não houve adesão. Vários declinaram o convite para a entrevista aprofundada, outros não responderam ao convite. Na falta de um representante para a região Sul, agregou-se um segundo entrevistado na região Centro-Oeste. Por problemas técnicos, perdeu-se a gravação do representante da região Norte, sem a possibilidade de um novo contato.

A pesquisa qualitativa observou e apreendeu que, no MBL, através de diferentes instâncias: redes sociais, congressos, grupos de estudos, biblioteca básica e indicações de leituras, concursos de debates, “Academia MBL” etc., dá-se um processo formativo de jovens conservadores pertencentes ao Movimento.

Foram apresentadas, neste capítulo, com o objetivo de analisar a discursividade política, quatro entrevistas realizadas com jovens do MBL. Nelas, procurou-se compreender a elaboração conceitual feita pelos jovens em relação a algumas categorias sociopolíticas e educacionais, bem como pautas conservadoras presentes nos discursos.

A metodologia utilizada para interpretar as falas coletadas nas entrevistas foi a da análise textual discursiva, como ferramenta analítica. Essa metodologia trata-se de uma abordagem de verificação de dados que transita entre duas formas consagradas na pesquisa qualitativa que são: a análise de conteúdo e a análise de discurso (MORAES, 2003). Objetivou-se, com isso, a compreensão e interpretação das falas dos jovens.

Em alguns discursos foram apreendidas concepções elaboradas pelos próprios entrevistados, em outras falas encontraram-se percepções reproduzidas pelos jovens, como resultado do processo formativo encontrado no discurso hegemônico do Movimento.

O *corpus* da análise foram as transcrições das entrevistas gravadas e as unidades de análise selecionadas trataram-se: do perfil do jovem entrevistado, dos fundamentos da discursividade política dos jovens do MBL, das políticas estatais e das concepções sobre políticas para a educação.

Os teóricos que fundamentaram as categorias política e o campo político desta pesquisa foram: Hannah Arendt e Pierre Bourdieu, apesar de se posicionarem em campos epistemológicos diferentes, corroboraram com a importância da compreensão do discurso político tecido pelos jovens do MBL.

Para Arendt, “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz o homem um ser político” (ARENDR, 2007, p.11) e para Bourdieu, “a força de um discurso depende menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce” (BOURDIEU, 1989, p.183). Do mesmo modo, percebeu-se, na análise das falas individuais, que “o discurso é um produto coletivo que, em maior ou menor grau, atravessa os textos individuais” (FOUCAULT, 1987, p. 160, *apud* SOUZA, 2009, p.2).

A seguir, apresentou-se a pesquisa empírica com os jovens do MBL.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os entrevistados repercutem o perfil padrão dos membros do MBL, majoritariamente formado por homens brancos, estudantes universitários, engajados na política partidária, consumidores de formação política oferecida pelo Movimento e, mormente, sem prática religiosa definida (Quadro 1).

QUADRO 1 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

NOME	GÊNERO	IDADE	COR	RELIGIÃO	OCUPAÇÃO	CURSO/ FORMAÇÃO	REGIÃO
Jovem 1	Masculino	28	Branco	Agnóstico	Programador	Publicidade	Aracaju-SE
Jovem 2	Masculino	21	Branco	Cristão	Estudante universitário/ Estagiário	Cursando Engenharia da computação	Curitiba-PR
Jovem 3	Masculino	20	Branco	Cristão	Empresário/ suplente de vereador	Cursando Direito/ciências biológicas	Goiânia-GO
Jovem 4	Masculino	31	Branco	Evangélico	Empreendedor /Estudante universitário	Cursando Ciências Políticas	Anápolis-GO

Fonte: Questionário de pesquisa, 2020.

O Jovem 1, natural de Aracaju-SE, é do sexo masculino, branco, 28 anos, autodeclarou-se agnóstico, ainda que tenha sido educado como católico. Veio de escola particular, iniciou sua formação superior em uma Universidade pública e formou-se em Publicidade em uma instituição particular. Quando foi entrevistado, ocupava-se como empreendedor autônomo na programação de videogames. Seu engajamento político, no MBL, aconteceu a partir de 2018, ao voltar do exterior depois de um intercâmbio acadêmico financiado pelo Programa Ciências sem Fronteiras⁹².

O Jovem 1 relata sua aproximação com o MBL:

Não conhecia, eu conhecia o MBL... conhecia só as críticas da galera por utilizarem memes ao gerarem essa politização no debate - eles já reconhecem como algo que talvez não tivesse ido para aquele caminho, e hoje utilizam mais os memes com o intuito de fazer a crítica também o que acho extremamente válido - Então assim, nesse momento de 2018 quando começou essa história do Bolsonaro com toda essa história da Lava-jato foi que comecei a entender mais os conceitos liberais (de) liberdade individual. Eu já tinha visto alguns vídeos do MBL na internet, dos debates etc. Os caras estão falando algumas coisas aqui que estão quebrando, estão trazendo contradições entre certos discursos que a gente acreditava que era uma verdade. É isso aí, mas nunca fui engajado, tipo assim eu via o debate, eu via os caras de direita 'Mamãe falei' o Kataguiri, mas assim eu não, o que foi o grande ponto que me fez entender mais o MBL foi quando aconteceu com Bolsonaro a questão do Flávio Bolsonaro, quando ele começou a mudar todo o discurso dele sobre o pensamento liberal que ele tinha prometido fazer (Entrevista, 16 dez. 2021).

O Jovem 2, natural de Curitiba-PR, é do sexo masculino, branco, de 21 anos, é cristão, segundo sua declaração. Sobre a religião, afirma frequentar missas católicas esporadicamente, mas não decidiu sua religião ainda por não se adequar a alguns aspectos. Coursou todo o Ensino Fundamental e Médio na rede privada de ensino. É estudante universitário no curso de Engenharia da Computação, numa instituição

⁹² O Ciência sem Fronteiras foi criado em julho de 2011, durante o governo Dilma Rousseff. Financiado pela Capes, CNPq e empresas parceiras, o objetivo inicial era expandir e internacionalizar a ciência, a tecnologia e a inovação, além de promover a competitividade brasileira a partir do intercâmbio. Nos primeiros anos, o Ciência sem Fronteiras ofereceu bolsas de estudo para iniciação científica em universidades de excelência fora do país. No entanto, em 2014, o programa para graduação encerrou com o último edital de 2014, no governo Dilma, motivado por altas dívidas da gestão anterior. Na época, o número de bolsistas remanescentes deste edital no exterior e visitantes no Brasil chegava a 4 mil. Em abril de 2017, o Ministério da Educação (MEC) anunciou o encerramento definitivo do CsF para graduação, mas, na mesma nota divulgada, afirmou que a iniciativa teria 5 mil bolsas para pós-graduação. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/ciencia-sem-fronteiras-acabou-entenda/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

privada e está, até o momento da coleta desses dados, fazendo estágio na área. Sobre a sua militância no MBL, não se considera oficialmente membro, porém está nos grupos para obter notícias políticas, para se informar melhor e segue o Movimento nas redes sociais.

O Jovem 3 mora em Goiânia-GO, é branco, cristão, tem 20 anos. Sua trajetória acadêmica foi em escolas particulares e, atualmente, cursa duas faculdades concomitantemente: Direito, em uma Universidade privada e Ciências Biológicas em Universidade pública. Em seu perfil no *Instagram* encontram-se as seguintes ocupações: empresário, suplente de vereador, escritor, ator, ativista e estudante de Direito. Enquanto à religião, afirma acreditar no Deus Cristão, mas não acompanha religião alguma. Seu engajamento no Movimento se deu durante as manifestações pró *impeachment* de 2015 em São Paulo. Acompanhava, naquele período, a figura de Kim Kataguirí, com quem diz identificar-se por sua juventude e linguagem acessível. Sobre sua atual participação no MBL, ele diz que:

Atualmente eu me defino como membro, especialmente por haver esta convergência ideológica, não posso falar partidária porque o MBL não é um partido, e sim uma opinião. Mas, esta convergência de ideias que eu tenho com os coordenadores e com aquilo que está no estatuto do movimento. Então hoje eu me considero um membro até por ser militante dos projetos MBL, votar nos coordenadores do MBL, e agora eu também faço parte da 'Academia MBL', que é aquele programa de educação que o MBL tem desenvolvido este ano (Entrevista, 16 abr. 2021).

O Jovem 4, apesar de não ter idade jurídica para integrar-se nessa faixa etária, é de Anápolis-GO, branco, cristão evangélico, 31 anos, casado e tem duas filhas. No período da entrevista, ocupava-se como empreendedor autônomo e cursava Ciências Políticas. Até o Ensino Médio estudou em escola particular, depois na educação pública. Conheceu o MBL em 2018 durante as eleições gerais. Motivado pelo interesse na política, procurou a coordenação regional do Movimento em Goiás para aderir-se.

O Jovem 3 retrata o perfil político aguerrido e militante que o MBL tem formado em seus quadros:

Sim, eu me vejo e até tive uma oportunidade de concorrer nas eleições municipais de 2020 aqui em Goiânia para o cargo de vereador e sabia que não iria vencer é claro, mas concorri para justamente (fazer) um estudo de campo ali, para entender como realmente funciona as relações políticas na prática, que são bem diferentes daquilo que a gente estuda no código eleitoral, por exemplo, tem que fazer isso, ou aquilo, tem que cumprir com os

prazos e tal, mais enfim, a situação política ali é totalmente diferente, organizar o pessoal, organizar a sua militância e fazer campanha [...] Eu não quero ser mais um peso morto para a vida pública; eu quero realmente ingressar na vida política, ingressar na vida pública tendo conhecimento aprofundado sobre pelo menos algum tema que eu irei defender na campanha como a bandeira minha (Entrevista, 16 abr. 2021).

Na fala do Jovem 4, encontram-se aspirações políticas que o MBL, através do exemplo da liderança nacional e da formação oferecida, tem inculcado em seus membros:

Na eleição de 2020 eu saí candidato a vereador, porque eu acredito que política ela é vocação, é como várias outras coisas, várias outras cargas, digamos assim, vocação, né? Então, para a pessoa realmente ser política, ser um político, ela precisa gostar daquilo, ela precisa saber como funciona aquilo, ela precisa gostar de ajudar pessoas. O político é isso, a política ela é a maior arma de justiça social. Então, assim, realmente a pessoa precisa gostar e, de fato, querer [...], mas o meu desejo é de continuar nessa luta para ser um político um dia, né? Para ser essa, uma figura pública, nesse sentido, porque eu já faço isso, eu já gosto, mesmo não sendo político, eu apresento projeto, eu fiscalizo, eu cobro, eu dou minha opinião, né? Eu gosto, de fato, disso, né? Independente se tiver salário ou não, eu já faço isso, né? Então, eu quero continuar, me candidatando, lutando e falando aquilo que eu acredito. A gente está plantando hoje para colher, pra poder colher um dia, né? Mas eu acredito muito nisso, cara, acredito nessa questão eu gostaria que o MBL criasse um partido? Gostaria sim, mas enquanto isso não acontece, nem sei se vai acontecer, a gente vai trabalhando, vai escolhendo partido, vai observando, vai analisando, vai criticando e é o que eu acredito que resta para gente fazer hoje (Entrevista, 16 jun. 2021).

As entrevistas revelaram um dado importante sobre o perfil religioso do jovem do MBL. Pesquisas sobre a relação entre juventude e religião, como a de Perreault (2005), apontam para uma ruptura, com a tradição religiosa, ocorrida a partir da segunda metade do século XX. Surgiu um pluralismo religioso com o fim do monopólio do catolicismo. Encontra-se na fala do Jovem 1, o que é comum em muitos jovens contemporâneos: “Não tenho religião, sou agnóstico, mas fui educado como católico” (Entrevista, 16 dez. 2020).

Há uma secularização religiosa e os jovens, a partir da ruptura institucional com as igrejas, passam a misturarem diferentes crenças e a incorporarem diversos perfis de identidades religiosas. Essa diversidade de práticas religiosas, sem fidelização institucional, é expressada pelos jovens na autodenominação simplificada de “sou cristão”. Confirmam essa teoria as falas de dois dos entrevistados. O Jovem 3 se posiciona: “Acredito no Deus cristão, mas não acompanho religião” (Entrevista, 16 abr. 2021). Na mesma percepção está o Jovem 2: “Eu sou cristão. Ainda não escolhi,

digamos assim, não sou evangélico nem católico de vez em quando frequento a missa católica, mas não sei se eu me diria católico, têm algumas coisas que eu não me adequo, acho” (Entrevista, 18 dez. 2020). Contudo, encontra-se uma porcentagem minoritária de jovens afiliados a alguma religião: “eu sou protestante, eu sou cristão evangélico” (Jovem 4, entrevista, 16 jun. 2021).

Dos entrevistados, 71,7% dizem ser católicos, evangélicos ou espíritas. Autodeclarando-se ateus, agnósticos ou de nenhuma religião, têm-se 19,5%. Por fim, 8,8% dizem pertencer a alguma religião de matriz africana.

Há uma porcentagem significativa de jovens com menos de 22 anos de idade e outra formada por membros que já não estão na faixa etária designada juventude pelo Direito (15 a 29 anos), mas que se autopercebem jovens.

Segundo Groppo, ainda que a adolescência e a juventude sejam reconhecidas como direitos, baseados na faixa etária, “o ponto de vista legal ainda deixa de lado muito da complexidade e diversidade assumidas pela condição juvenil (GROPPO, 2016, p.10). Esta pesquisa considerou os jovens do MBL não apenas nas suas características naturais e individuais (como pode ser a idade biológica), mas como uma categoria social.

4.2 FUNDAMENTOS DA DISCURSIVIDADE POLÍTICA DOS JOVENS DO MBL

Os jovens do MBL passam por um processo de ensino-aprendizagem teórico bem articulado pela coordenação nacional. Na fala de Artur do Val, político profissional membro do MBL, observa-se a apropriação dos teóricos liberais indicados como leitura obrigatória aos membros:

Mises não é um autor que eu gosto tanto, mas Friedman é sensacional! Hayek eu gostei, mas achei os livros dele muito complexos. Os mais conservadores como F. Bastiat e Edmund Burke, e outros autores *ancaps* (anarcocapitalistas⁹³ nem tanto, mas todas essas leituras acabaram consagrando as opiniões que eu já tinha a partir de minhas experiências no setor privado (MATTOS, 2019, p.33).

O engajamento político dos jovens no MBL molda seu pensamento e visão de mundo. O Jovem 3 encontrou, na figura e discursos dos coordenadores nacionais do

⁹³ Anarcocapitalismo é uma filosofia política liberal que defende o direito a soberania do indivíduo através da propriedade privada e do Livre Mercado. Dentre os ideais de destaque do anarcocapitalismo clássico, temos: a eliminação de qualquer tipo de Estado.

MBL, uma identificação ideológica e tem no Movimento sua fonte de (in)formação político-ideológica:

Então, em um primeiro momento, eu tive um primeiro contato com o movimento ainda em São Paulo. Na verdade, no apogeu das manifestações em virtude do impeachment no dia 13 de março de 2015. Foi quando eu acompanhava especialmente a figura do Kim Kataguirí, um dos coordenadores, talvez por ele ser mais jovem, então acaba que até a nossa comunicação se torna mais fácil, se torna mais acessível. Então, eu me identificava bastante, com aquela figura do Kim, que é uma pessoa que joga vídeo game, que conversa com os jovens e que discutia sobre política. Então eu achei isso um máximo e passei a aprofundar um pouquinho mais com relação ao movimento MBL todo e acompanhei as manifestações [...] (Entrevista, 16 abr. 2021).

O projeto “Academia MBL” é citado por muitos jovens como uma escola de formação política. Nesse processo formativo, os membros apreendem os conceitos ideológicos propagandeados pelo Movimento como solução para os problemas sociológicos do Brasil e replicam em suas falas:

Então assim, eu vejo hoje que o Movimento está bem e se tem formado nesse sentido, pelo anseio dessa galera que não sabe política, que quer aprender política. Prova disso é que agora a ‘Academia MBL’ está realmente formando aluno e onde entra? Cê perguntou da inspiração e tal, o Movimento, como eu disse, a princípio, ele é, ele ataca, ele pega mais a questão econômica. Na questão de costumes, o MBL não entra de fato, mas respeita quem, quem pensa da sua forma. Mas, a as inspirações do movimento, a Escola Austríaca, Escola de Chicago, né, a gente tem aqui ‘Mises’, né, Mises que realmente foi, no Brasil teve uma ascensão muito grande. E tem muitos livros bons, tem muitos estudos bons. Então, a gente estuda tudo isso, né? Essa base do liberalismo, de onde surgiu o liberalismo econômico, o que que funciona, enfim, o que tem se ensinado, realmente, no movimento é essas coisas. É, realmente, a galera vê as provas, olha, tem isso, tem isso. Cê acredita no que cê achar melhor, né? Então, aí, você cria uma geração um pouco mais pensante, eu acho que a ideia do movimento em si é criar uma geração muito mais pensante (JOVEM 4, entrevista, 16 jun. 2021).

Os jovens do MBL se autodefinem “liberais” e o conceito, comumente, aplica-se ao liberalismo econômico, à liberdade individual e ao Estado mínimo. O Jovem 1 afirma: “Eu de fato me considero uma pessoa liberal. Acredito na liberdade individual e que o indivíduo é responsável por suas ações, como agente político na sociedade” (Entrevista, 16 dez. 2021). O Jovem 3 agrega outras características do liberalismo apreendido no Movimento:

Eu me identifico com a ideologia liberal, tanto liberal na economia quanto liberal nos costumes. Acredito que o Estado ele deve intervir de uma maneira bem superficial, especialmente na economia e também (em) todas as relações sociais, então, eu não acho que o fim do Estado seja algo

interessante, essa é uma ideia na minha concepção bem utópica, né, não que já é algo defendido, mais defendido pelos libertários, anarquistas e até mesmo pelos comunistas, já que o estágio final do comunismo é a ausência do Estado. Mas eu não concordo, e acho que o Estado se faz importante, é importante a presença dele, no entanto, que ele intervenha de uma forma mínima e, especialmente na economia, deixa a economia seguir na forma livre nas ideias do livre mercado, que tem se mostrado ao longo da história, onde foram conceituados grandes momentos históricos e encontrados pontos interessantes com um papel de um centralizador da economia, assim como um planejador central. Então, esta é a minha vertente (Entrevista, 16 abr. 2021).

Percebeu-se, na fala anterior, uma marca do conservadorismo brasileiro contemporâneo. Embora se autodenominem “liberais”, há um acentuado conservadorismo na fundamentação teórica do discurso político. Marcos Quadros apontou que a população brasileira, embora tenha um perfil conservador, o qual se torna puramente reacionário em muitos casos, deseja uma ação estatal forte (QUADROS, 2015, *apud* PAIVA, 2019).

Os termos “conservador” e “conservadorismo”, na maior parte dos discursos do MBL, são ocultados. Contudo, no aprofundamento da pesquisa empírica, foram descobertas, nas falas dos entrevistados, visões e interpretações conservadoras da realidade. Isso pode ser explicado segundo Christian Lynch porque

O conceito de conservadorismo possui uma conotação fortemente negativa na América Ibérica. O conservador é geralmente visto como alguém aferrado a uma visão hierárquica do mundo, defensora de privilégios, que vê com maus olhos a democratização, o reconhecimento dos direitos das minorias etc. (LYNCH, 2008, p. 59, *apud* PAIVA, 2019, p.92).

Paiva (2019) faz uma síntese dos dez princípios conservadores encontrados na obra do filósofo político Russell Kirk (1918-1994), expoente do pensamento conservador estadunidense.

O conservadorismo se pauta em: crença em uma ordem moral durável; adesão à convenção, à continuidade, aos costumes; confiança no princípio da consagração pelo uso; guiar-se pelo princípio da prudência; atenção ao princípio da variedade; desejo de preservar a diversidade na sociedade, indo contra a nivelação de classes e ordens, defendendo a desigualdade material; crença na imperfectibilidade humana, logo os homens imperfeitos nunca irão criar uma sociedade perfeita; oposição às utopias e contra a anarquia; a liberdade e a propriedade estão intimamente ligadas; contrários ao coletivismo involuntário; desejo de limites prudentes sobre o poder e as

paixões do homem e entendimento de que a permanência e a mudança são necessárias para uma sociedade vigorosa (KIRK, 2013, *apud* PAIVA, 2019).

Encontra-se, de maneira indiscriminada, o termo “conservador” na discursividade da juventude do MBL. Para Paiva (2019), o que existe são conservadorismos. Não há um pensamento conservador unívoco. Isso explica porque são encontrados elementos conservadores divergentes dentro do mesmo coletivo. O autor elenca alguns dos tipos de conservadorismo moderno: “liberal conservadorismo, conservadorismo antimoderno, neoconservadorismo e falsos conservadorismos” (PAIVA, 2019, p.93).

Encontram-se, na fala do Jovem 4, contradições e dificuldade de encontrar um único termo para expressar a qual tipo de conservadorismo os jovens do MBL aderem:

Eu sou o resultado de uma mescla que se diz, que é liberal conservadora, né? Totalmente os opostos, né? Porque se você for realmente pegar o liberalismo na sua origem não tem como a pessoa ser liberal e conservadora, né? Mas enfim, a gente meio que pejoriza esse termo, por quê? É como eu disse, na questão da economia eu sou totalmente liberal, eu acredito nisso, liberalismo econômico, eu acredito que seja a solução realmente pra que tudo possa resolver. As cidades. Porém, pelo fato de ser cristão, os costumes [...] eu não consigo ser liberal, liberar ao ponto de que tudo realmente seja livre, né? A minha raiz, aquilo que eu aprendi enquanto cristão, me dá realmente essa raiz um pouco mais conservadora...família, nesse sentido. Então, assim, eu digo que nos costumes eu sou conservador, pelo fato de ser cristão, mas na economia, eu sou liberal, totalmente liberal. Então, surgiu essa denominação aí, né? Que é conservador liberal, mais ou menos, nesse sentido. É um Governo liberal na economia, conservador nos costumes? (Entrevista, 16 jun. 2021).

Paiva (2019) aponta para a necessidade de encarar o conservadorismo enquanto uma disposição do indivíduo. Isso permite a compreensão das diversas formas de manifestação de conservadorismo na sociedade contemporânea. Não é possível esperar uma postura única do universo conservador em relação a vários fatos sociais. Para o pesquisador supracitado, “conservadorismo e liberalismo, de algum modo, já se confundiam desde o seu começo moderno” (PAIVA, 2019, p. 94). Na percepção do Jovem 1, sua autoidentificação com o conservadorismo traz alguns dos dez princípios do conservadorismo de Kirk:

Se eu sou conservador ou progressista já é outro debate porque, em certos pontos acho que o conservadorismo é a atitude mais sensata porque o conservadorismo não como é percebido hoje, mas como ele é, que é ter prudência. Ele vem pra poder combater a ideia do pensamento revolucionário que é um pensamento mais direcionado à esquerda e você não, o que alguns

conservadores consideram é que você tem que trazer a mudança através das instituições, se esse for o conceito de conservadorismo que você está defendendo, eu defendo esse conceito com prudência e tudo mais, isso não quer dizer que eu não reconheça as revoluções que deram resultados também, só não acho que é a melhor forma de se fazer isso e eu posso dar o maior exemplo com o próprio MBL nesse sentido, eu vejo a série de candidatos no Congresso trazendo resultados através das instituições que os movimentos sociais que estão aí há mais de 20 anos ainda não conseguiram trazer, porque estão agindo de uma forma que na minha opinião não é a forma mais inteligente. MST, esses movimentos sociais com as coisas que eles clamam, mas não acredito que a forma mais eficiente e até a forma mais civil (*sic*), digamos assim de fazer o processo democrático acontecer (Entrevista, 16 dez. 2021).

Na obra do filósofo inglês Roger Scruton (1944-2020), “Conservadorismo, um convite à grande tradição”, encontra-se um esforço por explicar a relação conflitante entre liberalismo e conservadorismo:

Esse ponto é obscurecido pelo fato de que hoje o termo ‘liberal’ é usado de duas maneiras conflitantes: para denotar, de um lado, a política e a filosofia da liberdade individual como defendidas por Locke e seus seguidores e, do outro, as ideias e políticas ‘progressistas’ que emergiram na esteira do socialismo moderno. Com efeito, essas duas ideias pertencem a duas narrativas contrastantes de emancipação. O liberalismo clássico fala do aumento da liberdade individual contra o poder do soberano. O socialismo fala da igualdade cada vez maior promovida pelo Estado à custa das entrincheiradas hierarquias do poder social. Os revolucionários franceses foram à luta com um slogan que prometia liberdade e igualdade ao mesmo tempo. A história subsequente pode sugerir que, na prática, esses dois objetivos são incompatíveis ou, ao menos, coexistem em tensão radical. Ao considerar a pré-história do conservadorismo, é importante notar que ele foi essencialmente uma resposta ao liberalismo ‘clássico’, que incorporava muitas das ideias de Locke, incluindo a ênfase nos direitos naturais e o direito à propriedade (SCRUTON, 2020, p.21).

Encontra-se uma certa miscelânea de conceitos na fala dos jovens quando se propõem uma autodefinição de posicionamento político. O Jovem 2 se descreve: “Eu diria que (sou) liberal, mais de centro direita” (Entrevista, 18 dez. 2020). Já o Jovem 1 apropria-se de três conceitos em seu posicionamento: “Mas para finalizar meu ponto da minha argumentação sobre porque liberal ou talvez conservador, mas talvez um pouco progressista também [...]”. Para Paiva “não existe um modelo conservador único, logo o conservadorismo está mais para um adjetivo, um estado de espírito, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social” (PAIVA, 2019, p.96). Com o mesmo autor, pode-se diferenciar um conservador de um liberal principalmente pela questão de qual é o papel do mercado/Estado defendido por estes jovens, e também no que tange ao nível das liberdades pessoais.

Mattos (2019) observou que depois do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e a saída do PT do Governo, o MBL expandiu suas pautas ditas liberais e passou a combater outros membros da esquerda, para além do Partido dos Trabalhadores, e mobilizou temas de cunho moralista, que Mattos chamou de “neoconservadorismo”.

Já para Machado (2017), o ressurgimento do conservadorismo no Brasil foi observado de maneira mais nítida nos movimentos sociais formados a partir de 2013, como é o caso do MBL. O discurso propalado por esse Movimento, ligado ao liberalismo econômico, com ênfase na redução da presença do Estado no campo econômico, possui um fundo conservador. Contudo, observa-se um esforço por dissociar a imagem da nova direita conservadora da velha. Nessa tentativa de distanciamento, a constituição do discurso voltou-se para a liberdade individual, o que explica o aspecto marcadamente liberal nos novos agentes.

Conclui-se que o conservadorismo e o (neo)liberalismo caminham juntos nos discursos políticos nacionais. Percebeu-se que o MBL se serviu de agendas conservadoras, incluindo em seus discursos pautas da moralidade e dos costumes, como estratégia para granjear setores conservadores para as causas liberais (OLIVEIRA, 2019).

5.3 ALGUMAS PAUTAS CONSERVADORAS DOS JOVENS DO MBL

Apesar de apregoar aos seus membros liberdade de pensamento e opinião sobre pautas ditas conservadoras, o MBL defende bandeiras do conservadorismo em seus manifestos e documentos oficiais: Projeto “Escola sem Partido”, “Ideologia de Gênero”, aborto, etc. Contudo, não há um pensamento homogêneo entre os membros. Na fala do Jovem 4 foi possível perceber certa ambivalência na apropriação do discurso hegemônico do Movimento:

Então, assim, ele é um Movimento que, basicamente, sua principal bandeira é lutar pela liberdade econômica. Tanto é que ele é muito livre em relação a costumes, né? Conservadorismo, essas questões, diverge. Cada membro do MBL tem as suas convicções e o Movimento não interfere nisso. Ah, você tem que ser né? A favor da legalização das drogas, do aborto, enfim, não, essas pautas o MBL não toca, ele só toca no que tange a economia, a liberdade econômica, isso nós temos que ser realmente coerentes no que o movimento propõe [...] aí onde entra essa questão de ser ideologia, cada um tem a sua, no MBL tem (*sic*) pessoas que acreditam em pautas mais de esquerda, mas é mais anarcocapitalistas. Tem pessoas que não, que são mais

conservadoras, né? Então, tem essa divergência dentro do próprio movimento né? E o movimento respeita isso (Entrevista, 16 jun. 2021).

Existe um esforço no discurso por apresentar-se como um Movimento liberal, que respeita todas as liberdades individuais e que se propõe ser uma nova direita conservadora no Brasil, que apesar de similaridades, contém muita heterogeneidade:

O que eu diria é que o MBL, eu acredito, na minha opinião, no que eu vejo, defende a liberdade individual a liberdade de propriedade, do gay poder casar com gay, do hétero poder casar com hétero, das pessoas serem livres para fazerem aquilo que quiserem e responderem por suas atitudes (JOVEM 1, Entrevista, 16 dez. 2021).

Para Machado (2017), o surgimento de grupos ligados à direita política no Brasil, de forma alguma, é novidade para a sociedade. Contudo, jamais alcançaram o reconhecimento de tantos atores individuais *outsiders* como nos anos que se seguiram às manifestações de junho de 2013. No entanto, há um esforço por parte desses agentes de deslindar a imagem desta nova direita conservadora da velha direita ligada ao regime totalitário:

E agora a questão do conservadorismo, acho que também há uma certa esquizofrenia política nos discursos de Jair Bolsonaro em que ele fala sobre o conservador, pois eu não vejo o governo federal como conservador também, muito pelo contrário. O quê que é o conservadorismo? O conservadorismo é justamente a conservação das instituições sociais tradicionais de uma forma geral, o que Bolsonaro se demonstrou totalmente o contrário. Então assim, os seus discursos pró ditadura, pró golpe de Estado, então na minha concepção, com termo mesmo de conceito ele não é um conservador, muito menos um liberal nem nos costumes e muito menos na economia [...] então eu vejo que há uma divisão expressiva, tanto de liberais completos, posso dizer assim que aquele liberal na economia e também nos costumes e os conservadores também. Existem um *mix* dos dois. Certo? Então se formos analisar pelos coordenadores, porque a imagem do movimento ela é diretamente relacionada aos seus coordenadores, eu vejo que o Kim, por exemplo, é muito mais liberal em tudo quando ele defende pautas de legalização, que naturalmente são mais associadas ao movimento liberal. Então eu vejo que o movimento é mais liberal tanto na economia quanto nos costumes do que conservador. Apesar de que há também, por parte dos membros um apreço muito grande pelas instituições tradicionais, e se você for fazer reformas, e que isso seja gradual, analisado, pensado, estudado e que tenha sempre um departamento técnico. Então eu acho um pouco complicado responder isto porque de fato, de todas as pessoas que naturalmente ou normalmente eu tenho encontrado que se dizem conservadores, elas não têm sequer estudos muito aprofundado sobre a própria etimologia da palavra, sobre o conceito histórico do conservadorismo, do conceito ideológico do conservadorismo. Então são pessoas que basicamente são contra sobre determinada política pública, determinada política social e por isso eu sou conservador. Mas isso não quer dizer que você é conservador, dá para você ser conservador e ser a favor por exemplo,

da legalização da maconha, isso não interfere (JOVEM 1, entrevista, 16 dez. 2021).

Apple (2015) faz uma descrição da nova direita conservadora que elucida a aparente contradição *in terminis* encontrada nas falas dos entrevistados.

Hoje não é nada diferente do que foi no passado. Um conjunto 'novo' de compromissos, uma nova aliança e um novo bloco de poder já foram formados e têm cada vez mais influência na educação e em todas as coisas sociais. Este bloco de poder combina múltiplas frações do capital, as quais estão comprometidas com as soluções mercantilizadas neoliberais para problemas educacionais: intelectuais neoconservadores que querem um 'retorno' aos padrões mais elevados e uma 'cultura comum', conservadores religiosos populistas autoritários que estão profundamente preocupados com laicidade e preservação de suas próprias tradições e determinadas frações da nova classe média orientada às profissões que estão comprometidas com a ideologia e as técnicas de *accountability*, medição e 'gestão'. Embora existam tensões e conflitos evidentes dentro desta aliança, em geral, seus objetivos globais são de fornecer condições educacionais, que são, acredita-se, necessárias tanto ao aumento da competitividade internacional, lucro e disciplina como ao regresso a um passado romantizado da casa, família e escola 'ideal' (APPLE, 2015, p.610).

A direita conservadora, de ontem e de hoje, continua a defender pautas que, apesar da aparente mudança retórica, continuam com os mesmos propósitos: diminuir o Estado e colocar no indivíduo a total responsabilidade por todos os seus atos (tal visão é explicitada no discurso de meritocracia defendido pelo MBL). Arendt já alertava para o perigo de se fragmentar as forças individuais: "Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam" (ARENDR, 2007, p.212).

Nesta pesquisa, foram escolhidas algumas pautas conservadoras para serem analisadas. O discurso privatista, a meritocracia, a redução da maioria penal e o aborto constituem o discurso conservador de maior frequência nas falas dos jovens do MBL. Outras pautas conservadoras, diretamente relacionadas à educação, foram analisadas no próximo tópico.

Para Chauí (2014), umas das principais propostas neoliberais é a de propor um Estado que se distancie da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, opere a desregulação. A ideologia neoliberal luta pela abolição dos investimentos estatais na produção e no controle estatal sobre o fluxo financeiro. Por último, o neoliberalismo persegue um vasto programa de privatização.

Com matizações, todos os entrevistados corroboram a porcentagem obtida no questionário enviado a 50 jovens do MBL. Dos pesquisados, 52,2%, apoiam, indiscriminadamente, a privatização das empresas e serviços estatais. Outros 47,8 são favoráveis à privatização de alguns serviços. Nenhum jovem se manifestou contrário às políticas de privatizações.

Tal posicionamento condiz com a postura oficial do Movimento em seus documentos e discursos. Encontra-se na fala do Jovem 1:

Apoio Privatizações. O que é que eu acredito? O que acontece, qual a minha visão? Eu apoio a privatização. Mas aí vem meu lado conservador, tem que ser feito do jeito certo. Tá. Não adianta você por exemplo privatizar a Petrobrás que já tem 54% dela comprada inclusive, por uma galera do Japão. Não adianta você privatizar a empresa, se você mantém o monopólio dela. Então a ideia de privatizar é permitir que o próprio mercado ele, ele cria competitividade referente àquele setor. Eu defendo a ideia de que o Estado tem que cuidar da saúde da educação e da segurança, talvez até moradia também (Entrevista, 16 dez. 2021).

A confiança irrestrita no “mercado” é uma característica do discurso conservador. Contudo, os jovens não se atentam ao fato de que o capitalismo, segundo Chauí (2014), rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais. O que deveria ser um direito, torna-se uma mercadoria acessível aos que têm poder aquisitivo para comprá-la. A fala supracitada do Jovem 1 diverge com o discurso hegemônico do Movimento Brasil Livre, que traz propostas para a privatização da saúde (obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde, abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras), da educação (gestão privada de escolas públicas, benefícios fiscais para empresas particulares, financiamento da pesquisa por parte de empresas privadas em instituições públicas) e também da segurança pública (privatização de presídios, contratação de empresas privadas de investigação).

Bourdieu (1998) alertava para o perigo do discurso da depreciação da coisa pública e do elogio sistemático à empresa privada. Criou-se a crença popular que não é possível haver empreendedorismo a não ser na iniciativa privada e que a corrupção apenas se dá no setor público. Esse discurso é incorporado na fala do Jovem 2:

Eu concordo com as privatizações das empresas né, correios, Petrobrás. Acho que a iniciativa privada ela é mais eficiente na administração do que a iniciativa pública, até porque os cargos de gerência são comissionados né,

escolhidos por agentes políticos então, é meio complicado isso, eu concordo (Entrevista, 18 dez. 2020).

Apesar de enxergar o Estado como uma instância moderadora e a necessidade de haver uma certa política regulatória do mercado, categorias como lucro, eficiência e combate à corrupção predominam no discurso dos jovens do MBL:

Bom, eu acho que os Estados sempre têm que, como eu disse, eu sou liberal, não sou um libertário, então eu acredito neste Estado e enxergo como importante, então o Estado tem que dirigir sobre questões ali especialmente que são trazidas pela Constituição que é educação, segurança e saúde. [...] Então, eu acho que tem que ter o Estado, tem que focar em educação, saúde e segurança, *porém, até mesmo na saúde e segurança e educação ele pode privatizar*, por exemplo, alguns serviços e não precisa deter 90% de uma empresa estatal; ele pode ser uma empresa de capital misto, por exemplo. Enfim, o setor privado pode ter, pode ser majoritário como componente das ações e o Estado ficar como parte reguladora, ele regula, ele observa se todas as funções estão sendo desempenhadas com eficácia, tem mais esse papel de conselheiro, como fosse uma grande empresa, em que o Estado detém um quantitativo acionado, não majoritário, então a ação acaba ficando, as ações ficam com os proprietários das empresas, (que) seriam responsáveis pelas ações primordiais. Só que o Estado teria este papel regulador, ficariam observando se o papel este sendo bem executado. Sim. Acredito que seja eficiente sim, até porque vejo que o empresário gostaria de ter lucro em todas suas iniciativas empreendedoras, e *atrelado ao lucro nós temos a eficiência e a qualidade nos serviços ofertados*, se tiver qualidade e se as pessoas tiverem opções elas não vão mudar. Então acredito sim que é interessante, desde que o modelo seja realmente bem estudado e que seja regulado, e seja observado pelos órgãos fiscalizadores para que não haja corrupção de nenhuma espécie (JOVEM 3, entrevista, 16 abr. 2021, grifo nosso).

Borón (1995) alertou para o fato de que as forças do mercado não se caracterizam precisamente por seu maior apego à justiça e à legalidade que os políticos e os funcionários públicos. Percebeu-se, no discurso privatista, uma ingenuidade e confiança acrítica na iniciativa privada. Apple (2015), ao explicar as políticas de privatização na área da educação, designa os objetivos privatistas da política conservadora de “novos mercados” com “velhas tradições”.

Outra visão conservadora da sociedade está centrada no tema da meritocracia. No discurso da racionalização do Estado para sua atuação mínima, defendem a meritocracia como um meio individualista do sujeito se valer na sociedade. Para Cunha (1980) a corrente liberal, que perpassa a ideologia oficial dos Estados capitalistas, apregoa que os cidadãos nascem com potencialidades e motivações diferentes. Sem empregar o termo meritocracia naquele período, o sociólogo escrevia

que a escola funcionaria como a atualizadora das potencialidades e aquela que fixaria a motivação. Portanto, segundo a ideologia liberal,

A educação escolar não terá como objetivo a eliminação das diferenças entre os homens, mas a construção de uma sociedade onde todas as posições da estrutura ocupacional, mesmo as mais elevadas, estão disponíveis para os indivíduos de quaisquer origens, desde que adequadamente dotados e suficientemente motivados para competir por elas (CUNHA, 1980, p.21).

O MBL travou uma batalha acunhada de “guerra cultural”. O termo é entendido como a necessidade de combater todo e qualquer discurso progressista como sendo da esquerda comunista e marxista e, embora consinta que haja desigualdades estruturais na sociedade brasileira, o jovem conservador não alcança articular um discurso de distribuição de rendas:

Então o que é que trazendo para o ponto da discussão que eu acho que é o ponto principal essa ideia de pessoas que começam em pontos diferentes, isso é fato, isso não tem como negar que uma pessoa aqui que mora na favela que teve a educação X, que teve situação de vida X é totalmente diferente da minha, mas eu não acho que por conta disso o ponto que eu começando tem muito mais privilégios do que o ponto que o cara tá começando nesse outro tipo de condição de vida. Por que é que eu vejo que é a melhor forma de você resolver isso é porque eu acho que a visão da direita a visão eu diria assim, a visão da direita, é muito mais efetiva do que a visão da esquerda? Qual é a visão da esquerda? Que a gente tem que fazer a distribuição de renda, tá ganhando muito dinheiro a renda tá concentrada no sistema capitalista, numa pequena parcela da população e a gente pode pegar parte dessa grana para entregar para o pobre, para ter acesso a isso e poder acender e a gente igualar essas barreiras, só que a esquerda nunca fala sobre criar riqueza, sempre fala em distribuir. Então eu acho que esse é o grande problema, que eu trago um pouco da Margareth Thatcher nesse processo. A gente sempre esquece quando a gente está escutando esses diálogos sobre o Rico Malvadão, etc. Que ninguém quer permitir que o pobre crie riqueza, quer que ele pegue a grana do outro cara que ele pode ser filho de um rico, tá ligado? Mas esse rico pode não ter sido rico antes, ele ganhou, ele conseguiu essa vida e tá obviamente repassando. Que pai não quer criar um mundo melhor pro filho? Que pai não quer que o filho, a mãe da favela lá quer que o filho entre na universidade pra poder ele ter uma vida melhor? (JOVEM 1, entrevista, 16 dez. 2021).

O Jovem 1 termina seu discurso ora de apoio, ora de rechaço à ideia de meritocracia, delimitando a divergência entre seu pensamento liberal conservador e o pensamento da esquerda:

Então, só para concluir a ideia sobre meritocracia eu acredito sim que a meritocracia existe, no conceito que você deve receber pelo seu esforço, digo até mais, não pelo esforço, pelo resultado, o resultado que você gera você deve receber proporcionalmente aquilo que você gerou mais. E discordo e

também concordo com a ideia que as pessoas comecem em pontos diferentes. O que eu discordo é a forma como a gente corrige isso. O que eu discordo da esquerda é a forma, não é a intenção. Esse é o ponto que eu quero deixar claro: a intenção é boa, mas, a forma como vocês estão fazendo, a forma como que vocês estão idealizando, vocês estão fazendo as coisas acontecer (Entrevista, 16 dez. 2020).

O MBL enxerga as políticas ou ações afirmativas⁹⁴ como “vitimismo”. Em seus “valores e princípios”, apresentados no *site* oficial do Movimento, encontra-se a proposta de pôr “fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais ou de gênero” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2021). É recorrente encontrar postagens oficiais do Movimento contendo críticas dirigidas a coletivos negros, LGBTQIA+ e femininos, afirmando que seus discursos são “vitimistas” e “infantis”.

O Jovem 4 expressa o discurso hegemônico encontrado do Movimento:

Principalmente qual o nosso meio, eu sou cristão, como eu te falei, a gente prega realmente é igualdade, a gente prega a igualdade, o amor ao próximo, independente de quem seja, então, como hoje, a grande parte do Brasil é conservadora, eu duvido que isso aconteça em grande parte do Brasil, esse preconceito, essa discriminação, essa questão, realmente, que empata ali na meritocracia, né, mas o que eu vejo é isso, né? Eu acredito nisso, que se a pessoa quiser trabalhar, estudar, ela tem condições, se a pessoa quiser trabalhar, ela tem mercado hoje para poder trabalhar, né? Então, eu acredito, acredito muito nisso, não acredito que ficar saindo, criando cota para isso, cota praquilo, seja da meritocracia, seja melhorar praquela pessoa, pelo contrário, quando você faz isso, cê (você) tá, eternizando que aquela pessoa não dá conta, não, vamos criar cota ali pro rapaz ali, porque coitado, né? Vamos. Então, cê fere a meritocracia nesse sentido, a meritocracia é quando todo mundo tem o mesmo direito e passa quem realmente se esforçou, independentemente de cor, de raça, de condição financeira, eu acho que a meritocracia é isso (Entrevista, 16 jun. 2021).

O Jovem 2, a partir de sua experiência familiar e particular, enceta um discurso generalizante:

Eu acho que tem muitos fatores envolvidos né, principalmente o ambiente em que a pessoa nasce né, a família com que ela convive, mas eu acho que boa parte sim, se deve ao mérito dela. Na minha família mesmo, meu pai veio de uma família com poucos recursos e conseguiu assim, subir na vida, acredito bastante nisso (Entrevista, 18 dez. 2021).

⁹⁴ Ações afirmativas são políticas públicas focais voltadas para grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa. As políticas afirmativas têm como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas.htm>. Acesso em: 07 ago. 2021.

Observa-se ainda a construção de um discurso marcado pelo individualismo. Existe na classe média brasileira, conservadora, um imaginário social que busca justificar, legitimar e dissimular as formas contemporâneas de exploração e dominação (CHAUÍ, 2014). Encontram-se tais elementos na fala do Jovem 4:

Eu sei que tem realmente pessoas que não têm essa mesma realidade, pessoas que moram na periferia, pessoas que não vão ter realmente uma condição financeira de chegar em alguns lugares. Beleza, a gente tem que entender, nesse caso, a pessoa realmente ela é prejudicada, mas eu não vejo o problema, por exemplo, numa questão de raça a questão de opção sexual (*sic*), eu não vejo isso como um problema, porque todo mundo é igual, na minha opinião, né? O negro ele é igual branco, ele tem o mesmo cérebro, ele tem a mesma capacidade de raciocinar, ele tem a mesma probabilidade de estudar, então assim, tem pessoas brancas que estudam a vida inteira em escola pública. Então, não é só questão, é só o branco que vai para escola particular. Não, não é isso. Hoje, eu acredito que esteja também menos. Então, eu acredito na meritocracia, sim. Se você quiser levantar cedo todo dia, estudar, trabalhar, 'cê' vai vencer na vida, eu acredito nisso, né? Eu acredito nesse sentido, até porque hoje ninguém faz quase nada por ninguém, né? Então, você precisa, realmente, se virar, trabalhar, só porque acontece em casos isolados, o que a gente falou. Tem muita questão do que indica, né? Nem sempre as pessoas que tão lá no clube tão porque mereceram, isso é de fato, né? Principalmente como eu disse, no Brasil. Então, assim, eu acredito numa meritocracia, mas não acredito que ela seja aplicada cem por cento aqui no Brasil (Entrevista, 16 jun. 2021).

O Movimento chega a traçar, em seu Manifesto MBL 3.0, a proposta de um “liberalismo popular”, o “liberalismo dos pobres”. Segundo eles, o Estado prejudica a criatividade empreendedora das massas (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2019). Chauí (2014), ao traçar o perfil da sociedade brasileira, descreve vários dos elementos expressados ou velados nas falas dos jovens entrevistados:

Relações sociais hierárquicas ou verticais, nas quais os sujeitos sociais se distribuem como superiores mandantes competentes e inferiores obedientes incompetentes. Relações sociais e políticas fundadas em contatos pessoais, sem a mediação das instituições sociais e políticas, de modo que estão estabelecidos como paradigmas da relação sociopolítica o favor, a clientela e a tutela. Imperam formas variadas de paternalismo, populismo, mandonismos locais e regionais, imperam poderes oligárquicos. As desigualdades econômicas e sociais alcançam patamares extremos. Na medida em que prevalecem carências e privilégios e os direitos não conseguem instituir-se, inexistem condições para a cidadania e para a democracia. Na medida em que não operam os princípios da igualdade, da liberdade, da responsabilidade, da representação e da participação, nem o da justiça e o dos direitos, a lei não funciona como lei, isto é, não institui um polo de generalidade e universalidade social e política no qual a sociedade se reconheça. Por não ser reconhecida como expressão de uma vontade social, a lei é percebida como inútil, inócua, incompreensível, podendo ou devendo ser transgredida, em vez de ser transformada. Torna-se espaço privilegiado para a corrupção (CHAUÍ, 2014, p.103).

Por último, o discurso conservador punitivista do MBL encampou o debate sobre a redução da maioridade penal. Dos jovens que responderam ao questionário, 78,3% são favoráveis à redução da maioridade penal para 16 anos. Tal porcentagem majoritária reverbera na fala do Jovem 3, entrecortada de pessimismo e realismo sem propostas de solução:

Mas eu, olha com sinceridade, eu acho que um indivíduo de 16 anos de idade, por exemplo, acredito que é a data que estavam tentando reduzir. Eu acho que sim, com 16 anos de idade e apesar de estar tão completo em vários aspectos da sua vida, eu acho que ele tem já uma noção, já tem a consciência, claro quando ele não for diagnosticado com algum problema psíquico, ele tem sim consciência daquilo que ele está fazendo e por isso ele precisa ser penalizado de acordo com a lei [...] acredito que, superficialmente falando, vejo como importante a redução, mas isso chega em outro problema que é a superlotação dos presídios, que é a falta de uma política de educação para as pessoas que estão presas, para os encarcerados retornarem à sociedade, então isso é um grande problema também, quer dizer que você vai aumentar o seu contingente de carcerários sabendo que essas pessoas não vão voltar para a sociedade melhor, muito pelo contrário porque lá é uma escola do crime (Entrevista, 16 abr. 2021).

O Jovem 4 vai além, flerta com a possibilidade da redução da maioridade penal para 14 e até 12 anos de idade. A apropriação de pensamento dos jovens do MBL acirra o discurso conservador da segurança pública:

Cara, eu sou totalmente a favor, totalmente a favor da redução. Porque para algumas coisas, hoje, a criança, digamos assim, ela não é adulta e para outras, sim, né. Como por exemplo, dezesseis anos hoje, eu posso até votar, mas aí para algumas coisas eu já não posso fazer [...] então, eu acredito muito nisso, porque hoje a nossa sociedade, ela é avançada, as crianças de hoje são avançadas. Cê vê crianças hoje de quatorze anos, não são mais crianças, de fato, é muito diferente até o desenvolvimento físico e da mentalidade sem falar, né. Você vê as crianças fazendo coisas que na nossa idade a gente não fazia de forma alguma, então tendo base nisso, acredito sim na redução da menoridade penal, em casos que se diz dezesseis, dezoito, sei que dezesseis já é um pouquinho né, já é um pouquinho o trâmite um pouco diferente, mas para quatorze anos acredito que tem gente que fala doze anos, aí eu não sei realmente de fato, né. Mas eu acredito muito nessa redução, acredito que tinha que ser pelo menos para catorze anos, né para começo de conversa, porque hoje tem criança de quatorze aqui a gente fala que é criança mesmo, criança de quatorze anos mata outro, rouba, cara. [...] Não, de forma alguma, de forma alguma, com doze anos para cima, já tem plena noção, ciência do que está fazendo. Então, por que não responder pelos atos? Eu acho que é até uma questão disciplinar mesmo, uma questão de, de exemplo: 'Nossa, ó, o fulano está com catorze anos foi preso'. Cara, as crianças vão pensar muito bem antes de fazer alguma coisa, porque sabe que é passível de punição, né? De polimento, né? Digamos assim, vai ser punido. Então, eu acredito até, por exemplo, mesmo, funcione para a galera dar uma pisada no freio, porque sabe que a criança ia até, por isso que muitas das crianças tão envolvidas em tráfico, tão envolvida em muita coisa, porque justamente sabe que não vai dar nada. Então, a minha opinião tem que ter

realmente, tem que ter por esses motivos, para dar uma controlada na galera, senão daqui uns dias é, dez anos tem gente já com uma ficha extensa nas costas (Entrevista, 16 jun. 2021).

Concluiu-se que, apontar a educação como solução para o problema da criminalidade juvenil é não levar em conta a falta de universalização do acesso a ela na sociedade brasileira. Observou-se, no discurso conservador, a criminalização da pobreza e o ocultamento das desigualdades sociais como a causa verdadeira da violência. As verdadeiras causas do crescimento da criminalidade, enraizadas na desigualdade social e no consumismo, são, então, naturalizadas. O crime passa a ser fruto, apenas, do distúrbio de caráter daquele que o cometeu.

4.4 CONCEPÇÕES DOS JOVENS ENTREVISTADOS SOBRE A EDUCAÇÃO

Nas entrevistas conversou-se com os jovens do MBL sobre algumas pautas conservadoras direcionadas à educação: *homeschooling* (educação doméstica), Projeto “Escola sem Partido”, militarização nas escolas estaduais e cobrança de mensalidade em Instituições de Ensino Superior públicas. Por fim, buscou-se apreender a concepção constituída pelos jovens sobre a escola ideal. A cidadania conservadora, como finalidade das ações do MBL, não visa produzir cidadãos indiferentes, mas ativos. Para tanto, procura formá-los (ou formatá-los) através de processos educativos. O resultado desse processo é a reprodução do discurso oficial na fala dos jovens entrevistados.

A legalização do *homeschooling* faz parte das propostas do MBL para a educação e condiz com o discurso liberal conservador que defende, ao extremo, as liberdades individuais, os valores morais familiares e o combate a doutrinas ditas de esquerda. Nesse marco de pensamento, insere-se o empenho conservador em retirar, do Estado, o papel de educador e transferi-lo para as famílias.

Na fala do Jovem 1, percebeu-se a apropriação de uma visão conservadora de educação:

Sobre o *homeschooling*, o que eu acredito que vá acontecer, em primeiro minha visão de educação certo, acho que a família ela deve ensinar a criança valores, princípios, coisas que tornem ela um ser humano moralmente bom e esse conceito de moral entra em outro debate, de cultura, de sociedade, etc... Mas o meu ponto é que eu acho que a família tem que passar esse conhecimento sobre o suporte da escola com base na atenção que os pais dão para os filhos (Entrevista, 16 dez. 2020).

A narrativa do Jovem 3 ecoou o mesmo discurso:

Então, se os pais aprovarem ou não este tipo de sistema, aí eles atribuem, mas fique a cargo dos responsáveis, por que aí a gente entende que a escola é um complemento da educação. Porque boa parte quer que os filhos façam como seus pais e não numa escola, porque não tem aula nos finais de semana. Aí então, a verdadeira educação onde geralmente as crianças aprendem moral, aprendem os costumes, porque se espelham nos teus pais, nos seus irmãos é dentro de casa. Então, na verdade quem tem que dirimir sobre isso, e se é certo ou não, eu vejo que é a família. Que cabe à família e não a uma portaria do MEC. O governo tem que liberar e permitir que os pais tenham essa segunda opção (Entrevista, 16 abr. 2021).

Além de argumentos conservadores em relação à família, valores e educação moral, acrescentam outro argumento, que reforça a visão de educação como um produto a mais para ser comercializado no mercado capitalista, para defenderem o projeto da educação doméstica:

Então eu acho que você vai ter uma parte de um curso, de um aprendizado que vai acontecer via *homeschooling*, mas que não vai ser o único modelo. (Em) se tratando de empresa privada, aí o modelo que a empresa privada escolher e achar que é melhor e conseguir convencer pais e filhos [...] esse ensino básico, *eu vou entregar o mesmo produto para todo mundo e todo mundo vai pagar pra ter acesso a isso*. Agora é não impedir que a (iniciativa) privada também tenha essas oportunidades, que fazem isso também e oferecer liberdades para as privadas também poderem moldar a forma que eles entregam as coisas (JOVEM 1, entrevista, 16 dez. 2020, grifo nosso).

Nas exposições dos jovens que responderam ao questionário, uma porcentagem de 37% diz não saber opinar sobre o projeto do *homeschooling*. Entretanto, a ideologia que perpassa a visão de mundo da juventude do MBL lhes dá segurança para formular opinião sobre o assunto: “Eu nunca estudei esse assunto muito a fundo, mas acho que os pais devem ter o direito de educar os filhos em casa, é válido” (JOVEM 2, entrevista 18 dez. 2021).

Para Apple (2015), essa pauta conservadora, em relação à educação, reproduz uma democracia frágil, baseada na escolha individual do consumidor, inspirada no gerencialismo de classe média, que reforça o poder da “cultura de auditoria”:

Na sua essência, a nova aliança já integrou a educação a um conjunto mais amplo de compromissos ideológicos. Os objetivos na educação são os mesmos que orientam metas econômicas e de bem-estar social. Incluem-se a expansão dramática daquela ficção eloquente, o mercado livre; a drástica redução de responsabilidade do governo em relação às necessidades

sociais; o reforço de estruturas altamente competitivas de mobilidade dentro e fora da escola; a redução das expectativas das pessoas no que diz respeito à segurança econômica; o 'disciplinamento' da cultura e do corpo; e a popularização do que é claramente uma forma de pensamento darwinista social (APPLE, 2015, p.611).

O MBL apregoa a necessidade de acabar com a “doutrinação” nas escolas. Essa pauta faz parte do discurso “antiesquerdista” do Movimento. O objetivo do projeto é restringir a liberdade do professor para tratar e posicionar-se sobre temas políticos em sala de aula. O discurso oficial se vê reverberado nos 80,4% dos jovens entrevistados que se dizem favoráveis ao Projeto de Lei “Escola sem Partido”.

A declaração do Jovem 4 pode ser considerada porta-voz desse pensamento:

E aí, uma escola sem partido vem nesse sentido, para realmente não existir partido, não é como os militantes de esquerda falam, não, mas aí porque quer colocar a direita, quer tolher o nosso direito de falar, não, não é isso, pelo contrário, é para que não tenha, realmente, partido, porque o papel do professor, na minha opinião, é educar. O que tange à política, já que não tem realmente educação política na escola, não precisa ser falado na escola, não precisa ser ensinado, influenciado pelo professor, né? A base do Escola sem Partido é essa, que o aluno, ele tem a sua própria opinião formada sobre aquilo, ele não pode ser como a gente já viu alguns vídeos na internet, que os alunos são repreendidos pelo professor, por acreditar na direita, digamos assim, em pensadores, em filósofos liberais, da direita e aí o professor não aceita. Então, a Escola Sem Partido, basicamente é isso, é você ter um lugar de fala para todo mundo discutir e como se diz, ninguém, ninguém tem a razão, ele está absoluto. O Escola Sem Partido realmente precisa passar, precisa ser colocado realmente na prática, por mais que a gente sabe que não vai funcionar muito bem assim, os professores vão continuar dando a sua opinião, a gente sabe, infelizmente, mas precisa ter realmente isso garantido por lei, né? Falar, olha, eu tenho a minha opinião, eu posso sofrer por ter minha opinião diferente da sua, né? Mas, enfim, a nossa luta é que um dia passe esse (projeto) 'Escola sem Partido', justamente para tentar (de) dar esse equilíbrio aí, tanto é que você vê na maioria das manifestações de esquerda que tão lá, os professores, Sindicato dos Professores. Então, se isso não é verdade, está tendo alguma coisa muito errada. Eu não vi, até hoje, sindicato de professor, ir numa manifestação de direita, digamos assim. Mas, se bem que direita no Brasil, hoje, é muito deturpada, gente, muita gente nem sabia que é direita, né? Mas é isso, minha opinião, basicamente, é essa, o 'Escola Sem Partido', ele precisa acontecer, de fato, para que todo mundo tenha, assim, seu lugar de fala garantido, que não sofra, porque seu professor quer acreditar numa coisa que é diferente da sua (Entrevista, 16 jun. 2020).

O “Escola sem Partido”, na verdade, reproduziria uma escola sem sentido. Tal discurso é conservador e autoritário, na contramão da liberdade de expressão e na construção de um pensamento autônomo e emancipador. O discurso do projeto reverbera a confusão entre público e privado, papel do Estado na educação e individualismo presente na sociedade contemporânea.

O processo formativo dos jovens do MBL é elaborado a partir do viés ideológico do Movimento e reproduz um jovem, cuja visão liberal e conservadora de educação está carregada de elementos do capitalismo atual. Para muitos jovens, que responderam ao questionário, a boa educação é a que ajuda a ter sucesso financeiro e bom emprego no futuro. Veem o processo de ensino-aprendizagem na educação fundamental como preparação para terem uma profissão, um negócio próprio, um emprego, independentemente do ingresso ao Ensino Superior. Tais elementos são encontrados nas falas dos jovens entrevistados:

Então, isso para todas as áreas, educação financeira também, a educação financeira não é tão polêmica, e acredito que lá, enfim, para ensino médio 2, ensino médio 3, seja interessante também, mas sim, concordo que a escola deve estudar de tudo um pouco (JOVEM 3, entrevista, 16 abr. 2020).

Questão financeira, educação financeira é uma coisa que necessita ter nas escolas, né, necessita porquê? A pessoa sai e não sabe, como eu já disse antes, ela não sabe administrar uma empresa, ela não sabe administrar a sua vida, suas finanças pessoais, então, a gente tem muita gente endividada e eu acredito que tudo isso seja proposital hoje. Então, na minha visão teria que mudar isso. As pessoas precisam ser empreendedoras, como hoje a gente, por muitos anos a gente teve esse ensino de que a vida é, você vai crescer, vai estudar, vai fazer uma boa faculdade, vai arrumar um emprego de carteira assinada e vai se aposentar né, ou fazem um concurso ali e se aposenta. Esse é um ensino realmente que a gente teve, nossos pais, nossos avós, porque era a melhor opção. Só porque hoje a gente vê culturas diferentes, onde em outros países, onde a pessoa, ela é ensinada a empreender, então o ciclo de vida, você vai crescer, vai estudar, né? Vai montar a sua empresa e vai vender ela. Nos Estados Unidos, a gente vê muito isso, né? Os jovens, eles vão, criam sua empresa, deixa a empresa a nível ali, milionário, vende e depois vai criar outra. Então, realmente, é um espírito empreendedor diferente. Então, acredito que isso te deveria ser parte do nosso currículo nas escolas, né? (JOVEM 4, entrevista, 16 jun. 2021).

A segunda característica, predominante na elaboração do discurso sobre a educação, trata-se da visão de uma educação “apolítica”, sem ideais nem ideologias:

A escola, na minha opinião, ela deve realmente educar, não deve doutrinar, não deve dar a opinião política. Porque o que que eu acredito, né. As escolas e até onde isso tem muito se deturpado também, onde os pais tem deixado ali o papel de educar, de ensinar os filhos, né? E de criar os filhos nas escolas, que também acho errado. O papel da escola, ele é ele é unicamente educador. Agora, ter, realmente, ali uma boa conduta, né. Uma boa explicação da vida, o que que é a vida de educação, isso é papel dos pais, os pais educam, os professores ensinam. Então, na escola, na escola perfeita, digamos assim, seria essa, onde você, realmente, é ensinado, sem doutrinação política, sem viés ideológico, não sei se isso é possível, mas eu acredito, de onde você realmente estude aquilo que você aplique na vida (JOVEM 4, entrevista, 16 jun. 2021).

A análise do discurso sociopolítico, coletado nas entrevistas, fez emergir uma reprodução da declaração dominante do Movimento, encontrando-se poucas divergências individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe, no primeiro capítulo, o conceito arendtiano de política como categoria filosófica, sob o qual baseia-se a pluralidade das pessoas. A política trata da convivência entre os diferentes numa mesma sociedade. A verdadeira política, que produz regimes democráticos, é mediadora entre os diversos interesses particulares e individuais. A coisa política, segundo Hannah Arendt, organiza previamente as diversidades absolutas de acordo com igualdades relativas e se contrapõe às diferenças relativas.

Para Arendt, o que torna o ser humano um ser político é a sua faculdade de agir. A ação principal é o discurso (*lexis*), interpretada, segundo a filosofia grega, como modo de agir (*práxis*). Sempre que o discurso entra em jogo, a questão torna-se política. Sem o discurso, a ação inexistiria, pois desapareceria o agente do ato e ao mesmo tempo das palavras. Os discursos e os gestos constituem os modos da ação política. Portanto, a discursividade política observada, apreendida e analisada nesta dissertação teve o objetivo de compreender os discursos constituídos pelos atores estudados, os jovens conservadores do Movimento Brasil Livre.

Ainda no primeiro capítulo, foi considerado o conceito bourdieusiano de campo social, como espaço simbólico na organização social, especificamente o subcampo da política. O campo político apresenta-se como um microcosmo, um pequeno mundo social, relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Ele possui regras próprias do jogo de pertença, relações, ações, estratégias e processos. Tais disputas validam, determinam ou legitimam as representações dentro do campo.

Foi constatado, na pesquisa, que a juventude conservadora do MBL não subverte o campo político no qual é recém-chegada. A teoria bourdieusiana do campo permitiu observar as estratégias do MBL por ganhar prestígio social, político e midiático. Com todo o jogo de estratégias na mídia, o MBL procura angariar capital simbólico e social; faz contraditórias alianças com o que há de velho na política conservadora, com propostas político-econômicas neoliberais que enxergam, principalmente, no campo da educação, um produto a mais para ser comercializado e não um direito social. Os jovens conservadores pesquisados conservam o campo e conferem-lhe uma roupagem nova: a militância nas redes sociais.

Os termos liberal, conservador e neoliberal foram diferenciados neste texto para evitar usos equivocados e indiscriminados. As ideologias refletidas, por esses

conceitos, possuem variações aplicadas à política, à economia e aos costumes, segundo a diversidade de tempos e lugares. Em diversos períodos históricos, essas formas político-ideológicas trilharam caminhos distintos, ora se distanciando, ora se aproximando. Inclusive, liberalismo e conservadorismo fundiram-se em alguns momentos. Os conteúdos político, teórico e social, do pensamento conservador amiúde, fundem-se ao pensamento liberal, ao ponto de serem tomados como sinônimos. Contudo, em seus primórdios, tiveram fundamentos diferentes em disputa.

O liberalismo clássico – militante da liberdade individual contra o poder do soberano, surgido logo após o fim do feudalismo e combatente do mercantilismo de intervenção estatal – nesta pesquisa, é diferenciado do neoliberalismo contemporâneo. Aquele é entendido como um sistema de ideias elaborado por franceses e ingleses durante as lutas de classe da burguesia contra a aristocracia. Foram apresentadas, também, as diferenças entre liberalismo econômico e político. Na política, os liberais clássicos defendiam que o poder não originava da divindade e, portanto, deveria ser estabelecido através de um contrato entre governantes e governados, plasmado em leis escritas. Eles afirmavam que os cidadãos eram livres e, por isso, gozavam de direito à liberdade, à propriedade privada e à expressão. Já na economia, o liberalismo clássico, surgido no pensamento de Adam Smith, defendia a livre concorrência e a não intervenção estatal no mercado, que deveria se autorregular.

Já do neoliberalismo, de origem marcadamente econômica, teve-se a compreensão da ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital. Trata-se, ademais, de um movimento ideológico, em escala mundial, com um corpo de doutrina autoconsciente e militante. Tal ideologia visa transformar todo o mundo à sua imagem. Observou-se, então, na atualidade brasileira, uma fusão entre conservadorismo e liberalismo, resultando em políticas econômicas neoliberais.

O segundo capítulo discutiu a categoria juventude, a partir da trajetória de sua construção na sociologia, colocando os pressupostos epistemológicos para a análise e descrição dos jovens conservadores pesquisados, bem como sua participação e discursividade políticas. Para a finalidade da pesquisa, deu-se ênfase – entre as várias correntes e perspectivas da sociologia da juventude – à dialética da juventude, à condição juvenil como sujeito social, à problemática geracional, à distinção entre

enxergar a juventude como um problema social e um problema sociológico, às diversas possibilidades de se vivenciar a juventude e, por fim, à trajetória de participação política da juventude brasileira, principalmente aquela de ideologias conservadoras. Foram ressaltados os novos modelos de participação, como os que se dão nas redes sociais, sobretudo por parte de movimentos juvenis conservadores.

A pesquisa qualitativa da categoria juventude alcançou a compreensão de uma categoria social plural, um elemento estruturante das sociedades modernas, que classifica indivíduos, regulamenta comportamentos e estabelece direitos e deveres. Chegou ao entendimento de que a juventude é uma representação simbólica constituída por grupos sociais ou indivíduos considerados jovens. Ela não é apenas uma característica natural e individual, mas uma situação vivida em comum por certos sujeitos.

Foi pesquisada, ainda, a categoria “participação política”, que se refere a processos e formas, através dos quais os membros de uma sociedade são envolvidos em seu sistema político. Essa participação decorre de processos sociais, históricos e conjunturais, capazes de integrarem e de condicionarem o indivíduo como membro de uma comunidade.

Igualmente heterogêneas são a percepção da política e a participação nela, pois expressam a diversidade de possibilidades de se vivenciar as juventudes, uma das maneiras de manifestar-se e de pertencer-se, trata-se de movimentos juvenis conservadores. Ressaltou-se, também, a presença de jovens conservadores, presentes ao longo de toda a história do Brasil. O fenômeno do conservadorismo juvenil não é uma novidade da atualidade. As diversas juventudes conservadoras, que surgiram ao longo da história, mais conservaram do que transformaram o campo político. Portanto, observou-se que a juventude conservadora contemporânea se apresenta com velhos rótulos revestidos de uma nova roupagem, qualquer que seja a forma de militância política nas redes sociais.

Os capítulos terceiro e quarto objetivaram trazer os resultados da pesquisa empírica netnográfica, qualitativa e quantitativa realizada em quatro partes: observação parcialmente aberta de grupos de mensagens do MBL e suas redes sociais, questionário aberto, entrevistas semiestruturadas e análise textual discursiva das falas dos jovens entrevistados.

A trajetória da juventude militante *on-line* e *off-line* do Movimento Brasil Livre foi compreendida como resultado de diversos discursos contraditórios. Argumentou-se que o MBL ocupou – de forma planejada e patrocinada pela direita global representada por fundações norte-americanas – um espaço privilegiado no regime de visibilidade tecnicamente ampliado no qual se vive.

Foram, ainda, observados e analisados os agentes posicionados no espaço. Suas estratégias de militância, para conservar ou subverter o campo político, viabilizaram dados importantes para se entender a cara da nova direita brasileira e sua contraditória aliança política condensada na expressão “liberal na economia e conservadora nos costumes”, apesar das grandes diferenças que separam ambas matrizes ideológicas.

Na pesquisa empírica foi traçado o perfil socioeconômico cultural dos jovens do MBL, os fundamentos e as concepções sobre políticas e Projetos de Leis para a educação e as bases da formação teórica recebida no processo formativo do Movimento. As entrevistas semiestruturadas corroboraram com as respostas dos questionários e apresentaram, com maior aprofundamento, os princípios liberais e conservadores que estão detrás de toda a leitura de mundo feita pelos jovens do MBL.

Em relação ao perfil socioeconômico e cultural dos jovens do MBL, a pesquisa constatou que o Movimento é composto, majoritariamente, por jovens entre 18 e 21 anos, do sexo masculino, brancos. E no que se refere à religião, a maioria diz ser católica, com distribuições variadas dos jovens entre outras religiões, com presença daqueles que se autodeclararam ateus ou agnósticos. Desses jovens, 41,3%, declararam renda familiar de 5 a mais de 10 salários.

Em se tratando da identificação ideológico-política, a maioria dos jovens, participantes da pesquisa, disse que se identifica mais com o Liberalismo (80,4%). Ainda que os termos liberal e conservador não apareçam correlacionados na discursividade do Movimento, é significativo que, em segundo lugar, a maior identificação por parte dos jovens seja o conservadorismo (19,6%), seguindo do pensamento neoliberal (13%).

Nas concepções sobre políticas liberais e conservadoras para a educação foram apreendidos um discurso privatista, meritocrático e conservador. Apoiam a privatização de quase todos os serviços estatais, incluindo a educação; são favoráveis

à educação doméstica; ao Projeto de Lei Escola sem Partido; defendem bandeiras conservadoras como a redução da maioria penal e a militarização das escolas.

No conjunto, a concepção de educação, apreendida na discursividade dos jovens conservadores pesquisados, é a de uma educação pragmática e utilitarista, que traga sucesso financeiro e prepara para o mercado de trabalho. A visão neoliberal e neoconservadora de Estado mínimo, que não interfira na vida privada dos cidadãos, interfere igualmente na concepção da educação: o Estado e as escolas não devem educar, apenas ensinar conteúdos.

Por fim, foi constatado que o Movimento tem aspiração político-partidária e seus membros ou já pertencem ao campo político ou estão buscando estratégias para entrarem na política eletiva, motivados pelo exemplo dos líderes e coordenadores nacionais que são políticos de ofício.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks** no espetáculo urbano. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1994.

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. 1997. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramowendel.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

ABRAMO, H. W.; VENTURI, G. Juventude, política e cultura. **Teoria e Debate**, 45, p. 1-4, 2000.

ALMEIDA, R. de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu [on-line]**. 2017, n. 50. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>. Acesso em: 19 Out. 202.

AMARAL, M. Jabuti não nasce em árvore: como o MBL se tornou líder nas manifestações pelo impeachment. *In*: JINKINGS, I. (org). **Porque gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política o Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, M. W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, vol. 21, núm. 46, septiembrediciembre, 2015, pp. 606-644 Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

ARENDT, H. **A dignidade da política**. Antônio Abanches (org.). Trad. Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

ARENDT, H. **O que é política?**, 2014. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/O-que-%C3%A9-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BAQUERO, M. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. *In*: **Cadernos de Ciência**

Política. Programa de pós-graduação em Ciência Política, IFCH, UFRGS. Evangraf: Porto Alegre, 1997.

BAQUERO, M. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na pólis? *In*: KLEIL, I. M.; BAQUERO, M. **Democracia, juventude e capital social no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004a.

BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Política e Sociedade,** Florianópolis, n. 5, p.165-186, 2004b.

BAQUERO, M. Um caminho alternativo no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. *In*: BAQUERO, M. (org). **Democracia, juventude e capital social no Brasil.** Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004c.

BAQUERO, M.; MORAIS, J. A. de. A *internet* e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Cadernos de Campo:** revista de ciências sociais. Araraquara, n. 25, p. 33-62, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5720.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BARBOSA, J. R. **Protestos da direita no Brasil contemporâneo: think tanks,** grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/g-dac/Downloads/31854-Texto%20do%20artigo-99087-1-10-20180121.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** SP: Edições 70, 2011.

BARROS, M. **Análise da ‘operação lava jato’ a luz dos conceitos da governança corporativa.** XI Congresso Nacional de excelência em gestão 13 e 14 de agosto de 2015. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_149_2.pdf. Acesso em: 07 maio 2019.

BARON, L. As disputas das direitas no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Democracia & Movimento.** 12º Encontro da ABCP, UFB, 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fcienciapolitica.org.br%2Fweb%2Fsystem%2Ffiles%2Fdocumentos%2Feventos%2F2021%2F01%2Fdisputas-das-direitas-contexto-impeachment-dilma-rousseff.pdf&chunk=true>. Consultado em: 20 jul. 2021.

BIROLLI, M. I. de A. M. **Gerações em conflito:** a juventude contemporânea entre o passado e o presente. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. *In*: GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo:** as políticas e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63-118.

BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Trad. Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BOURDIEU, P. “A juventude é apenas uma palavra”. *In: Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad.: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. Trad. Rosa Freire d`Aguiar. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. **O campo político**. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Congresso. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 dez. 2020.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade**. Proposta de Plano de Governo. 2018. Disponível em: chromeidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fdivulga.candcontas.tse.jus.br%2Fcandidaturas%2Foficial%2F2018%2FBR%2FBR%2F2022802018%2F280000614517%2Fproposta_1534284632231.pdf&clen=1866450&chunk=true. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRINGEL, B. **O futuro anterior**: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1529/1267>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRZEZINSKI, I. **Política**: conceito bastante complexo. [Texto elaborado para a disciplina de Políticas Educacionais– P.GE/PUCGOIÁS]. Goiânia, 2019.

CAMPOS, F. I. **Ciência Política**: introdução à teoria de Estado. Goiânia: Editora Vieira, 2005.

CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CARRANO, P. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, [S.l.], v. 12, n. 26, dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24209>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CARVALHO, V. F. **A prática educativa do movimento estudantil universitário no contexto do neoliberalismo**: o curso de Ciências Sociais da UFRJ. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da *internet*. Trad. Carlos Aberto Medeiros. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, L. R. de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista sociologia e política**, v. 16, n. 30, p. 253-258, junho, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/15.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CASTRO, L. R. de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.

CAVALCANTE, C. V. **Educação superior, política de cotas e jovens**: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro. 2014. 215 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Goiânia, 2014.

CAVALCANTE, C. V. A teoria da prática e a sociologia reflexiva de Bourdieu: uma abordagem para se pensar a realidade e o método de pesquisa. *In*: PAIVA, W. A de. (Org.) **Reflexões sobre o método**, p.109-130. Curitiba, CRV, 2017.

CAVALCANTE, S. Classe Média e Conservadorismo Liberal. *In*: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. *et al.* **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1996.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. *In*: **Crítica y emancipación**: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1, jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. *In*: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CHAUÍ, M. Ideologia neoliberal e universidade. *In*: _____ **Ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 85-111 (Coleção de escritos de Marilena Chauí; v.3).

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CUNHA, L.A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n.05. outubro de 2004.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação** [on-line]. 2003, n. 24, p. 40-52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DOMBROWSKI, O. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. **Revista Katálysis** [on-line]. 2020, v. 23, n. 02. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p223>. Acesso em: 1 jul. 2020.

DUARTE, A. J. Juventude, movimentos sociais e participação política no Brasil entre os anos de 2013 a 2015. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 884-901, fev. 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5442>. Acesso em: 11 maio de 2021.

DUARTE, A. J. Juventudes e Universidade: os desafios da formação de jovens no tempo presente. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, v. 18, p. 220-233, mar. 2020. ISSN 1983-778X. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7753>. Acesso em: 11 maio 2021.

ELPAIS. **Não é uma banda de Indie-Rock, é a Vanguarda Anti-Dilma**. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html?rel=mas. Acesso em: 27 jul. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem Somos**. 2019. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

EUZÉBIOS FILHO, A.; GUZZO, R. S. L. A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. **Psicol. USP**, São Paulo, V.29, n.2, p.159-168, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000200159&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 mar. 2021.

FARHAT, A. B. de C.; ZANON, B. V. B.; PLACERES, G. **A direita no Brasil em um novo ciclo político**: uma análise do Movimento Brasil Livre (MBL). Apresentado no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, julho/2017, Brasília, DF. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0994-1.pdf> >. Acesso 01 mai. 2020.

FLORENTINO, R. Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre jovens. **Opinião Pública**, vol. 14, n.1, p. 205-235, junho, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32914108.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Aplaudido, Temer sugere que “amigos do MBL liderem um processo para acalmar o país**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/aplaudido-temer-sugere-que-amigos-do-mbl-liderem-um-processo-para-acalmar-o-pais.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FORACCHI, M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**. São Paulo, Paulus, 2020.

FRIGOTTO, G. (Org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GAWRYSZEWSKI, B.; MOTTA, V. C. da; PUTZKE, C. K. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, pp. 728-748, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Consultado em: 18 jun. 2021.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. Trad. Tereza Curvelo. Portugal: Editora Celta, 1997.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, M. da G. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Revista Meta**: Avaliação, [S.l.], v. 5, n. 14, p. 238-253, sep. 2013. ISSN 2175-2753. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/145>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GOHN, M. da G. Sociologia dos Movimentos Sociais. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014. Resenha de: FONSECA, B. C. da. O que temos para o século XXI? Ação coletiva e sociologia dos movimentos sociais. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-6, 2019.

GOHN, M. da G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH [on-line]**. 2018, v. 31, n. 82, pp. 117-133. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100008>. Acesso em: 19 jul. 2021.

GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Educação Cogeime**, Belo Horizonte, ano 13, n. 25, 2004. Disponível em: <http://cogeime.org.br/revista/cap0125.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2019.

GROPPO, L. A. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. Universidade Federal de Alfenas: Alfenas-MG, 2016.

KINZO, M. D. G. Burke: a continuidade contra a ruptura. In: WEFFORT, F. C. (Org.). **Os clássicos da política**. 11ª. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRISCHKE, P. Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. UFSC, 2004.

IANNI, O. **A sociedade global**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MACHADO, L. B. **Nacionalismo, não-violência e os novos atores engajados na política contenciosa brasileira: o caso do Movimento Brasil Livre (MBL)**. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7476>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MAIA, G. L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, p. 58-73, 2013.

MANNHEIM, K. **The Problem of Generations**. In P. Kecskemeti (Ed.), *Essays on the Sociology of Knowledge* (pp. 276-320). London: Routledge and Kegan Paul, 1952.

MANNHEIM, K. "**O problema sociológico das gerações**". Tradução: Cláudio Marcondes. In: FORACCHI, M. M. (org); MANNHEIM, K.: *Sociologia*, São Paulo, Ática, pp. 67-95, 1982.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La construcción social de la noción de juventud. In: **AAVV**. *Viviendo a toda*. Bogotá: Universidad Central/Diuc/Siglo del Hombre, 1998.

MARTINS, M. F.; GROPPO, L. A.; BARBOSA, J. R. Apresentação do dossiê temático "Movimentos sociais conservadores e educação. **Crítica Educativa**, [S.l.], v.4, n. 2, p. 3–6, 2018. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/366>. Acesso em: 14 maio 2021.

MATTOS, R. A. de. **A mobilização política através de vídeos do Youtube e Facebook: uma análise do Movimento Brasil Livre**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9085>. Acesso em: 30 jul. 2021.

MATTOSO, J. Dez anos depois. *In*: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MESQUITA, M. R., BONFIM, J.; PADILHA, E.; SILVA, A. C. **Juventudes e participação**: compreensão de política, valores e práticas sociais, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n2/1807-0310-psoc-28-02-00288.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

MESQUITA, M. R. **Juventude e movimento estudantil**. O “velho” e o “novo” na militância. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/g-dac/Downloads/182400.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MOLL, R. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: **Unesp**, 2015. Disponível em: <http://unesp.br/semdiplomacia/opiniao/2015/43>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MONTIEL, F. **A construção dos espaços sociais**: Hannah Arendt a partir de Pierre Bourdieu. 2018. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/a-construcao-dos-espacos-sociais-hannah-arendt-a-partir-de-pierre-bourdieu-ato-i>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**: Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Manual de instruções para filiais municipais**. 2015a. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em: 20 out. 2021.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas aprovadas**. 2015b. Disponível: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propotas-mbl.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2019.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. 2018. **MBL estudantil**. Disponível em: <https://twitter.com/mblestudantil/status/1150526091343421440?lang=ar>. Acesso em: 8 maio 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Manifesto do novo MBL**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/o-manifesto-do-novo-mbl/1570898919700912/>. Acesso em: 22 out. 2021.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Academia MBL**. 2021. Disponível em: <https://academia.mbl.org.br/>. Acesso em: 22 out. 2021.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Valores e princípios**. 2021. Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios>. Acesso em: 22 out. 2021.

NOVAES, R. R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, M. I. M. de.; EUGENIO, F., (orgs). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006a.

NOVAES, R. R. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. *In*: NOVAES, R. R. *et al.* **Juventude e contemporaneidade**, p.253-280. Brasília: Unesco, 2006b.

O GLOBO. **MBL busca partido para abrigar políticos e expandir atuação parlamentar em 2022**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mbl-busca-partido-para-abrigar-politicos-expandir-atuacao-parlamentar-em-2022-24997731>. Acesso em: 19 maio 2021.

OLIVEIRA, F. de. Neoliberalismo à brasileira. *In*: GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo**: as políticas e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, S. M. de. **A melancolia na constituição político identitária da juventude**. UFG, 2015 [Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás].

OLIVEIRA, D. B. R. de. **Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua**: uma análise marxista dos “movimentos sociais” de direita no atual contexto brasileiro. IX Colóquio Internacional Marx e Engels, 2018. Disponível em: <https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/movimento-brasil-livre-e-vem-pra-rua-uma-analise-marxista-dos-movimentos-sociais-de-direita-no-atual-contexto-brasileiro-diego-b-rodrigues.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ORTELLADO, P.; GALLEGO, E. S.; RIBEIRO, M. M. Uma sociedade polarizada. *In*: **Por que gritamos golpe?**: para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.sintesc.org.br/files/1081/Texto%201%20Porque%20Gritamos%20Golpe.pdf>. Acesso em 12 jan. 2021.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, V. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PAIS, J. M.; LACERDA, M. P. C. de; OLIVEIRA, V. H. N. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 64, p. 301-313, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n64/0104-4060-er-64-00301.pdf> Acesso em: 19 jun. 2020.

PAIVA, M.J de. **Elementos para uma apresentação do pensamento conservador**: da disposição conservadora aos conservadorismos decorrentes, v.7. n.1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/27694>. Acesso em: 17 abr. 2020.

POERNER, A.J. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PESSOA, J. **Saberes dos nós**: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPEd, n. 5/6, 1997.

PERREAULT, J. Pensar a religião entre os jovens e pensar a juventude a partir da religião. In: CASTRO, L. R. **Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais**. 1 ed. Rio de Janeiro, 2005.

RODRIGUES, V. M. de S. **Carapintadas**: estudantes na festa e na política. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas-SP, 1997.

SADER, E. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, E. A construção da hegemonia pos-neoliberal. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SALAMA, P. Para uma nova compreensão da crise. In: GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo**: as políticas e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 51-53.

SALGADO, E. D.; SANTOS, I. K. dos; BERGONZINE, W. A. O Novo Já Nasce Velho: breve análise sobre dois movimentos políticos. **Resenha Eleitoral**, Florianópolis, SC, v. 24, n. 2, p. 15–42, 2020. DOI: 10.53323/resenhaeleitoral.v24i2.18. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/18>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SANTOS MBL, R. **Academia MBL**: Chegou o momento do lançamento!, Mensagem recebida por <e-mail> em 25 de fevereiro de 2021). Disponível em: <https://academia.mbl.org.br/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SCRUTON, R. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. 6. ed. Trad. Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, E. D. da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). **Revista Eletrônica PUC-RS**. V. 5, n. 1, p. 75-95, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/30257>. Acesso: 18 jul. 2021.

SILVA FILHO, S. O. S. **Juventudes e Participação Política: A Participação Convencional e Não Convencional dos Jovens Universitários**. 2017. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24256/1/SidneyOliveiraSantosShoDISSERT.pdf>. Consultado em: 17 fev. 2020.

SINGER, A. Junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP** [on-line]. 2013, n. 97. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>. Acesso em: 27 jan. 2021.

SOUZA, J. M. A. de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade** [on-line]. 2016, n. 126, p. 360-377. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.073>. Acesso em: 9 ago. 2021.

SOUZA, R. M. de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *In: Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 1(1): 1-28, 2009. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.observatoriodoensinomedio.ufpr.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2014%2F02%2FProtagonismo-juvenil-o-discurso-da-juventude-sem-voz.pdf&clen=323834&chunk=true>. Acesso em: abr. 2021.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Trad. Ana Maria Sallum. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C.; TRINDADE, T. A. **Quando a direita saiu às ruas: atores, dinâmicas e discursos nas recentes mobilizações à direita no Brasil (2007-2014)**. II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Campinas, 2015.

TELES, E. **Ação política em Hannah Arendt**. São Paulo: Almedina, 2019.

TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. Os jovens e a política: do mal-estar a novas formas de expressão na vida pública. Entrevista com Anne Muxel. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 29, n. 1, p. 347–356, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8652116>. Acesso em: 4 mar. 2021.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**. v. 25, n. 2. Maio/Agosto, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/g-dac/Downloads/pYGppjZyvTjJH9P89rMKHMv.pdf>. Acesso: 19 fev 2021

WELLER, W. **Karl Mannheim: um pioneiro da sociologia da juventude**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia de 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE). Disponível em: file:///C:/Users/g-dac/Downloads/Karl_Mannheim_Um_pioneiro_da_sociologia_da_juventu.pdf. Acesso: 19 fev. 2021

ZALUSKI, J. L. “A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava-PR. **Crítica Educativa**, 5(1), 262–276, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22476/revcted.v5i1.345>. Acesso em: 21 fev. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - LISTA DE DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O MOVIMENTO BRASIL LIVRE

AUTOR	TÍTULO	ANO	TIPO DE TRABALHO	INSTITUIÇÃO DEFENDIDA
1. ANDRADE, Ana Olívia costa de	Contra tudo isto que está aí: moralismo e política nas manifestações fora Dilma em João Pessoa.	2016	Mestrado em Sociologia	UFPB
2. SILVA, Danniell Gobbi Fraga da	Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade.	2016	Mestrado em Ciências Políticas	UNB
3. SANTOS, Thaiza de Carvalho dos	Movimentos sociais em rede: uma aproximação das ações sociodiscursivas do "Movimento Brasil Livre".	2016	Mestrado em Linguística	UNB
4. DIAS, Tayrine dos Santos	"É uma batalha de narrativas": os enquadramentos de ação coletiva em torno do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff no <i>Facebook</i> .	2017	Ciência Política	UNB
5. GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho	Ativismo na internet e o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff: as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016.	2017	Mestrado em Comunicação	UFRS
6. GOMES, Karine Do Prado Ferreira	Comunicação e resistência na cibercultura: movimentos net-ativistas e as controvérsias do Movimento Brasil Livre.	2017	Mestrado em Comunicação	UFG
7. MACHADO, Luana Barbosa	Nacionalismo, não-violência e os novos atores engajados na política contenciosa brasileira: o caso do Movimento Brasil Livre (MBL).	2017	Mestrado em Ciências Sociais	PUC-RS
8. RESENDE, Natália Silva Giarola de	As paixões no ciberativismo: análise semiótica dos comentários das fanpages do Movimento Brasil Livre (MBL) e Frente Brasil Popular (FBP).	2017	Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura	UFSJ
9. SALLES, Leonardo Gaspary	Nova Direita ou Velha Direita com <i>Wi-Fi</i> ? Uma interpretação das articulações da "direita" na <i>internet</i> brasileira.	2017	Mestrado em Sociologia e Ciência Política	UFSC
10. KOBERSTEIN, Evandro Leo	Do cidadão ao cibercidadão: estudo das estratégias de comunicação no <i>Facebook</i> do Movimento Brasil Livre e da Mídia Ninja no <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.	2018	Mestrado Profissional em Comunicação	UCB

11. OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de	Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre: uma análise marxista dos “movimentos de classe média” sob os governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-2018).	2018	Mestrado em Sociologia	UEL
12. OLIVEIRA, Ivanilce Santos	Redes Sociais on-line e o <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff - uma análise do discurso e das relações de poder nas <i>fanpages</i> do <i>Facebook</i> .	2018	Mestrado em Comunicação	UNIP
13. PERIN, Laiara	Ativismo e engajamento cidadão nos meios digitais: um estudo comparativo do uso de mídias sociais por movimentos políticos da juventude brasileira.	2018	Mestrado Profissional em Mídia e Tecnologia	UNESP-BAURU
14. SANCHES, Priscila Romero	Redes sociais digitais: um olhar para o compartilhamento de informações na organização das manifestações populares no Brasil contemporâneo.	2018	Mestrado em Ciência da Informação	UEL
15. SANTOS, Leonardo Moreira Dos	Ludwig Von Mises como arma política da extrema-direita brasileira.	2018	Mestrado em Serviço Social	UFRN
16. SOUSA, Ana Cristina Lobo	A violência na linguagem em atos de fala sobre o <i>impeachment</i> de 2016 no <i>facebook</i> .	2018	Doutorado em Estudos Linguísticos	UFU
17. TONETTO, Mauricio Bozzi	Ciberativismo nas redes sociais : um estudo do Movimento Brasil Livre no pós- <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.	2018	Mestrado em Comunicação Social	PUC-RS
18. BORGES, Samuel Silva Da Fonseca	Imagem da Ideologia punitiva - Uma Análise de Discurso Crítica do Movimento Brasil Livre.	2019	Mestrado em Sociologia	UNB
19. FERNANDES, Tatiane Braga	Movimento Brasil Livre (MLB) e a agenda neoliberal: trajetória ao poder e projeção social.	2019	Mestrado em Sociologia Política	UVV
20. FERREIRA, Salomé Margot Melo	A mulher brasileira está nas trincheiras”: a organização de mulheres para a ação política no Movimento Brasil Livre	2019	Mestrado em Serviço Social	UFPB
21. FILHO, Alberto Rodrigues de Freitas	A batalha político-midiática do Movimento Brasil Livre: mídia, gênero e sexualidade como alvos da desinformação nas redes sociais.	2019	Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital	PUC-SP
22. KLASER, Mauricio Luiz Schamann	MBL: movimento social em rede, populismo de direita e formas simbólicas	2019	Mestrado em Diversidade	UNIVERSIDADE FEEVALE, Novo Hamburgo

	ideológicas no <i>Facebook</i> em 2017.		Cultural e Inclusão Social	
23. MARQUEZ, Allan Cancian	As novas estratégias da direita no Brasil: um estudo sobre o grupo MBL – Movimento Brasil Livre no <i>Facebook</i>	2019	Mestrado em Comunicação e Territorialidades	UFES
24. MATTOS, Renan Alfenas de	A mobilização política através de vídeos do <i>Youtube</i> e <i>Facebook</i> : uma análise do Movimento Brasil Livre.	2019	Mestrado em Sociologia	UFF
25. MELO, Caroline Bandeira de Brito	Redes de movimentos sociais e estado: o caso do Movimento Brasil Livre (MBL) Teresina 2019	2019	Mestrado em Ciência Política	UFPI
26. SANTOS, Allan Carlos dos	Os “Memes do MBL” e a Vinculação de Públicos Afetivos em Rede durante o <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff.	2019	Mestrado em Comunicação	UFRJ
27. SUSSAI, Matheus Henrique Marques	Didática da História e História pública: os usos da ideia de “Nazismo” difundida pelo MBL – Movimento Brasil Livre no <i>Facebook</i> (2017).	2019	Mestrado em História Social	UEL
28. TORRESAN, Vinicius Nogueira	Ocupa ou desocupa: a disputa de enquadramentos entre secundaristas e MBL em torno da reforma do Ensino Médio no <i>Facebook</i> .	2019	Mestrado em Comunicação	UFP

Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base no catálogo de teses e dissertações da CAPES, 2021

APÊNDICE B - GRUPOS DE WHATSAPP DO MBL (PRIMEIRA TENTATIVA DE PERTENÇA)

UNIDADE FEDERATIVA	NÚMERO DE MEMBROS	NOME GRUPO	ADMINISTRADOR
Acre	09	UNIDADE	Carratú (11)93484-1130
Alagoas	11	GUERREIROS MBL AL	Carratú (11)93484-1130
Amapá	44	FORÇA AMAPÁ	Carratú (11)93484-1130
Amazonas	8	TRIAGEM MBL-AM	Carratú (11)93484-1130
Bahia	26	MBL BA – LEIA A DESCRIÇÃO	Carratú (11)93484-1130
Ceará	33	MBL CEARÁ TRIAGEM Operação Vaza Gado	Carratú (11)93484-1130
Distrito Federal	6	MBLBSB/TRIAGEM	Carratú (11)93484-1130
Espírito Santo	6	MBL ES – leia a descrição (<i>triagem</i>)	Carratú (11)93484-1130
Goiás	41	MBL GO/ Grupo Aberto	Carratú (11)93484-1130
Maranhão	14	MBL MA	Carratú (11)93484-1130
Mato Grosso	9	LIBERAIS MBL MATO GROSSO	Carratú (11)93484-1130
Mato Grosso do Sul	10	MBL MS – Capivara - 1	8 administradores
Minas Gerais	9	Grupos – MG Minas contra Bolsonaro	Carratú (11)93484-1130
Pará	11	MBL PA - Trânsito	Carratú (11)93484-1130
Paraíba	14	Triagem – MBL PB	Carratú (11)93484-1130
Paraná	29	MBL GUERREIROS DO PR II (Prezada não estou à venda ⁹⁵ , foto de Sérgio Moro)	Carratú (11)93484-1130
Paraná - Curitiba	81	Esquadrão MBL Curitiba I (conhecereis a verdade e a verdade vos libertará)	Carratú (11)93484-1130 e outros dois.
Pernambuco	18	MBLPE	Carratú (11)93484-1130 e outros dez
Piauí	6	MBL Piauí - Triagem	Carratú (11)93484-1130 e outros cinco
Rio de Janeiro	47	MBL RJ para todos	Carratú (11)93484-1130 e outros doze
Rio Grande do Norte	15	Triagem MBL RN	Carratú (11)93484-1130 e outros três
Rio Grande do Sul	37	SELEÇÃO MBL RS	Carratú (11)93484-1130 e outros 26
Rio Grande do Sul	87	CONTEÚDO MBL/RS	Três administradores

⁹⁵ “Prezada, não estou à venda” faz referência a uma mensagem de *WhatsApp* enviada pelo ex-juiz Sérgio Moro à deputada bolsonarista Carla Zambelli (PSL-SP) e, posteriormente, vazada, quando o questionou sobre sua ida para o Supremo Tribunal Federal.

Rondônia	12	Direita Liberal Conservadora	Carratú (11)93484-1130 e outros três
Roraima	2	MBL – RR	Carratú (11)93484-1130 e outro
Santa Catarina	21	Iniciativa – MBL SC	Carratú (11)93484-1130 e outros 8
São Paulo Capital	14	Discussões – São Paulo	9 administradores
São Paulo	88	Guerreiros Sp início (<i>sic</i>)	Carratú (11)93484-1130 e outros 6
Sergipe	20	MBL Sergipano	Carratú (11)93484-1130 e outros 4
Tocantins	4	MBL Tocantins	Carratú (11)93484-1130 e outro

Fonte: Dados da pesquisa coletados e organizados pelo autor, 04 de junho de 2020.

APÊNDICE C - GRUPOS DE WHATSAPP DO MBL (SEGUNDA TENTATIVA DE PERTENÇA)

UNIDADE FEDERATIVA	NÚMERO DE MEMBROS	NOME GRUPO	ADMINISTRADOR	STATUS
Acre				Você não pode entrar neste grupo porque você foi removido
Alagoas				Idem
Amapá				idem
Amazonas				idem
Bahia				idem
Ceará				idem
DF				idem
Espírito Santo				idem
Goias				idem
Maranhão	38	MBL MA (grupo de triagem)	Carratú (11)93484-1130 e outro	Contato feito com um administrador
Mato Grosso	25	LIBERAIS MBL MATO GROSSO	Carratú (11)93484-1130 e outros três	Grupo de pesquisa
Mato Grosso do Sul				Você não pode entrar neste grupo porque você foi removido
Minas Gerais				Idem
Pará				Idem
Paraíba				Idem
Paraná	69	MBL GUERREIROS DO PR II (Prezada não estou à venda, foto de Sérgio Moro)	Carratú (11)93484-1130 e outros quatro	Escolheu-se apenas um do Paraná
Paraná - Curitiba	80	Esquadrão MBL Curitiba I (conhecereis a verdade e a verdade vos libertará)	Carratú (11)93484-1130 e outros três	Grupo de pesquisa
Pernambuco				Você não pode entrar neste grupo porque você foi removido
Piauí				Idem
Rio de Janeiro				Idem
Rio Grande do Norte	33	Triagem MBL RN	Carratú (11)93484-1130 e outros quatro	Contato feito com um dos administradores. Pronta resposta e promessa de uma conversa.
Rio Grande do Sul	60	SELEÇÃO MBL RS	Carratú (11)93484-1130 e outros 17	Contato feito com um dos administradores. Primeiro contato feito com uma Mulher
Rio Grande do Sul	94	CONTEÚDO MBL/RS	4 administradores	Em observação
Rondônia				Você não pode entrar neste grupo porque você foi removido
Roraima	46	Ataíde teivers - MBLRR	Carratú (11)93484-1130 e outros três	Grupo de Pesquisa

Santa Catarina				Você não pode entrar neste grupo porque você foi removido
São Paulo Capital				Idem
São Paulo				Idem
Sergipe	24	MBL Sergipano	Carratú (11)93484-1130 e outros dois	Grupo de Pesquisa
Tocantins	10	Chame um adm no Pv	MBL Tocantins	Contato feito com o administrador

Fonte: O autor, 23 de outubro de 2020.

APÊNDICE D - GRUPOS DO MBL NO TELEGRAM

UNIDADE FEDERATIVA	NÚMERO DE MEMBROS	NOME GRUPO	ADMINISTRADOR	STATUS
NACIONAL	26	MBL LIVRE	-	Aceito no grupo
Acre				Chat não existe
Alagoas	19	MBL Ascensão do Império AL	Marcelo Carratú e Rafael	Aceito no grupo
Amapá				Não tem
Amazonas				Não tem
Bahia	65	MBL/BA Juntos pelo Brasil	Murilo Silva. Marcelo Carratú.	Aceito no grupo
Ceará				Não tem
Distrito Federal	102	Brasília Livre	Marcelo Carratú. Francis Schonarth. Bruno Wilker	idem
Espírito Santo				Não tem
Goiás				Não existe
Maranhão				Não tem
Mato Grosso				Não tem
Mato Grosso do Sul	27	MBL- Mato Grosso do Sul	Marcelo Carratú. Mateus Soares. Lucas Santos	Aceito no grupo
Minas Gerais	140	Minas Livre	Marcelo Carratú. Rafael.	Aceito no grupo
Pará				Não tem
Paraíba				Não tem
Paraná				Não tem
Pernambuco	58	Guerreiros MBL PE	Lucas Cavalcante. Lucas Lavor. Marcelo Carratú. Ernando Quirino. Rafael	Aceito no grupo
Piauí				Não tem
Rio de Janeiro				Não existe
Rio Grande do Norte	33	Triagem MBL RN	Carratú (11)93484-1130 e outros quatro	Contato feito com um dos administradores. Pronta resposta e promessa de uma conversa.
Rio Grande do Sul				Não tem
Rondônia				Não tem
Roraima	13	Guerreiros MBL RR	Marcelo Carratú (11)93484-1130. Fábio Paiola. Rafael. Elso (dono)	Aceito no grupo
Santa Catarina				Não tem
São Paulo	50	Guerreiros SP/Início	Felipe. Guilherme. João Braga. Fernando Martinelli. Paulo Braga. Carol Volpini.	Não tem
Sergipe				Não tem
Tocantins				Não tem

Fonte: o autor, 23 de outubro de 2020.

APÊNDICE E - MODELO DE UM DIA DE ANOTAÇÕES DAS POSTAGENS DO INSTAGRAM MBL

SEGUNDA-FEIRA: 19/10

7.764 publicações. 708 mil seguidores. Posts do dia (8): 1. Igrejas incendiadas no Chile: "a democracia da esquerda. 169 comentários. Cinco primeiros: 1. a democracia da esquerda. 2. Mas dessa vez concordo com eles. 3. Cheio de DEMOCRACIA esquerdista. 4. Tão precisando de uma dose de P... 5. Isso é vandalismo, não ideologia partidária, muito ruim pra democracia utilizar-se desse silogismo. Crítica a vídeo do governo anunciando novo remédio contra o covid. 334 comentários. Cinco primeiros: 1. Bolsonaro botou no Google "imagens de gráficos" e colocou o primeiro q apareceu. 2. Lixo esse governo. 3. MBL, vcs são um bando de bebês chorões, vão tentar tirar o Artur do 1% ficam só te lacrar, qdo irão aprender a fazer política de verdade?. 4. Pela primeira vez me sinto qualificado pra trabalhar no governo. 5. KKKKKKKK PROJETO BRASIL NO FUNDO DO POÇO 3. Gastos elevados em um país com serviço público de baixa qualidade. Convocação a pressionar deputados a analisarem sobre os privilégios do alto funcionalismo público. 33 comentários. Cinco primeiros: 1. O Estado bonzinho é o empreendedor é mau. Ass.: Joãozinho do iPhone que ganhou de presente do dia de crianças. 2. Não adianta colocar só os servidores que ganham menos e não são o problema. 3. MBLOIDES. 4. Resumindo: a falta de servidores foi o motivo pelo qual a barragem de Brumadinho não foi fiscalizada. Aliás, a Vale pagou a fiscalização privada. Hahahaa. Fiscalização privada é isso aí: o cliente quer ouvir. E vc morre por isso. Tem que acabar é com esses cargos comissionados de quem ganham dos cofres públicos, e não são concursados. Tem que acabar com a terceirização e consequente CORRUPÇÃO. Isso sim. 5. Como que eu vou cobrar meus deputados se os caras usam dos mais baratos. 4. Vacina Sinovac é a mais segura atualmente, diz diretor do Butantan. 3 comentários. Cinco primeiros: 1. hummmmm legal. Não tomo. 2. China fez o vírus e agora a vacina não é pela China, mas pelo Butantan, que é referência nacional há décadas na produção de vacinas. 3. que eu tenho uma tendência a botar fé sim nessa vacina! Espero que dê certo e chegue o quanto antes assim como a de Oxford! 4. Vacina obrigatória! 5. Já mandaram o vírus pra cá, agora tão precisando de uma cobaia e querendo mandar a "vacina", show ein! 5. Retorno dos socialistas na Bolívia. 243 comentários. Cinco primeiros: 1. E o Brasil virando Venezuela em pleno governo de direita. 2. Aconteceu na Argentina, agora na Bolívia e, da maneira que performa o Bozo, pode acontecer por aqui! Apesar de Bozo ou PT são coisas da mesma laia... 3. Agora a Bolívia vira uma potência. 4. Elon Musk deve estar enfurecido de ter apoiado o golpe e agora soube que a nação elegeu de novo a esquerda no 1º turno. 5. O povo não aprende, deixe eles sofrerem mais uns 4 anos então. 6. Chico Rodrigues diz que o PF encontrou na cueca dele era para pagar funcionários. Você acredita? 412 comentários. Cinco primeiros: 1. Não kkkkk se o dinheiro não era sujo, pq ele escondeu? Quem não deve não teme o Coitado, viu a PF e "protegeu" o dinheiro antes que a PF roubasse dele. Homem honesto esse não vai pagar um salário de merda para os coitados kkk 4. Uma coisa tenho certeza! Não vai dar em nada. O dinheiro já caiu na poupança. 7. Absurdo: em manifestação no Chile, terroristas da extrema esquerda incendiaram igreja da Assunção em Santiago. 420 comentários. Cinco primeiros: 1. No Brasil vai continuar falando que é liberdade de expressão. 2. O mundo está perdido, a cada geração, a cada ideologia aparece fica mais difícil de conviver. 3. Eles pedem respeito e não respeitam religião dos outros. O Papa comunista, já se pronunciou? Ou só pronuncia quando botam fogo na Amazônia? 5. Ódio. 8. Trem sequestrado no RJ. 84 comentários. Cinco primeiros: 1. Virou GTA essa porra! 2. Globos de vidro utilizam automóvel pra voltar pra casa após dia intenso de trabalho". 3. Pensando para onde ele fugir com o trem...rs 4. Esta situação na Europa seria capa de todos os jornais! Mas aqui é apenas um dia normal no RJ! 5. Parabéns STF

Fonte: O autor, 2020.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO *ON-LINE*

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título **A POLÍTICA E O CAMPO POLÍTICO: DISCURSIVIDADE POLÍTICA DA JUVENTUDE CONSERVADORA NEOLIBERAL BRASILEIRA**. Meu nome é **Gessione Alves da Cunha**, sou mestrando em educação, bolsista Prosuc/Capes, vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da PUC Goiás, sob a orientação da Profa. Dra. Claudia Valente Cavalcante. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável através do número **(62)99157-1685**, ligações a cobrar (se necessárias) ou através do e-mail **g-dacunha@hotmail.com**. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, via e-mail (cep@pucgoias.edu.br), telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, N° 1069, St. Universitário, Goiânia/GO. Funcionamento: das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas de segunda a sexta-feira. O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Pesquisador: Gessione Alves da Cunha

O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é a necessidade de uma maior compreensão do cenário político contemporâneo brasileiro e o protagonismo juvenil no campo político. Tem por objetivo analisar a discursividade política de jovens neoliberais conservadores em relação à educação e às políticas educacionais, ao conceito de política e democracia. O procedimento de coleta de dados será a observação parcialmente aberta *on-line* dos grupos de *WhatsApp* do Movimento Brasil Livre, questionário aberto sobre o perfil socioeconômico do jovem pesquisado e sua percepção de alguns conceitos-chave da pesquisa (política, educação, neoliberalismo, conservadorismo), com dez perguntas através do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*. Estimam-se dez minutos para o preenchimento do questionário. Haverá também, para os que consentirem continuar na pesquisa, a possibilidade de entrevista semiestruturada *online* por meio de vídeo conferência através do aplicativo *WhatsApp* com cinco perguntas semi-estruturadas. Estima-se meia hora para a realização da entrevista.

Riscos: A presente pesquisa é de risco. Apresentam-se alguns: invasão de privacidade, possível desconforto em responder a questões sensíveis para o entrevistado, interferência na vida e na rotina dos entrevistados, embaraço de interagir

com estranhos e medo de repercussões eventuais. Assim, pode vir a acarretar transtornos emocionais ou desconfortos em decorrência de sua participação. Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza para dirimir possíveis intercorrências em consequência de sua participação na pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação propõe-se: o consentimento livre e esclarecido para iniciar a participação na pesquisa, a possibilidade de acessar o questionário *online* no horário e local de maior conveniência para o entrevistado, a entrega de questionários curtos e objetivos, de fácil realização, e a possibilidade de interromper a pesquisa em qualquer etapa em que o entrevistado assim o desejar.

Benefícios: esta pesquisa terá como benefícios a contribuição para uma maior compreensão do grupo no qual os jovens pesquisados estão inseridos, possibilitar a apropriação consciente e reflexiva das discussões nas quais os jovens estão participando, ampliar os estudos realizados sobre a temática da pesquisa e contribuir para uma melhor compreensão de quem são os jovens neoliberais conservadores e seu protagonismo no cenário político contemporâneo.

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderá interromper a entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá qualquer penalização ou prejuízo. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados na pesquisa a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados serão guardados por, no mínimo 5 anos e, após esse período os dados serão apagados e o autor da pesquisa sairá dos grupos de *WhatsApp* do Movimento Brasil Livre, apagando assim todas as conversas realizadas e observadas. Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a pleitear indenização.

Será garantida uma devolutiva da pesquisa aos participantes. Serão disponibilizadas as datas de qualificação e defesa da dissertação de mestrado para os interessados, bem como será enviada a dissertação aos envolvidos na pesquisa uma vez que ela seja defendida e aprovada.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo este será ressarcido pelo pesquisador responsável. Adicionalmente, em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Uma via deste documento está disponível para você, basta fazer o download do arquivo clicando [AQUI](#) 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ONLINE.pdf Após ter recebido tais esclarecimentos e as informações sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você deve clicar na opção CONCORDO que você será direcionado para o questionário. Caso contrário, clique em NÃO CONCORDO que encerraremos.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS -
PUC/GOIÁS



Continuação do Parecer: 4.340.756

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A POLÍTICA E O CAMPO POLÍTICO: DISCURSIVIDADE POLÍTICA DA JUVENTUDE CONSERVADORA NEOLIBERAL BRASILEIRA

Pesquisador: GESSIONE ALVES DA CUNHA

ÁREA TEMÁTICA:

Versão: 1

CAAE: 38951820.5.0000.0037

Instituição Proponente: Escola de Formação de Professores e Humanidades PUC Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.340.756

APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

A pesquisa é bibliográfica e empírica, quantitativa e qualitativa. Investigar-se-á na linha bibliográfica e na linha netnográfica (estudo do comportamento de pessoas ou grupos nas redes sociais). Será realizada uma pesquisa bibliográfica dos seguintes temas: política, campo político, sociologia e trajetória de participação política da juventude brasileira. Servirão de referencial teórico os principais autores: Hannah Arendt, Pierre Bourdieu, Luis Antônio Groppo, Helena Abramo, José Machado Pais e outros clássicos pesquisadores da sociologia da juventude. A pesquisa é também netnográfica e será feita um acompanhamento de grupos de WhatsApp do Movimento Brasil Livre das cinco regiões geográficas do país, com observação parcialmente aberta. O acesso a esses grupos é de domínio público no site em rede do movimento pesquisado. A partir desse primeiro contato serão enviados a cinquenta membros do grupo de aplicativo de mensagens, dez para cada região geográfica, um questionário aberto para levantar informações acerca da visão de educação e das políticas educacionais, concepção da política e da democracia dos entrevistados. Serão escolhidos, dentre os administradores dos cinco grupos pesquisados, outros cinco participantes, representantes das cinco regiões geográficas da Federação, para entrevista online aprofundada, por meio de vídeo chamada. Hipótese: O que de fato querem conservar e com que desejam romper os jovens conservadores neoliberais presentes no cenário político dos últimos cinco anos? O que há de novo e o que se repete na história do

201

Endereço: Av. Universitária, 1.069

Bairro: Setor Universitário

Município: GOIÂNIA

CEP: 74.605-010

Telefone:(62)3946-1512 Fax: 62)3946-1070

E-mail: cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 4.340.756

conservadorismo juvenil brasileiro? Quais são as práticas educativas não formais mobilizadas pelas organizações juvenis conservadoras e neoliberais que contribuem para a (de)formação política dos jovens? Estas práticas têm demonstrado a relevância da dimensão educativa não formal, e paralela às rotinas de ensino, em atividades realizadas pelas organizações juvenis em um meio universitário? De que maneiras? Quais são os sentidos, explicitados pelos discursos e pelas práticas dos jovens conservadores neoliberais, desta formação política? Tal formação vem contribuindo com uma consciência política e um posicionamento político claro e autônomo?

OBJETIVO DA PESQUISA:

Objetivo Primário:

Analisar a discursividade política de jovens neoliberais conservadores em relação à educação e às políticas educacionais, ao conceito de política e democracia.

Objetivos Secundários:

1. Observar e descrever crenças, valores e atitudes, estruturas sociais e comportamento dos jovens pesquisados.
2. Compreender os conceitos (teóricos, ideológicos, doutrinários etc.) e as fontes inspiradoras da (re)produção da discursividade política do coletivo juvenil pesquisado.
3. Interpretar a disputa do campo político e a hegemonia do discurso por parte de coletivos juvenis neoliberais conservadores.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS E BENEFÍCIOS:

Riscos:

1. Invasão de privacidade
2. Responder a questões sensíveis
3. Interferência na vida e na rotina dos Jovens
4. Embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais

Termo de consentimento.

Para a prevenção dos riscos, sugere-se: acessar no horário que for possível, questionários curtos e objetivos de fácil realização e a possibilidade de interromper a pesquisa em qualquer etapa em que o entrevistado assim o desejar.

Benefícios:

1. Contribuição para uma maior compreensão do grupo no qual os jovens pesquisados estão inseridos.

202

Endereço: Av. Universitária, 1.069

Bairro: Setor Universitário

Município: GOIÂNIA

CEP: 74.605-010

Telefone:(62)3946-1512 **Fax:** 62)3946-1070

E-mail: cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 4.340.756

2. Possibilitar a apropriação consciente e reflexiva das discussões nas quais os jovens estão participando.
3. Ampliar os estudos realizados sobre a temática da pesquisa.
4. Contribuição para uma melhor compreensão de quem são os jovens neoliberais conservadores e seu protagonismo no cenário político contemporâneo.

COMENTÁRIOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa apresenta pertinência inovação social e as pesquisadoras estão aptas para tal. A pesquisa observará e descreverá crenças, valores e atitudes, estruturas sociais e comportamento dos jovens pesquisados. Contribuirá para a compreensão dos conceitos contemporâneas e as fontes inspiradoras da (re)produção da discursividade política do coletivo juvenil pesquisado. Primeira etapa: será feita uma tentativa de pertença aos grupos *WhatsApp* disponíveis em rede e, a partir dessa aceitação, se passará à observação parcialmente aberta online de cinco grupos do aplicativo de mensagens *WhatsApp* do Movimento Brasil Livre (um grupo para cada região geográfica do Brasil) e observação oculta da página do Instagram do movimento pesquisado. Para a observação parcialmente aberta serão analisadas as seguintes categorias: educação, políticas educacionais, conservadorismo, neoliberalismo, liberalismo, democracia, política. Segunda etapa: Após um convívio e interação quinzenal nos grupos de *WhatsApp* p, os jovens receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido On-Line. Havendo concordância da participação na pesquisa, será enviado um questionário aberto com dez perguntas através do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*. Participarão da pesquisa 50 jovens presentes nos grupos online observados. 10 jovens de cada região geográfica do Brasil. Buscará a participação de 50% de homens e 50% de mulheres. O questionário objetivará traçar um perfil socioeconômico dos jovens pesquisados e coletar informações sobre discursos políticos relacionados ao tema da educação e das políticas educacionais, concepção da política e da democracia.

Terceira etapa: entrevistas semiestruturadas online por meio de vídeo conferência através do aplicativo *WhatsApp* com cinco jovens escolhidos entre os administradores dos grupos observados. Serão feitas cinco perguntas semiestruturadas. Participarão das entrevistas um jovem para cada região geográfica do país, dentre os jovens interessados em continuar os passos da pesquisa. Quarta etapa: para realizar a interpretação das falas dos jovens será utilizada como metodologia a análise de conteúdo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TERMOS DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

Todos os termos foram apresentados e estão em conformidade com as Resoluções 466/2012 e 510/2016.

Endereço: Av. Universitária, 1.069

Bairro: Setor Universitário

Município: GOIÂNIA

CEP: 74.605-010

Telefone:(62)3946-1512 **Fax:** 62)3946-1070

E-mail: cep@pucgoias.edu.br

Continuação do Parecer: 4.340.756

CONCLUSÕES OU PENDÊNCIAS E LISTA DE INADEQUAÇÕES:

Projeto de pesquisa não apresenta óbices éticos. Aprovado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS A CRITÉRIO DO CEP:

INFORMAÇÕES AO PESQUISADOR REFERENTE À APROVAÇÃO DO REFERIDO PROTOCOLO:

1. A aprovação deste, conferida pelo CEP PUC Goiás, não isenta o Pesquisador de prestar satisfação sobre sua pesquisa em casos de alterações metodológicas, principalmente no que se refere à população de estudo ou centros participantes/coparticipantes.
2. O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP PUC Goiás, via Plataforma Brasil, relatórios semestrais do andamento do protocolo aprovado, quando do encerramento, as conclusões e publicações. O não cumprimento deste poderá acarretar em suspensão do estudo.
3. O CEP PUC Goiás poderá realizar escolha aleatória de protocolo de pesquisa aprovado para verificação do cumprimento das resoluções pertinentes.
4. Cabe ao pesquisador cumprir com o preconizado pelas Resoluções pertinentes à proposta de pesquisa aprovada, garantindo seguimento fiel ao protocolo.

ESTE PARECER FOI ELABORADO BASEADO NOS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1574689.pdf	07/10/2020 10:39:55		Aceito
Outros	Orientadora.pdf	07/10/2020 10:39:29	GESSIONE ALVES DA CUNHA	Aceito
Outros	Pesquisador.pdf	07/10/2020 10:38:57	GESSIONE ALVES DA CUNHA	Aceito
Outros	Questionario_da_pesquisa_Juventudes_neoliberais_conservadoras.docx	01/10/2020 13:06:17	GESSIONE ALVES DA CUNHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa_detalhado.docx	01/10/2020 11:10:49	GESSIONE ALVES DA CUNHA	Aceito
Outros	TCDU_Termo_Compromisso_Utilizacao_Dados.pdf	01/10/2020 11:09:50	GESSIONE ALVES DA CUNHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	30/09/2020 23:49:03	GESSIONE ALVES DA CUNHA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	30/09/2020	GESSIONE ALVES DA CUNHA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	23:34:58	DA CUNHA	Aceito

204

Endereço: Av. Universitária, 1.069

Bairro: Setor Universitário

Município: GOIÂNIA

CEP: 74.605-010

Telefone:(62)3946-1512 **Fax:** 62)3946-1070

E-mail: cep@pucgoias.edu.br

Situação do Parecer:

Aprovado

NECESSITA APRECIÇÃO DA CONEP:

Não

GOIÂNIA, 15 de outubro de 2020.

**ASSINADO POR: ROGÉRIO JOSÉ DE ALMEIDA
(Coordenador)**